

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**A BATALHA DO AVAÍ: ROTAS DE CONFLITOS E A SITUAÇÃO ECONÔMICA
QUE SE INFERE A PARTIR DA ECONOMIA DE GUERRA**

ARON MAGNO DANGUI

MARINGÁ
2016

ARON MAGNO DANGUI

**A BATALHA DO AVAÍ: ROTAS DE CONFLITOS E A SITUAÇÃO
ECONÔMICA QUE SE INFERE A PARTIR DA ECONOMIA DE GUERRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, para a obtenção do título de Mestre em História (Área de concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais. Linha de Pesquisa: Política e Movimentos Sociais).

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Aparecido Priori

MARINGÁ

2016

D182b Dangui, Aron Magno

A batalha do Avaí: rotas de conflitos e a situação econômica que se infere a partir da economia de guerra/Aron Magno Dangui. – Maringá, 2016.

193 p.

Dissertação(Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, 2016.

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Aparecido Priori

1. História. 2. Guerra do Paraguay. 3. Economia de Guerra. 4. Rotas de Conflitos. 5. Batalha do Avaí. I. Título

CDD 989.205

ARON MAGNO DANGUI

**A BATALHA DO AVAÍ: ROTAS DE CONFLITOS E A SITUAÇÃO
ECONÔMICA QUE SE INFERE A PARTIR DA ECONOMIA DE GUERRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, para a obtenção do título de Mestre em História (Área de concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais. Linha de Pesquisa: Política e Movimentos Sociais).

Aprovado em: 08/04/2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ângelo Aparecido Priori
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof. Dr. Luiz Felipe Viel Moreira
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz
Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

Para Isabeau e Rhuana.

AGRADECIMENTOS

A D. Darcy Danguí (*in memoriam*), Antonio Danguí (*in memoriam*), Janislei e Alex.

Gratidão às mulheres que tanto contribuíram para que o trabalho se concluísse, Maristela, Cida, Tereza, Socorro, Madalena, Vera e Karine.

Para Angelita, Giceli e Natalia da linha de pesquisa. À turma de 2014-2016.

Para os professores da UEM, em especial para Sidnei, Fabio e Reginaldo. E para a Giselle.

Para os Professores Drs. Paulo Cimó e Luiz Felipe pela gentileza de participar e contribuir com este projeto.

E, com grande respeito e gratidão, para o Professor Dr. Ângelo Priori, serei eternamente grato.

RESUMO

Os petrechos, o transporte, a alimentação, os uniformes e os bivaques de um Exército podem desvelar a situação econômica de um determinado país? Para tentar responder esta hipótese analisamos a Batalha do Avaí ferida em 11 de dezembro de 1868, durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). Com fulcro em conceitos utilizados por Taine, Braudel e Euclides da Cunha, a análise procura descrever o evento em três tempos (curta, média e longa duração). Os rios, trilhas e caminhos utilizados para contato entre a área de domínio português e espanhol localizados na Bacia do Rio da Prata foram utilizados para enfrentamentos entre tropas metropolitanas, coloniais ou das nações que surgiram na região e para estabelecimento de relações comerciais pautadas também no contrabando. Essas vias, naturais ou não, foram utilizadas como rotas de conflitos gerando inúmeros embates, batalhas e guerras entre luso-brasileiros e hispânicos. Para narrar estas lutas, optamos por descrever os Tratados assinados para evitar ou para findar conflitos. Na economia destacamos duas grandes unidades produtoras: a *plantation* no Brasil e as Reduções Jesuítas no Paraguai. A Guerra do Paraguai é um dos capítulos dos constantes conflitos que ocorriam na área. Entre agosto e dezembro de 1868, logo após a rendição de Humaitá, as operações de guerra levaram a uma perseguição do Exército Imperial ao Exército Paraguaio que retraía-se na direção de Assunção. Os paraguaios lograram estabelecer nova linha defensiva. Para vencer o obstáculo o Exército Imperial flanqueou a posição e caiu na sua retaguarda. Esta operação leva à Batalha do Avaí que descreveremos sucintamente. Trabalha-se também com a pretensa falta de combatividade das tropas luso-brasileiras.

Palavras-chave: Batalha do Avaí, Guerra do Paraguai, economia de guerra, Bacia do Rio da Prata.

ABSTRACT

The armament, transportation, food, uniforms and bivouacs of an army can reveal the economic situation of a country? To try to answer this hypothesis we analyzed the Battle of Avaí held on December 11, 1868, during the Paraguayan War (1864-1870). Based on concepts used by Taine, Braudel and Euclides da Cunha, the analysis aims to describe the event in three periods (short, medium and long term). The rivers, trails and paths used to maintain contact between the area of Portuguese and Spanish domain located in Bacia do Rio da Prata were also used for the confrontations between the metropolitan, colonial or national troops that have emerged in the region and to establish trade relations also based in smuggling. These pathways, natural or not, were used as conflict routes causing numerous struggles, battles and wars between Luso-Brazilians and Hispanics. To narrate these struggles, we prefer describe the treaties signed to avoid or ending conflicts. In economics, we highlight two major production units: the *plantation* in Brazil and the Jesuit Reductions in Paraguay. The Paraguayan War is one of the chapters of the constant conflicts that occurred in the area. Between August and December 1868, shortly after the surrender of Humaitá, the war operations led to a pursuit of the Imperial Army to the Paraguayan Army that retracted in the direction of Asuncion. Paraguayans managed to establish a new defensive line. To overcome the obstacle, the Imperial Army outflanked the position and fell on their rearguard. This operation leads to the Battle of Avaí that we describe briefly. We also work with the supposed lack of combativeness of the Luso-Brazilian troops.

Keywords: Battle of Avaí, Paraguayan War, war economy, Bacia do Rio da Prata.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Rotas de Conflitos.....	61
Mapa 2 – Angostura: o rio utilizado como obstáculo.....	66
Mapa 3 – A linha do Piquissirí.....	68
Mapa 4 – Detalhe da linha de Piquissirí.....	81
Mapa 5 – A campanha de dezembro de 1868.....	83
Mapa 6 – A Batalha do Avaí	97
Mapa 7 – Posição inicial e ataque da vanguarda do 3º Corpo de Exército.....	108
Mapa 8 – O círculo de ferro e fogo.....	125

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPITULO 1 - ROTAS DE CONFLITOS.....	14
1.1 A HISTÓRIA MILITAR	14
1.1.1 A Nova História Militar.....	16
1.1.2 A História Militar e a Batalha do Avaí.....	18
1.2 TEMPOS HISTÓRICOS: A RAÇA, O MEIO E O MOMENTO.....	25
1.3 BRASIL: ESCRAVISMO E MONOCULTURA.....	28
1.4 PARAGUAI: REDUÇÕES JESUÍTICAS.....	33
1.5 CONFLITOS: AS REDUÇÕES JESUÍTICAS E O ESCRAVISMO LUSO... 36	
1.6 ROTAS DE CONFLITOS: TRILHAS E RIOS DA BACIA DO PRATA.....	43
1.7 ROTAS INDÍGENAS, USO DOS RIOS E DO OCEANO: CONTATOS NOS PRIMÓRDIOS (1531-1749)	45
1.8 O EXPANSIONISMO E O RECRUDESCIMENTO DOS CONFLITOS: CONCEITO DE <i>UTI POSSIDETIS</i> (1750-1895)	50
1.9 USO ECONÔMICO DOS RIOS DA BACIA DO PRATA: O POTENCIAL HIDRELÉTRICO (1895-1979)	52
CAPITULO 2 - A BATALHA DO AVAÍ	61
2.1 UMA NOVA ÁREA FORTIFICADA: O PIQUISSIRÍ.....	61
2.2 UMA ESTRADA EM LOCAL IMPROVÁVEL.....	81
2.3 A BATALHA DO AVAÍ – PRIMEIROS MOVIMENTOS.....	96
CAPITULO 3 - A GUERRA, A ECONOMIA E, O CÍRCULO SE FECHA.....	124
3.1 A BATALHA DO AVAÍ – O CÍRCULO DE FERRO E FOGO.....	124
3.1.1 Envolvimento das tropas paraguaias em seu flanco esquerdo.....	127
3.1.2 Envolvimento das tropas paraguaias em seu flanco direito.....	129
3.1.3 A resistência obstinada das tropas paraguaias.....	131
3.1.4 O 40º Batalhão paraguaio.....	134
3.1.5 A Batalha do Avaí e a teoria militar.....	136
3.1.6 A Batalha do Avaí: baixas dos exércitos.....	142
3.2 A ECONOMIA BRASILEIRA QUE SE MANIFESTA A PARTIR DA ANALISE DA BATALHA DO AVAÍ.....	143
3.2.1 Meios para o transporte.....	145
3.2.2 O Império e a produção de navios encouraçados.....	148

3.2.3	O Império, a indústria e o uso de outros meios de transporte naval e fluvial...	154
3.2.4	Meios para vestir, alimentar e abrigar.....	157
3.2.5	Meios para o combate (armas, canhões, foguetes, munições)	160
3.3	COMBATIVIDADE DAS TROPAS LUSO-BRASILEIRAS E	
	IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA.....	165
	CONCLUSÕES.....	177
	REFERÊNCIAS.....	181

INTRODUÇÃO

É possível compreender a economia de um país a partir da análise das condições objetivas de uma batalha? Entendendo como condições objetivas as armas e munições utilizadas, os uniformes, a alimentação, o abrigo ofertado para as tropas, os meios de transporte utilizados e as decisões tomadas por seu comando. A partir da produção ou aquisição desses materiais bélicos pode-se inferir a economia de um país? Para tentar responder tais questões, o presente trabalho investigará a Batalha do Avaí - 11 de dezembro de 1868 - durante a Guerra da Tríplice Aliança, bem como as condições militares, econômicas e sociais que levaram a ela, no período imediatamente anterior ao seu acontecimento – julho a novembro de 1868. Dar-se-á ênfase aos elementos (estratégia, materiais, abastecimento, uso de navios, engenharia, artilharia, cavalaria, infantaria e seus respectivos equipamentos) que articulados permitiram que as tropas brasileiras envolvessem e praticamente destruíssem todo contingente paraguaio.

O encontro bélico entre duas nações (Paraguai e Império do Brasil) que apresentavam permanências na organização política e econômica, apesar de novas roupagens. A estrutura política – apesar da independência de ambos – colonial. O Paraguai com sua longa relação com a organização jesuítica e a “novidade” na sua fase republicana. O Brasil com a manutenção da mesma Casa governante após a independência e de sua organização imperial nitidamente europeia. Na economia o Brasil apresentava, ainda em 1864, uma predominância da estrutura de *plantation*, resquício dos primórdios da colonização. O Paraguai com suas “fazendas da pátria”, lembrando as reduções jesuíticas.

Essas estruturas econômicas e políticas (base econômica e superestrutura) só podiam sofrer mudanças com elementos exógenos. “O sistema não pode, portanto, ser modificado em si mesmo. Só um choque externo pode abafá-lo, já que ele não é atravessado por contradições internas.”¹ As contradições existentes nas duas nações, até aquele momento (1864) não eram tão agudas a ponto de conseguir abalar/modificar substancialmente as estruturas econômicas e políticas.

Partindo do método de “[...] dividir o composto até chegarmos a elementos inteiramente simples, que representem as partes mínimas do todo [...]”² ou da constatação de que a riqueza nos países capitalistas advém da quantidade de mercadorias, e que, portanto, para melhor estudar o capitalismo é preciso subdividi-lo até sua forma atômica, em que se

¹ DOSSE, François. *A História em migalhas: dos Annales à Nova História*. Bauru: EDUSC, 2003. p.346.

² ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo: Martin Claret, 2004. p.12.

pode caracterizar “[...] a mercadoria individual como sua forma elementar [...]”³, investigaremos as circunstâncias econômicas, militares e sociais que predominavam nos dois países a partir da análise da Guerra do Paraguai, dividindo o todo (a guerra) em partes “elementares” (a batalha).

Não é uma análise centrada no que se convencionou denominar de “história-batalha”⁴, mas sim em uma

[...] natureza profundamente interdisciplinar desta “nova” história militar, envolvendo, de acordo com cada tema ou problema, a sociologia, a ciência política, a antropologia, a filosofia, a psicologia social, a economia, o direito, a pedagogia. Como estudar, por exemplo, a inserção institucional das Forças Armadas em determinada época na estrutura do estado, assinalando sua especificidade em relação a conjunturas anteriores e posteriores, sem utilizar conceitos, categorias e procedimentos da própria história política, da ciência política e talvez da filosofia política?

Essa interação, atualmente, é típica da ciência histórica e talvez por isso ela tenha se tornado um dos campos mais interdisciplinares na área das ciências sociais. Não poderia e não deveria ser diferente na área da história militar.⁵

Dar-se-á, portanto, ênfase na pesquisa em fontes primárias (cartas, memórias), na bibliografia sobre o tema, não excluindo artigos e produções recentes.

A Guerra do Paraguai tem suas origens no processo de formação dos Estados Nacionais da Bacia do Rio da Prata, nos intermináveis conflitos que lhe antecederam, nas disputas econômicas e nas disputas pela definição de fronteiras. A Guerra se inicia com o aprisionamento do navio *Marques de Olinda*, em 1864, e a invasão do Mato Grosso, da Argentina e do Rio Grande do Sul por tropas paraguaias. O apresamento do navio e as invasões levaram o Império, a Argentina e o Uruguai a formarem uma aliança – a Tríplice Aliança - contra o Paraguai. Entre 1864 e 1865, ocorreu o período de ofensiva dos paraguaios. A Batalha do Riachuelo, em 1865, retirou a iniciativa paraguaia e a Esquadra Brasileira bloqueou firmemente os rios da Bacia do Prata, não tendo contestação seu domínio fluvial e naval a partir de então, ficando o Paraguai impedido de se abastecer ou comerciar com outros países através dos rios citados. Além disso, a coluna paraguaia que invadiu o Rio Grande do Sul foi derrotada e acabou se rendendo em Uruguiana. Em um segundo momento, em 1866, os aliados passaram à ofensiva liberando Corrientes e deslocando o “teatro de operações” para o Paraguai na confluência dos rios Paraguai e Paraná. Ocorrem importantes batalhas neste

³ MARX, Karl. O Capital: Críticas da Economia Política. 3ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p.45.

⁴ WEHLING, Arno. *A pesquisa da História Militar Brasileira: apreciação metodológica*. Revista DACultura, Rio de Janeiro, Ano I, Nº 1, jan/jun. 2001. Disponível em: <http://www.funceb.org.br/images/revista/6_6q4u.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2014.

⁵ Ibid., p. 41.

período com a vitória sorrindo em um dado momento para os aliados, como em Tuiuti, e, em outro momento com vantagem para os paraguaios, como em Curupaiti. A partir de 1866 (outubro), o Exército Imperial passa por uma reorganização e torna-se apto a passar para uma ofensiva mais efetiva. Em 1868, a fortaleza de Humaitá é ultrapassada por navios encouraçados brasileiros e, em conjunto com unidades do Exército Brasileiro que haviam executado uma marcha de flanco, cercam a posição. Neste mesmo ano, a fortaleza se rende e o Exército Aliado faz uma longa marcha em perseguição ao Exército Paraguaio em fuga. Os paraguaios logram construir nova fortaleza na margem direita do Piquissirí e colocam em xeque os exércitos atacantes. Vencida esta nova fortaleza, inicia-se a última fase da guerra que redundará na morte de López em 1870, episódio que encerra a terrível guerra.

Durante a pesquisa algumas questões tomaram maior relevância, em virtude dos relatos sobre os armamentos, intendência, alimentação e outros elementos militares dos dois exércitos, o que nos levou a tentar responder as seguintes questões: é possível descrever a economia de um país através dos elementos constitutivos de um exército em batalha? Quais as razões do extremo encarniçamento entre os contendores que elevaram as baixas para um patamar intolerável? A barbárie desmedida demonstrada na batalha tem suas raízes apenas na violência intrínseca de uma guerra ou outros elementos contribuíram para exacerbar os ânimos? Para responder as questões, procuramos, com nossas limitações, utilizar os conceitos de *longa, média e curta duração*, desenvolvidos por Taine, Euclides da Cunha e Braudel, além do conceito de *forças profundas*, de Renouvin e Duroselle. No nosso entender, a violência desmedida verificada na batalha está intimamente ligada com o processo de colonização e séculos de guerras impiedosas. Os constantes conflitos criaram no *imaginário* das populações e governantes grandes rancores que se exacerbaram na batalha.

A investigação foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, fazemos uma discussão sobre a “Nova História Militar” e apresentamos maiores informações sobre o método por nós utilizados na tentativa de responder as hipóteses por nós elaboradas. Analisamos a estrutura econômica que predominou no Paraguai e no Brasil entre os séculos XVI e XIX com modificações ínfimas no longo período descrito. Apresentamos uma sequência de tratados assinados entre membros dos governos que controlaram os territórios da Bacia do Rio da Prata a partir da chegada dos europeus nesta região, no século XVI. Os rios, trilhas e caminhos da região serviram antes para o estabelecimento de relações conflituosas entre os habitantes das áreas lusas e espanholas, do que para o estabelecimento de relações comerciais, diplomáticas e interpessoais pacíficas. Estas rotas de conflitos possibilitaram o encontro bélico através dos séculos. Optamos por demonstrar estes conflitos, tendo como guia

a assinatura de tratados entre os governos que controlaram/controlam a região entre os séculos XVI e XX. Obviamente não se tem a pretensão de comentar todos os tratados, mas apenas alguns com o intuito de demonstrar as relações seculares e conflituosas entre os governos da região.

No segundo capítulo, os elementos naturais são descritos em sua utilização para a defesa e o ataque dos exércitos beligerantes em sua estreita relação com os acontecimentos. Além disso, fizemos a descrição dos primeiros movimentos da Batalha do Avaí.

No terceiro capítulo, apresentamos o desenvolvimento da Batalha do Avaí e seus resultados. Analisa a batalha comparando-a com a teoria militar da época e com as baixas de duas batalhas que ocorreram no mesmo período: as Batalhas de Sedan (1870) e de Königgrätz (1866). Relacionamos os elementos materiais utilizados pelos dois exércitos e a partir destes elementos procuramos descrever a economia do Império. Por fim, fazemos considerações sobre uma pretensa falta de combatividade das tropas luso-brasileiras, procurando desmitificar esta assertiva, e concluímos com uma breve relação entre a Batalha e o sentido de nacionalismo no Brasil.

CAPITULO 1 - ROTAS DE CONFLITOS

1.1 A HISTÓRIA MILITAR

Caso consideremos os autores gregos clássicos Heródoto, Tucídides e Políbios como os precursores da história, então dificilmente poderemos observar dicotomia entre História e História Militar. Esses autores não eram historiadores militares, apesar de Tucídides ser militar historiador, mas suas obras tratam de conflitos. Nesse sentido, a História e História Militar se confundem na origem. Os autores gregos citados com suas obras denominadas de *História*, *História da Guerra do Peloponeso* e *História*, respectivamente, produziram obras que apresentam narrativas sobre guerras envolvendo principalmente gregos, persas, romanos e cartagineses, porém os textos longe de se resumir a narrativas de batalhas, abarcam grande variedade de temas. Esses autores tratam de assuntos militares, mas também de outros objetos.⁶ Além dos autores gregos apontados, uma obra chama a atenção pela abrangência de temas que aborda. Escrita no primeiro século de nossa era, a *Guerra dos Judeus*, de Flavio Josefo, também é obra de História Militar, mas não se resume aos “[...]estudos minuciosamente documentados das instituições, guerras, campanhas, batalhas e táticas [...]”⁷

Faz-se essa assertiva pois é comum falar em duas vertentes da História Militar: A História Militar Tradicional e a Nova História Militar. Quando apresenta-se algo como “novo”, uma desconfiança inicial deve acompanhar quem se dignar a estudar esta novidade. A pretensão de novidade geralmente é o aprofundamento de um tema abordado superficialmente ou, mais comumente, um aspecto que não fora objeto principal de análise de outros historiadores. De imediato, para a existência do “novo”, pressupõem-se a existência de elementos arcaicos que ficaram para trás, de métodos ultrapassados que não servem mais para análise contemporânea ou estudos de eventos pretéritos. Assim, para que se possa falar de Nova História Militar, necessário se faz que em oposição exista uma Velha História Militar, ou de uma História Militar Tradicional.

A História Militar Tradicional é, com pequenas variações nas definições de diferentes autores, apresentada como a que investiga documentos, demonstrando resultados através do seguinte roteiro: aspectos diplomáticos, políticos, dando ênfase aos estrategistas

⁶ MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. Os múltiplos olhares sobre a história militar. *História Unisinos*, São Leopoldo v.16, n. 03, set/dez 2012, p. 271-282. p. 271.

⁷ CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p.13.

(comandantes), batalhas, táticas, estratégias e guerras/campanhas. Como pode ser observado em Castro; Izecksohn; Kraay (2004)⁸, em Moreira (2012)⁹ e Morgado (2012)¹⁰.

Maurice Matloff, em conferência no ano de 1971, tratando do término das guerras sobre as quais considera que temos poucos conhecimentos, afirma que existe plethora de “[...] estudos de História Militar relativos aos três C – as *causas*, a *conduta* e as *consequências* das guerras. Sabemos muita coisa no que se refere às origens, às causas e de como se desenrolaram as guerras.”¹¹ A referência aos três C é, de certa forma, uma apresentação de rotina de método em trabalhos tidos como História Militar Tradicional.

Tratando sobre o ensino em escolas militares, Morgado (2012) apresenta o que depreendeu de diálogos e estudos sobre o que é uma “escola tradicional de História Militar”. Através desses diálogos e estudos, entende que os interlocutores veem essa escola como a que minimiza aspecto outro que não seja “[...] uma atividade voltada apenas para o estudo da batalha, interessada na sua mera descrição, sem visão analítica ou reflexão, destacando o culto dos heróis como exemplo para as gerações futuras.”¹² O professor demonstraria desinteresse por cultura, economia e sociedade.

Dentre os expoentes da História Militar destacam-se Karl Von Clausewitz, oficial prussiano que produziu a obra mais famosa de História Militar, publicado postumamente, denominada *Da Guerra* e, o Barão Antoine-Henri de Jomini autor de *Sumário da Arte da Guerra*. Ambos produziram no século XIX, com fulcro em suas experiências nas Guerras Napoleônicas.

O que se denomina de História Militar Tradicional aparece no Brasil no final do século XIX. “O que é atualmente visto como a história militar tradicional [...] apareceu pela primeira vez no Brasil nos anos 1890, alcançando seu apogeu na primeira metade do século XX.”¹³

Apesar da profusão de obras que foram enquadradas no termo “História Militar Tradicional”, ela sofreu certo ostracismo na historiografia profissional dos séculos XIX e XX. “Se a história militar já ocupava lugar precário na historiografia do Oitocentos, seja a

⁸ CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY, 2004. p.12.

⁹ MOREIRA, 2012, p.272.

¹⁰ MORGADO, Gen. Bda. Sergio Roberto Dentino. Abordagem tradicional da história militar. In: ENCONTRO DE HISTORIADORES MILITARES, 1., 2012, Resende, Anais... Rio de Janeiro: CEPHiMEX, 2012. p.09-19. Disponível em:< <http://www.dphcex.ensino.eb.br/cephimex/docs/Anais-IEncontro-Hist-Militares-28-10-2012.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2014. p.09.

¹¹ MATLOFF, Maurice. A natureza e o escopo da História Militar. In: WEIGLEY, Russel F (Org.). *Novas dimensões da História Militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1982.p. 421-445. p.432. Grifo do autor.

¹² MORGADO, 2012, p.09.

¹³ CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY, 2004, p.13.

romântica, seja a historicista, ela ficou ainda mais indigente no século XX: simplesmente banida, aos poucos, da historiografia profissional e acadêmica.”¹⁴

Atribuiu-se aos *Annales* parte da culpa desse olvidar por buscarem uma história total “[...] em detrimento de uma história anterior, sobremaneira política ou militar, pautada em grandes personagens e batalhas [...]”.¹⁵

Pode-se depreender então que a História Militar Tradicional é a que trata, em geral, de batalhas, comandantes e formas de destruir o inimigo. “Antigamente, a História Militar tratava, quase exclusivamente, das batalhas e das campanhas.”¹⁶

1.1.1 – A Nova História Militar

No século XX, historiadores estadunidenses passaram a produzir estudos que denominaram – com “arrogância” segundo Weigley¹⁷ - de “Nova História Militar”. A novidade é o vulto de temas analisados. A análise contemporânea de assuntos do passado é uma constante, revisitando-os ou abordando aspectos explorados insuficientemente ou não explorados.

Temos que reconhecer que cada geração reescreve a História. Ela olha para o passado em busca de inspiração, sabedoria e de linhas de ação alternativas. Os problemas de cada geração determinam qual será a composição de sua história – com quais problemas o historiador irá se defrontar.¹⁸

A Nova História Militar tem como enfoque a instituição militar e suas relações com a sociedade. Os temas são abundantes e variados tratando de assuntos tão diversos quanto questão de gênero nos exércitos e recrutamento. Comentando sugestões de Sanches, Soares e Vainfas (2012) apontam quatro “novidades” da Nova História Militar: 1. A análise é interdisciplinar (economia, antropologia, ...); 2. A guerra/batalha não é objeto exclusivo da História Militar; 3. A História Militar não se submete à História Política; 4. Os temas são variados como estudo das minorias e identidade cultural, por exemplo.¹⁹ Destacam como temas a periodização das Guerras Mundiais e a inserção da história da guerra na história das relações internacionais. Dentre os conceitos apontam “guerra sem fronteiras”; “guerra

¹⁴ SOARES, Luiz Carlos; VAINFAS, Ronaldo. Nova História Militar. In: *Novos domínios da História*. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 113-132. p.119.

¹⁵ MOREIRA, 2012, p.272.

¹⁶ WEIGLEY, 1981, p.25.

¹⁷ Ibid., p.25.

¹⁸ MATLOFF, 1982, p.425.

¹⁹ SOARES; VAINFAS. 2012, p. 113-114.

assimétrica”; “terrorismo de estado”.²⁰

A humanização dos temas, talvez, seja a maior característica desta forma de se escrever História Militar. Caso for correta a cristalização da História Militar como “[...] a história dos conflitos, das batalhas e campanhas [...]”²¹, então a, variedade de temas militares, mas não adstrito a descrição de batalhas e líderes, constitui uma novidade. Assim, o *neo* aparece na

[...] busca de diferenças no seio de um mesmo exército; as metamorfoses identitárias dos soldados; as relações entre os pelotões em missão com as comunidades em contato. A experiência individual dos combatentes, a dor, o sofrimento, o voluntarismo, a covardia, a esperança na vitória ou na simples sobrevivência. Buscar o rosto da batalha passou a ser um dos propósitos da disciplina, em vez de narrá-la pelo alto.²²

Segundo Soares e Vainfas (2012), algumas obras realçam esse aspecto humanizado da História Militar: a visão dos soldados em distintas batalhas espaçadas no tempo e no espaço em obra de John Keegan (*A face da batalha* de 2008); as experiências da I Guerra Mundial sob a perspectiva de poetas ingleses na obra de Paul Fussel (1975); *Soldados Cidadãos* (2010), de Stephen Ambrose, narrando as experiências de soldados, sargentos e tenentes – história “*from below*” - no *front* ocidental no final da II Guerra Mundial e; *Os soldados judeus de Hitler* (2003), de Bryan Mark Rigg, cujo título é autoexplicativo, apontando uma contradição no recrutamento e voluntariado efetuado pelas forças armadas alemãs.

O livro é um exemplo perfeito de uma nova história militar preocupada com as metamorfoses identitárias de uma minoria incerta (*mischiling*, mestiços): viam-se como alemães, mas eram vistos pelo Estado como quase judeus, e muitos foram condecorados por atos de bravura na guerra.²³

A passagem de História Militar Tradicional para Nova História Militar parece estar centrada na diferença de enfoque do historiador e de seus temas. Da ênfase na batalha, diplomacia, campanha e líderes para recrutamento, relações das forças armadas com a sociedade, história “*from below*”, gênero, enfim uma gama ampla e variada de temas. Obviamente convivem as duas vertentes, se assim podemos nos expressar.

Esta passagem/ inovação ocorre também na historiografia militar brasileira. Grosso modo, historiadores da academia – Ricardo Salles (*Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*, 1990) e Divalte Garcia Figueira (*Soldados e negociantes*

²⁰ SOARES; VAINFAS. 2012, p. 124-126.

²¹ MATLOFF, 1982, p.422.

²² SOARES; VAINFAS, 2012, p.121.

²³ Ibid., p.123.

na *Guerra do Paraguai*, 2001) por exemplo, produzem com fulcro em conceitos da Nova História Militar e os militares historiadores Tasso Fragoso (*História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*, 1934) Paulo de Queiroz Duarte (*Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*, 1989); por exemplo - centram-se nos temas da cristalização do conceito e métodos da História Militar Tradicional.

O estudo das relações entre as forças armadas, seu efetivo, tradições e a sociedade parece ser o mote que rege a Nova História Militar Brasileira, como podemos observar nas considerações da introdução do livro *Nova História Militar Brasileira*:

Os colaboradores deste livro entendem que os militares brasileiros não se encontram isolados da sociedade abrangente, embora possam guardar uma relativa autonomia em alguns aspectos e épocas específicas. Seria difícil, portanto, tratar a história militar como algo inerentemente distinto da história mais ampla da sociedade de onde soldados e oficiais são recrutados. Os capítulos aqui apresentados relacionam a preparação para a guerra às características da economia, da política e da cultura onde esses oficiais e soldados estavam imersos. Não se pretende reduzir a compreensão da instituição militar a fenômenos sociais de outra ordem, que a determinariam, e sim prestar grande atenção à interação entre Forças Armadas e sociedade.²⁴

1.1.2 A História Militar e a Batalha do Avaí

A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai desperta enorme interesse e as obras sobre o evento se avolumam. Reis (2008) afirma que a historiografia sobre a guerra está repleta de tendências pró e contra a guerra.²⁵ Segundo a autora esta situação gera opiniões repletas de paixões. Indica, como uma das vertentes da historiografia, a de historiadores militares que afirmam que a guerra foi fruto da agressão paraguaia, e que os membros da Tríplice Aliança se limitaram a defender-se. Uma segunda linha de historiadores defenderia a ideia de que Solano López seria o herdeiro de Bolívar e outros líderes da causa hispano-americana.

Apresenta como uma terceira vertente os *revisionistas* que defendem a ideia de que a guerra foi instigada por interesses imperialistas dos ingleses, que veriam o Paraguai como um perigo a sua preponderância. Enumera uma quarta vertente historiográfica, que defende que a

²⁴ CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY, 2004, p. 12.

²⁵ REIS, Maria de Lourdes Dias. *Imprensa em tempo de guerra: O jornal Jequitinhonha e a Guerra do Paraguai*. Belo Horizonte: Cuatiara, 2003. 4. Ed. 2008. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/63996468/Diario-brasileno-de-la-guerra-del-Paraguay-MARIA-DE-LOURDES-DIAS-REIS-PortalGuarani> acesso em 18/05/2012. Acesso em 10 mar. 2014.

guerra se originou nos conflitos de fronteira e a afirmação das nacionalidades. Lembra que a Nova História Militar se debruça sobre o tema com obras que fogem do roteiro tradicional, como as duas citadas por nós anteriormente.

Doratioto (2002) também procura identificar as correntes historiográficas.²⁶ Cita a *historiografia tradicional brasileira e paraguaia*, que minimiza a participação dos aliados e que considera Solano López responsável pelo conflito. Outra do *revisionismo populista* que, no Paraguai, historiadores passam a considerar López como herói nacional que submergiu ante a intransigência de seus vizinhos. “Nas últimas décadas do século XX, a história da guerra foi ‘retrabalhada’ pelo revisionismo populista, ao se criar o mito de Solano López grande chefe militar e, absurdamente, líder anti-imperialista.”²⁷ E, no Brasil, historiadores passam a creditar o conflito ao Império. Uma extensão deste *revisionismo*, que se firmou entre as décadas de 60 a 80 do século XX, ampliando os inimigos do Paraguai, incluindo no rol, além dos países da Tríplice Aliança, a Inglaterra como principal instigadora da guerra. E autores que contestam o revisionismo e creditam as razões do início da Guerra do Paraguai aos vetustos conflitos regionais.

Especificamente sobre a Batalha do Avaí, a historiografia brasileira refere-se há ela de forma indireta, estudada em um grupo de acontecimentos que alguns historiadores denominam de *Dezembrada* e outros como a *Manobra do Piquissirí*. Um episódio de um momento superior. Como uma data obscura, sem o apelo chamativo de datas consagradas no imaginário popular, de um livro de efemérides.

Não é mais desconhecida em virtude de uma obra de arte grandiosa. O quadro de Pedro Américo que demonstra a visão do pintor sobre o evento.

Autores como Tasso Fragoso (1934) incluem a Batalha do Avaí no contexto da *Manobra do Piquissirí*.²⁸ Tal fato pode ser verificado no rol por ele organizado das tropas brasileiras em dezembro de 1868. A descrição sucinta se refere ao total das forças desembarcadas em San Antonio, em um primeiro momento, e a cavalaria em Ipané, em um segundo momento. Após a batalha da ponte do riacho de Itororó não encontramos uma relação das tropas que fizeram parte da Batalha do Avaí. Isto é compreensível, pois o historiador entende a Batalha do Avaí como um episódio em um evento mais portentoso – a *Manobra do Piquissirí*.

²⁶ DORATIOTO, Francisco F.M. *Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.

²⁷ DORATIOTO, 2002, p.18.

²⁸ FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Vol. IV. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior do Exército, 1934.

Wierderspanh (2002), em seu livro de 1934 sobre as batalhas do Exército Brasileiro²⁹, em que ele vê situações de semelhança com a Batalha de Canas, descreve, entre outras batalhas, a Batalha do Avaí. Ou seja, a Batalha do Avaí é um episódio de seu livro. Denota a importância da batalha não ofuscando sua celebridade ao declarar que “[...] o duplo envolvimento de Avaí torna esta batalha um dos modelos sul-americanos, uma Cannae brasileira, para também aqui glorificar a mesma doutrina que, em 1918, fez tremar Paris [...]”.³⁰

Ao analisarmos a Batalha do Avaí, procuraremos não nos fixarmos apenas na descrição da batalha, dos movimentos das tropas, dos líderes que nela combateram – o que se convencionou denominar de História Militar Tradicional –, mas procuraremos demonstrar as “forças profundas” que contribuíram para o acirramento dos ânimos das tropas, dos comandantes militares, diplomatas e políticos. Além disso, procuraremos responder uma indagação que permeia nosso texto: é possível inferir dos elementos humanos e materiais utilizados na batalha os fundamentos da economia do país que as tropas defendem?

Utilizaremos aspectos da economia, da sociedade e da diplomacia para tentar responder os questionamentos.

Keegan (1995), um dos expoentes da Nova História Militar, descreve que os principais problemas dos exércitos são os meios de locomoção utilizados - a capacidade de se locomover -, prover as tropas de alimentos/petrechos e possibilitar um abrigo seguro para as tropas em combate. Os aspectos logísticos (dar condições de combate ao exército) são de suma importância desde os primeiros conflitos. “Como alimentar, abrigar e movimentar um exército em campo continuam a ser os problemas principais e mais persistentes que um comandante tem de resolver.”³¹ Demonstrar como os comandos dos exércitos envolvidos na Batalha do Avaí resolveram esses e outros problemas são nossos objetivos.

Partindo dessa premissa – como abastecer – procuramos desvelar as origens dos suprimentos de boca (alimentos, bebidas), petrechos (uniformes, armas, munições) e, como se dava o transporte. Identificadas as práticas logísticas e a origem dos meios distribuídos, tentamos inferir o estágio de desenvolvimento da economia e da sociedade de onde emergiram os combatentes e os meios de combate por eles utilizados no dia 11 de dezembro de 1868.

²⁹ WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *Cannae e nossas batalhas: ensaios à luz das idéias schlieffenianas*. 2.ed.- Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.

³⁰ WIEDERSPAHN, 2002, p.41.

³¹ KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.79.

Keegan (1995), polemizando sobre a famosa frase de Clausewitz, afirma que a guerra é mais que a continuação da “política por outros meios”³², ressaltando que a forma de lutar é uma expressão da cultura de um povo.

Se sua mente tivesse apenas mais uma dimensão intelectual – e se tratava de uma mente já muito sofisticada -, talvez pudesse ter percebido que a guerra abarca muito mais que a política, que é sempre uma expressão da cultura, com frequência um determinante das formas culturais e em algumas sociedades, é a própria cultura.³³

Retirando a primazia da Política na condução dos destinos (Ares/Marte inclusive), assim se posiciona Keegan: “Para nós, a cultura parece ser a grande determinante de como os seres humanos se comportam; nos inexoráveis debates acadêmicos entre ‘natureza e cultura’, é a escola da cultura que obtém mais apoio dos espectadores. Somos animais culturais [...]”.³⁴ Outros afirmam ou insinuam, relativizando suas conjecturas/certezas, que somos animais políticos, econômicos, naturais. De qualquer forma, utilizaremos também aspectos culturais com ou sem primazia.

Para demonstrar as diferenças entre as maneiras de lutar, Keegan descreve o que considera ser o “modo de lutar ocidental”, alicerçado na ordem, na disciplina e na maneira de combater.³⁵ As batalhas dar-se-iam face a face, combate até a morte, com justificativa para realizar a matança – a “ética da guerra santa” – com uso intenso de novas tecnologias.³⁶ Este seria o modo “civilizado” de guerrear, pressupõe seguir regras, acordos, tratados mesmo em campos de batalha. Segundo ele, esta maneira de combater “expressava a cultura” ocidental.³⁷ Em seguida, descreve o “modo de combate” de outras sociedades onde, por exemplo, o saque, o estupro, o massacre de indefesos eram práticas culturais de guerra. Os Cossacos eram aceitos – pois são deles que fala nosso autor – como uma necessidade. Segundo Keegan, em relação aos Cossacos, os militares ocidentais, “[...] seus irmãos civilizados decidiram cobrir com um véu seus hábitos de saquear, pilhar, estuprar, assassinar, raptar, extorquir e sistematicamente vandalizar.”³⁸ Os parâmetros “civilizados” para moderar o horror das guerras também não faziam parte da cultura de guerra dos *Klephts* helenos, que lutavam contra o domínio otomano. Keegan relata a desilusão, o desencanto dos combatentes que os

³² Keegan informa que o texto no original alemão é mais sutil. Ibid., p.19.

³³ KEEGAN, 1995, p.28.

³⁴ Ibid., p.20.

³⁵ Marechal de Saxe, apud KEEGAN, 1995, p.28.

³⁶ KEEGAN, 1995, p.402-404.

³⁷ Ibid., p.21-28.

³⁸ Ibid., p.22.

auxiliavam na luta pela liberdade política, vindos de países ocidentais europeus. Os *Klephts* preferiam “fugir e lutar outro dia” do que lutar até o último homem, como seus ancestrais. O modo de guerrear era reflexo da cultura dos cossacos e dos gregos. Expressavam a cultura de suas sociedades.³⁹

Para fundamentar a assertiva de que a guerra é uma questão cultural, Keegan (1995) apresenta alguns “estudos de caso” que demonstram cabalmente tal aspecto. Cita como exemplos os habitantes da ilha de Páscoa, os zulus, os mamelucos e samurais. Nessas sociedades, em dado momento, alterações ecológicas, econômicas, religiosas e tecnológicas levaram a alterações ou manutenção artificial na forma de se fazer a guerra. O modo de guerrear assume diferentes formas em diferentes sociedades. A maneira de guerrear está intimamente ligada aos pilares da sociedade.

Na primeira forma, as restrições teocráticas à guerra acabavam sendo superadas pela necessidade material. Isso fica claro na história misteriosa da ilha de Páscoa. Na segunda, na qual o domínio dos guerreiros assumiu uma forma extrema no reino dos zulus, foi o caos social ambiente que transformou a comparativa benevolência de uma sociedade pastoril primitiva. Na terceira, a dos mamelucos do Egito, as proibições religiosas a que membros do mesmo credo guerreassem entre si deu origem à estranha instituição da escravidão militar. Na quarta, a dos samurais do Japão, um aperfeiçoamento disponível dos meios técnicos de guerrear foi proibido em nome da preservação da estrutura social existente.⁴⁰

Caso Keegan esteja correto sobre a predominância cultural para definir a forma que se faz guerra, podemos inferir que na Batalha do Avaí a cultura brasileira e a cultura paraguaia foram ao combate. Mas seriam muito distintas as duas sociedades oriundas da cultura ocidental mescladas com ameríndios e africanos? As duas sociedades com seus pilares forjaram os soldados. Os atos por eles praticados antes, durante e depois da batalha refletem os condicionantes de suas sociedades? Caso as respostas às duas indagações sejam “sim”, então devemos a partir das condições reinantes na batalha, tentar inferir a sociedade de que se originaram para compreender a batalha e todas as suas condicionantes. Assim, observar apenas os acontecimentos da batalha reduziria a matiz e os historiadores/estudantes que o fizessem estariam “[...] vendo apenas a ponta do *iceberg*. É muito comum que o sucesso ou o fracasso, no campo da luta, seja o resultado da vontade e da força da sociedade no país, política, economicamente e socialmente, e assim por diante.”⁴¹ Os autores contemporâneos e

³⁹ KEEGAN, 1995, p.22-28.

⁴⁰ Ibid., p.41-42.

⁴¹ MATLOFF, 1982, p.431. Grifo do autor.

posteriores produzindo sobre a Guerra do Paraguai e suas batalhas, analisando-as sob a perspectiva do modo de fazer guerra ocidental, não poderiam excluir os parâmetros balizadores e formadores da sociedade brasileira; se o fizeram ou venham a fazer, julgaram ou julgarão, portanto, com balizas alienígenas.

Unidades lusas, luso-brasileiras, coloniais, com oficiais europeus ou formados no modo europeu de guerra (modo de guerra ocidental), foram escaladas para combater índios no Brasil nos séculos XVI e XVII e sofreram seguidas derrotas. Possivelmente porque a maneira de combater a europeia não se coadunava com o terreno, a natureza e a forma de combate indígena, eram necessários outros meios para confrontar a forma de guerrear praticada há tempos pelos indígenas. Os terços (batalhões/regimentos) portugueses, mistos ou coloniais estavam preparados para um tipo de guerra diverso do que encontraram no Brasil. Seriam necessários avanços temerários nas selvas, durante longos anos, sem o abastecimento usual das tropas de linha lusas. As sucessivas derrotas impostas às tropas regulares ou ordenanças em guerra contra os silvícolas, levou a necessidade de contratar paulistas que se adaptavam as condições de luta dos locais.⁴² Ou seja, fez-se necessário a contratação de bandeirantes. Neste caso não foi a sociedade, as condições materiais e religiosas que se alteraram/mantiveram a forma de guerrear, mas tropas de um continente, mistas ou coloniais com treinamento ou rotina de guerra em defesa ou ataque de outras sociedades similares foram lançadas além oceano para combater indivíduos em outro meio, em outra sociedade com outro modo de guerrear, sem adaptações. Fracassaram.

Durante a Guerra Brasílica, conflitos entre luso-brasileiros e holandeses pela posse de áreas nordestinas infestaram a colônia com militares europeus. Em razão da superioridade militar dos holandeses, as tropas luso-brasileiras adotaram uma forma de combate que mesclava ingredientes do modo de guerra europeu e do modo de guerra indígena. Tropas regulares, ocupando pontos fortificados, ficavam a retaguarda das áreas em que ocorriam os atritos. Nessas áreas, tropas volantes compostas por lusos, brasileiros e indígenas faziam guerra de atrito de longa duração na intenção de desgastar o inimigo. Este modo de fazer a guerra era distinta da maneira europeia. Jerônimo de Albuquerque explicava a seus oficiais, geralmente experientes nos conflitos da Europa “[...] que essa guerra que faziam aqui no Brasil não era a ‘guerra de Flandres’, isto é, à moda europeia.”⁴³ Alguns europeus, acostumados ao modelo de guerra ocidental, sentiam e explanavam sua repulsa ao modo e ao

⁴² PUNTONI, Pedro. A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégias militares na expansão da fronteira da América Portuguesa (1550-1700). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 43-66. p. 62.

⁴³ *Ibid.*, p.50.

ambiente em que ocorriam as batalhas. “D. Luís de Rojas y Borja, veterano das guerras de Flandres, quando veio ao Brasil teria exclamado, indignado com o tipo de luta que travavam na terra, que ‘não era macaco para andar pelo mato’.”⁴⁴

A guerra brasílica fugia aos ditames da arte da guerra vigente na Europa, dentre suas características destacam-se a extrema violência contra os infelizes que eram aprisionados ou feridos em combates. “A guerra brasílica de Albuquerque não respeitava as regras da arte militar, exagerando na crueldade e não dando quartel aos prisioneiros e feridos.”⁴⁵ Pode-se perceber o surgimento de um modo de guerra com características endógenas e exógenas, próprio das terras e das gentes do Brasil. Uma simbiose com elementos europeus e brasileiros. “Segundo Cabral de Mello, esta seria a primeira indicação da consciência de uma ‘guerra brasílica’, que se definia como a percepção de uma arte ou estilo militar peculiar do Brasil e melhor adaptada às condições ecológicas e sociais.”⁴⁶ A guerra brasílica parecia ser a melhor forma de se utilizar os marginalizados da sociedade brasileira. O uso da guerrilha não se prende a questões de arte militar, mas

nestes inícios de guerra [1630-36] ao fato de que a guerrilha oferecia a única maneira de utilização militar da camada mais ínfima e economicamente marginalizada da população local, mestiços e ociosos, malfeitores, foragidos da justiça d’elrei, inábeis para a disciplina das guarnições como antes já se tinham revelado refratários à rotina dos engenhos.⁴⁷

Keegan (1995), avaliando os fatores que determinam a organização de modos de combater, e que estes estão intimamente ligados à sociedade e a forma como ela se organiza, lembra que: “Os sociólogos militares assumem como premissa a proposição de que qualquer sistema de organização militar expressa a ordem social da qual emergem [...]”⁴⁸ Caso esses sociólogos estejam utilizando premissa correta, a ‘guerra brasílica’ é oriunda de uma sociedade distinta ou com elementos distintos da sociedade europeia, em um ambiente hostil para os europeus e com combatentes – os índios – com sociedade e cultura militar distinta da Europa. “Nesse sentido, a ‘guerra brasílica’ era resultado não só da acomodação da arte militar europeia às condições ecológicas do Nordeste, como também da assimilação de técnicas locais de guerra.”⁴⁹

Em sua crítica ao militar prussiano Clausewitz por dar primazia a política na gênese da

⁴⁴ PUNTONI, 2004, p.51.

⁴⁵ Ibid., p.50.

⁴⁶ Ibid., p.50.

⁴⁷ MELLO Apud PUNTONI, 2004, p.52.

⁴⁸ KEEGAN, 1995, p.237.

⁴⁹ PUNTONI, 2004, p.52.

guerra, Keegan (1995) depreende que ele abstraiu outros fatores como a cultura. Neste ínterim, apresenta uma definição de cultura como sendo “[...] o grande carregamento de crenças, valores, associações, mitos, tabus, imperativos, costumes, tradições, maneiras e modos de pensar, discurso e expressão artística que lastreia toda a sociedade [...]”.⁵⁰ A tentativa de manter a ordem social determinou a forma de se fazer guerra no Japão – contexto em que está inserida a definição de cultura de Keegan. A manutenção da tecnologia dos petrechos de guerra, evitando através de proibição o uso de armas de fogo perpetrada por dirigentes japoneses, no afã de manter a ordem social inalterada, permitiu a manutenção da arte da guerra dos samurais. Além desse exemplo, verificamos o aparecimento de uma nova arte da guerra no Brasil Colônia: a “guerra brasílica” agregava elementos da arte da guerra ocidental e a arte da guerra dos guerreiros indígenas e elementos excluídos da sociedade. Caso seja correto afirmar que a variedade de formas de organização militar observáveis no século XIX, porém ignoradas por Clausewitz, sejam oriundas de características sociais dos grupos que formavam algumas tropas engajadas, como por exemplo, os suíços, os lanceiros poloneses, refugiados sérvios ou tártaros lituanos, então, a arte de guerra brasílica é reflexo da sociedade brasileira dos séculos iniciais da colonização do Brasil.⁵¹

1.2 TEMPOS HISTÓRICOS: A RAÇA, O MEIO E O MOMENTO

Como será possível depreender, a geografia e a ocupação humana do espaço geográfico influenciaram firmemente as relações entre espanhóis, portugueses e, posteriormente, as nações oriundas dos antigos impérios coloniais na Bacia do Rio da Prata. Com fulcro neste pressuposto – a influência das ações humanas sobre o meio -, pretendemos demonstrar que a análise da história local pode ser realizada com base nos pressupostos de Taine. “*Tres fuentes diversas contribuyen a producir ese estado moral elemental: la raza, el medio y el momento.*”⁵² O título da seção faz referência ao modelo de interpretação da história proposto por Taine. Pioneiro, por sua proposta, “[...] Taine foi quem primeiro apresentou o modelo de história total, cuja composição seria dada em três níveis, que ele caracterizou como *a raza, o meio e o momento.*”⁵³. A interpretação dos passos da humanidade sobre o planeta Terra se daria em três níveis distintos, visando à totalidade da

⁵⁰ KEEGAN, 1995, p.64.

⁵¹ Ver KEEGAN, 1995, p.235 e seguintes.

⁵² TAINE, Hipólito. *Historia de la literatura inglesa*. Buenos Aires: Editorial Americalee, 1945. Grifo do autor.

⁵³ DECCA, Edgar Salvadori de. Euclides e Os sertões: entre a literatura e a história. IN: FERNANDES, Rinaldo de (Org.). *O Clarim e a oração: cem anos de Os sertões*. São Paulo: Geração Editorial. 2002, p.157-188. p.163. Grifo do autor.

narrativa do caminhar humano. O modelo de descrição tripartite⁵⁴ se daria com a análise dos aspectos físicos, naturais, ou como se convencionou denominar, de paisagem, que Taine caracteriza como *o meio*. A geografia humana, os elementos de formação do homem, seria outro objeto de análise com a nomenclatura de *a raça*. E os acontecimentos cotidianos, o correr da vida humana, com suas idas e vindas, com suas idiossincrasias e convergências, com as rotinas e os acidentes que lhe afetam o viver, foram denominados de *o momento*.⁵⁵

A estrutura da narrativa historiográfica, nestes moldes, ou seja, divididos em três partes, remetem de imediato a dois clássicos da historiografia: a obra de Euclides da Cunha, *Os sertões*, que está dividida em três grandes segmentos: A terra, o homem e a luta⁵⁶; e *O Mediterrâneo e o mundo Mediterrâneo à época de Filipe II*, de Fernand Braudel, que também divide sua obra em três partes: *La influencia del medio ambiente* (longa duração); *Destinos colectivos y movimientos de conjunto* (media duração)⁵⁷; e *Los acontecimientos, la política y los hombres* (curta duração).⁵⁸ A Escola dos Annales adotou a estrutura de análise de Taine, desenvolvida por Cunha e Braudel, como um dos modelos de interpretação historiográfica mais utilizada e defendida por seus membros. Historiadores brasileiros, como Murari (2007)⁵⁹, vêm chamando a atenção para tais similaridades entre as duas obras,

[...] a noção de temporalidade que o escritor imprime ao sertão é similar ao que Braudel definiu como *a longa duração*, a estrutura profunda associada às condições geográficas que o tempo demora muito a alterar, e que limita a ação humana. Prevalece aí a metáfora do sertão como um *oceano imóvel, sem Vagas e sem praias*, [...].⁶⁰

Euclides da Cunha, ao desenvolver a primeira parte de sua obra *A terra*, aproxima-se da descrição de Braudel sobre o “*Tempo geográfico*”, a *longa duração*, o mesmo ocorrendo com as outras duas partes em que estão divididas as obras dos destacados autores. “[...] Braudel, em sua obra, utiliza os tempos sociais da estrutura, da conjuntura e do

⁵⁴ Ver NOGUEIRA, Nathália Sanglard de Almeida. Margear o outro: viagem, experiência e notas de Euclides da Cunha nos sertões baianos. 2013. Dissertação (Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. p.33;98. Disponível em:< <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1705.pdf>> Acesso em: 27 maio 2015.

⁵⁵ “Este modelo de história total sugere que a primeira panorâmica de uma obra historiográfica deve ser realizada com relação à paisagem e depois devem ser dispostos os outros elementos que compõem o mundo histórico” (DECCA, 2002, p.172).

⁵⁶ CUNHA, Euclides. *Os sertões*. V.I e II, São Paulo: Abril, 2010.

⁵⁷ BRAUDEL, Fernand. *El Meditirraeo y el mundo Mediterraneo en la época de Felipe II*. t.1 México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

⁵⁸ BRAUDEL, Fernand. *El Meditirraeo y el mundo Mediterraneo en la época de Felipe II*. t.2 México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

⁵⁹ MURARI, Luciana. *Brasil- Ficção geográfica: ciência e nacionalidade no país d’Os sertões*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007.

⁶⁰ *Ibid.*, p.50-51. Grifo do autor.

acontecimento e Cunha, [...] parte do mais geral ou estrutural - o meio físico, passa pelo tempo conjuntural - o homem, até o momento do acontecimento - a luta.”⁶¹ O mesmo raciocínio pode ser percebido no texto de Decca (2012), que ao apontar *Os sertões* como obra historiográfica que antecede o modelo utilizado por Braudel, na composição de *O Mediterrâneo e o mundo Mediterrâneo à época de Filipe II* e inúmeras obras dos *Annales*, não ocorrem por acaso, mas tem sua gênese na utilização pelos autores da metodologia de Taine. “Ao invés dos capítulos referentes às longa, média e curta duração, na obra de Euclides a realidade histórica é apresentada em sua tríplice dimensão: a natureza, o homem e a contingência do momento, isto é, a luta”.⁶²

Partimos dessa premissa: a interpretação histórica em três níveis. Estes níveis, construção histórica, na tentativa de descrever o mais completamente possível a história, escalonando-a em níveis distintos e complementares: a longa, a média e a curta duração. Braudel, ao explicar o seu método de análise histórica, solicita, na introdução de seu famoso livro, o auxílio dos leitores para que eles o ajudem intercalando as informações que ele, por questão metodológica, fатиou em três partes.⁶³ Tentar-se-á, com nossas limitações, subdividir nosso texto em três partes e, dentro de cada nível, tentar descrever a atuação dos seres humanos intercalando aspectos geográficos, humanos e do momento em cada uma das partes.

Aspectos da longa duração, o espaço geográfico, ficarão evidentes nos inúmeros conflitos pela posse da região do Rio da Prata. As permanências, desde os primórdios da colonização até 1979, atestam a repetição e a constância de elementos que pouco se alteram ou mudam com vagar. Dentre as partes que compõem este método de investigação da História, “A primeira põe em questão uma história quase imóvel, a do homem em suas relações com o meio que o cerca; uma história lenta no seu transcorrer e a transformar-se, feita com frequência de retornos insistentes, de ciclos incessantemente recomeçados”.⁶⁴ A esta *longa duração*, Taine denominou de *O meio* e, Euclides da Cunha de *A terra*. No segundo nível, o ritmo é pouco mais acelerado que o primeiro: *media duração*. “*Por encima de esta historia inmóvil se alza una historia de ritmo lento: la historia estructural de Gaston Roupnael, que nosotros llamaríamos de buena gana, si esta expresión*

⁶¹ SILVA, Marcos Francisco da. Os Sertões: Uma obra de características braudelianas?. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 3, n. 2. 2002. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1197/1012>> Acesso em: 03 abr.2015.p.08.

⁶² DECCA, 2002, p.185.

⁶³ “*El lector tendrá que combinar las sucesivas imágenes de este libro, y ayudar así al autor a reconstruir la unidad de un complicado destino, que sólo le ha sido posible captar y evocar volviendo a él hasta tres veces*”. (BRAUDEL, 1997. p.09).

⁶⁴ BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo Mediterrâneo à época de Filipe II*. IN:_____. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1992. Cap. 1, p. 13-16. p.13-14.

no hubiese sido desviada de su verdadero sentido [...]”.⁶⁵ Neste nível, o foco de análise seriam as “estruturas” econômicas, sociais, políticas, Estados, o que Braudel denomina de as ações dos grupos. O intento é evidenciar “[...] como todas essas forças de profundidade agem no domínio complexo da guerra. Pois a guerra, nós o sabemos, não é puro domínio de responsabilidades individuais”.⁶⁶ Partindo da ocupação da Bacia do Prata, com sua fartura de terras e águas, os homens se prendem aos aspectos naturais, se adaptam e, em simbiose, as terras, as águas e os homens estabelecem uma rotina de convivência, em que as mudanças são encaradas como indesejáveis. As mudanças são vagarosas, quase imperceptíveis. Dos grupos humanos que se estabelecem na região, modelam-se organismos burocráticos, religiosos, atividades econômicas, comércio exterior, sociedades, Estados, enfim, estruturas humanas, sobre um arcabouço imóvel. Em um terceiro estrato a “[...] *historia tradicional o, si queremos, la de la historia cortada, no a la medida del hombre, sino a la medida del individuo, la historia de los acontecimientos, de François Simiand: la agitación de la superficie, las olas que alzan las mareas en su potente movimiento.*”⁶⁷ Essa agitação, Euclides da Cunha, nos demonstra em *A luta*, a descrição brilhante da conjunção dos três tempos históricos. Braudel nos aconselha a nos prevenirmos dele, mas deliciosamente descreve este “tempo” humano como, “[...] a mais apaixonante, a mais rica em humanidade, a mais perigosa também”.⁶⁸

Ao analisarmos os acontecimentos de 1868 com utilização do método de Taine, como partida, para sua descrição, não nos esquecemos de que o homem, que habita ou habitou a região do Rio da Prata se encontra enclausurado em superposições.

O exemplo mais acessível parece ainda o da coerção geográfica. Durante séculos, o homem é prisioneiro de climas, de vegetações, de populações animais, de culturas, de um equilíbrio lentamente construído, do qual não pode desviar-se sem o risco de pôr tudo novamente em jogo. Vede o lugar da transumância na vida montanhesa, a permanência de certos setores de vida marítima, enraizados em certos pontos privilegiados das articulações litorâneas, vede a durável implantação das cidades, a persistência das rotas e dos tráficos, a fixidez surpreendente do quadro geográfico das civilizações.⁶⁹

1.3 BRASIL: ESCRAVISMO E MONOCULTURA

⁶⁵ Ibid., p.14.

⁶⁶ BRAUDEL, loc. cit.

⁶⁷ BRAUDEL, 1997, t.1, p. 18.

⁶⁸ BRAUDEL, 1992, p.14.

⁶⁹ Ibid., p.50.

Para a compreensão plena da Batalha do Avaí, é necessário entender as bases econômicas em que se sustentavam os dois exércitos. Em nosso entendimento, a economia é uma das balizas que determinam a sociedade. Assim, é necessário depreender como é realizada a produção nos dois Estados em conflito. Para que possamos entender de onde eram oriundos os indivíduos que compunham as tropas e seus oficiais é necessário depreender de qual sistema econômico são originários. Pois o estrato econômico contribui e recebe contribuições na construção da organização política, religiosa, social e a base legal que regulamenta tal sociedade. Em linhas gerais, pode-se dizer que predominaram no Brasil a produção em grandes propriedades durante largo período de sua história. A grande propriedade, a *plantation*, foi o principal tipo de propriedade produtora de bens durante longo tempo, desde o período colonial e durante o Império, até o momento que é objeto de nosso estudo (segundo semestre de 1868). A estrutura de produção predominante baseava-se em grandes áreas de terra, força de trabalho essencialmente escrava e a maior parte de sua produção era destinada à exportação⁷⁰.

Completam-se assim os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Estes três elementos se conjugam num sistema típico, “a grande exploração rural”, isto é, a reunião *numa mesma unidade produtora* de grande número de indivíduos; é isto que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira. Como constituirá também a base principal em que se assenta toda a estrutura do país, econômica e social.⁷¹

A clássica definição de Caio Prado Junior influenciou gerações de historiadores brasileiros. É a explicação mais comum sobre a organização agrária brasileira no período de tempo que se origina no Brasil Colônia e permanece até 1868. Outros setores produtivos, do setor primário, também obedecem à mesma estrutura.

[...], a mineração, que a partir do século XVIII formará a par da agricultura entre as grandes atividades da colônia, adotará uma organização que afora as distinções de natureza técnica, é idêntica à da agricultura; concorrem para isto, de uma forma geral, as mesmas causas, acrescidas talvez da feição geral da economia brasileira já tomara quando a mineração se inicia. É ainda a exploração em larga escala que predomina: *grandes unidades*, trabalhadas por escravos. A atividade dos “fiscadores”, que corresponde na mineração ao trabalho individual do pequeno lavrador autônomo da agricultura, e que

⁷⁰ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 23ª ed. – São Paulo: Brasiliense, 1997.p.122.

⁷¹ *Ibid.*, p.122-123 Grifo do autor.

chegou a tomar vulto considerável no Brasil, é, como veremos, resultado da decomposição do regime econômico e social das minas.⁷²

Caio Prado Junior descreve um período estático da organização econômica do Brasil. O caráter subordinado ao comércio exterior, ao produzir artigos que no momento tem mercado certo, pois é o que a demanda dos países centrais almejam, permeia todo o período. Entre os agravantes originados da estrutura econômica, pode-se destacar a concentração de renda que impera em todo o período. Esta estrutura gera uma grande massa de excluídos e de subempregados que vegetam a margem da estrutura principal de produção.

São estes, em suma, os característicos fundamentais da economia colonial brasileira: de um lado, esta organização da produção e do trabalho, e a concentração da riqueza que dela resulta; do outro, a sua orientação, voltada para o exterior e simples fornecedora do comércio internacional. Nestas bases se lançou a colonização brasileira, e nelas se conservará até o momento que ora nos interessa. Não há na realidade modificações substanciais do sistema colonial nos três primeiros séculos de nossa história. Mais não se fez neste período de tempo que prolongá-lo e o repetir em novas áreas ainda não colonizadas.⁷³

Tal paralisia se estendia também para atividades manufatureiras. O setor secundário, quando não era proibido, apresentava pouca ou nenhuma evolução. Caso típico é da produção de açúcar.

As indústrias complementares da agricultura também se mantinham na mesma inércia. Os engenhos de açúcar em nada se tinham modificado, e a minuciosa e tão bem feita descrição que deles fez Antonil em princípios do séc. XVIII, ainda se ajustava, tal qual, aos engenhos de cem anos depois.⁷⁴

A economia não sofre alteração substancial com a Independência. A economia do Brasil, bem como dos demais países da América Latina, incorpora-se com maior vigor à economia capitalista internacional, ampliando as *plantations*⁷⁵. A economia baseada na força de trabalho escrava persiste.

A Independência das colônias na América não significou uma brusca mudança nos quadros econômicos tradicionais. Em muitas regiões a estrutura tradicional se manteve e o escravo continuou a ser a mão-de-obra

⁷² Ibid., 1997, p.123 Grifo do autor.

⁷³ PRADO JÚNIOR, 1997, p.125.

⁷⁴ Ibid., p.137-138.

⁷⁵ COSTA, Emília Viotti da. O escravo na grande lavoura. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *O Brasil monárquico: reações e transações*. t.2; v.3. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. (História da civilização brasileira; t.2; v.3)

preferida. Em certos casos, o desaparecimento dos antigos monopólios comerciais e a incorporação dessas regiões ao mercado europeu acarretou o desenvolvimento da Grande Lavoura e o incremento do tráfico de escravos. O processo de desagregação do sistema escravista foi longo e difícil.⁷⁶

A nova organização política não redundou em nova estrutura econômica. O longo período de utilização de escravos para produção permanece após o país tornar-se um Império.

Pressionado pelos interesses internacionais de um lado, controlado pelos representantes dos setores agrários do outro, impossibilitado de desenvolver outros tipos de economia, o país continuava apegado às formas tradicionais de exploração da terra. Permaneciam as culturas de tipo extensivo, os latifúndios, o trabalho escravo, os métodos rotineiros, a ausência de mecanização, todo quadro, enfim, da agricultura colonial. Economia de exportação, sujeita às oscilações do mercado internacional, assim fora na época colonial a produção do açúcar e continuará a ser, no país independente a produção do café. Juridicamente, a nação estava livre. Novas perspectivas se abriam, mas as estruturas tradicionais persistiam inalteradas, herdara-se uma economia: o latifúndio exportador e escravista, e uma tradição cultural: a mentalidade senhorial.⁷⁷

A produção de produtos destinados à exportação ocupa vastas áreas do território, bem como grande parte da força de trabalho. As exportações resumem-se a produtos agrícolas que englobam a maior parte do rol de produtos exportados com pouco ou nenhum benefício que possa lhe agregar valor. Alguns produtos englobam quase a totalidade das exportações. “Os oito produtos principais (café, açúcar, erva-mate, fumo, algodão, borracha, couro e peles) correspondiam a 86% do valor da exportação no início; a 91%, no meio; a 96%, no fim do século”⁷⁸.

A concentração dos fatores de produção nos artigos primários destinados ao mercado exterior caracterizava a continuação da estrutura econômica colonial. Tais produtos eram ou gêneros alimentícios tropicais ou matérias-primas de origem vegetal. Eram exportadas em estado bruto, na sua maior parte, ou após transformação elementar denominada beneficiamento. O mais importante deles, nessa fase, o café, surgira numa época de crise, condicionado em sua expansão à disponibilidade de determinados fatores e à sua pouca exigência quanto a capitais iniciais. A exportação compunha-se de reduzido número de produtos, concentrando-se progressivamente. O café aparecia como principal desde 1831. Ao alcançar quase 50% do valor total da exportação, nos meados do século, assinalava uma ascensão muito rápida. No último decênio do século atingiria 65%. Junto ao açúcar, representava 51%, no início do século; 70 a 80%, na metade do século.⁷⁹

⁷⁶ Ibid., p.135-136.

⁷⁷ COSTA, 2004, p.136-137.

⁷⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962. p.256.

⁷⁹ Ibid., p.256.

A pauta de importação denota a inserção do país no “pacto colonial”. As importações de produtos manufaturados, que para sua fabricação eram necessários pequenos ou poucos desenvolvimentos técnicos, permitem visualizar o caráter econômico do Império.

Em 1839/1844, entre as vinte e cinco mercadorias importadas, pela ordem decrescente com que figuram, em valor, então: manufaturas de algodão: 33,8%; manufaturas de lã: 6,5%; farinha de trigo: 5,9%; bebidas: 5,7%; manufaturas de linho: 4,2%; manufaturas de sêda: 3,7%; carnes (charque): 3,6%; ferragens: 3,2%; manteiga 1,9% e bacalhau: 1,6%. Podemos agrupar as importações, considerando as referidas vinte e cinco mercadorias principais em valor, da maneira seguinte:

- vestuário e calçado.....	53,2%
- alimentícios.....	21,0%
- utensílios.....	6,6%
- carvão.....	1,0%
- máquinas.....	0,2%
- outros.....	18,0%

A contribuição dos bens de consumo, vestuário, calçados, alimentícios e utensílios, 80,8%, revela a estrutura colonial brasileira, que não os produzia, isto é, não produzia as utilidades mínimas indispensáveis à população, ao mercado interno. A ínfima contribuição do carvão, 1,0%, e das máquinas, 0,2%, frisa a precariedade manufatureira, no momento mesmo em que o vapor era aplicado no mundo como força motriz.

Estas mesmas parcelas, em 1870/1875, apresentavam-se já numa ordem diferente:

- vestuário e calçado.....	49,1%
- alimentícios.....	19,6%
- utensílios.....	10,7%
- carvão.....	3,5%
- máquinas.....	2,9%
- outros.....	14,2%

A contribuição dos bens de consumo, 79,4%, assinala a continuação da estrutura colonial, mas já a contribuição do carvão começa a crescer, de 1,0% a 3,5%, passando do 17º para o 8º lugar na relação das

importações; a das máquinas ascedia de 0,2% para 2,9%, e do 25º para o 11º lugar na referida relação.⁸⁰

No período de 1870/1875, as principais importações são de vestuário e sapatos. Em um país em que a produção de matéria-prima para a confecção de roupas e calçados é abundante, podemos verificar o grau de dependência para aquisição de tais produtos.

O esquema rígido utilizado para descrever a estrutura econômica do Brasil, até o período de nosso interesse, vem sendo revisto por historiadores desde a década de 1970⁸¹.

Considera-se hoje que o Brasil colonial teve um desenvolvimento bastante diferente daquele apresentado por Caio Prado. É que mudou a ótica de observação: os historiadores passaram a analisar o funcionamento da colônia. Não que a intenção da política metropolitana fosse diferente do que propõe o autor.⁸²

1.4 PARAGUAI: REDUÇÕES JESUÍTICAS

A economia da região que se tornaria o Paraguai moderno teve a estrutura econômica profundamente tributária das estâncias estabelecidas por missionários jesuítas. A organização da produção deu-se em larga escala, de acordo com as disposições ditadas pelos membros da Companhia de Jesus. Ao chegarem à região da Bacia do Rio da Prata, procuraram segregar as comunidades indígenas, que acatavam sua pregação, em aldeamentos e, mais precisamente, na América Espanhola, em reduções. As reduções tinham o caráter sacro e toda uma organização social embasada na produção econômica realizada na área em que estava localizada. “Tôda a vida econômica das Reduções jesuíticas, compostas de índios civilizados, baseava-se no trabalho da lavoura, pecuária, manufatura, indústria e artes.”⁸³ As reduções buscavam a autossuficiência. Como ilhas para abrigar as ovelhas recém-adquiridas para o rebanho dos jesuítas, almejavam a produção de todos os bens necessários para sua manutenção, sobrevivência e necessário isolamento. “As reduções eram auto-suficientes graças à sua produção agrícola, desenvolvida na própria

⁸⁰ SODRÉ, 1962, p.257.

⁸¹ FARIA, Sheila de Castro. A colônia é mais embaixo. IN: *Revista de História*: Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/a-colonia-e-mais-embaixo>. Acesso em 03 ago. 2015.

⁸² Ibid.

⁸³ VALLE, Ruth do. *O sistema econômico nas Missões Jesuíticas*: reflexos na economia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Imprensa UFRGS, Faculdade de Ciências Econômicas, 1961. p.18.

redução (produziam cereais, cana-de-açúcar, tabaco e algodão), à indústria extrativa (ervamate), ao gado, [...], e à atividade industrial [...].”⁸⁴ A tentativa de autossuficiência pode ser explicada na relativa facilidade em conseguir força de trabalho para os labores dos campos agrícolas e para criação de gado dos mais variados tipos e, na busca do isolamento para criação da sociedade cristã que julgavam ideal, distante das imperfeições das sociedades espanholas e portuguesas. A força de trabalho disponível era toda utilizada. Procuravam incutir nos indígenas que a faina diária permitia não apenas o sustento do trabalhador e de sua família, mas contribuía para a formação de uma “cultura do trabalho”, como divisor entre o “civilizado” e o “não civilizado”. “Todos trabalhavam igualmente sem distinção alguma. Os sacerdotes, assim como os índios que desempenhavam funções as mais humildes, laboravam com o mesmo vigor no aproveitamento da terra e do tempo.”⁸⁵

As terras pertencentes à redução estavam divididas em duas diferentes formas de propriedade (uso da terra): uma coletiva e outra familiar.⁸⁶ Aos silvícolas, eram destinadas faixas de terra para seu uso e a responsabilidade sobre a produção recaía sobre a família que dela se apossava. Os produtos eram para utilização da família que trabalhava a faixa de terra. Recebiam as famílias, para o trabalho na terra, “[...] uma junta de bois para a auxiliar no amanho da terra”⁸⁷. Para evitar o consumo excessivo da produção e controlar o consumo, a maior parte desta ficava em celeiros controlados por jesuítas. As propriedades coletivas – “Propriedades de Deus” – com maior produção, estavam destinadas para servir os necessitados, manutenção de Colégios Inacianos, da própria redução e, eventualmente, para comércio. “A essa propriedade pertenciam as lavouras, estâncias, ervais e indústrias que serviam à comunidade, [...]. Plantava-se tôda sorte de grãos e cereais consumidos na Redução; criavam-se os gados maior e menor, [...].”⁸⁸ Como os padres jesuítas, por mais esforçados que fossem, quer tivessem a faculdade de trabalhar com afinco ou não, não poderiam manter apenas com seus esforços as “Propriedades de Deus”, buscavam auxílio, assim os indígenas para o bem comum deviam trabalhar alguns dias da semana por alguns meses nessas terras. “Nessa propriedade trabalhavam obrigatoriamente os silvícolas dois dias por semana durante

⁸⁴ FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. *Jesuítas portuguesas e espanhóis no sul do Brasil e Paraguai coloniais*. São Leopoldo: UNISINOS, 2003. p.39.

⁸⁵ VALLE, 1961, p. 5-6.

⁸⁶ Uma chamada de *ambabae* (aba- índio; *mbae-coisa*) e; *tupambae* (tupa-Deus; *mbae-coisa*). *Ibid.*, p.20-21.

⁸⁷ *Ibid.*, p.21.

⁸⁸ *Ibid.*, p.21.

seis meses; [...]”⁸⁹. Assim como na colônia lusa, os jesuítas, nas áreas espanholas, também utilizaram força de trabalho compulsória. Os cativos, indígenas ou africanos e seus descendentes, realizavam as atividades juntamente com seus companheiros reduzidos. “Lá, os principais colégios e haciendas em 1710 possuíam 1323 escravos, em 1753 já eram 2150 cativos e no ano da expulsão, em 1767, este número havia subido para 3164 escravos.”⁹⁰ O trabalho escravo é fundamental para o sucesso das reduções na área espanhola, bem como das fazendas jesuítas da área lusa. Assim, “[...] o trabalho compulsório dos negros e seus descendentes foi essencial. Os escravos dos jesuítas e suas forças de trabalho foram imprescindíveis para o sucesso da missão jesuítica nas Américas.”⁹¹

A produção realizada nas reduções era bem diversificada, predominando produção de milho e mandioca, base da alimentação dos índios missioneiros. Produziam também batata-doce, frutas hortaliças e trigo. Na pecuária, a produção que predominava era de gado bovino, com produção concentrada, mas não exclusiva, nas áreas comunais.⁹² Destaca-se também a produção de erva-mate. Além do consumo para os indígenas, era utilizada para exportação, gerando divisas para as reduções. “Um outro produto que tinha consumo e serviu como fonte financeira para o custeio das Reduções foi a erva-mate (**erva do Paraguai**), que crescia e se desenvolvia em toda a zona sul da América.”⁹³ A produção, portanto, não era voltada para a exportação. A manutenção das reduções e dos colégios jesuítas tinha prioridade. Obviamente produtos derivados do gado, principalmente o vacum, a erva-mate e eventuais sobras de produção, destinavam-se ao comércio, inclusive o ultramarino. Essa faceta e a policultura são diferenças evidentes com os grandes latifúndios das áreas lusas da América. “Os ervais dos **Sete Povos** de tal maneira progrediram que davam, perfeitamente, não só para o suprimento diário dos reduzidos, como até serviu de produto exportável, do maior

⁸⁹ Ibid., p.21.

⁹⁰ AMANTINO, Marcia. *Fazendas, engenhos e haciendas: os bens materiais e os escravos dos Jesuítas na Capitania do Rio de Janeiro e na Província Jesuítica do Paraguai, século XVIII*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308063418_ARQUIVO_textocompletoANPUH.pdf>. Acesso em 06 ago. 2015. p.9.

⁹¹ Ibid., p.17.

⁹² VALLE, 1961, p.22-26.

⁹³ Ibid., p. 27. Grifo do autor.

rendimento financeiro (praticamente o único) à vida das reduções.”⁹⁴ O consumo é tão expressivo, que a *pro rata*, enviada aos jesuítas, convocando tropas para lutar contra os portugueses na Colônia do Sacramento, em 1680, instruía o envio de 12 arrobas para cada grupo de cem índios combatentes.⁹⁵ Parcela da produção – com predominância da erva-mate – era destinada aos centros urbanos das imediações. “A produção era comercializada com centros urbanos da região (Buenos Aires, Assunção, Corrientes) e até exportada para a Europa.”⁹⁶

1.5 CONFLITOS: AS REDUÇÕES JESUÍTICAS E O ESCRAVISMO LUSO

As duas unidades produtoras esboçadas rapidamente não abarcando a complexidade delas próprias e, momentaneamente, abdicamos de esboçar as demais atividades econômicas realizadas no Império. Atendem apenas nosso interesse em apresentar estruturas de longa duração que durante séculos conviveram, com suas semelhanças e diferenças, conflituosamente em alguns períodos, com períodos de paz em outros, que, em nossa concepção criaram no imaginário da população e dos governantes, desconfianças que não foram debeladas e na década de 1860 exacerbaram-se. Entendemos que os encontros das duas civilizações criaram “forças profundas”⁹⁷ que nortearam as ações dos governos e seus diplomatas, levando-os a guerras.

Para compreender a ação diplomática, é preciso procurar penetrar as influências que lhe orientam o curso. As condições geográficas, os movimentos demográficos, os interesses econômicos e financeiros, os traços da mentalidade coletiva, as grandes correntes sentimentais, essas as forças profundas que formaram o quadro das relações entre os grupos humanos e, em grande parte lhes determinaram o caráter.⁹⁸

Os portugueses e seus descendentes continuamente procuravam expandir suas fronteiras. Geralmente a expansão se dava em razão da pobreza da área irradiadora, iniciativa privada, principalmente a expansão em direção aos rios Paraná e Paraguai. Essa expansão buscava também encontrar riquezas – ouro, prata, pedras preciosas – e, a força de trabalho

⁹⁴ Ibid., p. 29. Grifo do autor.

⁹⁵ BRASIL, Ptolomeu de Assis. *Batalha de Caiboaté*: episódio culminante da Guerra das Missões. 2ª reimpressão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010. p.11.

⁹⁶ FRANZEN, 2003, p.39

⁹⁷ RENOUVIN, P; DUROSELLE, J.B. Introdução à História das Relações Internacionais. São Paulo: difusão Européia do Livro, 1967. p.6.

⁹⁸ Ibid., p.6.

que predominava em seu sistema produtivo: o escravo. Sua gana em encontrar e tornar cativas as populações indígenas foi tal, que praticamente despovoou as costas da região Sul – Santa Catarina e Rio Grande do Sul – em poucos anos. “Desta forma, conseguiram os preadores despovoar a costa do Rio Grande do Sul e Santa Catarina em cêrca de 120 mil **Carijós**, nos lamentáveis anos de 1636 e 1641.”⁹⁹ Além das mortes causadas por doenças, trazidas por europeus, das guerras e da desarticulação do sistema de produção que os indígenas adotavam, antes do aparecimento de espanhóis e portugueses, grande parte das populações autóctones foram direcionadas compulsoriamente por ibéricos ao trabalho em grandes lavouras. Os indígenas da região do Rio da Prata eram levados para as grandes lavouras monocultoras do Brasil. Em 1635, o número de embarcações utilizadas para o transporte de índios cativos é expressivo. Uma expedição de jesuítas encontrou muitas embarcações envolvidas no tráfico de escravos nas costas do Sul do Brasil; o número impressionou os padres. “A surpresa maior desta expedição destinada ao Sul foi constatar, ancoradas no pôrto catarinense de Laguna, a existência de 62 embarcações reservadas apenas à caça dos infelizes **Carijós** e, posteriormente, a canaliza-los às lavouras de São Paulo.”¹⁰⁰ Não surpreende, portanto, que os sobreviventes tenham se deslocado para áreas distantes da costa. As reduções possuem efeito magnético, atraindo a atenção e a ambição dos lusos e seus aliados. “Viam êles nas Reduções um viveiro de indígenas e, por conseguinte, um centro magnífico para as suas caçadas humanas.”¹⁰¹

O avanço para o Sul justificava-se, pois as áreas eram lusitanas, ao menos para os portugueses. Portugal considerava que seus domínios se estendiam até o Rio da Prata. Franzen (2003) relata que carta sobre a expedição jesuíta de 1635-1637, refere-se a isto. “A descrição do padre Siqueira tem alguns pontos que merecem reflexão. Em 1635, conforme deixa claro, os portugueses ainda consideravam que os domínios da coroa de Portugal se estendiam pela costa brasileira até o Rio da Prata, chamado de Paraguai pelo padre.”¹⁰² Sem desconsiderar que no período os dois impérios encontravam-se, momentaneamente, unidos.

⁹⁹ VALLE, 1961, p. 9. Negrito do autor.

¹⁰⁰ Ibid., p.8. Negrito do autor.

¹⁰¹ Ibid., p.6.

¹⁰² FRANZEN, 2003, p.17

Cem anos após, uma Carta Ânua escrita por Pedro Lozano sobre as atividades dos jesuítas entre os anos de 1735-1743, descreve ataques de bandeirantes.

A carta relata-nos, inclusive, que, penetrando para o interior do território em busca de população para ser evangelizada, os neófitos que acompanhavam os padres missionários chegaram às terras onde viviam os *Parísios*, grupo ainda não cristianizado. Porém, encontraram a aldeia atacada: “habiéndose dos días antes de los mamelucos paulistas del Brasil, llevado toda aquella nación cautiva a uma triste esclavitud, para servirse de esta pobre gente em la exploración de sus minas de oro.”¹⁰³

O alargar as fronteiras por parte dos portugueses e a intensa e constante atividade de prear indígenas não aculturados e missionários, gerou e/ou ampliou a necessidade de militarizar os indígenas e a criação de novas reduções. O território do atual Estado do Paraná foi colonizado por padres jesuítas, atendendo expressa determinação de dirigente espanhol. Guairá formou-se com o intuito de fazer fronteira com os territórios portugueses.

A instalação das reduções no Guairá, por indicação do local e solicitação oficial do Governador Hernandarias, atendia a dois objetivos fundamentais: conquistar os índios que reagiam à ação dos encomendeiros, colocando em perigo as vilas de Ciudad Real e Vila Rica Del Espiritu Santu, e serviu para afixação da fronteira espanhola diante da penetração dos paulistas que já começava a acontecer (1609).¹⁰⁴

O treinamento militar dos indígenas foi facilitado nas missões em virtude das características doutrinárias impostas por missionários jesuítas. A disciplina rígida e o punir severo foram sólidos alicerces para a instrução militar. “Uma sociedade na qual a disciplina, considerada pelos jesuítas indispensável para controlar os excessos da liberdade natural dos índios, não implicasse na falta de respeito ao indivíduo.”¹⁰⁵ Aliada a estas situações, encontrava-se a entrega religiosa dos índios, ampliando as já duras penas, que os levavam a praticar flagelações, levando os padres a sugerir abrandamento das penalidades auto impostas pelos indígenas. A crença de que se podiam expiar os pecados são recorrentes entre fiéis. “O fervor religioso e o arrependimento pelos pecados cometidos levaram a penitências extremadas; a flagelação era a mais comum. Homens e até mulheres entregavam-se a esses atos de forma total a ponto de, por vezes, os próprios padres recomendarem moderação.”¹⁰⁶ A penitência extremada gerava tal subserviência entre os silvícolas que a obediência à mais

¹⁰³ FRANZEN, 2003, p.92-93.

¹⁰⁴ Ibid. p.104.

¹⁰⁵ Ibid., p.37

¹⁰⁶ Ibid. p.101.

terrível pena, mesmo açoite, era acatada com resignação. Os índios submetiam-se com espantoso estoicismo aos castigos. Uma característica útil e essencial para silvícolas reduzidos e a possíveis militares. “E o índio aceitava a decisão superior com tãda obediência e seriedade, vendo nesta ação reparadora não propriamente um castigo, uma punição ou uma vingança, e sim, unicamente, uma medida de caráter normalizador, necessário à convivência de todos.”¹⁰⁷

Os governantes espanhóis cientes do potencial militar controlado por jesuítas na zona em disputa com os portugueses, não se intimidaram em clamar por apoio militar dessas tropas indígenas. Assim, a instituição religiosa, pretensamente destinada a pregar a paz entre os humanos, a calma o respeito se viu na contingência de armar seus discípulos.

Muitas vêzes, para atender à construção de fortificações de defesa de Buenos Aires (Argentina) e Montevideú (Uruguai), ou mesmo para formar tropas que resguardariam os pôrtos da banda oriental do rio Uruguai, foram os índios solicitados e assim afastados das Reduções. Os serviços prestados para êsses silvícolas tem um significado muito grande, pois era feito sem margem alguma de remuneração, sem provimento nenhum (nem roupas nem alimentação), por parte dos espanhóis que os requisitavam.¹⁰⁸

Brasil (2010), citando Félix de Azara, observa que as atividades econômicas, religiosas e sociais eram protegidas por forças militares indígenas treinadas por padres nas reduções. “Tudo isto era garantido pela organização e instrução militar dos índios, providos de elementos bélicos a que não faltavam mesmo alguns canhões.”¹⁰⁹ Esses índios missioneiros foram utilizados amiúde por gerações de governantes espanhóis. Estavam constantemente preparados para a guerra. “Em 1735/1737, por ocasião do cerco espanhol à Colônia do Sacramento, cerca de, três mil índios missioneiros foram utilizados como forças auxiliares às tropas de Buenos Aires.”¹¹⁰ Além da disponibilidade e fácil recrutamento e engajamento, deve-se destacar as qualidades militares dos índios guaranis. Na Carta Ânua escrita por Pedro Lozano sobre as atividades dos jesuítas entre os anos de 1735-1743, temos um relato sobre este aspecto realçando a luta, a coragem e a resistência dos indígenas. “Treinados pelos padres, nas reduções, os Guarani eram excelentes soldados, como

¹⁰⁷ VALLE, 1961, p. 14.

¹⁰⁸ Ibid., p. 27.

¹⁰⁹ BRASIL, 2010. p.32.

¹¹⁰ FRANZEN, 2003, p.39.

já haviam demonstrado. Lozano elogia a ação dos índios nos combates, a coragem demonstrada não só na luta, mas também em enfrentar as dificuldades das marchas.”¹¹¹

A mais austral das colônias portuguesas, situada em frente à Buenos Aires, na margem esquerda do Rio da Prata, foi fonte de constante atrito entre as duas potências colonizadoras. Os portugueses apresentaram, para justificar a fundação da Colônia do Sacramento, ao governador de Buenos Aires, mapas que comprovavam que aquelas terras, e muitas outras, pertenciam aos lusos. Os mapas obedeciam mais aos interesses dos governantes e comerciantes do que aos princípios da cartografia ou aos tratados signatados.¹¹² Diante da resposta dos portugueses, já no primeiro ano de sua fundação, a Colônia do Sacramento sofreu assédio. A maior parte da tropa sitiante era composta por índios reduzidos. Em 1680, uma Carta do Padre Cristobal Altamirano, superior provincial, para os missionários do Paraná e Uruguai, convocava os índios reduzidos para o confronto contra o inimigo português. “Para o bom acerto dela pede o Sr. Governador três mil índios destas doutrinas, todos armados, a metade a cavalo, a metade a pé e estes se hão de enviar com toda a pontualidade.”¹¹³ As instruções são detalhadas e a descrição dos armamentos revela uma faceta característica das guerras da América do Sul: parte dos combatentes estavam praticamente desarmados. Cerca da metade das tropas que combatiam a pé estavam armadas apenas com fundas, facas e tacapes. Os armamentos e efetivos sugeridos eram:

Os cavaleiros: lanças, adagas, macanas, capacetes e esporas; os infantes: flechas, arcos, pedras, macanas, facões e escudos. Os flecheiros levarão cada um deles dois arcos, quatro cordas, trinta flechas. Os pedreiros, que desejo sejam o maior número e em que cada cento hajam cinquenta, terão pelo menos trinta pedras, uma dúzia de fundas e uma macana e faca.¹¹⁴

Os padres, de cada redução deveriam, ainda, escolher dezesseis índios mais aptos para receberem armas de fogo que viriam de Buenos Aires. “Em cada doutrina escolham-se 16 índios, os melhores que houver, que manejem os arcabuzes enviados de Buenos Aires, os

¹¹¹ Ibid., p.92.

¹¹² “F. Bauzá, citando Solano Constâncio, História do Brasil, e Funes, Ensaio, diz que os portugueses, revidando reclamações de Garro, responderam estar dentro do seu direito, pois ocupavam terras baldias que lhes pertenciam conforme testemunhava um mapa apresentado, forjado em Lisboa com data de 1678 por João Teixeira Albernaz, a fim de estender os limites portugueses na América, desde a embocadura do Prata até Tucumán, compreendendo 300 léguas de costa.” (BRASIL, 2010, p.7.)

¹¹³ ALTAMIRANO, Cristobal. Carta Circular, apud BRASIL, 2010, p.9-11.

¹¹⁴ *Pro rata* dos contingentes apud BRASIL, 2010, p.10

quais serão entregues em São Tomé, com pólvora e balas.”¹¹⁵ A *pro rata* desvela o vulto das reduções.

Os que tocam a cada povo, segundo a *pro rata* que se fez de suas famílias, é como segue: Itapuã, 190; Santana, 85; Santo Inácio, 150; Loreto, 155; Corpus, 60; São Carlos, 235; São José, 90; São Miguel, 235; Mártires, 80; Santa Maria, 235; São Xavier, 160; Concepción, 275; São Nicolau, 275; Santo Tomé, 275; Assunção, 150; Reis, 150. Com a advertência de que todos os ditos índios, tão bem armados quanto puderem, com armas que usam, a saber: [...].¹¹⁶

Os espanhóis solicitavam as reduções, além das tropas e da maior parte das armas, os alimentos e boticas para o trato dos doentes e enfermos. As reduções deveriam fornecer três mil combatentes de um total aproximado de três mil e trezentos. Os duzentos e cinquenta lusos não fizeram defesa eficaz frente as tropas sob o comando dos espanhóis. Foram trucidados. Manuel Lobo, comandante da Colônia do Sacramento, pouco antes de morrer no cativeiro, pois fora aprisionado no combate, escreveu uma carta ao soberano de Portugal narrando as agruras sofridas por ele e os seus comandados. Reclamou que os mais violentos e cruéis eram os padres jesuítas, que instigavam os índios a matar todos os portugueses. Na carta datada de Buenos Aires, 3 de janeiro de 1683, quatro dias antes do seu falecimento, escreveu ele ao príncipe D. Pedro.

Pero mas crueles fueran los padres de La Compañía que capitaneaban a los índios em los sucessos de S. Gabriel, que apesar de ser lós primeros y principales inductores de esta resolución La negaban todos lós que se hallaban presentes, tanto castellanos como portugueses, que antes y em dicha ocasión dieran repetidas ordenes a lós índios para que ninguno de nostros quedasse vivo, diciéndoles em altas vocês *Ayuca caraíba* que em La língua de lós índios quiere decir, *matad a lós blancos*. E assim foi praticado na presença dos padres com os brancos que se renderam, não poupando-se sexo nem idade. (Azarola Gil, *La epopeya de Manuel Lobo*.)

Poucas pessoas lograram escapar, pois, à carnificina.¹¹⁷

Os portugueses tiveram 125 mortos – 50 % da população – e o restante foi aprisionado, boa parte deles feridos, inclusive seu comandante. As tropas espanholas tiveram 36 mortos.¹¹⁸

¹¹⁵ *Pro rata* dos contingentes apud BRASIL, 2010, p.11.

¹¹⁶ *Pro rata* dos contingentes apud BRASIL, 2010, p.10.

¹¹⁷ GIL apud BRASIL, 2010, p.14.

¹¹⁸ BRASIL, 2010, p.14.

As turbulências duraram até 1705, com breves períodos de paz. A Guerra de Sucessão Espanhola levou os habitantes das colônias à guerra. Cinquenta anos após a fundação da Colônia do Sacramento, novamente ela sofreu cerco praticado por espanhóis e índios missioneiros. Quatro mil índios, acompanhados de padres jesuítas, participaram do cerco.

No cerco à Colônia participaram os índios das reduções. Os Guarani foram recrutados pelo Governador da Província. Quatro mil guerreiros indígenas, acompanhados de três jesuítas, seus capelães, desceram a Buenos Aires para atacar a colônia lusa.

Segundo Pedro Lozano, os capelães eram os padres Lorenzo Daffe, José Guinet e Diego Matias de Araoz (Carta Ânua de La Província Jesuítica Del Paraguay. 1735/43. P.382).

Ainda segundo Lozano, outro padre teria participado dos combates: “*En este sitio (Colônia de Sacramento) sufrimos la sensible perdida del padre Tomás Werle, procurador de estas misiones en el colegio de Buenos Aires, el cual habia venido acá al ejército español, para cuidar del bien-estar de los indios...*” O padre Werle teria sido morto em combate, atravessado por uma bala.¹¹⁹

O cerco não foi bem sucedido e os portugueses conseguiram manter sua colônia.

As constantes guerras tiveram como resultado o abandono de campos de produção agrícola e forte redução da população.¹²⁰ A morte fez muito súditos, principalmente velhos, mulheres e crianças. Além das mortes, devemos acrescentar que a própria atividade missionária ficava comprometida com a repetição das guerras. Os índios tendiam a não retornar às reduções, preferindo levar vida errante e incerta. Para sobreviverem praticavam saques e, conseqüentemente, as aldeias e vilas e as próprias reduções viviam em constante insegurança. Além da atividade missionária, as guerras contribuíam para a desorganização

¹¹⁹ Franzen, 1998, p.55, Apud FRANZEN, 2003, p.25

¹²⁰ “A participação dos indígenas nas tropas espanholas durante a luta contra os portugueses de Sacramento é bastante conhecida, mas a Carta Ânua do período de 1735-1743 acrescenta as conseqüências ocasionadas pela retirada dos índios de sua reduções. O cronista descreve-nos um quadro bastante doloroso dessas conseqüências: campos abandonados, desamparo das aldeias, fome para mulheres, velhos e crianças. Quando dispensados do exército, grande número de índios não retornava às suas reduções, tornando-se vagabundos errantes, roubando, matando em busca de comida. Cidades e estâncias viviam ameaçadas. O trabalho dos jesuítas foi prejudicado e muitas vezes perdido. Epidemias alastravam-se, ocasionando longos períodos de peste. Tudo Lozano relata com grandes detalhes, permitindo-nos, praticamente, visualizar a situação reinante não só nas reduções jesuíticas, mas em toda a província, pois os efeitos irradiavam-se. Não é de admirar a queda demográfica que os historiadores apontam, nesse período, nas missões jesuítico-guaranis.” (FRANZEN, 2003, p.94).

econômicas das missões. Os campos ficavam incultos ou com pequena utilização. As atividades econômicas entraram em profunda crise.

Em 1750, os governantes das duas casas, entraram em novo acordo e, com o Tratado de Madri, utilizaram o conceito de *uti possideti*, com duas exceções: a Colônia do Sacramento passaria para a Espanha e os Sete Povos das Missões para Portugal. O Tratado não foi bem recebido por autoridades da América Espanhola e por milhares de índios missioneiros, que relutavam em abandonar seus lares. Diante da recusa, Espanha e Portugal enviaram dois exércitos para expulsar os índios das Missões. Como resultado, os exércitos coligados de Espanha e Portugal encetaram a Guerra das Missões, cuja batalha que destruiu o poderio militar dos índios foi a Batalha de Caiboaté (10/02/1756). O exército dos índios contava com cerca de 1.800 homens.¹²¹ A batalha foi rápida! O resultado foi tenebroso: 1.400 índios mortos, 127 prisioneiros. Quase a totalidade de seu exército. O espanhóis e portugueses tiveram 4 mortos e 40 feridos.¹²²

1.6 ROTAS DE CONFLITOS: TRILHAS E RIOS DA BACIA DO PRATA

Os rios da Bacia Platina e as terras emersas que os cercam são objeto de cobiça das potências coloniais europeias desde os primeiros anos do século XVI. Inicialmente, anteviam a possibilidade de se atingir a zona de produção de prata nos Andes através de seus rios¹²³ e, posteriormente, a ocupação e exploração econômica da área. Portugal e Espanha não chegaram a um acordo definitivo sobre a divisão dos territórios platinos. A partir da primeira tentativa de acordo, com a Bula *Inter Coetera* e seu sucessor o Tratado de Tordesilhas, aventou-se a possibilidade de dividir a área (e o restante da América e do globo) através de um meridiano. Este método permanecerá até o século XVIII. As Coroas europeias, através de comissões, tinham grande dificuldade para estabelecer com precisão o local por onde “cortaria” os territórios platinos tal meridiano, como assinalado no Tratado de

¹²¹ BRASIL, 2010, p.105.

¹²² Ibid., p.110-111.

¹²³ CANABRAVA, Alice Piffer. *O comércio português no Rio da Prata: 1580-1640*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1984. p. 50.

Madri, de 1750.¹²⁴ Tal imprecisão permitiu largas interpretações para as duas Casas sobre o limite de seus territórios. A partir de 1750, a lógica de Tordesilhas com base no meridiano é substituída pelo conceito de *uti possidetis*, que será utilizado nos Tratados subsequentes. Obedecendo a esse princípio, Portugal e Espanha atendiam seus interesses na América e na Ásia, uma vez que a ocupação e não uma “linha” determinaria a posse do território, pois “[...] um território pertencia ao país que dele tivesse posse efetiva, quer por estar ocupado por cidadãos, quer por nele possuir representações governamentais (soldados, posto de arrecadação fiscal, etc.)”.¹²⁵ No século XX, apesar de ser enfática a preocupação com a livre navegação, acordos e tratados foram assinados por países da região platina, visando à exploração econômica dos rios. A exploração econômica substituiu os embates por territórios e limites. A resolução de contendas por meios pacíficos substituiu as batalhas e guerras. Em 1941, Argentina, Bolívia e Paraguai assinaram acordo sobre o uso comum do rio Pilcomayo. A navegação livre da via náutica continua predominando nos debates dos diplomatas, mas o viés de exploração econômica aparece com força, uma vez que o acordo previa “[...] estimular a sua navegação, bem como regulamentar a pesca, a irrigação e o uso industrial de suas águas”.¹²⁶ A utilização do potencial de geração de energia hidrelétrica domina os anos de 1970 com destaque para o Tratado Itaipu-Corpus, entre Argentina, Brasil e Paraguai, representando um novo patamar de relações entre estes países, aparentemente superando as vetustas desconfianças entre os signatários.

Logo pode-se inferir que nas relações diplomáticas - entre as unidades administrativas, autóctones ou alienígenas, que governaram e/ou governam a região - a tentativa de forjar acordos e tratados gerados por conflitos bélicos ou por negociações pacíficas, para debelar dificuldades é uma permanência, uma constante. Podemos também subdividir as tentativas diplomáticas, para a área platina, em três grandes momentos, os dois primeiros com destaque aos limites e o terceiro com destaque ao aspecto econômico: 1. Tratados e Acordos com base

¹²⁴“(...) com o motivo dos limites das duas coroas na América, cujas conquistas se têm adiantado com incerteza e dúvida, por se não haverem averiguado até agora os verdadeiros limites daqueles domínios, ou a paragem donde se há de imaginar a linha divisória, que havia de ser o princípio inalterável da demarcação de cada coroa. E considerando as dificuldades invencíveis, que se ofereceriam se houvesse de assinalar-se esta linha com o conhecimento prático que se requer;” SOUSA, Octávio Tarquínio. *Colecção documentos brasileiros*. vol. 19. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1939. Disponível em: <http://social.stoa.usp.br/articles/0015/6395/05_Tratado_de_Madrid_1750.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2015. p.1.

¹²⁵ DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)*. – 2. ed. – Brasília:FUNAG, 2014. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1089-O_Brasil_no_Rio_da_Prata.pdf> Acesso em 17 mar.2015. p.31.

¹²⁶ VILLELA, Anna Marla. *O Tratado da Bacia do Prata (1969)*. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v.21, n.81, p.147-176, jan/mar. 1984. Suplemento. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/186298>>. Acesso em 13 mar.2015.p.149.

em divisão territorial por meridianos; 2. Tratados e Acordos utilizando o conceito de *uti possidetis* e; 3. Tratados e Acordos para exploração comum dos rios platinos.

1.7 ROTAS INDÍGENAS, USO DOS RIOS E DO OCEANO: CONTATOS NOS PRIMÓRDIOS (1531-1749)

A partir do planalto, a oeste de São Vicente, o contato entre a área portuguesa e espanhola, dentro da Bacia do Rio da Prata, poder-se-ia realizar através do curso dos rios – orientadores, na maior parte das vezes – ou mais comumente através das rotas terrestres que os indígenas utilizavam. Essas rotas eram utilizadas frequentemente e, já na tentativa de colonização empreendida por Martim Afonso de Souza, em 1531, enviou, este governante, parcela significativa de seu contingente ao encontro dos rios da Bacia Platina. Segundo relatos da época de cerca de 400 membros da expedição, em torno de 80 homens armados foram enviados à procura de mítico local com pletora de ouro e prata. Em porto anterior, já haviam enviado pessoas para vasculhar o interior em busca de metais preciosos¹²⁷. E no retorno dos exploradores, o “Rio de Peraguay” é indicado como eldorado. Instigado em São Vicente por aventureiros que relataram a existência de ouro, prata e indígenas para escravização na região da Bacia do Rio da Prata, não titubeou o comandante em enviar forte contingente no afã da riqueza fácil. A possibilidade de que o local a ser explorado ficasse em áreas destinadas à Espanha não lhe constrangeu o agir (se preocupação houve, não prosperou). Os limites eram imprecisos, estrangeiros não respeitavam tal divisão, como ficara claro com o apresamento de barcos franceses traficando na costa brasileira. Súditos das duas Coroas ibéricas alargavam as fronteiras arbitrariamente. Os espanhóis encurtando a área portuguesa e os portugueses ampliando suas fronteiras. Cunha (1997) destaca esta situação, ao apontar a direção do fluxo de ocupação dos espanhóis com os jesuítas - fundando vilas entre o rio Paraná e o Ivaí, nos séculos XVI e XVII - para o oceano Atlântico e; os portugueses dirigindo-se para o sul. “Os missionários espanhóis tinham considerado o Paranapanema como fronteira norte; no entanto, gravitavam para o ocidente – enquanto os bandeirantes desciam até às coxilhas.”¹²⁸

Para executar este audaz movimento, atingir a fonte de riquezas e lá obter ouro, prata e escravos, os portugueses utilizaram os antigos caminhos indígenas que interligavam aldeias,

¹²⁷ No Rio de Janeiro. SOUZA, Pero Lopes. Diário de navegação: 1530-1532. IN: *Revista do IHGB*, tomo XXIV, 1861. pp. 9-74. Disponível em: < Fonte: IHGB (<http://www.ihgb.org.br>)> . Acesso em: 16 jan.2015. p.31.

¹²⁸ CUNHA, Pedro Otávio Carneiro da. Política e administração: de 1640 a 1763. IN: *História Geral da Civilização Brasileira: A época colonial – Administração, economia, sociedade*. t.1 v.2. HOLANDA, Sergio Buarque (Org.). 10ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 26.

geralmente de um mesmo grupo linguístico, mas que também se interligavam em longas rotas de comunicação. Provavelmente, utilizaram uma antiga rota indígena que partindo do local onde se estabeleceu São Vicente atingia o alto da serra, acessando, assim, o sistema de rios que se dirigiam para oeste. “O Caminho do Mar, antiga trilha dos índios, foi a principal via de passagem da Capitania de São Vicente através da serra, não obstante as grandes dificuldades que se antepunham ao livre trânsito.”¹²⁹ Posteriormente, quando as bandeiras tornarem-se corriqueiras, o uso dessas vias possibilitou acesso certo em direção às regiões que se pretendia acometer. Os guias indígenas levaram os portugueses por estas trilhas em direção ao “Peraguay” utilizando as vias de comunicações que lhes eram comuns. “O fato de as bandeiras saídas de São Paulo, ora em direção ao Guairá, ora rumo ao sertão do alto São Francisco, terem já nas primeiras investidas atinado com o caminho mais apropriado mostra até onde se valeriam seus cabos da colaboração indígena.”¹³⁰ Após superar a serra via Caminho do Mar, havia a possibilidade de se dirigir aos campos de Curitiba por via dos Tupiniquins e ter acesso à rota que atingia o rio Paraná.

Uma antiga picada de índios comunicava as nações guaranis do Paraguai e as da costa atlântica. Partindo das margens do rio Paraná, seguia pelos campos ao norte do rio Iguazu até as nascentes do Tibaji, onde se ramificava: um galho demandava o sul, atravessando os campos de Curitiba em direção ao litoral de Santa Catarina; outro penetrava nas matas do Açungui, dando em Cananéia; o terceiro, rumo nordeste, atravessava os campos que levavam a Piratininga, atingindo o litoral na altura de São Vicente, pela trilha conhecida como a dos Tupiniquins. Os três pontos iniciais desses caminhos se articulavam com o sertão foram com isso ocupados por castelhanos e portugueses anteriormente à colonização efetiva do Brasil: o litoral catarinense, Cananéia e o povoado que precedeu a vila de São Vicente.¹³¹

Na rota mais provável, talvez a única, Pero Lobo com seus oitenta aventureiros utilizaram vias indígenas que, em sua maior parte, permitiam a passagem de apenas uma pessoa. Porém, a partir das nascentes do rio Tibagi, atingia-se rota com maior largura, permitindo um avanço com maior desenvoltura. Assim, as estreitas vias indígenas possuíam exceções, em “[...] casos excepcionais, como o do famoso Piabiru ou Caminho de São Tomé, no Guairá, que, com seus oito palmos de largo, não era nisto, inferior a algumas das principais

¹²⁹ ELLIS, Myriam. As bandeiras na expansão geográfica do Brasil. IN: *História Geral da Civilização Brasileira: A época colonial – do descobrimento à expansão territorial*. HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.). 15ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. t.1 v.1. p. 303.

¹³⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e fronteiras*. 3. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 25.

¹³¹ ELLIS, 1997, p. 316-317.

ruas da Lisboa quinhentista, [...]”¹³² Percebe-se que os rios serviam como indicadores de direção; não são as vias predominantemente utilizadas, mas marcos, placas que assinalavam a direção das trilhas. “O valor dos rios estava, aparentemente, menos em servirem de vias de comunicação do que de meios de orientação.”¹³³

A desafortunada expedição de Pero Lobo, nascida da informação de existência de caminho terrestre que levava aos centros produtores de ouro e prata, tinha como precursor Aleixo Garcia, português que naufragara nas proximidades da ilha de Santa Catarina e que, nos longos anos em que conviveu com os indígenas ouvia as histórias de mítica riqueza. Esse náufrago convenceu membros da tribo que o acolheu e outros náufragos a empreender a viagem rumo às riquezas, em 1524. Especula-se que tenha chegado ao Peru e saqueado ouro e prata. No retorno foi morto em combate, mas pessoas que o acompanharam retornaram à Santa Catarina. “Aleixo Garcia é uma das provas de que os caminhos indígenas desde a costa brasileira até a zona do La Plata eram já utilizados muito cedo por europeus.”¹³⁴ Confirmada a existência da rota, partiu Pero Lobo. Frei Gaspar credita a morte de todos os membros da expedição aos Carijós, tribo que habitava áreas ao sul de São Vicente.¹³⁵ Dez anos após a expedição de Pero Lobo, o *adelantado* espanhol Cabeza de Vaca executou o mesmo movimento de Aleixo Garcia. Partindo da ilha de Santa Catarina, atravessou todo o território do atual estado do Paraná, em direção à Assunção. Alcançam a rota que leva do oceano Atlântico ao Peru, nas nascentes do rio Tibagi e daí atingem Assunção. Ao atingir o rio Iguaçu, toma conhecimento de que a partir deste rio é possível alcançar o Rio da Prata via rio Paraná. Fica sabendo também que os membros da expedição de Pero Lobo foram dizimados ao tentar atravessar o rio Paraná em canoas em um combate que resultou em muitas mortes. Informa em seu diário, confirmando o uso da mesma via de comunicação por estas expedições e, “[...] que nestes rios, morreram muito índios e portugueses que Martim Afonso de Souza enviou para descobrirem aquelas terras. Foram mortos pelos índios da margem do rio Paraná, quando atravessavam o rio em canoas.”¹³⁶

Os contatos entre as áreas de ocupação portuguesa, vila de São Vicente e a Bacia do Prata ocorrem amiúde desde os primeiros anos de colonização. Esses encontros se embasam

¹³² HOLANDA, 1994, p. 26.

¹³³ Ibid., p. 34.

¹³⁴ OBERMEIER, Franz. As relações entre o Brasil e a região do Rio de La Plata no século XVI nos primeiros documentos sobre Assunção (Asunción) e Santa Catarina. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas= Anuario de Historia de América Latina (JbLA)*, n. 43, 2006. p. 319.

¹³⁵ GASPAR DA MADRE DE DEUS, Frei. *Memórias para a historia da capitania de S. Vicente: hoje chamada de S. Paulo, do estado do Brazil*. Lisboa: Typografia da Academia, 1797. p.64-65.

¹³⁶ NUÑEZ CABEZA DE VACA. Alvar. *Comentários*. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995.p.37-39.

na tentativa de atingir áreas de mineração de ouro e prata nos Andes. Tanto espanhóis, quanto portugueses, almejavam atingir essa região através das antigas trilhas (estradas) indígenas que ligam o oceano Atlântico aos Andes. Apesar da proibição de comércio, entre os núcleos habitacionais das colônias na América do Sul, este ocorre constantemente. É comum que navios vindos da Espanha se reabasteçam nos portos portugueses da América.¹³⁷ Além das tentativas diretas de intercâmbio entre a região platina espanhola com São Vicente e Salvador. Em 1587, navio das colônias espanholas da Bacia do Prata estabeleceu comércio com São Vicente, comprando, inclusive um navio e, posteriormente, em Salvador adquiriu “[...] escravos, caldeiras de cobre, pérolas para fabricação de açúcar, bacias, sinos, ferro, aço”¹³⁸. Infelizmente, para os espanhóis, um pirata inglês se apropriou de praticamente toda carga. Para regular este comércio, em 1602, a burocracia espanhola permitiu, através de uma Cédula Real, o comércio entre Buenos Aires e o Brasil.¹³⁹

As demandas sobre os limites dos dois impérios na América do Sul ficaram adormecidas durante a União das duas Casas (1580-1640). Porém, com a Restauração Portuguesa, as relações tornaram a ficar tensas, na Europa e nas suas possessões. As tentativas de restrição de comércio entre o Prata e o Brasil, tornam-se agudas, pois até 1668, a Espanha recusa-se a reconhecer a Restauração portuguesa. Um dos fatores que ampliaram a temperatura das já quentes relações entre os dois países ibéricos, foi a instalação de uma colônia militar-comercial na margem setentrional do Rio da Prata por portugueses. Situada defronte à Buenos Aires, a Colônia do Sacramento foi fonte de embates cruentos entre os dois reinos e seus colonos. O domínio português sobre Sacramento foi instável e, em primeiro momento efêmero, fundada em 1680, já em 1681 fora tomada por tropas espanholas. Em 1683, retorna ao domínio luso graças ao Tratado Provisional de 07 de maio de 1681. Esse Tratado utiliza como baliza norteadora para estabelecer os limites o uso do meridiano como se pode perceber no preâmbulo do Tratado.¹⁴⁰ Os objetivos dos lusos com a instalação da Colônia do Sacramento vinculam-se à manutenção do comércio com Buenos Aires, o acesso à

¹³⁷ CANABRAVA, 1984, p.81.

¹³⁸ Ibid., p. 83-84.

¹³⁹ “... e dava liberdade, mesmo que limitada, de comércio dos vecinos com o Brasil através de permissões.” CEBALLOS, Rodrigo. *Os portugueses do Prata: tratos, contratos e privilégios locais (1580-1670)*. História, Histórias. Brasília, v.1, n.1, p.88-112, 2013. Disponível em <http://periodicos.unb.br/index.php/hh/issue/view/837/showToc>. Acesso em: 14 abr. 2015.

¹⁴⁰ “(...) con mas exacto conocimiento de causa se declarassen los derechos de propiedad que podrían pertenecer á una y otra corona, conforme la justa demarcacion acordada en el asiento que entre los reyes cathólicos y el de Portugal se tomó en Tordesillas en siete de junio de mil y quatrocientos y noventa y tres.” *TRATADO PROVISIONAL DE LISBOA* Del 07 de mayo de 1681. Disponível em: <http://es.wikisource.org/wiki/Tratado_Provisional_de_Lisboa_del_7_de_mayo_de_1681> Acesso em: 14 abr. 2015.

prata obtida no Peru e o controle do litoral norte do Rio da Prata. Prestou-se também para a tentativa de se levar a fronteira sul do império lusitano às margens platinas, aos limites “naturais”. Inclusive com beneplácito da Santa Sé, que reconhece a jurisdição do bispado do Rio de Janeiro até o Rio da Prata. Apesar das dificuldades de manter sua cidade mais austral, o governo português, apoiado fortemente em sua colônia brasileira, envidou esforços para mantê-la. A despeito de ser sitiada várias vezes e de trocar de posse com constância, em determinado momento a controlava a Espanha e, em outro, Portugal. Os portugueses defenderam vivamente sua posse com persistência inusitada. Persistiu esta instabilidade até 1750. A instalação da Colônia do Sacramento, apesar das vicissitudes de sua manutenção, era fruto da política de expansão de Portugal. O afã, para consolidar seu poder na margem norte do rio da Prata, objetivo estatal longamente gestado e colocado em ação era, “[...]unir definitivamente à colônia do Sacramento as regiões já conquistadas, até o litoral de Santa Catarina. Para isto, precisariam ser estabelecidos núcleos de colonização nos atuais Rio Grande e Uruguai, bem como estradas que as ligassem a São Paulo.”¹⁴¹

Em uma pausa em sua turbulenta existência, em 1701, os reis de Portugal e Espanha, assinaram um Tratado que ratificou o Provisional de 1681, garantindo a posse permanente da Colônia do Sacramento para Portugal. Porém, um de seus artigos impedia a expansão portuguesa na área, uma vez que a posse de Montevideu e Maldonado era, no momento, da Espanha.¹⁴² Entretanto, a Guerra de Sucessão do trono espanhol, veio a enevoar novamente as relações entre as duas nações. Após longo cerco, os portugueses abandonam a fortaleza na Colônia do Sacramento e sua posse retorna à Espanha em 1705. Quando findou a guerra, Portugal insistiu na devolução de sua desafortunada colônia e, no Segundo Tratado de Utrecht de 06 de fevereiro de 1715, alguns artigos, o V, VI e VII, devolveram a posse a Portugal; os espanhóis desistem de reivindicar a posse do Sacramento e revogou-se o Tratado Provisional de 1681 e em uma ambígua resolução afirma que a Coroa espanhola pode ofertar em troca do Sacramento um equivalente.¹⁴³ Em que pese o Tratado estar assinado em 1715, a entrega da Colônia do Sacramento se deu apenas em fins de 1716. Entre 1735 e 1737, Sacramento foi cercado por tropas espanholas. Em 1737 foi assinado um armistício cessando as hostilidades.

Torna-se evidente que a tentativa de atingir as áreas produtoras de ouro e prata no

¹⁴¹ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de M. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p.166.

¹⁴² CARDIM, Pedro; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *A centralidade da periferia: Prata, Contrabando, Diplomacia e Guerra na Região Platina (1680-1806)*. *História, Histórias*. Brasília, v.1, n.1, p.3-22, 2013. Disponível em <http://periodicos.unb.br/index.php/hh/issue/view/837/showToc>. Acesso em: 14 abr. 2015. p.9.

¹⁴³ *SEGUNDO TRATADO DE UTRECHT*, de 06 de fevereiro de 1715. Disponível em: <<http://www.info.lncc.br/utrech2.html>> Acesso em: 14 abr. 2015. Acesso em: 14 abr. 2015.

Peru, levou os espanhóis e portugueses a usarem as antigas vias que os indígenas utilizavam, estabelecendo desde os primórdios a ligação entre a área de domínio lusitana e a área de domínio hispânica. Através dessas vias terrestres, da via marítima e fluvial iniciaram-se e expandiram-se as relações comerciais. A tentativa de dividir a região por um meridiano revelou-se infrutífera, dando gênese a intermináveis conflitos e, conseqüentemente, em assinaturas de acordos e tratados, visando regular o interesse das Coroas na região. O Tratado de 1715 é um dos últimos a utilizar o método de se dividir uma região via meridiano. Uma alteração no método utilizado para se dividir as áreas de interesse das metrópoles e de suas colônias se anuncia. Os próximos tratados se basearão em outros conceitos.

1.8 O EXPANSIONISMO E O RECRUESCIMENTO DOS CONFLITOS: CONCEITO DE *UTI POSSIDETIS* (1750-1895)

A Espanha, exaurida por inúmeras guerras e por sua política econômica, inicia uma nova fase nas negociações sobre limites com Portugal. Na tentativa de resolver os problemas econômicos, iniciam tratativas para equalizar com os portugueses os interesses territoriais de cada nação na Bacia do Prata, que resultaram no Tratado de Madri de 1750. As disposições desse tratado não foram bem recebidas na América do Sul, pois, contrariavam os interesses de parcela significativa dos habitantes de suas colônias. A assinatura do tratado aparenta denotar certa fragilidade nos dados colocados à disposição dos embaixadores espanhóis e do próprio soberano, acredita-se que “[...] *la decisión final estuvo sesgada por el ingenuo deseo de pretender solucionar gran parte de los problemas que aquejaban a España.*”¹⁴⁴

O Tratado beneficiava os portugueses em suas pretensões na América do Sul. As áreas de Mato Grosso, na região amazônica, ao oriente do rio Uruguai e da atual Santa Catarina e do atual estado do Paraná passariam a pertencer à Coroa Portuguesa. Em troca, cederiam áreas na Ásia, a Colônia do Sacramento e a navegação do Rio da Prata. As Missões espanholas existentes na margem oriental do rio Uruguai deveriam ser desocupadas. A desastrada decisão de fundar uma colônia portuguesa nas margens do Prata, ganha comentário específico, no preâmbulo do Tratado. “Quanto ao território da margem setentrional do Rio da Prata, alegava que, com o motivo da fundação da Colônia do Sacramento, excitou-se uma disputa entre as duas coroas, sobre limites [...]”¹⁴⁵

¹⁴⁴ QUARLERI, Lía. *Rebelión y guerra em las fronteras del Plata: guaraníes, jesuitas e imperios coloniales*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009. p. 127.

¹⁴⁵ SOUZA, 1939. p. [?].

Para determinar a qual país pertence cada área, adotou-se o conceito de *Utis possidetis*. O terreno é de quem efetivamente o ocupa. Exceção feita à Colônia do Sacramento e aos Sete Povos das Missões. Para estes, se utilizou o princípio da equivalência. E também utilizar rios, montes, nascentes, ou seja, limites “naturais”. “*La elaboración de las cláusulas del tratado se basó en la conjugación de diferentes ejes, sustentados en la consideración del Utis possidetis, del “límite natural” y de la acción compensatoria o ‘equivalente’.*”¹⁴⁶

A navegação do Rio da Prata seria exclusividade da Espanha.¹⁴⁷ “Para ficar com a navegação exclusiva do Prata, a Espanha trocou a Colônia do Sacramento pelas missões do Uruguai.”¹⁴⁸ Quanto ao uso dos demais rios – navegação e exploração econômica -, segundo o artigo XVIII do Tratado, determinou-se que se o rio corresse com ambas as margens em território de um dos Impérios, seu uso seria exclusivo. Caso, as margens fossem compartilhadas, seu uso também seria compartilhado entre os dois impérios coloniais.¹⁴⁹

O aspecto mais controverso do Tratado é, sem dúvida, a retirada de colonos do Sacramento e dos Sete Povos das Missões. Motor de muitos conflitos na conturbada região limítrofe. Sacramento foi conquistado pela Espanha em 1762. Voltou ao controle de Portugal, no início do século XIX, quando anexou todo o Uruguai, tornando-se parte da Província Cisplatina. Com a independência deste país em 1828, sai da esfera de dominação luso-brasileira. O que, aparentemente, cessou seu período de turbulenta história, anunciando períodos pacíficos.

Na região missioneira, os habitantes estavam apreensivos com as informações sobre as cláusulas do Tratado. A Espanha havia entregado não apenas vastas e produtivas áreas de seus territórios havia, como agravante, entregue esta área para os escravistas portugueses.¹⁵⁰

O acordo firmado em 1750, intentava delimitar com maior precisão os limites ibéricos na região platina. Para tanto, o tratado estabelecia a troca da Colônia do Sacramento pelos Sete Povos do Uruguai (domínio espanhol), entre as duas nações. O acordo também estabelecia como medida estratégico-militar, a total retirada dos Guarani do território dos Sete Povos, cedido aos portugueses, assim como também cederiam suas estâncias e vacarias.

A expropriação forçada dos territórios missioneiros foi uma decisão que

¹⁴⁶ QUARLERI, op. cit., p. 126.

¹⁴⁷ SOUZA, 1939, p. 6.

¹⁴⁸ ABREU, Capistrano de. Capítulos de história colonial. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000. – (Grandes nomes do pensamento brasileiro). p.209

¹⁴⁹ SOUZA, 1939, p. 7-8.

¹⁵⁰ SEVERAL, Rejane da Silveira. Jesuítas e guaranis face aos impérios coloniais ibéricos no Rio da Prata. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, v.3, n.1, Jan/jun. 1998. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/issue/view/197/showToc>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

nunca poderia ser enfrentada pelos Guarani, sem a devida reação. Somando-se a isso, havia o agravante de que a área missioneira seria cedida aos portugueses, seus maiores inimigos no Prata.¹⁵¹

Longe de obter o intento de seus signatários, “[...] desejando manter os seus vassallos em paz e sossego”¹⁵², os reis da península ibérica instigaram ao extremo as desavenças seculares das populações da Bacia Platina, gerando conflitos que estender-se-ão até o século XX. De qualquer forma, por um breve momento, os governantes pareciam ter atingido a contento seus anseios, uma vez que “O critério do tratado foi salomônico: Portugal renunciava às pretensões no Prata, mas incorporava o Rio Grande e o sul de Santa Catarina que, pelo Tratado de Tordesilhas, não lhe pertenciam. A Espanha ficava com as duas margens do Prata[...].”¹⁵³

1.9 USO ECONÔMICO DOS RIOS DA BACIA DO PRATA: O POTENCIAL HIDRELÉTRICO (1895-1979)

A partir do século XX, as nações da América Latina da região Platina, optaram por caminhos de cooperação em substituição aos conflitos constantes entre os séculos XVI e XIX. As disputas fronteiriças, a tentativa de ocupar territórios, a navegação e o aproveitamento econômico dos rios e as desconfianças mútuas entre os habitantes dos países com território na Bacia do Prata, constante na história da região, até o século XIX, que levou a escaramuças, batalhas e guerras, arrefeceram no século XX. Excetuando-se a Guerra do Chaco e as lutas intestinas, as lanças, espadas, espingardas e canhões permaneceram sem uso. As disputas ocorreram no campo diplomático e nas demonstrações de força. Assim, ao tratar especificamente das relações entre Brasil e Argentina, é possível afirmar que, apesar dos avanços, “[...] o século XX, será marcado não exatamente pela aproximação, mas, em boa medida, pela herança de desconfiança recíproca. As guerras desaparecem, mas dão lugar a algumas crises diplomáticas ou a longos interregnos de mútua indiferença.”¹⁵⁴

Dentre as tratativas para melhor utilização do espaço geográfico compartilhado, em 1941, Argentina, Bolívia e Paraguai procuram estabelecer regras comuns para utilização do

¹⁵¹ Ibid., p.131.

¹⁵² SOUSA, 1939, p.3.

¹⁵³ WEHLING; WEHLING, op. cit., p.169.

¹⁵⁴ GONÇALVES, José Botafogo; LYRIO Mauricio Carvalho. Aliança estratégica entre Brasil e Argentina: antecedentes, estado atual E perspectivas. *Dossiê: Centro Brasileiro de Relações Internacionais*: Rio de Janeiro, ano 2, v.2, 2003. Disponível em: < <http://cebri.org/midia/documentos/aliancaestrategica.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2015. p.8.

rio Pilcomayo. Trata-se de ajustar a melhor forma de se utilizar dos meios oferecidos pelo curso do rio e da navegação do mesmo.¹⁵⁵ Superar os conflitos anteriores, com suas inevitáveis desconfianças, medos e rancores por si só representam façanha diplomática. No mesmo ano, delegados de cinco países, reúnem-se em Montevideu para nova tentativa de exploração econômica das águas da Bacia do Prata sem gerar conflitos que possam resultar em guerra. Os debates redundaram em Resoluções com determinações sobre a exploração econômica dos rios da bacia platina. Nos dois meses em que ocorreram os debates, chama a atenção uma Resolução proposta pelos delegados argentinos clamando “[...] uma ‘União Regional Aduaneira’ — que seria curioso instrumento jurídico, prenúncio da ALALC, para a integração de mercados atualmente almejada”.¹⁵⁶ Curiosa antevisão de proposta para desenvolvimento econômico regional ainda não concretizado. Evidente a preocupação com a liberdade de navegação nos rios da região, fato gerador de tantas guerras pretéritas e, a ênfase no aspecto econômico. Não que isto seja novidade! O uso exclusivo, ou plural, dos rios está nas disposições de tratados tão antigos como o de Madri (1750). Entrementes, as sugestões de organização de comissões para desenvolvimento econômico de rios divisores ou compartilhados, são comuns nas conferências de 1941. Predominam o aspecto da navegação. Amiúde propõem-se a criação destas comissões, entre outros objetivos, “[...] para estudar as possibilidades de melhoria das condições de navegação dos rios do sistema hidrográfico do Prata, que separam ou banham as costas de dois ou mais destes países”.¹⁵⁷

Apenas na década de 1960 (1967) tornam as chancelarias dos países do Prata a dar importância aos entendimentos multilaterais para desenvolvimento da região. O surto de industrialização das economias da região, principalmente do Brasil, na tentativa de escapar do subdesenvolvimento, levam os países da região a se movimentar em busca do aproveitamento hidrelétrico, industrial e agrícola – juntando-se estes aspectos aos tradicionais interesses na navegação e exploração (pesca/turismo) dos rios. Os cinco ministros das Relações Exteriores assinam declaração com intuito de efetuarem estudos conjuntos para encetar programa de

¹⁵⁵ “[...] Argentina, Bolívia e Paraguai intentaram o aproveitamento das águas do rio Pilcomayo. E é interessante observar que, no art. 1º deste Acordo, se estabelece que os governos destes três países designariam uma comissão internacional, composta de membros de cada um deles, para estudar e projetar uma convenção na qual se contemplassem medidas para o aproveitamento das águas do Rio Pilcomayo e, assim, estimular a sua navegação, bem como regulamentar a pesca, a irrigação e o uso industrial de suas águas.” (VILLELA, 1984, p.149)

¹⁵⁶ RAMALHETE, Clóvis. Novos problemas jurídicos do Prata. *Revista Brasileira De Política Internacional*, Rio de Janeiro, Ano 12, n. 45-46, p.7-25 mar./jun. 1969. Disponível em: <https://ibri.files.wordpress.com/2013/10/rbpi_1969_45_46.pdf>. Acesso em: 11 maio 2015. p.10.

¹⁵⁷ VILLELA, 1984. p.149

obras na região.¹⁵⁸ As obras seriam individuais, bilaterais ou multinacionais. Na Ata da reunião, aparecem aspectos relativos ao obsessivo interesse por navegação e a novidade hidrelétrica objetivando “[...] regulamentar a compra, a venda e o trânsito de energia elétrica e possibilitassem normas comuns destinadas a facilitar a navegação dos rios da Bacia e a uniformização das leis e regulamentos de navegação deles”.¹⁵⁹ No ano seguinte (1968), na II reunião dos chanceleres, em Santa Cruz de La Sierra, os entendimentos sobre a exploração da área se ampliam e, então, preparam terreno para estabelecer um documento conjunto para nortear o uso das águas. Na Ata do evento determina-se que serão priorizados “[...] os projetos que assegurem o aproveitamento máximo do recurso água e os de baixo custo, que possam ser executados em curto prazo e produzir efeitos multinacionais”.¹⁶⁰

Essas reuniões preparam os governos envolvidos para negociar as questões platinas em novo patamar.¹⁶¹ A integração e o desenvolvimento regional passam a ter maior relevância. Acordos de auxílio bilaterais ocorriam no passado, como o de 1851, entre Brasil e Uruguai, apesar da faceta imperialista do Império à época e os prejuízos causados ao Uruguai na assinatura do tratado. O Tratado da Bacia do Prata, assinado em Brasília em 1969, aponta possibilidades múltiplas; desde acordos bilaterais, até acordos de desenvolvimento da saúde das regiões limítrofes; prevê a utilização do potencial hidrelétrico e a integração econômica com rodovias, ferrovias e hidrovias. Ou seja, apontam para a integração regional. Na década de 60 (1960), os países da Bacia Platina elaboram planos para exploração do potencial hidroelétrico com projetos ambiciosos de um único país, projetos bilaterais e multinacionais.¹⁶² A necessidade de energia barata e renovável para o desenvolvimento de cada nação fica evidente nestes planejamentos. Dentre as possibilidades aventadas no Tratado da Bacia do Rio da Prata, destacamos algumas disposições contidas em um de seus artigos o uso “[...] b) [...] racional do recurso água pela regularização dos cursos e seu aproveitamento múltiplo e equitativo; d) aperfeiçoamento das interconexões rodoviárias, fluviais, aéreas, elétricas e de telecomunicações; f) complementação econômica de áreas limítrofes;”.¹⁶³

Logo após a ratificação do Tratado, Brasil e Paraguai firmaram acordo para construção da grande hidrelétrica de Itaipu, no rio Paraná, logo acima da foz do rio Iguaçu, portanto, a

¹⁵⁸ Ibid., p.150

¹⁵⁹ Ibid., p.151

¹⁶⁰ VILLELA, 1984, p.152.

¹⁶¹ “Os supramencionados textos de Buenos Aires (1967) e Santa Cruz de La Sierra (1968) são os antecedentes próximos do Tratado de Brasília, de 1969”. (VILLELA, 1984. p. 153.)

¹⁶² “(...) é de se destacar os grandes projetos binacionais localizados no Rio Paraná: Itaipu (Brasil-Paraguai); Yaciretã e Corpus (Argentina-Paraguai) e Salto Grande (Argentina-Uruguai)”. (VILLELA, 1984. p.162.)

¹⁶³ Ibid.,p.156

alguns quilômetros da fronteira com a Argentina. A assinatura deste acordo, que previa a criação da Binacional Itaipu para construir e gerenciar a hidrelétrica de Itaipu gerou inúmeros atritos com a Argentina e as relações entre Brasil e Argentina tornaram-se tensas. Sobre as relações, entre os dois maiores países da Bacia do Prata, caso consideremos o território, a economia e a população, por exemplo, no século XX, é interessante destacar que se intercalam períodos de grande intercâmbio e conjunção de interesses, animosidade, ameaça de guerra e desinteresse calculado. Como assinalado por diplomatas brasileiros. “As guerras desaparecem, mas dão lugar a algumas crises diplomáticas ou a longos interregnos de mútua indiferença”.¹⁶⁴ Após longo período sem grandes problemas entre as chancelarias - talvez a última, de grande impacto, tenha sido a disputa pelo território de Palmas, arbitrado favoravelmente aos interesses brasileiros - as relações diplomáticas entre Argentina e o Brasil, passaram da indiferença à discórdia em relação à construção da Itaipu Binacional. O interesse em construir hidrelétricas no rio é antigo anseio, inclusive com extravagante projeto brasileiro de desviar o rio Paraná com objetivo de não repartir o potencial energético com o vizinho Paraguai. O desvio do rio Paraná foi defendido por engenheiro que assumiu a presidência da Eletrobrás durante o regime civil-militar, na década de 1960.¹⁶⁵ O projeto foi abandonado após reclamações do Paraguai, referendado no Tratado de Limites de 1872. Em 1973, Brasil e Paraguai, após superarem divergências e pequenas escaramuças em 1965, firmam o Tratado de Itaipu com objetivo de aproveitar o desnível entre o salto das Sete Quedas e a foz do rio Iguaçu.¹⁶⁶

Situada a jusante de Itaipu e com interesse em aproveitar os recursos energéticos do rio Paraná, a Argentina, justamente preocupada com a construção da barragem, podendo ser prejudicada tanto pela altura da barragem, quanto por possíveis dificuldades para navegação, aproveitamento industrial e agrícola do rio, passou a interpelar diplomaticamente o Brasil sobre tal construção, exigindo participar da elaboração dos tratados que versaram sobre a construção das hidrelétricas, fundamentou sua pretensão no conceito de “consulta prévia” sobre a exploração dos recursos hídricos. Segundo Yahn Filho (2006), em reunião dos países

¹⁶⁴ GONÇALVES; LYRIO, 2003, p.8

¹⁶⁵ YAHN FILHO, Armando Gallo. Aproveitamento Hídrico na Bacia do Prata: entre o conflito e a cooperação (de 1966 a 1992). *Anais do III Encontro da ANPPAS*. Brasília, 2006. Disponível em:<http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA171-03032006-232337.PDF>. Acesso em: 13 maio 2015. p.2.

¹⁶⁶ “É o objeto fundamental do Tratado de Itaipu, como salientamos acima, o aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do rio Paraná, que servirá para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Este objetivo está expresso claramente no preâmbulo e no artigo 1.º do Tratado.” ZANINI, Gustavo. O tratado de Itaipu. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, v. 69, n. 1, p. 165-179, 1974. Disponível em:<<https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&q=ZANINI%2C+Gustavo.+O+tratado+de+Itaipu.+&btnG=&lr=>>> Acesso em: 12 maio 2015.p. 168.

não-alinhados, em Argel, em 1973, a Argentina conseguiu apoio necessário para aprovar a Resolução 3129 da Organização das Nações Unidas (ONU), que determina esta necessidade.¹⁶⁷ A avaliação dos argentinos é de que o Brasil almeja alterar o Equilíbrio de Poder no Prata.¹⁶⁸

Em contrapartida, os geopolíticos portenhos, reunidos em derredor do Instituto Argentino de Estudios Estratégicos y de las Relaciones Internacionales (INSAR), interpretam as iniciativas brasileiras como tendentes a alterar o equilíbrio regional e opõem-se veementemente às mesmas. Estes consideram a atitude do Brasil imperial e hegemônica sendo, em conseqüência, anti-histórica e anacrônica.¹⁶⁹

As dificuldades para a resolução pacífica da demanda é oriunda do Tratado do Rio da Prata de 1969. As disposições do Tratado não impõem aos demais países signatários obrigação de discussão de tratados bilaterais ou individuais que possam afetar terceiros. Pelo contrário, resguarda o direito de países com uso comum de rios de estabelecerem tais acordos. Porém o próprio Tratado aponta a necessidade de utilização em comum acordo do potencial dos rios. Assim, as características do Tratado levam à configuração de “[...] um regime internacional, cujos princípios basilares são a soberania dos Estados e a liberdade incondicional de executar projetos nos seus próprios territórios, apresenta um baixo grau de institucionalização, desejado pelos próprios países signatários”.¹⁷⁰ Brasil e Paraguai, apesar da resistência dos argentinos, continuam com as obras que resultaram no desvio do rio Paraná para possibilitar a construção da barragem. Diante da situação, inicia-se no vizinho país ampla discussão na imprensa e em setores da sociedade voltados para defesa dos interesses nacionais, aqui representados pela possibilidade de controle dos rios por brasileiros e por obtenção de poder sobre territórios produtivos da Argentina, com o controle do fluxo das águas, com barragens no rio Paraná, o que em sua visão levaria o Brasil ao controle não só da Bacia do Prata, mas, também, do Atlântico Sul.¹⁷¹ As relações diplomáticas que já estavam com temperatura elevada, sobem de temperatura e, as chancelarias centram seus argumentos em dois princípios básicos, um já citado, “consulta prévia” e “prejuízo

¹⁶⁷ YAHN FILHO, 2006, p.10.

¹⁶⁸ FAJARDO, José Marcos Castellani. *Acordo tripartite Itaipu-Corpus: ponto de inflexão entre a disputa geopolítica e a política de cooperação*. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em:< <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6148/000437450.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 maio 2015.

¹⁶⁹ FAJARDO, 2004, p.62.

¹⁷⁰ YAHN FILHO, 2006, p.11.

¹⁷¹ FAJARDO, 2004, p.64.

sensível.”¹⁷² Questões outras, além da exploração solidária dos rios tornam a assombrar as chancelarias latino-americanas. Os velhos fantasmas das disputas territoriais; das guerras de fronteira; da utilização dos rios tornam a afetar as relações dos dois países. A desconfiança retorna.

O Equilíbrio da Bacia do Prata já não se configura como no século XIX ou na década de 30 (1930) do século XX. No primeiro quartel do século anterior, a superioridade econômica e militar da Argentina é mensurável. Já na década de 70 (1970), esta superioridade inverteu-se e é também mensurável. Até 1955, os efetivos das Forças Armadas Argentinas eram superiores aos efetivos das Forças Armadas Brasileiras; em 1979, a situação se inverte, com retração dos efetivos argentinos e ampliação das Forças Armadas Brasileiras.¹⁷³

Fajardo (2004) identifica um rearmamento das Forças Armadas do Brasil na década de 70. Talvez com intenção de dissuasão¹⁷⁴, talvez por ter alcançado maior desenvolvimento, com o “milagre brasileiro”, talvez, simplesmente, por termos na Presidência da República generais. O certo é que ocorre um rearmamento e reorganização de alguns dispositivos militares.

Neste período o país, a par de expressivo crescimento conhecido por “milagre brasileiro” e do projeto *Brasil Potência*, investe maciçamente no reequipamento e modernização das Forças Armadas. Na FAB aeronaves obsoletas são desativadas, sendo substituídas por modernos caças supersônicos Mirage e F-5; complementarmente, a aquisição de helicópteros de apoio ao combate terrestre e a instalação de sistema de defesa e tráfego aéreo. A armada recebe contra-torpedeiros, submarinos, fragatas e mísseis *Exocet* para equipagem destas; no Exército, completa reestruturação organizacional com a transformação dos antigos regimentos em unidades mais ágeis e adequadas à guerra de movimento. Paralelamente, os meios equestres espalhados pelo Rio Grande do Sul são transferidos para o Mato Grosso e as tropas transformadas em unidades blindadas ou mecanizadas, dotadas de modernos veículos blindados, inclusive anfíbios. Organizações militares de Artilharia recebem canhões autopropulsados e mísseis terra-terra e terra-ar; na engenharia, a ênfase se dá nas equipagens para travessia de cursos de água, imprescindíveis no apoio a eventuais combates travados na região. O Brasil se arma.¹⁷⁵

¹⁷² “A competição geopolítica torna-se prevacente, sendo as políticas dos países ditadas pelo novo quadro de disposição de forças; a retórica diplomática centra a cizânia nas diferentes interpretações dadas aos princípios da *consulta prévia* e do *prejuízo sensível* e nos reflexos sobre as respectivas soberanias territoriais”. (FAJARDO, 2004, p.68-69. Itálicos do autor).

¹⁷³ FAJARDO, 2004, p.66.

¹⁷⁴ *Ibid.*, p.80.

¹⁷⁵ *Ibid.*, 79-80.

A tensão é tal que até mesmo a possibilidade de conflito armado não é descartada, pois é possível identificar até demonstrações de poderio bélico dos países, como consequência das divergências de interpretação das normas jurídicas levantadas para solucionar as rixas. Assim, Argentina e Brasil são conduzidos “[...] a uma situação de conflito, que em seu auge, atinge o patamar das demonstrações de forças militares.”¹⁷⁶

Em meio a essa polêmica, relativa à construção de Itaipu entre Argentina, Brasil e Paraguai, aventou-se no país vizinho a possibilidade de guerra.¹⁷⁷ Diante das provocações de periódicos, militares e políticos argentinos¹⁷⁸, o governo brasileiro faz intensa alteração e modernização das Forças Armadas Brasileiras. Para diminuir as tensões diplomáticas, que levam até mesmo a proibição de livre passagem de caminhões brasileiros e chilenos de utilização do túnel *Las Cuevas*, obrigando-os a adotar via secundária em desvio de mais de 2.000 quilômetros¹⁷⁹, os militares que então governavam os dois países acordam em realizar reuniões tripartites para solucionar as dificuldades referentes à construção de Itaipu.¹⁸⁰

Com os ânimos acirrados ao extremo, as altas cúpulas dos dois governos estabelecem contatos e diminuem as divergências. O Brasil aceita parte das reivindicações argentinas relativas à cota da hidrelétrica de Corpus e da cota de Itaipu. A tensão que levou às demonstrações de artefatos bélicos se apazigua com a troca dos chanceleres que estavam intransigentes em suas posições. “Os entendimentos [...] e o ambiente favorável propiciado pela troca de chanceleres possibilitam que, em 19 de outubro de 1979, [...] estabeleçam o Acordo Tripartite Itaipu-Corpus, que coloca fim à disputa iniciada em 1966”.¹⁸¹ As tensões entre Brasil e Argentina, eram de ordem política e não estavam embasadas em critérios técnicos relevantes, pois “[...] foi assinado um acordo tripartite com o formato desejado por Buenos Aires e o conteúdo propugnado por Brasília, o que demonstra que a dificuldade de alcançar um acordo durante o governo Geisel se deveu a questões eminentemente políticas.”¹⁸²

O Tratado Itaipu-Corpus e o posicionamento brasileiro no conflito das Malvinas (1982), entre Argentina e o Reino Unido contribuíram decisivamente para que as velhas

¹⁷⁶ Ibid., p.82.

¹⁷⁷ Citando reportagem do jornal O Globo de 29 de agosto de 1972. Ibid., p.77.

¹⁷⁸ Ibid., p.78.

¹⁷⁹ FAJARDO, 2004, p.97.

¹⁸⁰ Ibid., p.98.

¹⁸¹ Ibid., p.100.

¹⁸² FERRES, Virginia Perez. A solução do conflito de Itaipu como início da cooperação política argentino-brasileira na década de 80. *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo: EDUC, V. 29, nº 2, p.661-672, jul./dez. 2004. Disponível em:< <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/issue/view/703/showToc>>. Acesso em: 15 maio 2015. p. 670

divergências fossem sepultadas e as desconfianças de cunho militar foram mitigadas. A diplomacia brasileira defendeu interesses argentinos em chancelarias europeias e prestou apoio militar à Argentina, inclusive com cessão de aeronaves e equipamentos.¹⁸³ E, por fim, “[...] no final do conflito, em 03 de junho, caças da FAB interceptam avião Vulcan britânico que penetrara no espaço aéreo brasileiro e obrigam-no a pousar na base aérea do Galeão, no Rio de Janeiro.”¹⁸⁴

A assinatura do Tratado Itaipu-Corpus, em 1979, por Argentina, Brasil e Paraguai, possibilitando a construção de hidrelétricas no curso do rio Paraná, é um marco nas relações entre os países que compartilham as águas da Bacia do Rio da Prata. Relações, como vimos, permeadas de disputas diplomáticas e conflitos bélicos a partir do século XVI, com a chegada de europeus na área de abrangência da Bacia do Prata. Tratados ocorriam amiúde entre os entes governamentais que administraram/administram o território. O destaque dado ao Tratado Itaipu-Corpus é devido à ausência de guerra para sua gênese. Fato corriqueiro, até a Guerra do Paraguai, acordo ou tratado que verse sobre a Bacia Platina, ocorria após alguma escaramuça, batalha ou guerra oriunda de disputas comerciais, por direito de navegação, por limites entre as Coroas ou países independentes que sucederam às colônias ou, ainda, por disputas além-mar entre as metrópoles europeias. No século XX, em 1969, Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, assinaram um tratado para regular o uso dos recursos da bacia hidrográfica que compartilham. Fruto de secular amadurecimento diplomático desses países na resolução de suas demandas relativas à utilização dos três grandes rios principais, o Paraná, o Paraguai e o Uruguai, além de centenas de afluentes de pequeno, médio e grande porte. A disputa pelo uso e exploração desses rios gerou conflitos e, conseqüentemente, acordos para regular as contendas.

Para enfatizar as permanências nas discussões diplomáticas sobre o uso dos rios de curso internacional, verificamos que as disposições do Tratado de Madri (1750) em seu Artigo XIII¹⁸⁵ são semelhantes aos do Artigo 2¹⁸⁶ da Ata de Assunção de 1971. Outra constante se visualiza nesses acordos: a preocupação com a livre-navegação nos rios internacionais. A complexidade e o vulto – área com cerca de 3.100.000 km² - da Bacia do

¹⁸³ FAJARDO, 2004, p.115.

¹⁸⁴ Ibid., p.115.

¹⁸⁵ “(...) e geralmente, onde ambas as margens pertencerem à mesma Coroa, será privativamente sua a navegação; (...)”.

¹⁸⁶ “(...) não sendo a soberania compartilhada, cada Estado pode aproveitar as águas na medida de suas necessidades (...)”.

Prata¹⁸⁷, elevada a área de interesse e limite territorial de duas Coroas colonialista da Europa, gerou e potencializou inúmeros conflitos por sua posse e exploração, mas as disputas por hegemonia na região são alteradas por tentativa de integração econômica.¹⁸⁸ Assim, temos fato novo o “[...] tratado tripartite substituiu a histórica rivalidade argentino-brasileira pela hegemonia regional encetando uma nova fase nas relações bilaterais, baseada no voluntarismo político e no desejo de concretizar um processo de integração regional”.¹⁸⁹

Como podemos verificar os rios da Bacia do Prata tiveram e têm papel primordial nas vicissitudes e benesses nas vidas dos habitantes da região. Desde o encontro destes rios por europeus, podemos afirmar que “[...] a geografia modelou a história.”¹⁹⁰ Os seres-humanos que aqui habitaram nos últimos 500 anos ficaram submetidos às portentosas águas. Sua história em amálgama com a luxuriante natureza e o poder atrativo dos rios belos e poderosos. Seu fascínio, sua pujança, sua capacidade de despertar a ganância nos homens, e, paradoxalmente o despertar, neste mesmo homem, o desejo de proteção dos rios. Este poder pode ser verificado nas “[...] duas grandes bacias transnacionais, a do Prata e a do Amazonas, despertam os interesses comerciais e políticos dos países ribeirinhos e conduzem suas histórias.”¹⁹¹

Caso sejam corretas as implicações do *meio* sobre a História humana, como acreditamos que sejam, necessário se faz utilizar método interpretativo que contemple esta importância da “*geografia*” e da constatação de que os rios da Bacia do Rio da Prata “*conduz as histórias*” dos países que estão em sua área de abrangência. Assim, devemos utilizar, para maior compreensão da Batalha do Avaí, procedimentos que permitam responder nossas indagações com esta assertiva. Daí a necessidade da inclusão de análise, almejando alcançar a “*História total*”, com o retorno ao mesmo tema “*três vezes*”, como preconizavam Braudel e, anteriormente, Taine.

¹⁸⁷ “O sistema fluvial do Prata desenvolve-se numa extensão aproximada de 3.100.000 km², assim repartidos por ordem de grandeza: Brasil(1.415.000 km²), Argentina (920.000 km²), Paraguai (410.000 km²), Bolívia (205.000 km²) e Uruguai(150.000 km²)” (VILLELA, 1984. P.148).

¹⁸⁸ FERRÉS, 2004, p.661.

¹⁸⁹ FERRÉS, loc. cit.

¹⁹⁰ BANDEIRA, Moniz. *A expansão do Brasil e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai (da colonização à Guerra da Tríplice Aliança)*.4.ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p.206.

¹⁹¹ FAJARDO, 2004, p.68

CAPITULO 2 - A BATALHA DO AVAÍ

2.1 UMA NOVA ÁREA FORTIFICADA: O PIQUISSIRÍ

“[...] o caminho que de Palmas conduzia a Villeta, Assumpção e o resto do paiz estava formidavelmente trancado.” (BORMANN, 1897, p.179)

As disputas intermináveis entre os comerciantes, estancieiros, os indivíduos, os Estados da região da bacia do Rio da Prata explodiram em nova guerra, envolvendo quatro países desta região: Argentina, Brasil e Uruguai coligados contra o Paraguai. A Guerra do Paraguai iniciou-se em 1864 e terminou em 1870. Após a ofensiva paraguaia, em 1866, os exércitos da Tríplice Aliança invadiram o território paraguaio no local em que se encontram o rio Paraguai e o Paraná, conhecido como “*Três Bocas*”. Durante dois anos, uma guerra de posições se estabeleceu. No período que almejamos analisar, entre agosto e dezembro de 1868, as operações concentraram-se às margens do rio Paraguai, ao sul de Assunção, objetivo imediato dos exércitos aliados, local em que os aspectos naturais (o meio), os aspectos socioeconômicos (a raça) e as pelejas, em especial a Batalha do Avaí (o momento) são mais perceptíveis e influentes nos desígnios dos seres humanos envolvidos na contenda.



Mapa 1 - Rotas de Conflitos

FONTE: MORGADO, 2004, p.28.¹⁹²

¹⁹² MORGADO, Sergio R.D. A manobra do Piquiciri. Revista DaCultura, Rio de Janeiro, Ano X, n.17, p.17-30, mai/ago 2004.

Em 1868, o Exército Imperial Brasileiro se encontrava na margem esquerda do rio Paraguai, em uma vila denominada de Palmas. A Guerra do Paraguai se arrasta desde novembro de 1864. A entusiástica previsão do General Mitre¹⁹³, então presidente argentino, de que seria uma guerra curta, não havia se concretizado. Ao contrário, a guerra tornara-se interminável e milhares de mortos, feridos e mutilados testemunhavam sua triste rotina.

Os aliados, ao invadir o Paraguai (1866), se internaram em terrenos insalubres, repletos de lagoas, rios e pântanos, enfim, em terrenos nada propícios para manobras militares. Além da natureza, os aliados tinham pela frente um complexo de fortalezas denominadas de Humaitá, que aproveitavam ao máximo os acidentes naturais. Natureza, engenharia e as forças paraguaias irmanadas na defesa da pátria. Apesar de contar com elementos superiores, os aliados demandaram mais de dois anos de esforços para superar Humaitá.

Por fim, foi vencida a resistência do complexo de fortificações de Humaitá, em 05 de agosto de 1868. Logo após em 18 de agosto de 1868, o Exército Aliado encetou longa marcha de cerca de 200 quilômetros, no encalço do Exército Paraguai. Perseguição permeada por estradas impraticáveis, acampamentos insalubres e alguns combates, até que, finalmente, o Exército Imperial Brasileiro e elementos do Exército Oriental chegaram a Palmas.

Logo acima, no curso do rio Piquissirí, uma forte linha de trincheiras e fortins, com mais de 100 canhões a proteger a última curva do rio Paraguai, antes de Assunção, em que seria possível armar baterias para atacar a Frota Imperial com algum sucesso. Neste espaço, tendo de um lado o rio Paraguai e no outro a lagoa Ypoá, concentrara-se o Exército Paraguai, que se notabilizou por utilizar de forma magistral os terrenos onde se desenrolaram os combates. Essa característica possibilitou o enfrentamento aos exércitos aliados com grande vantagem, mesmo com penúria de meios modernos de combate. O esquema utilizado inúmeras vezes tornou-se a repetir no rio logo abaixo de Villeta.

O terreno que Solano López escolheu para enfrentar os exércitos aliados é uma estreita faixa de terra apertado entre o rio Paraguai e as florestas e mangues em torno da lagoa Ypoá. Nesse terreno pantanoso, com cerca de dez quilômetros de largura, López construiu redutos, fortificações e trincheiras na margem direita do rio Piquissirí. À direita da posição paraguaia, na curva em cotovelo do rio Paraguai a fortaleza de Angostura, contendo 16 canhões de grosso calibre, com dupla função: breca a ofensiva da Esquadra Brasileira e apoiar as

¹⁹³ “Em vinte e quatro horas nos quartéis! Em três semanas no campo de batalha! Em três meses em Assunção.” HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil monárquico*, v. 5: do Império à República – 7ª Ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p.44.

trincheiras e redutos na margem do Piquissirí. À esquerda, a lagoa Ypoá. Assim, as fortificações se apoiaram à direita, no rio Paraguai, e à esquerda, na lagoa Ypoá. Na margem direita do rio Piquissirí, foram construídas trincheiras, redutos e as mais diversas fortificações, todas precedidas de abatis. Na margem esquerda os terrenos baixos são alagadiços e, para ampliar as áreas cobertas de água, os paraguaios construíram duas represas aprofundando e alargando o rio. Diante da linha do Piquissirí, encontramos formidáveis defesas naturais aproveitadas magistralmente pelos engenheiros paraguaios.

Thompson, engenheiro inglês que ingressou no Exército Paraguai logo no início do conflito e que era, nessa altura, comandante de Angostura, teve importância na escolha do local para formar nova linha de defesa na tentativa de deter a ofensiva desencadeada por Caxias. Inicialmente, os paraguaios aventaram a possibilidade de fortificar a linha do rio Tebicuary, situado ao sul do Piquissirí. Thompson (1978) percebeu a importância da posição,¹⁹⁴ pois havia a vantagem de retirar as tropas paraguaias de acampamentos insalubres, tendo em vista que o terreno entre o rio Tebicuary e o rio Piquissirí é pantanoso com raros terrenos altos e livres das águas. Deixaram os paraguaios, suas fortificações em Tebicuary, relegando estes terrenos para os exércitos da coligação, e se concentraram no rio Piquissirí.

O Pikyssyry é o dreno mais ao norte da lagoa Ypoá, da qual ele recebe suas águas nas enchentes, tomando a forma de um largo estero que se estreita gradualmente à medida em que se aproxima do Paraguai, e se transforma numa rápida corrente ao entrar no mato de umas 2.000 jardas de largura; o Pikyssyry deságua no Paraguai em Angostura, onde tem umas vinte jardas de largura e é muito fundo. Marca também o limite das terras baixas que começam no Tebicuary e que são todas úmidas, com exceção de alguns trechos muito pequenos. Por cerca de duas léguas para o sul do Pikyssyry, o terreno é coberto de matos e florestas de palmeiras, sendo quase intransponível por toda parte, a não ser na estrada principal, que também é muito ruim.¹⁹⁵

O oficial prussiano Versen (1976), que tentava observar a guerra do lado paraguaio, bem notou a vantagem do terreno, apesar de neste momento ser prisioneiro dos paraguaios. Versen também foi aprisionado no Brasil em 1867.¹⁹⁶

¹⁹⁴ THOMPSON, George. *A Guerra do Paraguai*: com um esboço histórico do país e do povo paraguaio, e notas sobre a engenharia militar durante a guerra. Goiânia: Conquista, 1978.

¹⁹⁵ Ibid., p.225.

¹⁹⁶ Parecer de 06 de abril de 1867 Brasil – Prússia sobre a prisão do Barão de Versen (sic) oficial do Exército Prussiano. BRASIL. Secretaria de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiros. *O Conselho de Estado e a política externa do Império : Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros:1863-1867.*/ Centro de História e Documentação Diplomática. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2007. Disponível em:< [http://www.funag.gov.br/chdd/images/stories/PDF/O Conselho de Estado e a Política Externa do Império 1863-1867.pdf](http://www.funag.gov.br/chdd/images/stories/PDF/O_Conselho_de_Estado_e_a_Politica_Externa_do_Imperio_1863-1867.pdf)>. Acesso em 30 maio 2015. p.318.

“O Píkisiri é o sangradouro da lagoa Ipoa. Os pantanais davam passagem na largura de 10 km de cada lado da estrada de Assunção. Por meio de duas comportas, Lopez mandou represar a corrente e assim a água elevou-se 1,80 m acima do nível da estrada.”¹⁹⁷

As características do terreno possibilitaram fazer, com o rio, um fosso que protegia as trincheiras. O fosso – o rio Piquissirí ampliado artificialmente por represas - fornecia proteção às tropas paraguaias e impossibilitava um ataque que não expusesse em demasia as tropas brasileiras.

Demoremos um pouco mais sobre a análise dos terrenos e fortificações em amálgama.

Ao sul, a linha do Piquissirí se apoiava em uma curva do rio Paraguai. Na curva a fortaleza de Angostura, o reduto oferecia excelente posição de tiro contra navios que ousassem forçar a passagem (Ver Mapa 2). Segundo Thompson, a bateria era composta de 16 peças de artilharia. “Angostura, praça que dispunha de doze peças de 8 polegadas, uma de 150 libras, duas lisas de 32 e um Whitworth de 32, capturado em Tuyuty.”¹⁹⁸

Thompson, que planejou e comandou a fortaleza, informa que a mesma contava com duas baterias: da esquerda e da direita. A curva do rio permitia que as belonaves que atacassem a bateria da esquerda ficassem sob o fogo da outra bateria.

O único lugar também numa extensão de léguas, em que se poderiam colocar baterias no rio era Angostura, que, tal como as posições anteriores, dava às baterias o lado côncavo da curva em forma de ferradura. As baterias podiam ser instaladas de modo a flanquear a frente de todas as linhas terrestres. O rio era bastante largo, umas 600 jardas, e quanto a isso não havia remédio.¹⁹⁹

Nesta posição, pouco acima da bateria da direita, os paraguaios utilizavam um porto para abastecer a posição. As baterias distavam cerca de 600 metros uma da outra. Tal disposição permitia maximizar o uso das peças de artilharia.

A fim de proteger o porto de Angostura, pois nossos vapores tinham de carregar e descarregar até que os couraçados forçassem a bateria, esta foi dividida em duas seções, a 700 jardas de distância uma da outra, chamadas bateria de esquerda e bateria da direita. Os couraçados não podiam ver o que se passava na bateria da direita, onde se encontrava o porto, a menos que se postassem em frente da bateria da esquerda.²⁰⁰

Os paraguaios usaram todas as reservas que dispunham de materiais para guarnecer o

¹⁹⁷ VERSEN, Max Von. *História da Guerra do Paraguai*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976. p.138.

¹⁹⁸ THOMPSON, 1978, p. 228.

¹⁹⁹ Ibid., p.225.

²⁰⁰ Ibid., p.227.

fortim de Angostura e a linha do Piquissirí. Estava em jogo a posse da capital paraguaia e o controle da parcela mais produtiva e habitada do Paraguai. Desguarneceu-se praticamente a cidade de Assunção. Os canhões que a protegiam foram transportados para a nova posição, bem como suas guarnições. O famoso canhão *criollo* foi instalado na bateria da esquerda. As matas nas imediações dos locais onde foram instaladas as baterias e as defesas do fortim foram derrubadas no intuito de liberar a frente de tiro das baterias, bem como de privar aos aliados proteção quando estes atacassem as posições, formando com os galhos e troncos remanescentes extensas linhas de abatis.

Foi preciso derrubar um trecho de mato, tanto para a instalação das baterias como para uma picada ligando os depósitos às trincheiras e para deixar um espaço aberto diante destas. Era um trabalho muito difícil derrubar aquela mataria, deixando-as tão baixa que os fuzileiros inimigos não pudessem esconder-se atrás de qualquer das árvores. Constituía, no entanto, um excelente abatis.

O grande canhão *criollo* foi trazido de Assunção num vapor, e montado na bateria da esquerda; todos os outros canhões foram também trazidos da cidade, assim como a guarnição.²⁰¹

O terreno difícil em que se desenrolava a ação tornava as obras mais simples em trabalhosa façanha. Os lodaçais onde foram instaladas as baterias de Angostura ameaçavam engolir os canhões, homens e petrechos utilizados. Ações simples como arrastar com cordames canhões, carroças com munições, tornavam-se verdadeiros desafios, uma vez que o simples cair no chão das cordas, devido à grande quantidade de lama, ensaboava-as prejudicando a aderência das mãos às mesmas.

O tempo era péssimo, a lama no local da bateria era tão profunda que nela quase desaparecia um canhão de 8 polegadas, pois não houvera tempo para drenar o terreno, e de tal modo escorregadia que todas as cordas e correames que caíam ao chão ficavam com que ensaboados e os homens não podiam segurá-los direito. Também os pés nus dos soldados começavam a causar padecimentos por estarem continuamente mergulhados na lama.²⁰²

Essas instalações onde ficavam os canhões foram protegidas por reparos e parapeitos altos. Tais disposições permitiam que poucos soldados ficassem expostos nos confrontos com os navios da esquadra, sete canhões estavam assim protegidos, inclusive o *Criollo*.²⁰³ A guarnição das duas baterias de Angostura era composta por um comandante (Thompson), “[...] 3 chefes (oficiais superiores), 50 oficiais e 684 praças, dos quais 320 eram

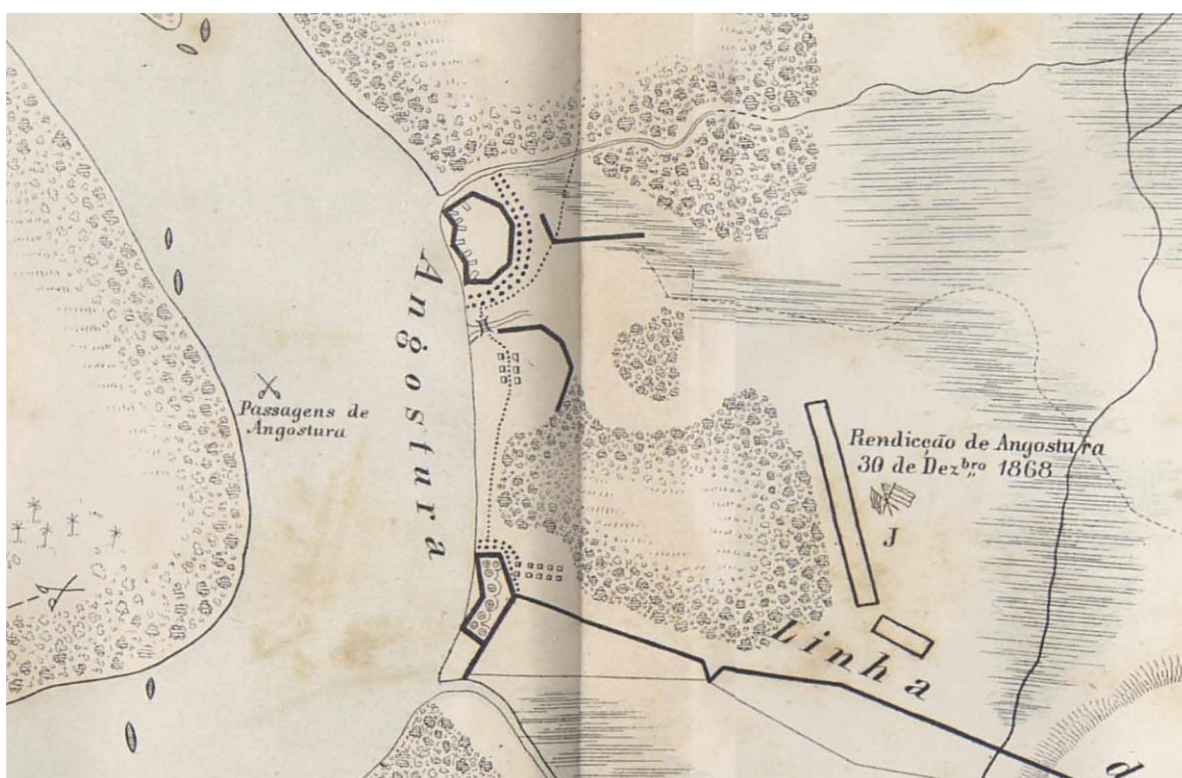
²⁰¹ THOMPSON, 1978, p. 226.

²⁰² Ibid., p. 227.

²⁰³ Ibid., p.229.

artilheiros.”²⁰⁴

O mapa a seguir expressa uma dimensão da posição de Angostura. Apoiado no rio Paraguai, a linha de Piquissirí, em sua extrema direita tem duas baterias, que totalizam 16 canhões. Permite que se observe a dificuldade imposta pelos paraguaios ao ataque aliado. A posição é protegida por um rio, cuja margem direita é mais alta e íngreme que a margem esquerda, aprofundado e alargado por duas represas. Em frente às trincheiras uma linha de abatis e as matas, que poderiam dar proteção às tropas atacantes, foram derrubadas, melhorando a visão e a linha de tiro das baterias e dos fuzileiros.



Mapa 2 – Angostura: o rio utilizado como obstáculo

Fonte: JOURDAN, 1871, p.27. [Detalhe]²⁰⁵

A posição é protegida por matas extensas e riachos a leste, sul e norte. A defesa, contra ataques dos aliados é magistral. Uma mata alagada. Um pântano que ameaça engolir os beligerantes e que retardaria o movimento de ataque. Um riacho, *de per si* profundo,

²⁰⁴ THOMPSON, loc. Cit.

²⁰⁵ JOURDAN, Emílio Castro. *Atlas histórico da Guerra do Paraguay*. Rio de Janeiro: Lithographia Imperial de Eduardo Rensburg, 1871. 41 p., II. Disponível em: < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221684> > Acesso em 18 out. 2014.

aprofundado e alargado. Assim, para alcançar as trincheiras do inimigo, as tropas atacantes teriam que avançar lentamente por um pântano e para galgá-las seria necessário construir pontes. Neste ínterim, os defensores poderiam fartar-se no afã de derrubar seus contedores, uma vez que a construção das pontes dar-se-ia ao alcance de tiro.

Além de fortíssima, a posição agregava a seu favor a melhora da logística das tropas paraguaias. O abastecimento ficou facilitado devido à proximidade da área habitada e mais produtiva do Paraguai. As famílias dos soldados podiam abastecer o exército com mais alimentos e roupas, melhorando a moral e o estado físico das tropas. Logo após a linha do rio Piquissirí, começava a área salubre do país. Pode-se dizer que entre Humaitá e Palmas o terreno é invariavelmente alagado e pantanoso, com pequenas áreas que ficam secas durante a maior parte do ano.

Também o exército ficaria muito mais perto de seus recursos, e os parentes dos soldados poderiam chegar até os acampamentos e levar-lhes mandioca, laranjas, etc., o que influenciaria muito favoravelmente a saúde e em conseqüência o vigor da tropa. [...] As condições de saúde da tropa haviam melhorado muito por causa da alimentação dos soldados desde sua chegada a Pikyssyry, pois seus parentes vinham continuamente, trazendo comestíveis e muita gente enviava de presentes carroçadas de laranja, mandioca, etc.²⁰⁶

A linha do Piquissirí, em seu flanco direito, portanto, é uma fortíssima posição. A partir de Angostura, seguindo o curso do rio Piquissirí, após 10 quilômetros, atinge-se a lagoa Ypoá. A direção geral do curso do rio é de leste para oeste. Segundo Burton, que esteve no teatro de operações em 1868, a linha era “solida”, com mais de nove quilômetros de extensão, com centenas de plataformas de artilharia, depósitos de munição e drenos. Para aumentar a solidez da posição os paraguaios, com diques, aprofundaram os pântanos para dois metros. Ou seja, os terrenos já eram alagados e os paraguaios ampliaram esta defesa natural com obras de engenharia. Burton (1997) que ao visitar a fortaleza de Humaitá se surpreendeu com a pequena imponência das obras de defesa e que se considerava enganado pela imprensa da época, classificou Humaitá de um “engodo”²⁰⁷, entretantes, sobre Piquissirí tinha opinião diferente.

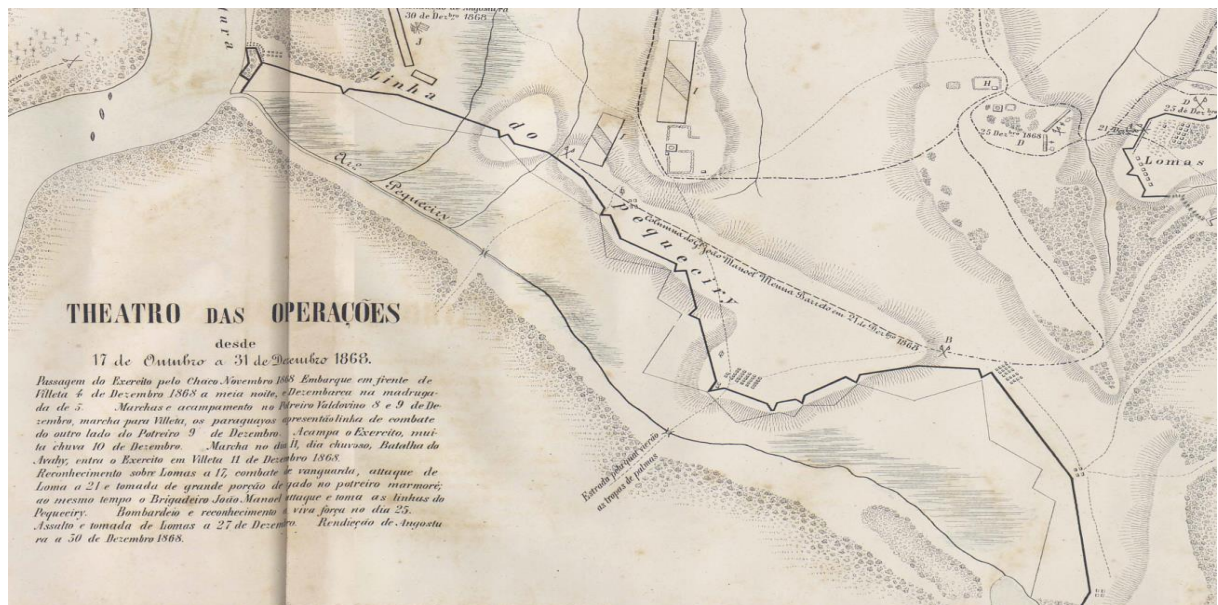
[...]Não vadeável e com vinte e tantos metros de largura, defendia completamente essas fortificações pelo sul, interligando-as com a Loma Valentina. A importante e solidamente fortificada trincheira ou linha do

²⁰⁶ THOMPSON, 1978, pg.225-226-236.

²⁰⁷ “Cheguei a conclusão de que Humaitá foi um monstruoso engodo e que, com o restante do público, eu fora induzido a acreditar que o ponto mais fraco da campanha paraguaia era a mais forte.” BURTON, Richard Francis, Sir. *Cartas dos campos de batalha do Paraguai*. 1ª reimp. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997. p.273.

Piquiciri, mede 9.104 metros de extensão, com 142 plataformas de artilharia, sem incluir aquelas a beira rio, 33 depósitos de munição e 34 drenos sob o parapeito. Terrenos baixos flanqueiam o curso d'água e os paraguaios segundo o costume, tinham construído na embocadura duas represas – não três como foi afirmado – assim elevando para quase dois metros as águas que cobrem os pântanos ao sul e a leste.²⁰⁸

O terreno em frente a esta posição é, praticamente, intransponível. Os acidentes do terreno levam os generais, oficiais e simples soldados a respeitarem em demasia a “força” da natureza. Parece-lhes que todo o país – árvores, rios, esteros - conspira contra os invasores. Apesar de toda bravura dos combatentes paraguaios, fato afiançado centenas de vezes por todos, que sobre a guerra se reportam. Aparenta, para os adversários, que o terreno torna-se mais hostil, levando a uma visão quase sobrenatural sobre o aspecto físico da região, gerando opiniões elogiosas sobre o “poder” natural, como a do general Osorio, que em carta para sua filha, datada de 04/10/1868, afirma que “Os banhados e os matos são mais fortes que os paraguaios [...]”.²⁰⁹



Mapa 3 – A linha do Piquissirí

FONTE: JOURDAN, 1871, p.27. [Detalhe]

Corroboram com a visão de Burton praticamente todos os militares que viram a posição antes de sua transposição. Depois de uma marcha de 200 quilômetros a tropa

²⁰⁸ Ibid., p.359-360.

²⁰⁹ General OSORIO apud OSORIO, Joaquim Luís; OSORIO, Fernando Luís. *História do General Osorio*. Volume 2. 3.ed. Rio de Janeiro: Talagarça – Fundação Trompowsky, 2008. p.637.

defrontou-se com uma linha fortificada entre o rio Paraguai e a lagoa Ypoá. A linha dá a impressão de ser intransponível. O ataque frontal é a única possibilidade. Não existem opções de atacar pelos flancos a posição. Temem, portanto, os aliados que um ataque à linha de Piquissirí causará enormes baixas nas suas fileiras e o Exército Paraguai não terá grande desgaste. Para obter informações sobre sua força, foi objeto de reconhecimentos do Exército Brasileiro em 28 de setembro de 1868. Este primeiro reconhecimento não possibilitou ao comando determinar a verdadeira complexidade e poderio das fortificações, assim, em primeiro de outubro de 1868, organizou-se um reconhecimento em força, com boa parte dos Exércitos Brasileiro e Uruguaio. O General Osorio, comandante do 3º Corpo do Exército, vistoriou pessoalmente as posições de Piquissirí, inclusive com auxiliares do corpo de engenheiros sendo mortos ao seu lado durante a ação. Duarte (1981) descreve estes reconhecimentos e considera que devido ao inteligente uso dos acidentes do terreno a posição é fortíssima em razão das áreas submersas, ao rio que a protege, as represas que elevaram os níveis das águas e a configuração do terreno, pois a margem direita é elevada em relação aos terrenos baixos da margem esquerda por onde deveriam atacar os brasileiros e orientais.²¹⁰

O primeiro reconhecimento do Piquiciri foi conduzido na jornada de 28; outro, com maiores efetivos, foi levado a efeito em 1º de outubro, empregando Grandes Unidades do 1º e 3º Corpos. O General Osório, que conduziu pessoalmente a tropa do 3º Corpo, chegou à conclusão de que uma represa na foz do Piquiciri aumentara-lhe o nível das águas; além disso, as margens do arroio eram barrancosas e altas e a direita estava guarnecida de trincheiras e abatisses, resultando de tudo isto a impossibilidade de assaltar tão forte posição. Numa reunião feita no quartel-general o Generalíssimo levou em consideração o valor do obstáculo que tinha pela frente, concluindo que a posição era fortíssima e lhe seria difícil conquistá-la por uma ação frontal; além do mais, a existência de grandes áreas inundadas na extrema direita não lhe facultava a eleição de um corredor propício a um ataque de flanco.²¹¹

Bormann (1897), que participou da campanha do Piquissirí, descreve a linha de defesa, também destacando sua solidez e inteligente uso da engenharia militar na construção das defesas.²¹² Sua força estava na capacidade de ferir sem ser ferido. O ataque teria que se dar frontalmente, devido a impossibilidade de flanquear a posição. Afrontando canhões e fuzileiros entrincheirados em posição superior e protegidas, em relação aos atacantes, fadados

²¹⁰ DUARTE, Paulo de Oliveira. *Os voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai: o imperador, os chefes militares, a mobilização e o quadro militar da época*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1981. Vol. 1.

²¹¹ *Ibid.*, p.55.

²¹² BORMANN, Jose Bernardino. *História da Guerra do Paraguay*. Vol.II. Curitiba: Imprensa paranaense, 1897. Disponível em: < <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00145220#page/182/mode/1up> > Acesso em: 13 mar. 2014.

a atacar sem proteção, visto que as matas tinham sido derrubadas, e sem poder usar força e velocidade, uma vez que o terreno inundado não era próprio às cargas de cavalaria ou infantaria.

O general em chefe certificou-se pelo reconhecimento a que procedeu que realmente as linhas eram formidáveis.

Eis rapidamente a sua descrição:

Uma linha de trincheiras artilhada com 76 canhões que podiam cruzar perfeitamente seus fogos, tendo a sua direita ligada a bateria d'Angustura que defendia o rio; a esquerda apoiada em mattas espessas e banhados, em poucos lugares vadeáveis, e estes defendidos por *abatizes* e pelo fogo dos canhões das trincheiras; estas com *fossos* profundos e largos, cheios d'agua, devido a represa do arroio Piquiciry que corria áquem dos entrincheiramentos, servindo-lhes ainda de defeza.

Assim, como vê o leitor, o caminho que de Palmas conduzia a Villeta, Assumpção e o resto do paiz estava formidavelmente trancado.²¹³

Dentre os brasileiros que participaram destes reconhecimentos, alguns nos deixaram relatos sobre a experiência. Cerqueira (1980), que participou de toda a guerra inclusive recebendo ferimentos várias vezes, em suas reminiscências da guerra nos descreve sucintamente o rigor destes reconhecimentos em força realizados pelos brasileiros. Essas escaramuças tinham por objetivo identificar as forças inimigas envolvidas, o número de canhões, as trincheiras, os redutos, enfim toda a capacidade de defesa envolvida na posição. Apesar da predisposição “didática”, não era isenta de riscos. Confirmando tal situação, geralmente o número de baixas chegava à casa das centenas. O Batalhão de Infantaria ao qual estava adido neste momento era o 16º, comandado por um respeitado oficial: Tenente-Coronel Tibúrcio. Participou o 16º do reconhecimento em força do dia 1º de outubro e sua impressão é de solidez da linha do Piquissirí. O reconhecimento custou ao *Dezesseis* inúmeros mortos e feridos.²¹⁴

No dia seguinte (ao do combate de Surubí), acampamos em Palmas. Logo adiante, a poucos quilômetros, estava o forte de Angustura, numa volta apertada do rio, no flanco da linha fortificada do Arroio Pequiciri. O *Dezesseis* reconheceu as obras avançadas da forte posição a 27 de setembro, e no dia 1º de outubro fez parte das tropas, que reconheceram, à viva força, as linhas artilhadas além do arroio, não sendo pequeno o número dos nossos mortos e feridos.²¹⁵

²¹³ BORMANN, 1897, p.179.

²¹⁴ CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscência da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980.

²¹⁵ *Ibid.*, p.260.

Jourdan (1874), também participante da campanha do Piquissirí, engenheiro do exército, reconheceu a dificuldade de conquistar a posição.²¹⁶ Os autores que participaram dos acontecimentos ou os que passaram para observar o conflito ou, ainda, os estudiosos que analisaram o evento são unânimes: o terreno é impraticável e devido aos lodaçais, pântanos, lagoas e rios que fornecem proteção adicional ao Exército Paraguai, praticamente intransponível ou demandaria muito esforço e sacrifício dos exércitos que tentassem conquistar a posição.

Então certificamos-nos de que constituia a defeza do inimigo, uma extensa linha de trincheiras, tendo em sua frente o arroio Pequecery, correndo entre tremedaes e banhados. Apoiava-se a direita d'essa linha, nas baterias de Angustura, e a esquerda em lagoas invadeaveis. Achava-se artilhada com 71 canhões, cujós fogos cruzavam-se perfeitamente, com especialidade sobre a unica estrada que ia de Palmas a Villêta.²¹⁷

Garmendia (1884), oficial argentino que também participou do conflito e deixou importante obra sobre a guerra, percebe claramente a dificuldade em atingir o objetivo.²¹⁸ A cavalaria era literalmente engolida pelas águas da região. Em vários locais com mais de dois metros de profundidade. Os pântanos dificultavam até mesmo movimentos de retirada, devido a quantidade de lama e locais onde facilmente soldados e cavalos se afundavam. Ele recorda um trauma, a grande derrota dos Exércitos Argentino e Brasileiro em Curupaiti. Ele julga que o terreno em Piquissirí é mais complicado, com maiores dificuldades. O reconhecimento em força, segundo Garmendia, foi confundido por López como um ataque geral e todas as defesas foram utilizadas. Tal situação permitiu que os observadores do exército aliado pudessem avaliar com precisão o número de peças de artilharia as linhas de defesa e o número de seus defensores.

El reconocimiento se extendió minuciosamente por toda la extensión de la línea y se comprobó debidamente lo inaccesible de la posición, aun para la caballería, que en diversos puntos tuvo que transitar con el agua al encuentro; y en otros empantanándose, á duras penas pudo salir; además todo lo que ya he descripto anteriormente al referirme á las posiciones del enemigo.

²¹⁶ JOURDAN, Emilio Castro. Guerra do Paraguay. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1874. Disponível em:<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221714>> Acesso em: 18 out. 2014.

²¹⁷ JOURDAN, 1874, p.81.

²¹⁸ GARMENDIA, José I. *Recuerdos de La Guerra Del Paraguay*: Campana Del Pikiciry. Tomo II. Buenos Aires: Casa Editora de Jacobo Peuser, 1884. Disponível em:<<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00900620>> Acesso em: 18 mar. 2014.

*La artillería enemiga descubrió todos sus fuegos, López creería sin duda que tendría que habérselas á un ataque formal y así pudo reconocerse el número de piezas de su defensa.*²¹⁹

Centurión (1944), oficial paraguaio, tem a mesma impressão que Garmendia. Ao descrever o reconhecimento em força de 1º de outubro de 1868, destaca a impossibilidade de ataque frontal, simplesmente o número de baixas dos atacantes seria insuportável.²²⁰ A única via de acesso às posições paraguaias é uma estrada (em má condição) com um agravante: a estrada, nas proximidades do rio Piquissirí, estava coberta por quase dois metros de água.

*El 1º de octubre practicaron los aliados un reconocimiento sobre nuestra línea de Piki-syry, con fuerzas de caballería a las órdenes del General Osorio, a pesar de los fuegos de nuestros cañones que dieron el resultado de causarles un pérdida de 80 hombres, - y si no fue mayor, era porque apenas se les veía diseminadas entre los pequeños montes abundan en dicho paraje. Comprobaron los aliados con dicho reconocimiento de que nuestra posición era inaccesible, y que toda idea de atacarla por el frente era absolutamente impracticable. El único camino de avance era el de la Asunción, y allí las aguas del Piki-syry estaban detenidas por esclusas, alcanzando hasta 6 pies de profundidad, y expuesto a los fuegos convergentes de la artillería.*²²¹

Por fim, a posição lhe parecia permitir aos paraguaios em caso de sofrerem o ataque, obter uma fácil vitória, com pequenas perdas para os defensores tal como em Humaitá e Curupaiti. A mesma impressão de Garmendia. As fortificações não foram efetuadas com o necessário estudo e as obras estavam, em alguns pontos, inacabadas. Apesar das obras de fortificação não estarem concluídas, as condições do terreno e a maestria com que foram utilizados pantanais, riachos e lodaçais existentes conferiam força única para a posição.

*El primer reconocimiento de que hemos hecho mención, y otros que practicaron los aliados sobre nuestra línea de Piki-syry les demostraron de una manera indudable la imposibilidad de llevar un ataque de frente a nuestra posición. Si lo hubiesen tentado, hubieran sido repelidos con grande pérdidas. Porque si bien las trincheras no eran tan formidables como otras que hemos tenido, la naturaleza del terreno les daba una consistencia invencible.*²²²

²¹⁹ Ibid., p.43-44.

²²⁰ CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. *Memórias: o reminiscências históricas de La Guerra del Paraguay*. Asunción: Editorial Guaranía, 1944. Disponível em: <http://www.portalguarani.com/373_juan_crisostomo_centurion/13105_memorias_o_reminiscenciashistoricas_sobre_la_guerra_del_paraguay_tomo_iii_por_juan_crisostomo_centurion.html> Biblioteca virtual Del Paraguay> Acesso em: 18 mar. 2014.

²²¹ Ibid., p.196.

²²² Ibid., p.198.

A extensão das trincheiras, o número de redutos e fortificações era excessivo para a quantidade de soldados que dispunha López. Os números não são confiáveis, mas o mais aceito é que as tropas paraguaias atingiam cerca de 20 mil homens. Estas limitações não diminuem a importância das fortificações. A maioria dos comentadores considera a posição fortíssima. O oficial paraguaio, já calejado por quatro anos de conflito, com inúmeras vitórias e derrotas no currículo, antevê a destruição das forças atacantes, uma vez que situação semelhante já ocorreu: uma forte posição que se apoia habilmente nos acidentes geográficos, onde os atacantes devem caminhar longo trecho, em baixa velocidade, em campo aberto e alagado sem poder se proteger e passível de receber disparos de mais de setenta peças de artilharia e o fogo de milhares de fuzileiros durante a aproximação. Curupaiti aflora na memória de atacantes e defensores. As semelhanças entre as duas posições são evidentes. *“Aparte de esta circunstancia, la fuerza asaltante, desde una grande distancia, tenía que marchar bajo el terrible fuego de 80 piezas, que la hubieran destrozado antes de acercarse a aquéllas, ofreciéndonos un fácil triunfo como en Curupayty y Humaitá”*.²²³

A forte posição é defendida por um exército que a despeito de seus poucos recursos materiais e ausência de um núcleo de oficiais treinados e/ou experientes, luta com tal bravura que chega às raias da insanidade. Como explicar o ataque de canoas contra encouraçados? Mesmo faminto e carente de todas as condições de luta, resiste contra exércitos bem aparelhados.

Por outro lado, Burton, um experiente diplomata inglês, assim se refere ao comandante brasileiro Caxias – então Marquês de Caxias - e ao Exército Brasileiro – que fora reorganizado: “[...] ser um excelente organizador. Antes de ter assumido o comando, o exército brasileiro estava nas piores condições possíveis; hoje pode ser comparado favoravelmente, no que concerne aos recursos modernos, aos mais civilizados.”²²⁴

Burton considera que o Exército Brasileiro está munido do que há de mais moderno em termos de equipamentos bélicos, o comandante era considerado “seguro”, ou seja, confiável em obter resultados e exímio organizador, sem contar que considera outros comandantes brasileiros eficientes. “O Brasil não precisa perder a esperança no sucesso

²²³ CENTURIÓN, 1944, p.198.

²²⁴ BURTON, 1997, p.324.

quando pode mostrar ao mundo um nobre exemplo de bravura e personalidade como o General Osório.”²²⁵

O Exército Paraguai, estropeado pela longa marcha entre Humaitá e Palmas, se recupera do fantasma da inanição graças à proximidade de seu *front* às áreas mais produtivas do Paraguai. Os familiares dos soldados os alimentam e consolam. López pode reforçar seu contingente com novos recrutas. Essa nova convocação não deixou de chamar crianças de onze anos e anciões. Garmendia informa que a convocação respeitava um único critério: a possibilidade de segurar um fuzil. Essas novas levadas permitem a formação de novos batalhões e cobrir os claros que existiam em unidades já existentes.

*Una vez López en esta nueva posición, reorganizó su ejército, haciendo nuevos batallones y reemplazando las bajas con los continuos reclutas que sin cesar arribaban á su campamento, en virtud de que el reclutamiento continuaba siempre, sin exceptuar ni los niños de once años, ni los ancianos sexagenarios, ó cualquier otra edad que tuviese el poder físico para sustentar un fusil: una tercera parte de los elementos que reunió allí, eran de esta calidad, y sin embargo, fueron y serán siempre una gloria de su nación, sea cualquiera la causa que hayan defendido.*²²⁶

López aproveita o escasso tempo que tem reforçando uma linha de defesa com todos os elementos bélicos possíveis, lançando mão não apenas das últimas reservas de armamentos e munições, mas arrastando também as últimas levadas do bravo povo paraguaio para os combates finais. Qual o total das tropas paraguaias nesta posição? Quais as unidades que ali se recuperavam física e moralmente? Garmendia orça a tropa paraguaia em 18 mil combatentes. “A 18.000 hombres sanos alcanzó este ejército fraccionado en 5 divisiones; estacionada la 1ª en Angostura, fuerte de 2,500 hombres á las órdenes del teniente coronel Thompson y guardaba 900 metros de trinchera.”²²⁷ Thompson reduz este número à metade, subdividindo-os também em cinco divisões. Os combatentes, em sua maioria, são rapazes. E as munições são de pequena monta, uma vez que grande parte das reservas retiradas de Humaitá haviam se perdido em Tebicuary.

Compunha-se o exército paraguaio, então, de cinco divisões, a saber; as baterias de Angostura, com 1.000 jardas de trincheiras, comandadas por mim; a direita pelo Coronel Gonzales; Timbó (assim chamado porque sua guarnição se compunha das forças que tinham evacuado Timbó) às ordens do Coronel Montiel; e a esquerda, ao comando do Coronel Rivarola. O

²²⁵ Ibid., p.329.

²²⁶ GARMENDIA, 1884 p.40-41.

²²⁷ Ibid., p. 41.

Exército contava agora, ao todo, com um efetivo de 10.000 homens, em sua grande maioria rapazelhos.

Grandes quantidades de munição, de toda espécie, haviam sido perdidas na retirada do Tebicuary, e nenhum dos canhões dispunha de cem tiros, e muitos apenas vinte ou trinta. Na infantaria, também, a maior parte dos soldados tinha de sessenta a cem tiros, somente.²²⁸

Após essa análise da posição voltemos aos acontecimentos que redundaram na chegada dos exércitos aliados em Palmas.

O Exército aliado (Brasileiro e Uruguaio), em sua perseguição ao Exército Paraguai, entre Humaitá e Palmas, um trecho de, mais ou menos duzentos quilômetros, finalmente se encontra com a nova linha defensiva de López em Piquissirí. Fragoso, assim descreve o movimento: “Afinal lograra Caxias pôr-se em contato com o grosso dos inimigos. Gastara 36 dias para se deslocar de Humaitá (Para-Cué) até Palmas (19 de agosto a 24 de setembro), isto é, para percorrer uma distância de duzentos quilômetros.”²²⁹ O terreno onde se deu a perseguição é pantanoso, como já reportado, e ocorre em uma colina na única estrada transitável: a Estrada Real, existente desde os tempos de colônia. Uma parte do exército acampou em Palmas em uma pequena faixa de terreno seco, enquanto a maior parte das tropas ficou alojada em banhados. Thompson relata que logo que chegaram os aliados passaram a reconhecer em força a linha do Piquissirí. “No dia seguinte [24/09/1868] chegou o grosso do exército, e acampou em Palmas, posto de guarda à beira do rio, com um trecho muito pequeno de terreno seco, tendo o grosso ficado quase todo acampado na lama.”²³⁰

Como relata Thompson, a maior parte do exército aliado ficou “acampado na lama”. As condições do terreno, como fartamente documentado, eram péssimas. O exército deslocou-se e, por fim, acampou em meio ao pântano e a situação insalubre se realçava, pois era período de chuvas, o rio crescia em volume e a água ocupava até mesmo os locais mais altos. O terreno plano desta região parecia, para alguns observadores, como um oceano. Em carta do general Câmara para sua esposa, de 02 de outubro de 1868, pode-se observar o efeito deste terreno na moral das tropas submetidas a estas condições. Câmara relata que as chuvas são copiosas e contínuas, “[...] são cinco horas da tarde, e continua a chover copiosamente.”²³¹ Essa situação obriga aos oficiais e soldados a criar novos hábitos para suportar a nova realidade. Câmara chega a dizer que vive “dentro d’água” tal a umidade do terreno em que

²²⁸ THOMPSON, 1978, p. 228-229.

²²⁹ FRAGOSO, 1934, p.34.

²³⁰ THOMPSON, 1978, 227-228.

²³¹ General CÂMARA apud CÂMARA, Rinaldo Pereira. *O marechal Câmara: Sua vida militar*. Vol.II. Porto Alegre: Oficinas gráficas da Livraria do Globo, 1970. p.207.

instalou sua barraca. Até mesmo atividades simples, que não deveriam criar maior atropelo, nos pântanos e lodaçais em que estão instalados, geram dificuldades que exigem bom humor e estoicismo para enfrentá-lo, segundo o General Câmara era necessário certo malabarismo para escrever uma simples carta. “Escrevo-te sentado na rede, com os pés sobre a cama e vejo a água correr por baixo dela, como esta correndo no campo!”²³². O General, dentre sua mobília, dispunha na barraca de uma cama e uma rede para seu descanso. Nos primeiros dias de outubro, ele ficou praticamente sem poder andar, pois as águas cobriam todo o terreno do acampamento aliado. Sua rotina era sair da cama e se alojar na rede e desta só saía para retornar a cama. Agrava a situação o retorno de um velho conhecido o Cólera Mórbus que, não se fartava em ceifar a vida de quem ela resolvesse se aposar.

Chove a três dias, e rodeado de banhados e lama, como estamos, pode-se dizer que vivemos dentro d’água. Eu levanto-me da cama e vou para a rede, que tenho armada dentro da barraca, e só dela saio quando anoitece, para ir para a cama; assim é que a três dias não caminho. O maldito cholera está outra vez conosco, e matando quase que fulminantemente.²³³

Obviamente, o exército não poderia ficar em tal local por longo tempo. As condições de higiene se deteriorariam rapidamente e velhos conhecidos voltariam a ceifar a vida de milhares de soldados, como já havia acontecido anteriormente no cerco a Humaitá. Uma guerra de desgaste de posições estava descartada de imediato pela conjugação dos terrenos insalubres do acampamento e da inacessibilidade da posição paraguaia para um ataque frontal. Daí a urgência e a constância dos reconhecimentos no intuito de obter uma rota para atacar, em melhores condições, a linha do Piquissirí.

Outro oficial brasileiro, o General Osorio, também se oprime com a situação calamitosa em que se encontra o Exército Brasileiro. Apesar de sua superioridade em tropas, comando, logística e material sobre o inimigo, encontra-se em xeque, necessitando tomar atitude rapidamente para sair do atoleiro em que se quedou. Logo que chegou a Palmas, em 27 de setembro de 1868, o general escreveu para sua esposa sobre as agruras da perseguição às tropas paraguaias entre Humaitá e Palmas. O terreno por onde passaram era um tremedal. “Estamos à vista do ponto em que supomos encontrar o Lopes (Angostura e Villeta). Fizemos uma marcha por barro e mato, desde Humaitá até este ponto, e ainda nos falta como légua e

²³² Ibid., p.207.

²³³ CÂMARA *apud* CÂMARA, 1970, p. 207.

meia de péssimo terreno que nos separa do inimigo.”²³⁴ Reporta em seguida sobre o reconhecimento de primeiro de outubro de 1868, narrando para sua esposa, três dias após o feito, em 04/10/1868, em que destaca que a posição é forte e que dispõe de um “banhado” em toda a linha. “No dia 1º fizemos reconhecimento sobre as novas trincheiras do inimigo [...]. As trincheiras parecem fortes e com um banhado por toda a frente.”²³⁵

Resultou do reconhecimento do dia primeiro amplo relatório de informações sobre a posição. Caxias, no dia seguinte, remete correspondência para o ministro da Guerra Muritiba, para que este informasse o Imperador D. Pedro II, sobre as posições dos paraguaios. Segundo ele, as informações obtidas justificavam o esforço despendido, uma vez que pode ter perfeito conhecimento sobre a artilharia, os redutos, fortificações, trincheiras e tropas que guarneciam a posição. Foi remetido junto com a carta um mapa apontando as disposições da linha do Piquissirí e os alagados que a tornavam tão impressionantes. Pode-se dizer que desde os primeiros reconhecimentos, Caxias já decidira por abdicar de ataque frontal a linha do Piquissirí.²³⁶

Illm. e Exm. Sr.— Tenho a honra de remetter a V. Ex. fará por mim apresentar respeitosamente a Sua Magestade o Imperador, o pequeno mappa que será a V. Ex. entregue, representando as fórtificações inimigas que precedem Villeta; e sobre as quaes deliberei praticar hontem um reconhecimento á viva força, no qual tomaria parte todo o exercito se fosse isso necessário.

« V. Ex. verá a natureza do terreno, que precede essas fórtificações, todo alagado ou coberto de vastos lamaçães, circumstancia que faz com que as forças invasoras só possam acampar légua e meia distante das fórtificações. O reconhecimento se effectuou com a maior vantagem e felicidade, tendo eu obtido dados seguros sobre a extensão e natureza d'essas fórtificações, numero e calibre de seus canhões, e obras naturaes e de arte que as guarnecem.»²³⁷

Diante da impossibilidade de ataque frontal, necessário se fazia obter outra via. Restava, portanto, a possibilidade de fixar posição em frente às fortificações paraguaia e fazer uma campanha de desgaste longa e demorada que não agradava aos militares brasileiros, em vista das condições insalubres do terreno de acampamento, como também do desejo de colocar fim a campanha que se tornava longa e intolerável ou flanquear a posição, seja pela

²³⁴ General OSORIO apud OSORIO; OSORIO, 2008. p.630.

²³⁵ Ibid., p.636.

²³⁶ CAXIAS apud COSTA, Francisco Felix Pereira da. *Historia da Guerra do Brasil contra as Republicas do Uruguay e Paraguay*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1871. Disponível em:< <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00429040>> Acesso em: 14 mar.2014.

²³⁷ CAXIAS Apud COSTA, 1871, p.41-42.

direita, seja pela esquerda. Thompson julgava tal possibilidade impossível. “A posição não podia ser flanqueada sem que o inimigo desse uma volta, fosse por Misiones, fosse pelo Chaco, e neste último caso poderia ser apanhado pela retaguarda.”²³⁸ Acreditava que caso as tropas atacassem os flancos ficariam descobertos e fatalmente seriam atacados pela retaguarda. Julgava ele existirem ainda reservas paraguaias em Assunção? Ou imaginava que a coluna volante que López formou seria capaz de atacar a retaguarda do Exército Brasileiro?

Versen (1976) comentando as ações encetadas nos meses de outubro e novembro de 1868, conclui que, obviamente, os reconhecimentos determinaram o abandono da ideia de ataque frontal: “[...] Então o Marquês de Caxias ordenou vários reconhecimentos e por fim desistiu de atacar o inimigo pela frente.”²³⁹ Garmendia (1884) especula que qualquer ataque às posições paraguaias, mesmo que se aproveitassem as falhas da construção (extensão da linha, não conclusão das obras de defesa, número e qualidade da tropa e dos armamentos de defesa), o ataque seria fadado à derrota, devido a brilhante utilização dos pântanos para a defesa. Qualquer ataque seria repellido com grandes perdas.

*Este y otros reconocimientos que se hicieron sobre la nueva posición de Lopez, [...] determinaron la imposibilidad por parte de tierra de un ataque à viva fuerza, porque, á pesar de la extensión y la poca consistencia de las obras y calidad del ejército enemigo, sus abrigos naturales le daban una potencia inabordable, y á haber puesto en práctica semejante proyecto se hubiera visto el ejército aliado empantanado y repellido con grandes pérdidas.*²⁴⁰

Caxias, em sua ordem do dia Ordem do Dia nº 272, de 14-01-1869, julga que não poderia atacar com sucesso a linha do Piquissirí. A partir desta constatação, a impossibilidade de conquistar à viva força as trincheiras inimigas e da condição insalubre de acampamento da tropa é necessário um lance ousado. Caxias, tido por lento, demorado em encetar ações, dará mostra de seu valor como comandante militar, com uma ação rápida, ousada e “elegante”, como a define Tasso Fragoso. A celeridade de ação se viu premida por argumentos contra a inação. Câmara, já no início de outubro, em carta para sua esposa (04/10/1868) prevê que instalar-se por tempo indeterminado em tais condições de insalubridade seria risco

²³⁸ THOMPSON, 1978, p.226.

²³⁹ VERSEN, 1976, p.138.

²⁴⁰ GARMENDIA, 1884, p.44.

desnecessário. “Ainda continuamos acampados neste maldito lugar, pestífero charco, que nos tem morto a muitos soldados.”²⁴¹

O Comando Aliado se vê diante de um impasse e a saída mais ousada é a que será tomada. Concebem então o plano de contornar as linhas paraguaias pelo flanco esquerdo dos exércitos aliados. Ora, o flanco esquerdo se apoia no rio Paraguai e seria necessário, para tal manobra, usar a esquadra de combate para transportar as tropas rio acima, tendo que enfrentar as baterias de Angostura ou construir uma estrada no Chaco. A margem esquerda do rio Paraguai, onde se desenvolve toda a ação até agora narrada, é a barranca mais alta. A margem direita é um pântano que nenhum dos exércitos utilizava constantemente devido a sua condição extrema. Dionísio Cerqueira que desembarcou neste terreno com intuito de encontrar um local onde fosse possível construir uma estrada, diz que o local é um “[...] barranco lamacento coberto de capim, morada predileta das capivaras”.²⁴² Para tal local, que não foi ocupado nem pelos paraguaios, é para onde o Comando Aliado planeja levar a infantaria, a artilharia e a cavalaria brasileira, por uma estrada que deveria ser construída no meio do lodo e a partir desta manobra cair na retaguarda da linha do Piquissirí. Manobra genial.

Desde que me convenci pelos reconhecimentos a que mandei proceder, e alguns dos quais pessoalmente assisti, de que o inimigo nas suas trincheiras da extensa linha do Piquissirí onde se colocaria, não poderia ser atacado de frente e pelo flanco esquerdo [dos paraguaios], em consequência das dificuldades invencíveis que se opunham à marcha do exército, provenientes de um banhado a transpor de légua e meia de extensão, e cujas águas eram abastecidas pela lagoa Ipoá, tratei de levar a efeito o plano que concebera de contorná-lo pelo nosso flanco esquerdo, sendo a base de operações ulteriores o Grão-Chaco.²⁴³

Levar tropas para o campo de batalha por dois caminhos convergentes é o que almejam a maior parte dos generais. O conceber e realizar tal movimento necessita de grande conhecimento militar e capacidade logística que lhe permita realizar o intento. A manobra concebida necessita do domínio do rio para transportar as tropas de uma margem para outra, construir uma estrada em um pântano e depois de ultrapassadas as linhas do Piquissirí, reembarcar a tropa e transportá-la novamente para a margem esquerda do rio Paraguai e, assim, atacar as trincheiras do Piquissirí pela retaguarda.

²⁴¹ CÂMARA, 1970, p.209.

²⁴² CERQUEIRA, 1980. p. 262.

²⁴³ CAXIAS apud CÂMARA, 1970, p.211-212.

Desistir de atacar Piquissirí frontalmente aliviou a tropa engajada, como podemos observar em correspondência de um oficial da guarda nacional rio-grandense para sua esposa, em que comemora o fato de Caxias ter resolvido contornar a forte posição. O Coronel Chicuta²⁴⁴ descreve o hábito paraguaio de se utilizar do terreno para melhor fortificar suas linhas, neste caso com o agravante de não se poder sitiar os inimigos, ou seja, não é possível cercar o inimigo. Chicuta refere-se à estrada do Chaco como uma benção divina que não permitirá um ataque frontal as linhas paraguaias, que segundo suas palavras seriam nefastas. A rotina do acampamento brasileiro frente à posição paraguaia é descrita ironicamente como sucessão de sono, dissabores e piquetes.

O López sustenta a guerra como sempre prevalecendo-se das posições, e assim é que estou em um lugar, que nem podemos mantê-lo em sítio, nos é necessário abrir uma picada pelo Chaco, para ir passar o rio Paraguai acima das fortificações do inimigo, cuja picada já está quase pronta e damos graças a Deus a resolução do General não ter sido de nos carregar nossas trincheiras, como no Humáita, enfim a vida é tratar de ruínas e fazer piquetes e dormir para distrair.²⁴⁵

Em 1944, durante a Segunda Guerra Mundial, os Exércitos britânicos, dos EUA e de países aliados se defrontaram com semelhante uso do terreno na península italiana. Os alemães utilizaram os terrenos montanhosos da Itália para montar forte linha defensiva, que se valia da altura dos terrenos com seus flancos se apoiando no mar Tirreno e Adriático. A “Linha Gustav” demandou enorme esforço dos aliados para sua conquista, apesar do domínio do ar e dos mares, além de enorme vantagem material e de tropas. Para superar a forte linha defensiva, os aliados tentam em Ânzio uma manobra semelhante: colocar tropas atrás das linhas alemãs para atacá-las pela retaguarda. O desembarque foi realizado, mas as tropas ficaram bloqueadas e não alcançaram seu objetivo. Caxias idealiza, desembarca e torna efetivo e vitorioso este intento.

²⁴⁴ MATTOS, Marília (Org.). *Coronel Chicuta: um passo-fundense na Guerra do Paraguai*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

²⁴⁵ CHICUTA apud MATTOS, 1997, p.89-90.



Mapa 4 – Detalhe da linha do Piquissiri.

FONTE: JOURDAN, 1871, p.27. [Detalhe]

2.2 UMA ESTRADA EM LOCAL IMPROVÁVEL

“O maldito rio tem continuado a encher e a obstruir as pontes, com o que se tem dificultado a vinda de gêneros, que vão diminuindo muito nos depósitos.” Caxias.

Depois que ficou decidido contornar pela direita (dos paraguaios) a posição do Piquissiri, restava saber o modo como tal intento realizar-se-ia. Duas opiniões se destacam: fixar a posição paraguaia mantendo parte do exército em Palmas, forçar Angostura transportando as unidades em navios e desembarcá-las em San Antonio ou manter forças em Palmas e transportar as tropas pelo Chaco, evitando Angostura. O General Gelly Y Obes, comandante argentino, propôs que se deixassem 10.000 soldados em Palmas e o restante da tropa, cerca de 20.000 soldados, seria embarcada na Frota brasileira e em todos os navios que se possa por mão. Como medida de diversionismo os encouraçados brasileiros atacariam as baterias de Angostura, neste ínterim, os demais navios de madeira repletos de soldados ultrapassariam a bateria para, em seguida, desembarcar a tropa em San Antonio. Utilizariam os encouraçados como escudos, iscas - cortina de fumaça - e os demais navios, com as tropas embarcadas, subiriam o rio.

Desde el primer momento, el general Gelly propuso dejar una fuerte guarnición en Palmas, punto ya fortificado, y embarcar 20,000 hombres en los transportes brasileiros y todos los buques de cabotaje que allí se encontrasen; remontar el rio Paraguay, al mismo tiempo que una parte de la escuadra brasileira con todo su poder bombardeaba á la Angostura, llamando hacia sí la atención del enemigo, mientras que la otra, protegiendo esta operación, forzaba el paso, para dirigirse en seguida á San Antonio, punto elegido para el desembarque, por ser conocido perfectamente por el general argentino.²⁴⁶

Essa possibilidade não foi acatada. O plano era ousado e temerário. A maior parte dos navios da armada brasileira não se prestava ao transporte de tropas com tal grau de resistência.

As censuras que Caxias sofreu quando fez alto em Surubihy, por não ter embarcado o exercito nos vapores da esquadra e contornado assim o flanco direito do inimigo, que se apoiava na margem esquerda do rio Paraguay, são pueriz e absurdas. Sim; porque ele teria causado a ruina completa das forças que commandava, se tivesse proseguido nas operações pela maneira indicada pelos seus censores.²⁴⁷

Os soldados, os armamentos, as provisões, a artilharia e a cavalaria ficariam na cobertura dos navios expostos aos tiros de canhões e de artilheiros nas barrancas. A frota disponível neste momento alcançava o número de trinta²⁴⁸. Número insuficiente para, em uma única viagem, transportar todos os 20.000 soldados e seus equipamentos. Seria preciso, portanto, fazer várias passagens frente às baterias de Angostura. O número de baixas seria, possivelmente, enorme. Caxias e os demais comandantes fizeram a opção de contornar pelo Chaco. Para tanto, pretende manter forças dos Exércitos do Uruguai e Argentina, além de uma brigada do Exército Imperial com a maior parte de sua artilharia acampada em Palmas, que continuamente atacaria o inimigo. Com isto procurava manter as forças paraguaias fixas em suas posições. O restante do Exército Imperial Brasileiro, cerca de 20.000 soldados das três armas - artilharia, cavalaria e infantaria - seriam transportadas para a margem direita do rio Paraguai, em pleno Chaco, uma região pantanosa e suscetível a alagamentos pelas cheias do rio Paraguai e, daí, seguiriam por uma estrada com cerca de 10 quilômetros de extensão até ultrapassar a posição paraguaia de Angostura e, na altura de Villeta, seriam reembarcados nos

²⁴⁶ GARMENDIA, 1884, p.45.

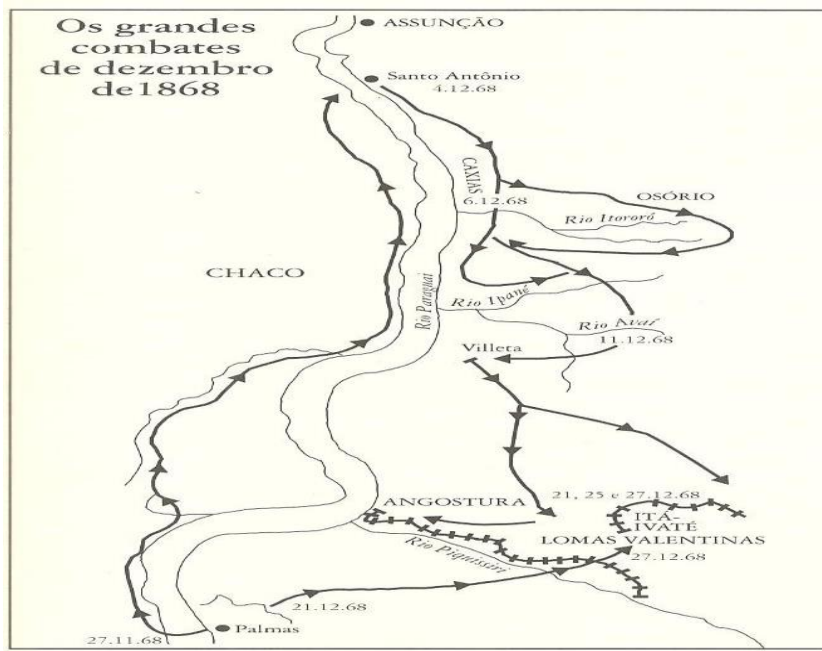
²⁴⁷ LIMA, Patrício Augusto Câmara. *Manuscrito de mil oitocentos e sessenta e nove, ou, resumo historico das operações militares dirigidas pelo Marechal d'Exercito Marquez de Caxias na Campanha do Paraguay*. Rio de Janeiro: Azeredo Leite, 1872. Disponível em <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/182924> Acesso em 26 de ago 2013. p.63.

²⁴⁸ “Além disto, como era possível embarcar um exercito de 25,000 homens, com artilharia, cavalhadas e muitos outros misteres, nos 30 vapores de que se compunha a esquadra em outubro de 1868?

Embarcar 5 a 6,000 homens e faze-los seguir para um ponto do alto Paraguay, tendo de passar forçosamente pelo canal d'Angostura, que o inimigo dominava com fortes baterias, era expô-los sem nenhuma utilidade á um desastre.” (LIMA, 1872, p.63)

navios da Armada Imperial e retornariam a margem esquerda do rio Paraguai. O Exército Paraguai ficaria, assim, cercado por três lados: ao Sul por 8.000 soldados dos três exércitos, acampados em Palmas; ao Norte, pelos 20.000 soldados do Exército Imperial, que viriam do Chaco e a Oeste pela Armada Brasileira.

Lance ousado e de difícil execução! O mapa abaixo permite visualizar a amplitude do movimento.



MAPA 5 – A campanha de dezembro de 1868.

FONTE: DORATIOTO, 2002, p. 369.

O plano tinha o benefício de cortar o Exército Paraguai de suas fontes de abastecimento que tão bem fizera às tropas como vimos anteriormente. O plano, descrito sucintamente, tinha a vantagem da simplicidade e de utilizar o peso dos exércitos aliados com o máximo de poder possível. Mas, seria exequível? Transportar as tropas da margem esquerda para a margem direita não apresentava grandes dificuldades. Seria possível ultrapassar as baterias de Angostura com os monitores e encouraçados brasileiros? Os demais navios de guerra e transporte da Armada Imperial, por serem de madeira, ficariam impossibilitados de fazer tal trajetória. A margem direita do rio Paraguai não se encontraria ocupada por forças paraguaias? Os elementos de engenharia seriam suficientes para construir uma estrada em um pântano, em pleno início da cheia do rio Paraguai? A estrada, caso fosse construída, suportaria o peso dos trens de artilharia, alimentação, munição, hospitais e demais petrechos de guerra?

Os navios de guerra, impróprios para o transporte de tropas, conseguiriam transportar um exército de 20 mil soldados, todo seu equipamento e, posteriormente abastecê-lo? Caxias e seu Estado-Maior arriscariam praticamente todo o Exército e a Armada Imperial neste intento ousado? Estas dúvidas por certo assaltaram os diversos comandantes envolvidos.

Sobre a possibilidade da Marinha Imperial de enfrentar os canhões de Angostura, a resposta favorável foi dada logo a primeiro de outubro de 1868. Pouco antes do amanhecer deste dia, navios da Armada Brasileira, quatro encouraçados²⁴⁹ desafiaram os canhões mais pesados a disposição dos paraguaios, inclusive o famoso canhão *Criollo* e ultrapassaram a posição. As duas baterias atingiram com enorme precisão os navios que, temerariamente, se arriscaram no canal de navegação. Lembramos que as barrancas do rio, nesta apertada curva em U, abrigavam dezesseis canhões em duas baterias distantes uma da outra seiscentos metros, e eram extremamente eficientes, causando inúmeras baixas e danos aos navios da esquadra imperial.

Após a decisão de contornar a posição pelo Chaco, já no dia 09 de outubro 1868, determinou-se o envio de uma brigada do Exército Brasileiro para perscrutar a margem direita. Segundo ordem emitida pelo chefe do Estado-Maior de Caxias, General João de Souza Fonseca Costa, o Tenente-Coronel Tibúrcio deveria no dia seguinte, com o 4º e 16º batalhão, elementos do batalhão de engenheiros e um esquadrão de cavalaria, estar prontos de manhã para embarcar e fazer as primeiras investigações. As instruções foram passadas diretamente para Tibúrcio²⁵⁰.

Esse distinto oficial não fora escolhido ao acaso. O Estado-Maior do Exército bem sabia que se tratava de um ativo organizador, empreendedor e extremamente competente em seu ofício. Era o oficial talhado para ocupar o Chaco, tinha experiência para tal. Ele e seu afamado batalhão já haviam ocupado a margem direita do rio Paraguai no cerco a Humaitá. Agora se tratava de encontrar uma rota em que fosse possível construir uma estrada que

²⁴⁹ *Tamandaré, Bahia, Barroso e Silvado* (RIO BRANCO, Barão do. *Efemérides brasileiras*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores. 1946.p.464); THOMPSON, 1978, p.231 relata um monitor neste rol.

²⁵⁰ “09 de outubro de 1868. – Ilmo. e Exmo. Sr. S. Exa. O Sr. Marques manda dizer a V. Exca. que o 16º batalhão de infantaria, a ala do batalhão de engenheiros, comandada pelo respectivo Major, e o Esquadrão de cavalaria, deverão amanhã (10 do corrente), às 7 horas da manhã, se acharem prontos na barranca do rio, a fim de embarcarem nos transportes indicados pelo Capitão-de-Mar-e-guerra Pereira da Cunha que para esse fim se achará ali à hora acima determinada; que toda essa tropa deverá ir municada por 3 dias e deverá levar cartuchame de reserva. Finalmente, S.Exa. manda dizer que V. Exa. Passe ordem ao Te. Gel.Tibúrcio para vir falar-lhe hoje. (...) – João de Souza Fonseca Costa (COSTA apud OSORIO; OSORIO, 2008, p.637)

ultrapassasse Angostura e estabelecer contato com os navios da armada que se encontravam na altura de Villeta.

O comandante do Exército Imperial decidiu a contornar a posição paraguaia pelo Chaco apressa, portanto, sua execução. Para isso, era necessário construir uma estrada nos banhados. O Segundo Corpo de Exército sob o comando do General Argolo, que se encontrava em Humaitá, foi chamado para Palmas no mesmo dia que o destacamento brasileiro desembarcou no Chaco. Seria deste Corpo de Exército a árdua tarefa de construir a estrada do Chaco.

Oficiou-lhe no dia 10 de outubro, chamando-o com seu corpo de exército. Nesse mesmo dia fez seguir para Humaitá o coronel Agostinho Marinho Piquet, que ali deveria substituí-lo, dispondo de uma guarnição de 1.500 homens. Fêz também passar para o lado do Chaco, como medida preparatória, um destacamento de dois batalhões de infantaria (o 16º e o 4º), um esquadrão de cavalaria (capitão Fialho) e uma ala do batalhão de engenheiros, tudo sob o comando do tenente-coronel Tibúrcio.²⁵¹

Neste ínterim, o capitão Castelo Branco - que morreria no assalto às Lomas Valentinas -, do 16º batalhão de infantaria continuava “furando” aquele tremedal no afã de encontrar uma rota segura e, principalmente, encontrar os navios da esquadra que estavam acima de Angostura, na altura de Villeta. O mesmo reporta ter encontrado um navio de guerra, que julga ser da Marinha Imperial, porém logo percebe ser engano, pois se trata da canhoneira francesa *Decideé* que havia subido o rio no dia 30 de setembro²⁵². Seguindo para o norte logo em seguida ficou a vista de Villeta. Junto com ele, um vaqueano paraguaio afirmou reconhecer a casa onde morava. Em comunicação datada de 13 de outubro de 1868, do Tenente-Coronel Antônio Tibúrcio F. De Souza para o General Argolo assim narrava os eventos:

Desfeito o engano, o Capitão Castelo Branco inclinou-se mais para o norte e, depois de ter andado seguramente uma légua e meia, subiu de novo às arvores e avistou Villeta e a Esquadra (...) Devo dizer também a V.Exa. que o paraguaio Canuto que serve de vaqueano conheceu a casa do Cura de Villeta, e a sua própria casa, segundo me disse; e do lugar em que foi visto há tão pouca distância à povoação, que o Capitão Castelo Branco e o referido Canuto reconheceram a olhos nus mulheres andando pelas ruas.²⁵³

²⁵¹ FRAGOSO, 1934, p.42.

²⁵² BORMANN, 1897, p.186; TIBÚRCIO *apud* OSORIO; OSORIO, 2008, p. 639; THOMPSON, 1978, p.232.

²⁵³ TIBÚRCIO *apud* OSORIO; OSORIO, 2008, p.639

Os primeiros reconhecimentos feitos pelo destacamento comandado pelo Tenente-Coronel Tibúrcio demonstraram a possibilidade de se realizar o intento. Este, no afã de perscrutar a região, havia exigido inúmeros reconhecimentos, levados a cabo por seus soldados e oficiais. Argolo, após diligências, define a rota em que será construída a estrada, evitando margear o rio Paraguai para não se ver submetido ao fogo das baterias de Angostura, minimizando possíveis danos. Tibúrcio havia em despacho para o general Osorio, informado que encontrara três perfurações no lodo de bala de canhão calibre 68. Demonstrando que as balas das baterias de Angostura podiam atingir uma eventual estrada que ali se abrisse, por isso deliberaram e abandonaram esta picada. Abandona-se, portanto, as primeiras picadas abertas por tropas comandadas por Tibúrcio. O contorno da picada, se afastando das barrancas do rio é decidido por Argolo e Galvão, comandante das tropas de engenharia.

Devo inteirar a V.Exa. de uma circunstância que omiti em minha correspondência de ontem. O caminho que temos seguido, em demanda de Villeta, passa por uma zona onde se encontraram balas de 68 enterradas no tojal. Eu vi três escavações delas. Essa zona é inquestionavelmente fronteira à Angostura, mesmo porque fica a dois terços do caminho que se faz até se descobrir o povo de Villeta.²⁵⁴

A nova rota ia inicialmente para a direção geral oeste, fazendo um amplo arco, seguindo em direção norte, retornando para leste até a embocadura de um riacho logo em frente à Villeta. Um dos objetivos das tropas havia se concretizado – encontrar uma rota em que fosse possível construir uma estrada que comportasse o trem de bagagens do Exército Brasileiro. No dia 24 de outubro de 1868 Caxias, em carta para Osorio, informa que finalmente nossos piquetes estabeleceram contato com a Esquadra na altura de Villeta. A impaciência de Caxias é tão grande que o mesmo não cessa de visitar e incentivar o término da obra.

A 24, escrevia-lhe: Exmo. Finalmente abriu-se a comunicação com a Esquadra de cima da Angostura, com as nossas forças no Chaco, e neste momento recebi uma carta do Barão da Passagem em que me diz já ter ido até a vista de Assunção com alguns dos nossos monitores, sem sofrer resistência séria, e sem que os navios sofressem dano algum. A comunicação abriu-se na foz do tal riacho em frente a Villeta. Amanhã vou ao Chaco para ver se ativo a conclusão do caminho, pois estou impaciente e com a convicção de que a guerra acaba aqui, passado esse barranco.²⁵⁵

Definida a rota, trata a tropa brasileira de construir a estrada, o telégrafo, as pontes e os redutos para defesa. O duro trabalho consiste em derrubar as árvores, fazer abatis para

²⁵⁴ TIBÚRCIO apud OSORIO; OSORIO, 2008, pg.640-641.

²⁵⁵ CAXIAS apud OSORIO; OSORIO, 2008, p. 644.

firmar o terreno, construir pontes e colocar milhares de troncos de palmeiras à guisa de pavimento da estrada. Encontrou-se um riacho que desaguava em frente à Villeta e que foi utilizado como via para transporte dos petrechos necessários. O local onde se encontra a estrada com este rio recebeu a denominação de Porto das Canoas. Esse rio estava coberto por densa vegetação e a saída foi amarrar e cortar a vegetação fazendo, por assim dizer, uma estrada²⁵⁶ no meio dos igarapés²⁵⁷. Cerca de 40 mil palmeiras foram derrubadas para “pavimentar” a estrada, milhares de outras árvores foram derrubadas para dar lugar a redutos, acampamentos e até mesmo um campo aberto para possível batalha. As lagoas, os riachos, os rios, as moscas os reptéis de repente se viram acompanhados de uma estrada segura e apta a dar passagem ao Exército Brasileiro. A maioria dos que testemunharam a construção e que deixaram relatos, informam que a estrada demandou pouco mais de 20 dias para que fosse dada como encerrada.²⁵⁸ A partir de Santa Tereza, em frente a Palmas até a embocadura do rio situada à frente de Villeta tinha cerca de 11 quilômetros.

A picada de que tratamos, aberta aquém do arroio Villeta e em frente ao porto de Palmas, abrangia uma extensão de mais de 9 mil braças, e, ainda que assentada em um terreno de aluvião e de *esteros*, entendeu o general que mesmo assim lhe convinha para o fim que a destinava. Mas, primeiro que tudo, era preciso mandar cortar 30 a 40 mil arvores para se formar a estiva de um terreno que, irregular em muitos lagares, apresentava em outros obstáculos quase invencíveis.²⁵⁹

Além da estrada, foram projetadas as construções de redutos para proteger as tropas, a posse da via e locais em que as tropas pudessem acampar, pois poucos terrenos tinham altura

²⁵⁶ “*Estos trabajos dirigidos por los ingenieros Falcao da Frota, Sepúlveda, Ewerard, Lassance y Jourdan, despertaron verdadero entusiasmo en la tropa; y trabajaron constantemente 3 batallones de infantería y el batallón de pontoneros del 2o cuerpo de ejército. La faena consistía en derribar árboles y palmeras y colocarlos paralelamente en grandes espacios de lagunas y bañados, en la construcción de puentes, telégrafos y reductos, y en el desmonte de espesos bosques que ensanchaba la picada. Los ardores de un sol de Diciembre en el Paraguay, los calores saturados de los miasmas pútridos de los esteros, los insectos mortificantes que hacían llevar una desesperante vida, el excesivo trabajo de una obra de guerra, cuyo éxito estaba en La prontitud de la construcción, nada arredró á nuestros aliados, y su general debió sentirse orgulloso cuando en 23 dias vio concluída su obra. Se habían empleado 30,000 troncos de palmeras, desmontado grandes y prolongados espacios de bosques vírgenes; levantado 8 puentes de profundidad superior á 5 metros; establecido um telégrafo en todo el largo de la vía; limpiádose casi 10 kilómetros de vegetaciones acuáticas que cubrían el arroyo Araguay utilizándolo en la navegación de chalanas; por fin, construido um camino sólido, capaz de soportar el rodado de la artillería; este ejemplo de constancia y abnegación se habia llevado á cabo luchando contra las crecientes de los arroyos y la de el rio Paraguay; para que cómodamente pudiera ejecutar su marcha com todo su material el ejército brasilero destinado ala tercera grande operación de esta campaña. Era ya esta una victoria estratégica.*” (GARMENDIA, 1884, p.51-52)

²⁵⁷ Abriu-se também a navegação do Rio-Negro, sendo para isso necessário limpar quase duas léguas de vegetações aquáticas, que obstruíam-lhe o curso.” (JOURDAN, 1871, p.84)

²⁵⁸ “[...] achando-se a estrada prontificada e no caso de receber viaturas nos primeiros dias de Novembro; isto é, em 22 dias de trabalho.” (JOURDAN, 1871, p.84)

²⁵⁹ LIMA, 1872, p.73.

suficiente para não submergir à potente cheia do rio. Os redutos contavam com circunvalação – os mais importantes – armazéns, obras de fortificação, eram armados de 03 a 06 canhões de campanha raiados e abrigavam guarnição com mais de mil soldados. Interligados por uma linha de telégrafo, que foi construída em toda a extensão da estrada, facilitava a defesa de cada uma destas fortificações. Em frente à Villeta foi desmatada uma ampla área para abrigar as tropas brasileiras que ali se concentrariam e servir de “campo de batalha” caso a situação o exigisse. As fortificações da estrada foram feitas dentro de todas as regras da época para defesa. Já em Santa Tereza, local de início da estrada, foi construído um grande reduto que para ser tomado demandaria grande esforço do inimigo. “Enfim, nas posições mais importantes construíram-se redutos [...] por onde o inimigo se podia apresentar. Em Santa Thereza [...], construiu-se um grande reduto (um verdadeiro baluarte) que só podia ser tomado por um sitio em regra.”²⁶⁰

No início de novembro a estrada estava terminada e perfeitamente defendida. Qualquer tentativa de expulsar as forças brasileiras do Chaco demandaria muito esforço do inimigo. Conquistou e se fixou no terreno.

Os pontos fortificados eram uns abertos, e outros fechados por linhas de circunvalação. Todos tinham esplanadas, fossos, e armazéns de madeira ou de palha para os viveres e munições. Alguns estavam armados com 3 e 4 bocas de fogo; outros continham 5 e 6, todas de calibre 4 e raiadas. As bocas de fogo eram de campanha, afim de se poder hostilizar o inimigo no movimento retrógado de uma força para um ou outro ponto da linha. As guarnições daqueles pontos eram permanentes, e a força de algumas excedia de mil homens, Tinha-se aberto caminhos em direção aos diversos redutos para poderem ser socorridos a tempo, e com rapidez. Por uma combinação de sinais telegráficos podia ser levada ao centro da picada, e em poucos minutos, a notícia do que se passava em suas extremidades. No fim mesmo da picada, isto é, em frente à povoação de Villeta, havia um campo de batalha, de antemão preparado, onde o exército se podia concentrar e juntar as suas forças ás de sua vanguarda.²⁶¹

Pelo que podemos depreender dos relatos dos envolvidos, durante todo o tempo compreendido entre 10 de outubro e 5 de dezembro, os trabalhos não cessaram devido o contínuo crescer do volume de água do rio. A cheia foi um tormento contínuo para as tropas designadas para a construção da estrada, seu contínuo crescer engolia a estrada e as pontes, sendo necessário construir sobre o que havia sido alagado. Caxias em carta para Osorio, datado de 30 de novembro de 1868, dizia, com pesar que o “[...] maldito rio não cessa de

²⁶⁰ LIMA, 1872, p.73.

²⁶¹ Ibid., p.73-74.

crescer”²⁶². O engolir da estrada pelo rio ocorre repetidas vezes. Os membros do Estado-Maior do Exército Imperial procuram outras possibilidades, chegando mesmo a pensar em mudar seus planos de desembarcar acima de Villeta, devido à assustadora força da cheia do rio. “[...] porque as águas do Paraguai cresceram no dia 22 de outubro em tal progressão que inutilizaram uma parte da picada que se estava abrindo na margem direita, e inundaram algumas das estivas feitas para o melhoramento do seu leito”.²⁶³ A situação irrita tanto o generalíssimo, que o mesmo pensa na possibilidade de atacar as baterias de Angostura, desembarcando as tropas nas barrancas da forte posição. Felizmente, para os soldados que desembarcariam de frente às baterias, os engenheiros destacados para ver se havia possibilidade de desembarcar na posição afirmaram que a barranca não se prestava devido a grande altura com o agravante das matas protegerem as tropas de defesa. Em boa hora o intento foi abandonado.

23 de outubro 1868. Exmo. As chuvas tem me posto de mau humor. Ontem e hoje, mandei fazer reconhecimentos sobre a bateria de Angostura, e tanto oficiais de Marinha, como os 2 engenheiros que para isso mandei são concordes de que não é possível fazer-se o desembarque sobre a bateria, porque não só a barranca, por sua altura, a isso não se presta, como porque o mato chega até a barranca e não deixa espaço para formar qualquer força que assalte a bateria, ao passo que a guarnição, ganhado o mato, pode resistir muito sem ser quase vista.²⁶⁴

Os paraguaios não ficaram alheios aos movimentos executados pelo Exército Brasileiro no Chaco mas não deram crédito a tentativa de transportar todo exército por terreno tão impróprio. Mesmo assim, enviou para o Chaco um destacamento com engenheiros para verificar as ações do inimigo. O tenente Lara, que comandou uma destas expedições afiançou a López que o terreno era impraticável para grande movimento de tropas²⁶⁵. Thompson (1978) também afirma que os membros do Alto-Comando paraguaio não acreditavam na possibilidade dos brasileiros construir uma estrada no Chaco, entretanto logo a dúvida foi suplantada pela realidade atordoante e, tardiamente, López convencido da inevitabilidade de

²⁶² CAXIAS apud OSÓRIO; OSORIO, 2008, p. 658.

²⁶³ LIMA, 1872, p.77-78

²⁶⁴ CAXIAS apud OSORIO; OSORIO, 2008, p.643-644.

²⁶⁵ “Entonces ordenó diversos reconocimientos sobre ese terreno, siendo el último encomendado al teniente Lara, el mas prolijo. Este oficial aseguróle la imposibilidad de emprender operaciones en un terreno donde, según él, no podían marchar dos hombres unidos, y quedó López tan seguro de este aviso, que "cuando supo que los brasileiros desembarcaban en Santa Teresa, creyó que era esta una demostración que ocultaba otra operación, pero muy pronto se convenció que la espada de Damocles estaba pronta á caer sobre su cabeza. Vio la punta y se dejó estar.” (GARMENDIA, 1884, p.49)

atrapalhar os planos dos brasileiros no Chaco, se prepara para enfrentá-los em Villeta. “A princípio López não acreditou que os brasileiros tencionassem realmente marchar através do Chaco, julgando tratar-se apenas de uma diversão [...], com o tempo, entretanto, não pode haver dúvida [...]”²⁶⁶

A crença de que o local do desembarque seria em Villeta era alimentada por Caxias. Em 17 de outubro de 1868, portanto logo no início da ocupação do Chaco, já os prisioneiros paraguaios informavam o Marquês de que López esperava um desembarque em Villeta.²⁶⁷ A correspondência de Caxias para Osorio deixa transparecer esta medida diversionista, em que ele afirma que “[...] continuo a dizer a todos que o ataque é de frente, contra Villeta [...]”²⁶⁸ Entretanto em 30/11/1868, já havia se decidido a desembarcar em San Antonio.²⁶⁹

Enquanto se desenrolava esta guerra de informações, durante os meses de outubro, novembro e dezembro as águas subiram tanto que foi contínua a obra de recuperação da estrada. Quantas vezes as pontes foram engolidas, tantas vezes foram refeitas sobre as alagadas. Repetidas vezes o rio interrompia o transporte das tropas, das munições dos elementos necessários para fazer a guerra.²⁷⁰

A Esquadra Imperial em agosto de 1868, segundo um diplomata inglês, que visitou o front, “[...] consistia de 39 quilhas e 186 canhões.”²⁷¹ A frota era composta, segundo o mesmo autor, por navios blindados e navios de madeira. Alguns terão maior atuação na transposição do rio Paraguai: os encouraçados *Brasil* (8-145)²⁷², *Tamandaré* (6-120), *Barroso* (7-149), *Bahia* (2-147), *Herval* (2-134), *Lima Barros* (4-171), *Colombo* (8-132), *Mariz e Barros* (2-124) e *Cabral* (8-130); os monitores *Alagoas* (1-60), *Rio Grande* (1-60), *Pará* (1-60) *Piauí* (1-60), *Ceará* (1-60) e *Santa Catarina* (1-60); e um vapor, o *Triunfo*.

Alguns navios foram construídos nos estaleiros do Rio de Janeiro e outros comprados na Europa. Alguns eram navios que o Paraguai havia encomendado e, graças ao bloqueio imposto pela Frota Brasileira, acabaram sendo adquiridos pelo Império. Burton (1997), ao

²⁶⁶ THOMPSON, 1978, p.235.

²⁶⁷ CAXIAS apud OSORIO; OSORIO, 2008, p. 643.

²⁶⁸ Ibid., p.659.

²⁶⁹ Ibid., p. 658.

²⁷⁰ “Mas como no dia 27 [novembro] as águas do rio cresceram extraordinariamente e invadiram parte do acampamento da margem direita, mandou Caxias sustar, até segunda ordem, a passagem dos corpos que ainda se achavam em Surubihy e Palmas.” (LIMA, 1872, p.81)

²⁷¹ BURTON, 1997, p.296.

²⁷² O primeiro número refere-se aos canhões e o segundo a tripulação.

passar por Montevideú, a caminho do *front*, nos dá uma saborosa descrição de uma dessas belonaves que lá estava na ocasião, o *Lima Barros*. Segundo ele, nenhum dos navios das potências europeias ou dos EUA, ali estacionados, podia suplantar ele em qualidade.

Flanqueando o porto, veem-se ancoradas canhoneiras de diversos países. No meio delas está o *Lima Barros*, um encouraçado brasileiro bem guarnecido e recém-chegado da guerra do Paraguai. Adequadamente manobrado, ele pode pôr a pique todas as nossas “esquadras unidas”, como são chamadas com toda a pompa, e até se compara com o *Kansas* e o *Pawnee*, com desvantagem para nossos patrícios.²⁷³

É um adequado reconhecimento do esforço de guerra efetuado pelo Império. Não se mediram esforços e recursos para vencer a guerra.

Enquanto ocorre a construção da estrada do Chaco e a sua árdua manutenção, a Marinha de Guerra Imperial mantém rotina ativa e prepara-se para dois momentos decisivos: o primeiro e mais fácil é transportar as tropas da margem esquerda para a margem direita do rio Paraguai; a segunda – retornar as tropas para a margem esquerda do rio acima de Villeta – apresentou maiores vicissitudes. O primeiro obstáculo foi ultrapassar as baterias assentadas em Angostura. Como vimos, em primeiro de outubro de 1868, quatro encouraçados, o *Tamandaré*, *Bahia*, *Barroso* e *Silvado*, sob o comando do Barão da Passagem, forçaram o passo e ancoraram na altura de Villeta e aguardam ali o contato com as tropas que constroem a estrada do Chaco²⁷⁴. O restante da esquadra, destinada para atuar acima de Villeta, se completou apenas no começo de dezembro. Foi constante o sobe e desce dos navios frente à Angostura. Obviamente, o tráfego não era isento de dissabores.

Thompson (1978), que comandava as baterias de Angostura, descreve algumas das agruras por que passaram os tripulantes dessas naves. Em 10 de outubro, narra que subiram dois navios brasileiros “[...] amarrados um ao outro”.²⁷⁵ Essa forma de proceder, amarrados aos pares – geralmente um encouraçado e um monitor -, imitava a formação dos navios da União, durante a Guerra de Secessão. Os artilheiros da bateria eram tão precisos, que saltavam às dezenas o número de tiros que acertavam os navios. Os navios geralmente não eram perfurados, mas quando atingidos, além do clarão característico que produziam, as chapas eram atiradas violentamente para trás, rompendo o madeiramento interno, ferindo e matando

²⁷³ BURTON, 1997, p.103 itálicos do autor.

²⁷⁴ RIO BRANCO, 1946, p.464 e; THOMPSON, 1978, p.232 discorda em relação aos navios. Thompson relata um monitor.

²⁷⁵ THOMPSON, 1987, p.232.

parte da tripulação. Em 26 de novembro de 1868, por exemplo, o encouraçado *Brasil*, tornava a subir frente à Angostura e sofreu muitas avarias. “Desta vez o Brasil teve má sorte, sendo atingido por trinta e uma balas, cinco das quais de 150 libras, que feriram o comandante e mataram três oficiais e o piloto, além de alguns tripulantes.”²⁷⁶

Os oficiais brasileiros destacados para elegerem um ponto de desembarque, eventualmente com supervisão do próprio Caxias, procuraram com obstinação um local. San Antonio, situada entre Villeta e Assunção, foi a localidade escolhida para o desembarque.

No início de dezembro de 1868, a estrada do Chaco estava pronta e consolidada. A frota contava com número suficiente de navios para realizar a transposição do rio para a retaguarda dos paraguaios. Em 02 de dezembro de 1868, o Marquês de Caxias passou em revista as tropas brasileiras que se concentravam no Chaco. Vinte e dois mil soldados prontos para passarem à ofensiva contra a retaguarda das posições do Piquissirí.²⁷⁷ Caxias deposita toda sua confiança em que a manobra que planejara e executara traria bons resultados, acreditando no fim do conflito. Em sua correspondência com Osorio, antevê as possibilidades que restariam aos paraguaios a partir do momento em que estivessem cercados por três lados, presos no movimento de pinça das armas brasileiras: as forças paraguaias poderiam atacar de imediato, logo após o desembarque, esperar na posição do Piquissirí ou dar batalha em campo aberto às forças brasileiras. Esta última possibilidade lhe aguçou o instinto e a alma de general ávido por enfrentar o inimigo em campo aberto, pois o terreno em questão era propício para o uso da cavalaria, que tem em abundância, em “[...] Villeta, com as suas coxilhas, quem me dera que Lopes me viesse dar uma batalha, para a qual ele não poderia trazer todas as suas forças [...]”²⁷⁸. Antevê o comandante brasileiro as possibilidades do adversário com clarividência espantosa, fruto da experiência e da formação científica de parte dos oficiais.

Restava ainda uma difícil tarefa, transportar o Exército para a margem esquerda do rio Paraguai. A Marinha e o Exército deram mostras de intensa e profícua colaboração. Utilizando as belonaves que haviam ultrapassado Angostura, o Visconde de Inhaúma, Almirante brasileiro e seu Alto-Comando, definiram juntamente com elementos do Exército a ousada manobra.

²⁷⁶ THOMPSON, loc.cit.

²⁷⁷ RIO BRANCO, 1946. p. 565.

²⁷⁸ CAXIAS apud OSORIO; OSORIO, 2008, p.659.

Contava a Marinha com a experiência de três eventos de transposição de grandes rios, no Passo da Pátria, na travessia do Tebicuary e na transposição da margem esquerda para o Chaco. Agora, porém, o transporte dar-se-ia apenas com navios de guerra, além de um pequeno vapor – o *Triunfo*. A ausência de navios de transporte adequados não afetou a organização. O desafio era transportar em um único dia 20.000 soldados brasileiros do Chaco para San Antonio.

As instruções para a execução da tarefa foram minuciosas, procurando atender a todas as possibilidades e surpresas que poderiam ocorrer. No dia 02 de dezembro de 1868 estava pronto o plano de embarque e desembarque das tropas. As 19:00 horas do dia 04 de dezembro deveriam estar prontas as máquinas dos navios para entrar em ação. As 20:30 horas iniciou-se o embarque das tropas do Segundo Corpo de Exército composto por 7.555 soldados de infantaria, 227 de artilharia (com 10 canhões) e 325 pontoneiros, totalizando 8.307 homens e todo o seu equipamento. Às 2:30 horas da manhã de 05 de dezembro de 1868, estava embarcado todo o Corpo de Exército e partiram para San Antonio. Ao amanhecer, às 07:00 horas já estava desembarcado todo o Segundo Corpo de Exército com todo o seu equipamento sem sofrer qualquer perda e surpreendendo totalmente o inimigo.

O dispositivo de embarque em frente à Villeta obedecia a uma rígida disposição. Os Navios de maior calado atracariam o mais próximo das barrancas possível. O *Bahia* (800)²⁷⁹, *Silvado* (1.000), *Lima Barros* (1.500) e o *Brasil* (1.000) formaram uma coluna. Entre eles e a barranca atracaram o *Tamandaré* (600), o *Barroso* (800) e o *Cabral* (1.000). Os monitores *Ceará*, *Piauí* e *Rio Grande* - deveriam transportar a artilharia (227) e os pontoneiros (325) – atracariam entre o *Bahia* e o *Silvado*.

Duas belonaves, o *Pará* e o *Alagoas*, ficaram frente a Villeta bombardeando continuamente a cidade.

Enquanto se dava o bombardeio de Villeta, os demais navios rumariam para San Antonio, onde os monitores, *Ceará*, *Piauí* e *Rio Grande*, atracariam o mais perto possível da barranca e iniciar-se-ia o desembarque. Uma segunda coluna de navios com o *Silvado*, o *Bahia*, o *Barroso* e o *Tamandaré* se aproximariam dos monitores e após estarem ligados por amarras dariam continuidade ao desembarque. Por fim, o *Cabral*, o *Lima Barros* e o *Brasil* formariam nova coluna, à proa ou à popa da segunda coluna. Por esta ponte de navios e utilizando as embarcações miúdas da frota é que se deu o desembarque.

²⁷⁹ Quantidade mínima de soldados que deveriam transportar.

Após o primeiro desembarque nova configuração se deu ao transporte do restante do exército. Dois navios, o *Brasil* e o *Lima Barros* fixaram-se frente a San Antonio para dar apoio às tropas desembarcadas. O *Pará* e o *Alagoas* continuaram bombardeando Villeta e o *Tamandaré*, o *Barroso* e o *Silvado* atravessaram o rio para buscar a cavalaria. Os demais navios – *Ceará*, *Bahia*, *Piauí*, *Rio Grande* e *Cabral* – retornaram ao porto de origem e continuaram o transporte da infantaria, da artilharia e tropas auxiliares do Primeiro e Terceiro Corpos de Exércitos. Durou todo dia tal faina.

Ao fim do dia, 18.667²⁸⁰ soldados brasileiros, das três armas retornaram à margem esquerda do rio Paraguai, a meia distância entre Villeta e Assunção. Completara-se a manobra de cerco e o Exército Paraguaio encontrava-se entre as tenazes que prestes fechar-se-iam. Ficaram ainda no Chaco quatro Divisões de Cavalaria e, ao sul em Palmas, cerca de 8.000 soldados brasileiros, uruguaios e argentinos.

E já era tempo de retirar as tropas brasileiras dos tremedais. Não podendo repelir os brasileiros do Chaco, restava aos paraguaios torcer para que as águas do rio, que não cessavam de subir, engolissem o Exército Imperial. Corria o boato, no acampamento brasileiro no Chaco que os paraguaios imaginavam os brasileiros afogados, tal qual narrado no Êxodo. “Disseram que Lopes afirmava que o exército brasileiro teria a mesma sorte do exército do Faraó, afogado pelo mar Vermelho, quando perseguia os Hebreus de Moisés.”²⁸¹ Quase o desejo do *El Supremo* se concretiza quando dias depois, se podiam ver os monitores da frota brasileira, navegando sobre o local em que a pouco estiveram acampados os Exércitos Brasileiros.

Mas não se poderia apreciar bem o perigo a que o exercito se expôs naquela marcha sem se dizer que, seis dias depois dela se haver realizado, as águas da Cordilheira invadiram por tal forma o terreno do Chaco, que o transformaram em um vasto mar por onde os nossos monitores navegavam livre e desembaraçadamente!²⁸²

Apesar de todas as vicissitudes, desconfianças e dificuldades a Estrada do Chaco pode ser concretizada. Enorme feito da engenharia e da vontade do Exército Brasileiro, ali foi possível verificar a pujança material de que poderia dispor a nação brasileira quando irmanada na busca de um objetivo comum. A teimosia e a dedicação dos homens que idealizaram e construíram a estrada, erguendo pontes sobre pontes encobertas sucessivamente pela natureza

²⁸⁰ Rio Branco eleva este número para “20.657 homens do Exército brasileiro (infantaria, 18.999; cavalaria, 926; artilharia e pontoneiros, 742)”. (RIO BRANCO, 1946, p.574).

²⁸¹ CERQUEIRA, 1980, p.269.

²⁸² LIMA, 1872, p.75.

adversa, demonstra a intrepidez e a resolução de suplantar problemas tidos por insolúveis, característica tão indelével do povo brasileiro.

O embarque, transporte e desembarque deram-se sem a perda de material bélico ou humano, o Visconde de Ouro Preto²⁸³ o descreve com feliz precisão.

O modo como foi desempenhado esse serviço sem um abaloamento, sem um sinistro, sem a perda de uma só embarcação miúda, sem o ferimento ou a morte de uma praça sequer e tudo isso com verdadeira surpresa do inimigo, faz honra de quem o dirigiu e executou.²⁸⁴

Entrementes tal sucesso não foi plenamente aproveitado pelo comando brasileiro. Consta que Caxias havia ordenado a ocupação de uma ponte em um desfiladeiro que se ocupada pelo inimigo, poderia lhes causar dissabores.²⁸⁵ Porém, o General Argolo, apesar de ter determinado o reconhecimento do local, não promoveu a ocupação da ponte do riacho de Itororó, de triste memória.

*Sin embargo, sucedió aquí una cosa inaudita que no tiene explicación en la guerra: el puente, un único desfiladero, que era un objetivo sucesivo de marcha, no fué ocupado por los brasileiros, que dispusieron de todo el día y la noche del 5 para esta operación, ni volado por López que tuvo al momento conocimiento del desembarque de sus enemigos.*²⁸⁶

Já havíamos comparado o desembarque em Anzio durante a Segunda Guerra Mundial com a manobra dirigida por Caxias. Novamente o faremos. O General Lucas, que comandava as tropas aliadas desembarcadas em Anzio, relutou em se dirigir para posições distantes do porto. Preferiu se fixar no terreno e acabou bloqueado pelos alemães. O General Argolo, apesar das ordens recebidas, limitou-se a enviar a cavalaria para verificar se o inimigo estava controlando o desfiladeiro, mas não ocupou a ponte estratégica. Os paraguaios, cientes da importância da ponte e do desfiladeiro como ponto de defesa a ocuparam na noite de 05 para 06 de dezembro. No dia 06 de dezembro, feriu-se a Batalha de Itororó, vencida pelas armas brasileiras, mas que tantas baixas causaram ao Exército Imperial, baixas que poderiam ser evitadas com a simples ocupação de uma ponte no dia 05, pois se encontrava desguarnecida.

²⁸³ OURO PRETO, Visconde de. *A Marinha D'Outrora: subsídios para a história*. IN: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, v.166, p.5-381, jul./dez. 1932. Disponível em:< Fonte: IHGB (<http://www.ihgb.org.br>)> Acesso em 14 mar.2104.

²⁸⁴ Ibid., p. 257-258.

²⁸⁵ RIO BRANCO, 1946, p.574

²⁸⁶ GARMENDIA, p.58.

2.3 A BATALHA DO AVAÍ – PRIMEIROS MOVIMENTOS

As principais estruturas de produção do Brasil e do Paraguai fundamentavam-se em grandes propriedades: a *Redução* e a *Plantation*. A força de trabalho predominante era a compulsória no Brasil e a de índios no Paraguai; a monocultura predominava nos terrenos lusos e a policultura nas reduções; a produção dos latifúndios lusos visava abastecer o mercado europeu e as reduções buscavam a autossuficiência. Essas duas unidades produtivas conviveram durante séculos lado a lado e seus encontros geralmente redundavam em conflitos que, não raramente, geraram guerras. As guerras, para além de sua violência implícita, tinham caráter impiedoso. Os vencedores, geralmente, trucidavam os inimigos, e caso um contendor fosse possuidor de expressiva vantagem militar, não tinha clemência. Não tinham pejo em trucidar indefesos. Demonstrou-se esta faceta na conquista da colônia do Sacramento, em 1680, e na Batalha de Caiboaté, em 1756.

Novo capítulo destas batalhas impiedosas e brutais ocorreu em 1868, na Batalha do Avaí, em 11 de dezembro (ver Mapa 5). Um contendor obteve ampla vantagem militar e não teve escrúpulo em realizar terrível morticínio. Após a transposição da margem direita para a margem esquerda do rio Paraguai, concretizado na bem sucedida operação que resultou no desembarque em San Antonio, o Exército Imperial²⁸⁷ marchou para o sul, com o objetivo de apertar o cerco ao Exército Paraguaio, que se posicionara nas linhas do Piquissirí. No dia 06 de dezembro de 1868, encontram-se os exércitos na estrada tendo uma ponte como local de estrangulamento na Batalha de Itororó. Essa batalha gerou muitas baixas para os dois exércitos.

Finda a Batalha de Itororó, o Exército Brasileiro passou por um processo de reorganização, com a extinção de alguns batalhões e reorganização das brigadas. Em Ipané, às margens do rio Paraguai, em estreita colaboração com a Armada Imperial, foi reabastecido. Entre os dias 09 e 10 de dezembro de 1868, a cavalaria que ainda estava no Chaco foi transportada para a margem esquerda e reforçou o Exército Imperial. A vanguarda passa a ser ocupada pelo 3º Corpo de Exército, sob o comando de Osorio, com o 1º Corpo de Exército na retaguarda, comando de Jacinto Machado Bittencourt, e o 2º ao centro, sob o comando de

²⁸⁷ A unidade tática do Exército era o Batalhão/Corpo de Voluntários da Pátria, geralmente compostos por oito companhias, a outra unidade a Brigada – geralmente era composta por três Batalhões; As Brigadas – em geral três - formavam as Divisões; e, as Divisões os Corpos de Exército. Em dezembro de 1868 o Exército Imperial era composto por três Corpos de Exército (cinco Divisões); Cinco Divisões de Cavalaria e artilharia. Ver Fragoso v. 4 paginas 55 e seguintes e; Fragoso v. 5 paginas p.287-318.

O trecho da estrada, entre Ipané e Villeta, cruzando quintas e riachos amiúde cercados em um espaço e em outro espaço por densa mata²⁸⁸ e milharais²⁸⁹, entremeados por propriedades rurais repletas de bosques com frutas, principalmente laranjais, causaram encanto visual aos veteranos soldados. Nas proximidades do arroio Avaí, a estrada faz ampla curva e, dos altos de uma colina, desce para o arroio e, do outro lado, em uma colina dominante em relação à da margem direita, se posicionara o Exército Paraguaio, com unidades de artilharia, infantaria e cavalaria, que se convencionava denominar de “as três armas”. O terreno, entre a margem direita do Avaí e Villeta, é, como assinala Francisco Doratioto, “[...] levemente ondulado”²⁹⁰. Burton (1997), que por ali passou, em abril de 1869, apesar de não ter desembarcado²⁹¹ e percorrido o campo de batalha em Avaí e as cercanias das Lomas Valentinas – foi impedido -, destaca que os terrenos eram favoráveis aos combates: “[...] elevações cobertas de grama muito apropriadas para o entrechoque de exércitos[...]²⁹².

Para quem chega ao arroio Avaí vindo do norte, encontra uma vasta colina localizada no centro do Y, que forma o arroio neste ponto, pois o mesmo recebe as águas de um afluente. O arroio encontra-se, portanto, espremido entre as colinas. O mesmo se dá com os demais cursos d’água entre este ponto e Villeta, uma vez que o terreno mantém esta configuração até esta cidade. A ausência de obstáculos é tal que nas imediações do núcleo urbano encontramos um terreno plano. As únicas defesas estavam voltadas para o rio Paraguai, pois por ali se esperava o desembarque das tropas imperiais. A configuração do terreno, a vegetação, natural ou não, formava vista aprazível para alguns dos soldados que então a viram e, posteriormente, descreveram suas impressões. “Do sopé das colinas estende-se uma vasta campina borrada ao longe por lindos capões de mato; no centro d’ella, mais ou menos, [corre] o arroio Avaí[...]²⁹³. Impressão similar têm um oficial argentino. “*Todas estas pitorescas colinas lucían una lozana vegetación de una perspectiva agradable á la vista.*”²⁹⁴ A configuração do terreno propicia o combate de grandes unidades de infantaria, de artilharia e, principalmente, o uso de forças de cavalaria. Os amplos espaços, praticamente sem obstáculos que pudessem

²⁸⁸ “Uma mata baixa movia-se serpenteando como um rio, cujas margens eram as duas muralhas verdes da outra mata gigantesca e imóvel.” (CERQUEIRA, 1980, p.274).

²⁸⁹ “Havia, felizmente, milharais perto, e desde os generais até o último corneta não houve, talvez, um só que não se regalasse com uma espiga. (CERQUEIRA, 1980, p.276).

²⁹⁰ DORATIOTO, 2002. p.364.

²⁹¹ “Por estas redondezas não podemos desembarcar [...]” (BURTON, 1997, p.365).

²⁹² Ibid., p.357.

²⁹³ BORMANN, 1897, p.218.

²⁹⁴ GARMENDIA, 1884, p.323.

barrar a passagem das tropas, possibilitaram o uso de todo o potencial de fogo das tropas imperiais. “*El arroyo Avahy corre em esse punto em el centro de um grande valle que limita dos extensas colinas; situada uma sobre a margem derecha y la outra em la izquierda*”²⁹⁵ Na sequencia destas duas colinas, em direção à Villeta, o outro braço do arroio Avaí e, a partir daí uma sucessão de colinas e, pouco antes de Villeta, uma planície. “*A la espalda de esa altura existían otras, que em órden paralelo à esta se dirigian sucesivas hasta Villeta.*”²⁹⁶

Podemos inferir que o desejo de Caxias, em encontrar tropas paraguaias em terreno aberto se realizou!²⁹⁷ O Exército Paraguai se posicionou para o combate no alto de uma colina, entre os dois braços do arroio Avaí, na margem esquerda do leito principal. O arroio mal serviu de obstáculo, pois não é ancho e é vadeável em quase toda a sua extensão. Configura-se como barreira estratégica²⁹⁸, segundo doutrina militar.²⁹⁹ Em que pese ser, à época, recente o lançamento da obra *Da guerra*, de Carl Von Clausewitz (1832) e, não existir tradução para o espanhol, francês ou inglês antes de 1874, provavelmente conceitos para a defesa de rios e riachos, expostos na obra já eram conhecidos.³⁰⁰ Além da experiência de anos seguidos de guerra em terreno repleto de rios e, o intercâmbio com militares de outros países, principalmente ingleses, mas também prussianos, que lutaram ou tentaram observar a guerra do lado paraguai, tenham alertado ou influenciado o comando paraguai sobre técnicas de combate em torno de rios. O local era impossível de ser defendido naquelas condições. Clausewitz (1979) alerta que “[...] quando um envolvimento for possível, a defesa direta de um rio, por mais promissora que seja em outras circunstâncias, é uma questão arriscada.”³⁰¹ No Avaí não se trata de defesa direta e, o rio e o vale “[...] são componentes para uma disposição tática mais favorável”.³⁰² Para Clausewitz, nestas circunstâncias, o mais apropriado seria manter as tropas na retaguarda, com intuito de atacar o inimigo o mais próximo possível dos locais de travessia. Ressalta que a existência de rios e riachos à retaguarda dos

²⁹⁵ Ibid., p.323.

²⁹⁶ GARMENDIA, 1984, p.323.

²⁹⁷ CAXIAS apud OSORIO; OSORIO, 2008, p.659.

²⁹⁸ CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. São Paulo: livraria Martins Fontes; Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1979. Disponível em:< <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/DAGUERRA.pdf>> Acesso em: 13 mar. 2015. p. 512.

²⁹⁹ Ibid., p. 512.

³⁰⁰ Jaceguai, cita Clausewitz, em obra que foi escrita, provavelmente entre 1880-1889. JACEGUAI, Artur. *Reminiscências da Guerra do Paraguai*. Brasília: Senado Federal Conselho Editorial, 2011. p.185.

³⁰¹ CLAUSEWITZ, 1979, p. 512.

³⁰² Ibid., p. 513.

defensores é uma considerável desvantagem.³⁰³ A posição, que os paraguaios escolheram para dar combate às tropas brasileiras era claramente desfavorável. Segundo Centurión (1944), López questionou Caballero sobre a posição que ele ocupava à margem esquerda do arroio Avaí. Esse comandante paraguaio, depois de consultar seus subordinados mais próximos, informou que a posição não era boa e que o arroio podia ser atravessado em vários locais.³⁰⁴ O local escolhido para fazer frente aos brasileiros não satisfazia o comando paraguaio e, em contrapartida, favorecia em demasia o Exército Brasileiro e o afã de seu comandante supremo.

Os diversos autores que se debruçaram sobre a o tema “a Batalha do Avaí”, não apresentam consenso sobre as tropas que nela se engajaram. Versen, oficial do Exército Prussiano, que tentava observar a guerra do lado paraguaio e que, no momento da batalha, era prisioneiro dos paraguaios, sustenta que “López ordenou que o general Caballero ocupasse nova posição no arroio Avaí, dando-lhe para esse fim 12 peças de artilharia e 4.000 homens, dos quais 1.000 de cavalaria com animais muito maltratados”.³⁰⁵ Wiederspahn (2002) que analisou essa e outras batalhas do Exército Brasileiro, observa que Caballero recebera o reforço de um regimento de artilharia e de um batalhão de infantaria que estavam estacionados em Villeta e, de outro, batalhão de infantaria vindo das Lomas Valentinas. “Disponha Caballero de cerca de 5.600 homens distribuídos em oito BI [Batalhões de Infantaria], cinco RC [Regimentos de Cavalaria] e 18 canhões.”³⁰⁶ Câmara (1970) estima as tropas guaranis em “[...] 6 a 7000 homens e 18 bocas de fogo[...]”³⁰⁷. Rio Branco (1946) refere-se a “[...] 5.000 homens e 18 peças [...]”³⁰⁸ Centurión (1944) relata que as forças paraguaias envolvidas na batalha “[...]no pasaba de 5.593 hombres, [...], y 18 piezas de artillería.”³⁰⁹ Segundo este mesmo autor, a tropa de Caballero era composta por sete batalhões de infantaria³¹⁰ e seis regimentos de cavalaria.³¹¹ Divergem os autores citados sobre o número de soldados e convergem sobre o número de canhões, com exceção de Versen.

³⁰³ Ibid., 1979, p.519.

³⁰⁴ CENTURIÓN, 1944, p.227.

³⁰⁵ VERSEN, 1976, p.140.

³⁰⁶ WIEDERSPAHN, 2002. p.34.

³⁰⁷ CÂMARA, 1970, p.223-224.

³⁰⁸ RIO BRANCO, 1946, p.590.

³⁰⁹ CENTURIÓN, 1944, p.232.

³¹⁰ 2º - Capitão Vargas; 3º - Mayor Cárdenas; 20 – Capitão Aspillaga; 21 - Capitão Oviedo; 36 – Capião rojas; 37 – Capitão Pablo López; e 40 – Tenente Coronel Duarte. CENTURIÓN, 1944, p.226;232. informação sobre o 3º In: O’LEARY, Juan E. *El centauro de Ybycui: vida heroica Del General Bernardino Caballero em la Guerra Del Paraguay*.Paris: Livre Libre, 1929. p.258.

³¹¹ 6º - Gómez; 8º - Bernal; 9º - Cañete; 12 – Aguilar; 19 – Gonzáles; e, 30 – Espíndola. CENTURIÓN, 1944, p.226;230.

Pode-se concluir que as tropas paraguaias contavam com, cerca de, 5.500 homens e 18 peças de artilharia. Devendo-se ressaltar a precisão de Centurión, que aponta 5.593 homens.

Utilizaremos os mesmos autores para orçar o número de militares brasileiros em ação na Batalha do Avaí. Pode-se notar que em relação ao efetivo das forças imperiais em ofensiva objetivando tomar Villeta, as divergências também aparecem. Max Von Versen apresenta suas conjecturas sobre o número de soldados e, podemos concluir que o mesmo calcula em trinta mil soldados.³¹² Oscar Henrique Wiederspahn, em detalhado estudo sobre batalhas, apresenta 17.883 soldados e oito bocas de fogo. Destacamos que as forças de cavalaria totalizam 3.020.³¹³ Rinaldo Pereira Câmara, estima as tropas em 18.635, divididos em três corpos.³¹⁴ O Barão do Rio Branco, em sua obra *Efemérides Brasileiras*, apresenta os seguintes números, “[...]18.963 homens e 26 peças (infantaria, 13.939; cavalaria, 4.100; artilharia, 428; engenheiros e pontoneiros, 466), [...]”.³¹⁵ O Barão do Rio Branco, por sua posição e de seu pai, o Visconde do Rio Branco, aparenta ser mais confiável no fornecimento de informações. Os três autores brasileiros apresentam resultados muito próximos, o que permite acatar estes números.

Em relação ao Exército Paraguai, os soldados paraguaios, muitos atuando na guerra desde 1864, receberam a companhia de novos companheiros antes da Batalha do Avaí, pois eram necessários para cobrir os claros nas fileiras, recompondo suas forças. Sobre o recrutamento para as forças armadas paraguaias, nessa fase da guerra, segundo Garmendia, o único elemento de seleção utilizado era a capacidade de sustentar um fuzil. Na época, meninos de onze anos e anciões foram engajados e eram cerca de um terço dos efetivos armados. “[...] *el reclutamiento continuaba siempre, sin exceptuar ni los niños de once años, ni los ancianos sexagenarios, ó cualquier otra edad que tuviese el poder físico para sustentar un fusil: una tercera parte de los elementos que reunió allí, eran de esta calidad,*[...]”.³¹⁶ Versen relata que, em julho de 1867, o recrutamento paraguai já reclamava para as fileiras do exército, indivíduos com 15 anos e, segundo este mesmo autor, mulheres foram convocadas para o serviço das armas. “López tinha recrutado todos os adultos e já recorria agora aos rapazes de 15 anos de idade. Além disso muitas mulheres estavam ocupadas no

³¹² VERSEN, 1976, p.139.

³¹³ “O exército de Caxias tinha neste dia: 13.939 infantas; 3.020 cavalarianos; 428 artilheiros e 8 canhões; 496 engenheiros e Estado-Maior.” (WIEDERSPAHN, 2002, p.34).

³¹⁴ CÂMARA, 1970, p.223-224.

³¹⁵ RIO BRANCO, 1946, p.590. [A soma totaliza 18.933].

³¹⁶ GARMENDIA, 1884, p.41-41.

serviço do exército.”³¹⁷ Relatando que os soldados que faziam sua guarda e dos demais prisioneiros, eram em grande parte crianças e, os “*ninõs em armas*”, em vigília eventualmente adormeciam e, portanto, eram castigadas. “Na maior parte os soldados eram crianças, mas afeitas já a severa disciplina. [...] Todas as manhãs o oficial de inspeção mandava retribuir com base de chibatadas o adormecimento durante o tempo da ronda.”³¹⁸ Infelizmente os pequenos soldados também faziam parte das tropas que combatiam. Os relatos sobre seu infortúnio são constantes nos historiadores modernos. Entre os que combateram a guerra e deixaram relatos *a posteriori*, o impacto sobre o enfrentar tais “*niños em armas*”, vão desde o sentimento humanitário de proteção às crianças, até naturalização do fato. Meninos combatentes são constantes na história humana. O Coronel Chicuta, em carta a sua esposa, escrita em 07 de janeiro de 1869, narrando os acontecimentos de dezembro de 1868, trata sobre tais meninos e dá eco aos comentários de Versen sobre mulheres nas forças armadas. “Todo o paraguaio de 10 anos para cima é soldado dos quais temos matado muitos. Eu tenho comigo um de dez anos prisioneiro do dia 21. Talvez Lopez queira organizar alguns batalhões de mulheres, visto o despotismo com que se tem conduzido na atual guerra.”³¹⁹ Dionísio Cerqueira narra alguns encontros que teve com os “*ninõs em armas*.”³²⁰ Segundo ele, soldados brasileiros, ressentiam-se de atacar e, eventualmente, ter que matar esses soldados. “Que luta terrível aquela entre a piedade cristã e o dever militar! Os nossos soldados diziam que *não dava gosto a gente brigar com tanta criança*. [Grifo do autor]”³²¹ O Visconde de Taunay³²² escandalizou-se com a violência desmedida da guerra e se comoveu vivamente com o infortúnio de centenas de crianças pisoteadas, lanceadas, baleadas, mortas ou feridas, de todas as formas que a tecnologia e a brutalidade humana permitiram.

Quanta criança de dez anos, e menos ainda, morta quer de bala, quer lanceada junto às trincheiras que percorri a cavalo, contendo a custo as lágrimas! E naqueles rostos infantis uma expressão estereotipada ou de muita calma ou então de terror e agonia, que cortava o coração; essa mais

³¹⁷ VERSEN, 1976, p.100.

³¹⁸ VERSEN, 1976, p.135.

³¹⁹ CHICUTA apud MATTOS, 1997, p.127.

³²⁰ “Fez-me frente, com uma lança, um rapazinho, que parecia forte; aparei o golpe, respondi e passei adiante. Logo depois, um soldadinho paraguaio, que não podia ter mais de doze anos, corria todo ensangüentado, para o meu lado, acochado por um soldado nosso que o perseguia e já o ia alcançando, quando ele se abraçou comigo, implorando que o salvasse. Mal tive tempo de conter seu perseguidor.” CERQUEIRA, 1980, p.317; “O campo ficou cheio de mortos e feridos do inimigo, entre os quais causavam-nos grande pena, pelo avultado número, os soldadinhos cobertos de sangue, com as perninhas quebradas, não tendo alguns ainda atingido a puberdade.” (CERQUEIRA, 1980, p.317).

³²¹ Ibid., p.329.

³²² TAUNAY, Alfredo de Escragnoille, Visconde de. *Recordações de guerra e de viagem*. Brasília: Senado Federal, 2008.

freqüente, como se os pobres coitadinhos houvessem expirado, compreendendo bem o horror da morte, quando toda a natureza lhe sorria em torno.³²³

Este exército premido por longo bloqueio, praticamente sem comercio com o exterior e, portanto, sem receber reabastecimento contínuo e eficaz, uma vez que sua principal rota de comércio e de contato com a comunidade internacional estava irremediavelmente bloqueada pela Armada Imperial, apesar das vicissitudes, a eles impostas por força superior, lutou com bravura ímpar, “[...] *con un ejército mal armado, peor amunicionado, sin casi caballería que era el arma predilecta, abrumado de miseria y sin espíritu, y sin embargo, en estas tristes condiciones, [...], asombraría al mundo aquel último grupo de ese pueblo de granito.*”³²⁴

O armamento utilizado no Exército Paraguai era extremamente variado. Poucos batalhões de infantaria contavam com armas raiadas e a maior parte das espingardas eram velhas e de alma lisa. Os soldados paraguaios contavam “[...] com espingardas de fuzil, umas inglesas já antigas, outras prussianas fora de uso [...]. Somente três batalhões estavam armados de espingardas raiadas de Witton, semelhantes às de Minié; alguns outros batalhões estavam armados de espingardas lisas de percussão.”³²⁵ Em anexo à obra de Centurión (1944), o oficial Antonio E. Gonzales comenta que o alcance das clavinas usadas na cavalaria paraguaia não chegava 200 metros. Metade da cavalaria estava armada de lanças e o restante de clavinas. Quanto às armas da infantaria, a situação era semelhante com um alcance de 300 metros. Além da inferioridade de armamento, a pólvora utilizada tinha péssima qualidade.³²⁶

As fardas das tropas paraguaias denotavam a simplicidade. Versen (1976) considera, em seu olhar europeu, que as tropas estão “mais ou menos” nuas e descalças. Só consegue enxergar uniformidade nas barretinas e quepes e, também, no piquete de guarda do presidente López com suas blusas vermelhas e calças de lã.³²⁷ A roupa tradicional, utilizada pelos homens paraguaios com poncho e calças, geralmente dobradas acima do joelho, usadas à guisa de uniformes para ele, não podia ser considerado uniforme de tropa de linha. Fotos de prisioneiros de guerra paraguaios demonstram o uso de roupas tradicionais, “[...] como o uso do poncho amarrado por sobre as calças, em torno da cintura, e os pés descalços, que nada

³²³ Ibid., p.57-58.

³²⁴ GARMENDIA, 1884, p.42.

³²⁵ VERSEN, 1976, p.54.

³²⁶ CENTURIÓN, 1944, p. 214.

³²⁷ VERSEN, 1976, p.101.

lhes tirava a dignidade.”³²⁸ Estas tropas paraguaias eram alimentadas, basicamente, por carne bovina, milho e sal. Recebiam, também, mate, fumo e aguardente. A partir de outubro de 1868, a alimentação melhorou, uma vez que, o teatro de operações se aproximou da área mais produtiva do Paraguai. Segundo Versen, gratificações foram as únicas formas de pagamento efetuadas em três ocasiões distintas durante o período em que ocorreu o conflito.³²⁹

O vestuário, os petrechos e a alimentação dos dois exércitos apresentavam grandes diferenças. A organização do Exército Brasileiro, desde a chegada do Marques de Caxias, havia melhorado muito, como notara Burton³³⁰, podia ser comparado com os exércitos mais organizados do planeta. Outro europeu, Versen, avaliza a opinião do diplomata inglês em relação aos batalhões de infantaria e reporta que a equipagem do Exército Imperial se assemelhava ao do Exército Prussiano. “Quanto ao uniforme, ao equipamento e à bagagem não diferem dos soldados prussianos, mas usavam simplesmente de barretina. Levavam tendas, como é costume no exército francês.”³³¹ A infantaria estava armada com espingardas raiadas, de antecarga, Minié ou Enfield, com baionetas ou sabre-baionetas, com 825 e 500 metros de alcance. Os regimentos de cavalaria contavam com lanças, espadas, pistolas e clavinas Spencer de retrocarga, com sete tiros e alcance eficiente de 250 metros. Os oficiais contavam, também, com revólveres Lefauchaux, de seis tiros.³³²

O Exército Imperial, em 1868, utilizava uniformes compostos por casacas azuis e calças vermelhas ou brancas. Os uniformes eram distribuídos na intendência e era possível adquirir vestimentas no comércio que acompanhava o exército. A Cavalaria, geralmente do Rio Grande do Sul, vestia-se à gaúcha,³³³ A alimentação, quando a logística funcionava a contento, o que ocorreu muito bem no período analisado, entre agosto e dezembro de 1868, era farta e variada. “A alimentação das tropas era excelente, por demais abundante. A ração diária consistia de carne, verdura, bolacha, café, açúcar e, além disso, aguardente e fumo.”³³⁴ Burton (1997) destaca as boas condições da tropa. “Os homens estão em excelentes condições, bem vestidos, bem alimentados e também bem armados,”³³⁵ O diplomata inglês agrega à lista de Versen os seguintes itens no cardápio do Exército Imperial: farinha de mandioca e mate, nas quintas e sextas feiras, as tropas recebiam charque e bacalhau,

³²⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz ET al. *A Batalha do Avaí: A beleza da barbárie – a Guerra do Paraguai pintada por Pedro Américo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2013. p.61.

³²⁹ VERSEN, 1976, p.102.

³³⁰ Ver página 70.

³³¹ VERSEN, 1976, p. 99-100.

³³² FRAGOSO, 1934, p.276-277.

³³³ DUARTE, 1981, p.229.

³³⁴ VERSEN, 1976, p.100.

³³⁵ BURTON, 1997, p.290.

respectivamente; incluía-se, também, toicinho, feijão preto, legumes e arroz; café e pão eram servidos de manhã e no início da noite. Segundo Burton, para cada grupo de seis soldados, era distribuída, diariamente, uma garrafa de cachaça. Alerta, porém, que eventualmente, a escassez atormentava a tropa.³³⁶ Em relação à alimentação, o Coronel Chicuta, em carta enviada para seu cunhado, datada de 09 de janeiro de 1869, relata que, o já variado cardápio teve acréscimos de alimentos frescos, com “[...] fartura de milho verde, melancia, abóboras, uvas, mandioca, batata, melado, alguma banana, canas e outras miudezas.”³³⁷ O soldo do Exército Brasileiro, segundo Burton (1997), era elevado, tanto para as tropas de linha, quanto para os Voluntários da Pátria. Os primeiros recebiam, cerca da metade, e os últimos o dobro, do que receberam seus contemporâneos de armas estadunidenses, na então recém-encerrada Guerra de Secessão. Destaca a intensa corrupção no seio do exército, que grassava entre parte da oficialidade e parte dos comerciantes que forneciam o Exército. Lembra que a “guerra-aotesouro” não era particularidade do Império.³³⁸ O general Osorio os denominava, ironicamente, de *Voluntários da Prata*.³³⁹ Contava, ainda, o Exército Imperial, com excelentes barracas para acomodar as tropas, nos inúmeros acampamentos. O oficial britânico as consideravam superiores às barracas argentinas, que lhe pareceram toscas, “[...] pelas rústicas tomam o lugar das belas barracas brasileiras.”³⁴⁰ Os elogios de Burton não cessam e, constata que os acampamentos brasileiros são limpos, pois, segundo ele, os oficiais do Império entendiam que medidas saneadoras combatiam o cólera e outras enfermidades que atingiam a tropa e, que o sistema de barracas utilizadas pelos brasileiros eram superiores às utilizadas pelos ingleses. “Os homens estavam debaixo de lonas, confortavelmente instalados em barracas de ciganos, que aqui são de uso generalizado; são melhores que nossas tendas cônicas, mas inferiores à *tente d’abris* francesa.”³⁴¹ Em relação à alimentação, resta ainda uma crítica ao serviço de bordo do *H.M.S Linnet*, vaso de guerra da marinha britânica, que estava próximo ao *front* brasileiro, ao qual Burton visitou e utilizou. Segundo ele a ração era “[...] charque, carne enlatada, pão cru e, de vez em quando, um pato selvagem e uma perdiz.”³⁴² Serviço ínfimo, se comparado à ração comum do Exército Brasileiro.

Estes dois exércitos tão díspares em seus efetivos e meios disponíveis, dispõem-se ao enfrentamento. Os efetivos do Exército Imperial superavam em três por um aos efetivos do

³³⁶ Ibid., p.290.

³³⁷ CHICUTA apud MATTOS, 1997, p.135.

³³⁸ BURTON, 1997, p.331-332.

³³⁹ JACEGUAL, 2011, p.198.

³⁴⁰ BURTON, 1997, p.282.

³⁴¹ Ibid., p.290. Grifo do autor.

³⁴² Ibid., p.283.

Exército Paraguai. Os armamentos apresentavam grande desnível: os canhões brasileiros eram raiados e os paraguaios de alma lisa; as espingardas brasileiras tinham alcance de 500 e 825 metros (minié e enfield), as paraguaias, cerca de, 300 metros; a alimentação era farta e o vestuário moderno, no sentido europeu do termo à época e a paraguaia era a tradicional. Encontraram-se os dois exércitos tão diferentes em local almejado pelo comando do exército em ofensiva e reconhecido como inadequado pelo exército em defensiva, o que anunciava uma catástrofe para as armas paraguaias.

O Exército Paraguai posicionou-se no centro da colina, na margem esquerda do arroio Avaí. Como informado anteriormente esta colina é dominante à colina da direita, o que possibilitaria um bom ângulo de tiro. As margens do arroio mantiveram suas avançadas, possivelmente para tentar observar os movimentos das tropas imperiais, uma vez que a paisagem estava coberta por densa neblina.³⁴³ No alto da colina, a ala esquerda da linha se apoiava em uma mata e a ala direita não tinha qualquer apoio. No centro, dez canhões em bateria, com tiro direcionado principalmente para a ponte sobre o arroio. Nas extremidades, duas baterias com quatro canhões cada e estafetas de foguetes. As baterias da direita e da esquerda estavam ligeiramente à frente da bateria central. Entre as baterias estavam dispostos os Batalhões de Infantaria e os Regimentos de Cavalaria. À retaguarda uma reserva sob as ordens diretas do general Caballero. Tendo em vista a escassez de batalhões e regimentos, podemos inferir que a linha não tinha profundidade, exceto ao dos efetivos das unidades de combate e a reserva não poderia ser muito abundante, talvez um Batalhão de Infantaria e um Regimento de Cavalaria. A linha de batalha podia ser flanqueada, tanto a esquerda, apesar da mata e, o flanco direito não tinha qualquer apoio. Agravando a situação, à retaguarda das tropas temos um riacho e em seguida outra colina e após uma planície, ou seja, o terreno facilitava a ação da cavalaria que o Império tinha em abundância. A escolha do local onde se feriu a batalha era absolutamente desfavorável aos paraguaios.

Além destas disposições, que não eram bem combinadas por estar a direita do exercito paraguay completamente no ar, commetteu ainda Caballero a falta de se ir se collocar em uma posição accessivel por todos os lados, e por conseguinte facil de ser flanqueada pelo seu energico adversario.³⁴⁴

³⁴³ “[...] deixou ficar o resto da sua infantaria como reserva na retaguarda, afim de ter com que fazer frente ao inimigo, que se não podia ver com a cerração que encobria o terreno ocupado pelos dois exercitos.” (LIMA, 1872, p.111-112).

³⁴⁴ Ibid., p.111-112.

Se, teoricamente, eles poderiam escolher o campo de batalha, como fizeram em Itororó, apesar da iniciativa estar com os aliados, o que os levou a combater com tal inferioridade no dia 11 de dezembro de 1868? Como já citado anteriormente, Centurión (1944) relata que horas antes da Batalha do Avaí, o Presidente López consultou os comandantes de suas tropas – Caballero e Rivarola - sobre o acerto ou não de manter este ponto como local para se combater – o que confirma que eles determinaram o local da batalha. Após consultar seu Estado-Maior, os dois comandantes relataram que o local era de difícil defesa, uma vez que o arroio Avaí oferecia pouco ou nenhum obstáculo aos brasileiros, e que o correto seria se retirar para as Lomas Valentinas e lá ficar sob as ordens do Presidente. Assim, antes de ocorrer o embate, os paraguaios em frente à Villeta, reconheceram o desacerto da posição ocupada e, ofereceram uma solução ao problema. Ficar como vanguarda nas Lomas Valentinas ou ocupar essas trincheiras, o que poderia demandar maior desgaste ao Exército Brasileiro, como ocorrera inúmeras vezes nesta campanha. Rivarola, segundo Centurión, credita ao Coronel Serrano, o não acatamento de suas ideias sobre o local para dar combate por Solano López.³⁴⁵ Entre a Batalha de Itororó e a do Avaí temos cinco dias. Aparentemente Caballero chegou a Villeta no dia 09 de dezembro. O tempo entre a consulta de López e a intervenção de Serrano deve ter sido muito curto, de qualquer forma, López arrependeu-se de relegar a própria sorte sua corajosa coluna e tentou retirar suas tropas do arroio Avaí.³⁴⁶ “*Arrepentido más tarde el dictador paraguayo de tal desacierto, envió la orden á Caballero de replegarse á Itaivaté; [...]*”³⁴⁷ Tal ordem chegou quando a batalha ia ter início e, os comandantes paraguaios preferiram ficar no posto e lutar. Centurión (1944) demonstra que López tentou remeter reforços para seus comandados, mas eles chegaram quando a batalha já findara.

As disposições das forças paraguaias repetem, em linhas gerais, a adotada por Serrano em Itororó. “*Sobre la altura de este costado Caballero acampo su ejército en forma semicircular, guardando más o menos la misma disposición que en Ytororó.*”³⁴⁸ A aplicação de disposições semelhantes às de Itororó, também é comentada por Garmendia, praticamente com os mesmos termos.³⁴⁹ O General Tasso Fragoso, em sua importante obra sobre a guerra, também faz a mesma observação.³⁵⁰

³⁴⁵ CENTURIÓN, 1944, p.227-228.

³⁴⁶ “El Mariscal López consultó telegráficamente a Caballero, en la noche de 10 de diciembre [...].” O’LEARY, 1929, p.278.

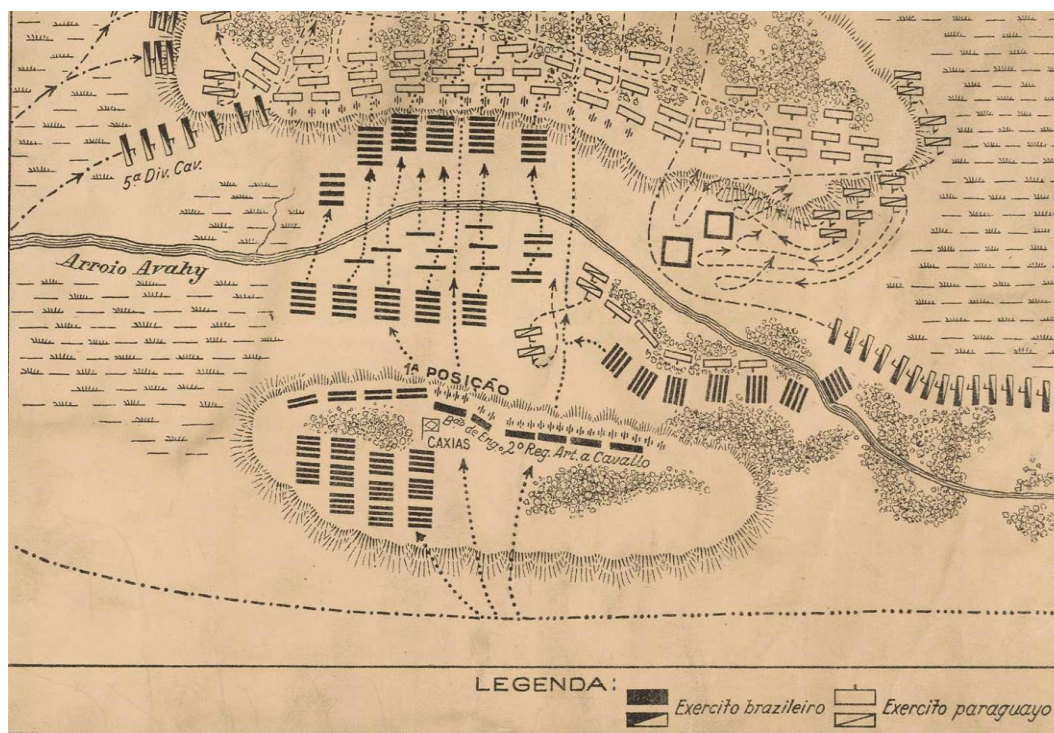
³⁴⁷ GARMENDIA, 1897, p.324.

³⁴⁸ CENTURIÓN, 1944, p.227.

³⁴⁹ GARMENDIA, 1897, p.323.

³⁵⁰ FRAGOSO, 1934, p. 80.

O Mapa 7, elaborado pelo Barão do Rio Branco, com detalhes sobre as posições iniciais dos Exércitos do Paraguai e do Império, representam as disposições descritas. No mapa também é possível identificar o ataque da vanguarda do 3º Corpo de Exército.



Mapa 7 – Posição inicial e ataque da vanguarda do 3º Corpo de Exército.

FONTE: RIO BRANCO apud FRAGOSO, 1934, p.87. [Detalhe]

O Exército Imperial colocou-se em movimento às 05:00 horas da manhã do dia 11 de dezembro de 1868³⁵¹, sua vanguarda era composta pelo 3º Corpo, o centro pelo 2º Corpo e a retaguarda pelo 1º Corpo. Ao avistar as tropas paraguaias nas alturas da colina e obter informações sobre as disposições e estimativa de efetivos, os documentos oficiais dão a entender que o Comando do Exército Imperial, concebeu um plano de batalha, talvez já esboçado em suas linhas gerais, para caso batalha campal sem obstáculos viesse a acontecer nestas cercanias. O plano consistia em fixar o centro e fazer um duplo envolvimento ou movimento de pinça em um amplo movimento de cerco, com esforço principal na esquerda. Lembrando que à direita estava o rio Paraguai e navios da Armada Imperial. A manobra repetia as operações adotadas por Aníbal na Batalha de Canas, em 216 a.C.

Caxias concebe, então, a seguinte idéia de manobra: fixar o adversário com um ataque frontal e envolve-lo simultaneamente pelos flancos, de modo a cortar-lhe a retaguarda. Para um chefe da visão estratégica de Caxias aí

³⁵¹ LIMA, 1872, p. 109. Segundo ele a batalha iniciou-se às 09:00 hs. P. 110.

estava a oportunidade de realizar uma nova Cannes, cujo símile se encontra da aplicação do esforço principal pela esquerda.³⁵²

Para concretizar seu plano, o Exército Imperial executaria um ataque em toda linha inimiga com o objetivo de fixá-la. O esforço para fixar as tropas paraguaias em suas posições seria mínimo e o esforço maior dar-se-ia na esquerda, concentrando maior número de soldados, principalmente de cavalaria, que deveria cercar e atacar pela retaguarda a posição paraguaia; já na direita o esforço concentrar-se-ia no cerco e ataque pela retaguarda, com menor número de tropas.

Levou o ataque em toda a frente com um mínimo de esforço nos pontos onde só se queria obter a fixação das linhas inimigas. Essa ação caracterizou-se perfeitamente schlieffeniana pela luta nos flancos, principalmente no esquerdo, onde se deveria produzir a decisão, e pelo duplo envolvimento com ataque pela retaguarda.³⁵³

As ordens para as diferentes unidades brasileiras foram dadas e obedeciam ao seguinte planejamento de batalha e distribuição de forças: a vanguarda do 3º Corpo de Exército deveria conquistar o terreno na margem oposto do arroio Avaí e atacar o centro e a esquerda paraguaia; o 2º Corpo de Exército deveria atacar a direita paraguaia; as 2ª e 3ª Divisões de Cavalaria fariam amplo movimento para atacar a direita e realizar a manobra de cerco e ataque pela retaguarda; a 1ª Divisão de Cavalaria fazia manobra semelhante, com dois Corpos de Voluntários da Pátria, pela esquerda paraguaia, completando a manobra de cerco. Esse é plano adotado segundo os documentos oficiais e de análise de historiadores. Descreveremos como se desenrolou a ação.

O primeiro ataque, como não poderia deixar de ser, entretanto, ocorre com a vanguarda e só bem mais tarde, como veremos, ocorre a manobra de cerco. As demais unidades entraram em combate na mesma sequência em que marchavam, não se distribuindo previamente as tropas para ataque generalizado. A vanguarda do 3º Corpo tinha à testa uma Divisão de Cavalaria, a 5ª comandada por Câmara, composta por 1.000 cavaleiros; em seguida a 3ª Brigada de Infantaria (3º, 9º, 14º e 15º Batalhões de Infantaria de linha); em seguida a artilharia com 04 canhões de campanha e; a 7ª Brigada de Infantaria (31º, 39º e 55º Corpos de Voluntários da Pátria). Se considerarmos que neste período da guerra, os batalhões contavam com cerca de 400 soldados e oficiais, somente a vanguarda contava com, mais ou

³⁵² CÂMARA, 1970, p.235.

³⁵³ WIEDERSPAHN, 2002, p. 39.

menos 3.800 soldados e oficiais.³⁵⁴ Inicia Osorio, Comandante do 3º Corpo, o ataque a posição paraguaia. Primeiramente, com as bocas de fogo de que dispunha a vanguarda e logo em seguida com todos os canhões, que foram levados à frente, logo após iniciar-se o duelo de artilharia. Os paraguaios que faziam a vanguarda nas proximidades do arroio Avaí foram prontamente rechaçados e recuaram para a posição em que estava o grosso da tropa. O avanço iniciou-se com um ataque da 3ª Brigada ao centro e a esquerda dos paraguaios. Duas colunas compostas, pelo 9º e 15º Batalhões de Infantaria à direita, outra coluna com o 3º e 14 Batalhões de Linha à esquerda dos atacantes e, na retaguarda, a cavalaria. O avanço foi ousado pois atacou posição dominante (no alto de uma colina), com exército em linha de batalha com mais de 5.500 soldados com apenas 2.600 soldados (cerca de 1.600 da 3ª Brigada e 1.000 da 5ª Divisão de Cavalaria). Aparentemente, o Exército Brasileiro abdicou de sua superioridade em armas (maior precisão, pois eram raiadas com maior alcance) e de tropas. Se o objetivo era fixar as tropas paraguaias talvez devesse manter distância e trocar tiros com o adversário. Entretanto, transpõe o arroio e se arrojando a tropa avançou colina acima na tentativa de flanquear e desalojar os paraguaios. Sobre a temeridade dos comandantes brasileiros, em especial o general Osorio, o Visconde de Taunay relata um ataque que seria levado a efeito a uma bateria de canhões, que os paraguaios haviam assentado no alto de um morro, em uma picada em meio à densa mata com pequena trincheira que a protegia. No local em que estava, caso sofresse um ataque frontal, muitas baixas causariam ao Exército Brasileiro. O general Osorio queria efetuar um ataque frontal para quebrar de imediato a resistência inimiga, o Conde D'Eu retrucava que não havia necessidade de perder gente e, ordenou um ataque de flanco que resultou em nenhuma baixa.

Aí ficou bem evidente a diferença no modo de levar as coisas dos generais brasileiros. Osório queria atacar logo de frente desfazendo os meios de resistência do inimigo. “Leva-se tudo, afirmava ele, a cachações num instante.” “Mas por que perder inutilmente gente?” objetava o príncipe. Mandou, pois, abrir picadas de um lado e de outro e fazendo por elas entrar brigadas, desalojou os paraguaios com a maior facilidade, caindo em nosso poder, sem sacrifício de um só homem, as peças que, colocadas como estavam nos teriam feito bastante dano.³⁵⁵

Sobre este episódio, o Visconde de Taunay relata um pitoresco diálogo entre o general gaúcho mais afeito às decisões imediatas, no calor da batalha, procurando destruir o inimigo em confrontos diretos e intensos e o Conde D'Eu, que fora oficial de exército europeu e instruído na velha tradição militar europeia, utilizando princípios como “economia de forças”

³⁵⁴ FRAGOSO, 1934, p.80; CERQUEIRA, 1980, P.290.

³⁵⁵ TAUNAY, 2008, p.52.

e/ou “ataque de flanco”. “[...] ‘É um instante, afirmava ele, Vossa Alteza verá’. [Dizia Osorio ao Conde D’Eu.] ‘Mas, observa o Príncipe, é o que se chama de atacar o touro pelas aspas!’ ‘Qual touro, replicou Osório, isto não passa de uma vaca velha!’ [...]”³⁵⁶ Escritores paraguaios, afirmavam com ironia, que se sabia com antecedência o local escolhido pelos brasileiros para atacar pois, era sempre o mesmo. O local mais fortificado. A posição mais forte.³⁵⁷

Ao observar que as tropas brasileiras se movimentam para transpor o arroio, o general Caballero desloca alguns batalhões para disputar a margem do arroio com os brasileiros, na tentativa de lhes barrar o avanço. “O inimigo vê o movimento e converge sobre essa força o fogo de 10 canhões; destaca logo de sua linha de batalha alguns batalhões para o vão do arroio, para nos disputar o passo e, alli chegando, elles esperam os nossos com uma terrível fuzilada.”³⁵⁸ O embate se concentra na ultrapassagem do arroio, neste momento desaba terrível tempestade de verão sobre as tropas em combate. Dionísio Cerqueira diz que a chuva molhou os soldados “[...] até os ossos”. Segundo ele a procela durou pouco.³⁵⁹ Para Bormann, a chuva foi verdadeiro “tufão”. Tão violentos eram os ventos, que desviavam as rotas dos foguetes à Congreve.³⁶⁰ O oficial de infantaria se preocupa com o bem estar da tropa de linha e o de artilharia com os aspectos técnicos e os efeitos da intempérie sobre o funcionamento de suas peças. Os paraguaios retraem-se e incorporam-se à linha inicial de combate. As tropas brasileiras após atravessar o arroio e repelir os paraguaios, iniciam a escalada da colina, no intuito de flanquear a esquerda e fixar o centro da linha paraguaia. Ao subir a colina, os batalhões que estavam à direita da linha brasileira de ataque, sofrem um ataque de flanco. Para evitar o desbaratamento das tropas, avançam os dois batalhões da esquerda para contra-atacar as tropas paraguaias com vantagem. Entretanto, esses batalhões sofreram um ataque de cavalaria e não obtiveram sucesso em formar em quadrado, formação usual à época para enfrentar com eficiência a cavalaria, assim, foram profundamente afetados, tendo muitas baixas e sendo obrigados a retroceder.³⁶¹ O ataque de cavalaria foi um sucesso em razão de uma série de acontecimentos:

³⁵⁶ Ibid.. p.63.

³⁵⁷ O’LEARY, 1929, p.279.

³⁵⁸ BORMANN, 1897, 219.

³⁵⁹ CERQUEIRA, 1980, p.276.

³⁶⁰ O foguete a Congreve, é um artefato bélico que levava o nome de seu inventor. As unidades de artilharia a usaram com constância na Guerra do Paraguai. BORMANN, 1897, p.220.

³⁶¹ “Mas, antes de pudesse formar em quadrado, esses batalhões foram surpreendidos pela cavalaria inimiga, que com a vidência do temporal impossibilitava toda e qualquer manobra”. (CÂMARA, 1970, p.235).

o 8º Regimento de Cavalaria Paraguai³⁶² estava encoberto por um capão de mato, onde se apoiava a esquerda paraguaia; a chuva encobriu a visão dos atacantes, que só o observaram em tempo exíguo para formar o quadrado; os Batalhões brasileiros não formaram quadrado; a decisão de deixar oculto o Regimento de Cavalaria revela boa utilização dos parques meios que os paraguaios tinham e, a habilidade do comando paraguaio. Enquanto retrocedia a 3ª Brigada, com baixas severas, o general Osorio posiciona a 7ª Brigada em apoio à 3ª, e com ordens de atacar o centro e a esquerda da posição paraguaia. A 3ª Brigada acossada pelo inimigo, atacada pelas bocas de fogo, foguetes a Congréve, Batalhões de Infantaria e uma mortífera carga do 8º Regimento de Cavalaria, descia a colina que a pouco galgara. O campo ficou repleto de cadáveres dos dois exércitos. Diante de tal situação o general Osorio ordena ao general Câmara que ataque o inimigo, no intuito de apoiar as duas Brigadas brasileiras. A 5ª Divisão de Cavalaria, composta por duas brigadas, a nona e a décima, sendo a primeira formada por dois Corpos Provisórios o 23º e 24º e o segundo por três Corpos Provisórios 16º, 19º e 21º, no momento contava com efetivo de 1.000 soldados, muito bem armados e montados. A Divisão de Cavalaria já havia transposto o arroio e Câmara dispôs as brigadas lado a lado e executou a carga contra a direita da posição paraguaia. Lembramos que a extrema direita paraguaia estava “no ar”, podendo ser flanqueada facilmente. O ataque foi extremamente violento e obrigou os paraguaios a retrocederem de suas posições, inclusive abandonando os canhões e os foguetes à Congréve, que estavam postados em bateria na extrema direita.³⁶³ “Apesar da resistência que opunha o inimigo naquela posição[...] com cinco bocas de fogo, protegidas por extensa linha de infantaria, logrou essa divisão em suas cargas apoderar-se da sua artilharia, repelindo a, sua linha de infantaria muitas braças além.”³⁶⁴ O ataque da 5ª Divisão de Cavalaria resultou em desafogar as demais tropas e repelir os paraguaios, porém os atacantes eram em número reduzido e, não contavam com tropas de infantaria e artilharia para manter a posição. Caballero ao ver-se atacado por número tão pequeno de soldados, ainda mais por um inimigo que possuía enorme superioridade, organiza novo contra-ataque. Câmara, em sua parte da batalha, afirma que foram atacados por duas fortes colunas de infantaria, ou seja, Caballero lançou mão de suas tropas do centro e de suas reservas. Diante do contra-ataque paraguaio, as tropas recuaram da posição que a pouco tomara. A 5ª Divisão de Cavalaria ganhou distância tornando a atacar os paraguaios. Tal

³⁶² CENTURIÓN, 1944, p.230; O’LEARY, 1929, p.282.

³⁶³ LIMA, 1872, p. 236.

³⁶⁴ DIARIO OFICIAL DO IMPERIO. Partes oficiais dos Generais e comandantes de Corpos. ago/set, 1869. *Apud* OSÓRIO; OSORIO, 2008. p. 677.

situação repetiu-se, recuando, mas sempre disputando o terreno com as tropas paraguaias.³⁶⁵

Pode-se depreender a seguinte situação logo após as escaramuças iniciais: a direita paraguaia havia recuado de suas posições, perdendo parte de sua artilharia; o centro e parte das reservas - talvez toda – estavam desfeitas ou enfraquecidas, pois auxiliavam sua direita no restabelecimento da posição e; a esquerda estava em combate com a 3ª Brigada, levando vantagem e avançando, ou seja, fora de suas posições iniciais. Os paraguaios, portanto, no confronto inicial levam vantagem, porém suas linhas são desorganizadas. As disposições iniciais, que já não eram vantajosas, estavam desfiguradas com o ataque da vanguarda do 3º Corpo do Exército.

Ampliando os efetivos na batalha, envia-se ao combate a 7ª Brigada e a 4ª Divisão de Infantaria em auxílio à 3ª Brigada em seu temerário ataque ao centro e a esquerda da posição paraguaia. Enquanto se desenvolvia esse ataque, o 2º Corpo de Exército atacaria a direita paraguaia, que já havia sido desgastada por ataques da 5ª Divisão de Cavalaria.³⁶⁶ E o 1º Corpo do Exército (efetivo de 4.085) segue em reserva. Com a inclusão destas tropas entraram em combate 11.772 soldados do Império (7.022 do 3º Corpo e 4.750 do 2º Corpo). Além destes efetivos temos ainda a tropa que deveria efetuar o envolvimento pela esquerda, a coluna comandada por Triunfo com 2.500 soldados das 2ª e 3ª Divisões de Cavalaria. E 600 da 1ª Divisão de Cavalaria, que deveria fazer a mesma manobra à direita.³⁶⁷ Quando as linhas paraguaias se desorganizaram lançou-se na batalha efetivos muito superiores aos defensores.

A 3ª Brigada recebe, portanto, o apoio da 7ª Brigada, composta por três Batalhões de Voluntários da Pátria, o 31º, o 39º e o 55º, primeiro era o antigo Corpo de Polícia da Corte, o segundo e o terceiro oriundos do Rio Grande do Sul. O comando do Exército Imperial, diante do desgaste de suas unidades, as substitui por tropas descansadas. O 55º substitui o 15º Batalhão de Linha, mas não se retira do combate, fica em segundo escalão. O 31º ficou à esquerda do 55º e em apoio o 39º. Assim, os paraguaios que defendem a esquerda de suas linhas, em menor número, praticamente sem reservas, com as baixas do primeiro confronto, se veem na obrigação de enfrentar tropas que não haviam combatido com a totalidade de seus efetivos, entre 1.000 e 1.200 soldados. A 7ª Brigada atravessou o arroio em coluna e, logo

³⁶⁵ CÂMARA, 1970, p.236.

³⁶⁶ CAMARA, 1970, p.236.

³⁶⁷ FRAGOSO, 1934, p.79.

após, formou em “[...] linhas de colunas de grandes divisões [...]”³⁶⁸ Nessa disposição os Batalhões em apoio, principalmente ao 9º e 15º Batalhões, fizeram retroceder os Batalhões paraguaios para o alto da colina e para a encosta. O 39º ficou à direita, em linha, para evitar que novo ataque de cavalaria e infantaria ocorresse. O 55º sofreu neste ataque pesadas baixas³⁶⁹ e ficou juntamente com o 9º e 15º Batalhões de Linha na extrema direita do Exército Imperial, com funções de guarda e cerco. Ocupada a colina neste ponto, os 31º e 39º Batalhões atacaram o centro da posição paraguaia, em conjunto com outras tropas, tomam a posição e parte da artilharia. Na parte de combate, o comandante da 3ª Divisão de Infantaria, afirma que “[...] segui imediatamente com os 31º e 39º [...], para o centro da linha de batalha e ali reunindo-se-me outros Corpo da Divisão, carregamos com impetuosidade sobre o centro, [...] obrigando-o a desamparar sua artilharia, que bastante nos hostilizava”³⁷⁰.

A 4ª Divisão de Infantaria, do 3º Corpo de Exército entrou na refrega, ampliando o poder de fogo das tropas brasileiras. A divisão era composta por duas Brigadas de Infantaria, a 11ª e a 12ª. Recebeu reforço de uma Brigada de Infantaria do 1º Corpo de Exército, a 8ª. Esta unidade, na ocasião, englobava quatro batalhões, dois de linha e dois de voluntários: 08º e 10º de linha e; 32º e 38º Corpos de Voluntários da Pátria, ambos organizados na Corte. Ao se deslocar para acompanhar a 4ª Divisão de Infantaria, o 10º Batalhão ficou adjunto à 12ª Brigada, da mesma divisão. A Divisão se introduziu no campo de batalha, entrando pela direita da linha brasileira, o que a obrigou a atravessar o centro da posição paraguaia, ficando assim, sob o fogo da artilharia, que pouco dano lhe causou. O objetivo era apoiar os próximos ataques da 5ª Divisão de Cavalaria à direita da posição paraguaia. Os ataques anteriores da divisão de Câmara, apesar do sucesso, não resultaram em posse do terreno, uma vez que não contava com apoio de infantaria e artilharia. A 8ª Brigada de Infantaria seria lançada ao combate para suprir tal necessidade. Após duas cargas da divisão Câmara, os paraguaios são obrigados a abandonar o planalto e refugiam-se em casas, cercas de espinhos e laranjais nas imediações. Parte deles desce a encosta levando o restante de sua artilharia. Câmara, coadjuvado por batalhões da 8ª Brigada, toma posse da ala direita da linha paraguaia e passa a

³⁶⁸ GUIMARÃES, José Auto da Silva. Parte *Apud* DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai: o Comando de Caxias*. v.3 t. III – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989. p.29.

³⁶⁹ 09 mortos (um oficial) e 91 feridos (87 praças), praticamente 25% de seu efetivo total. SILVA, Carlos Magno da *apud* DUARTE, 1988, p.37 v.3 t.II; GUIMARÃES, João Teixeira, *apud* DUARTE, 1989, p. 31 v.3 t.III.

³⁷⁰ GUIMARÃES, Jose Auto da silva, *apud* DUARTE, 1989, p. 30 v.3 t. III.

limpar o terreno das tropas paraguaias. Sobre este processo de limpeza do terreno, o comandante de um dos batalhões que tomou parte nestas operações relata que o inimigo se abrigou para resistir, sucessivamente em uma casa, um laranjal e cercas de espinhos e quando foi acometido, disparou sem causar vítimas e abandonou os laranjais sendo dizimado, então, por elementos de cavalaria. “O inimigo, à vista do arrojo dos nossos soldados, apenas deu-nos uma descarga, que nem um só tiro aproveitou e precipitou-se para fora da mata onde foi completamente destroçado pela cavalaria, ficando muitos prisioneiros.”³⁷¹ A extrema direita paraguaia estava em poder das tropas brasileiras e o que restou das tropas paraguaias descia a escarpa, no intuito de atravessar um arroio e formar nova posição de combate. O comandante do 8ª Brigada de Infantaria informa, em sua Parte de combate, que esta unidade “[...] foi a primeira força de infantaria que pisou o monte onde o inimigo se achava; e aí chegou logo depois de haver a cavalaria, ao mando do Coronel José Antonio Corrêa de Câmara, feito duas cargas.”³⁷² A 12ª Brigada de infantaria, contando com 03 Batalhões de Voluntários da Pátria (36º do Maranhão; 44º do Rio de Janeiro e; 49º das Minas Gerais), fora reforçado pelo 10º Batalhão de Linha, arrojou-se sobre o centro e a direita da linha paraguaia, logo após a 8ª Brigada em ampla colaboração com a cavalaria e uma bateria de artilharia que fora cedida à divisão. O comandante do 36º Corpo de Voluntários da Pátria, Francisco Manoel da Cunha Junior, em sua Parte escrita no dia 13 de dezembro de 1868, narra que o general Osorio lhe ordenou pessoalmente que atacasse uma bateria paraguaia, o que demonstra que Osorio foi ferido após a entrada em combate da 4ª Divisão de Infantaria. O general não deixava de frequentar a frente de batalha e, após dar a ordem, seu cavalo foi abatido e, “[...] retirou-se montado na anca do cavalo de uma praça de seu piquete.”³⁷³ Depois de tomar as medidas que julgavam necessárias, o batalhão atacou e tomou dois canhões e em seguida, tomou terceiro canhão. A carga de baioneta teve grande sucesso “[...] ficando logo em nosso poder duas bocas-de-fogo e, retirando-se o inimigo ainda com uma boca-de-fogo e fazendo tiros de metralha, continuei a carga e tomei deste ainda uma terceira boca-de-fogo”³⁷⁴ Dentre as atribuições dos batalhões da 12ª Brigada estava a proteção de uma bateria do 2º Corpo de Artilharia a Cavalos, que acompanhava o 3º Corpo de Exército no aclave. Fizeram carga e, obrigaram as tropas paraguaias a recuar na escarpa da colina, sempre contra-atacavam os paraguaios, resistindo bravamente ao Exército Imperial. O envolvimento e o

³⁷¹ QUEIROZ, Jose Clarindo de, apud DUARTE, 1988, v.3 t. II, p.239.

³⁷² FONSECA, Hermes Ernesto da, apud DUARTE, 1988, v.3 t. II, p.238.

³⁷³ CUNHA JUNIOR apud DUARTE, 1988, v.3 t. II, p.195.

³⁷⁴ CUNHA JUNIOR apud DUARTE, 1988, v.3 t. II, p.195.

encarniçamento em combate foi tal, que as baixas da 4ª Divisão totalizaram 19,25% das baixas do Exército Imperial.³⁷⁵

Outra unidade lançada ao combate ao mesmo tempo em que a 7ª Brigada foi a 5ª Divisão de Infantaria, com efetivo de 4.275 soldados. Nesta unidade formavam a 4ª, a 9ª e a 10ª Brigadas. A 4ª Brigada era composta por três Corpos de Voluntários da Pátria, o 25º e 29º originários da Bahia e o 33º do Rio de Janeiro. Recebeu ordem de proteger o 2º Regimento de Artilharia a Cavalos, que se encontrava no cimo da colina à margem direita do arroio Avaí. Dispôs suas unidades em colunas de ataques, com o 25º à direita, o 29º no centro e o 33º à esquerda. Esta organização das tropas permitiria rapidez de manobra em caso de necessidade. Em sua parte de combate, o comandante da 4ª brigada Coronel Francisco Vieira de Faria Rocha, detalha as ordens recebidas.

A 4ª Brigada, tendo marchado com o Exército para atacar o inimigo, no dia 11 do corrente, ao chegar À linha de fogo, recebeu ordem para proteger a artilharia, que trabalhava com vigor. [...] A pé firme, toda a Brigada recebeu com calma os projéteis que jogava a artilharia inimiga contra a nossa, como para fazê-la calar [...].³⁷⁶

A artilharia paraguaia, que duelava com a brasileira, com suas baterias com peças de alma-lisa, apesar de se encontrar em posição dominante, não tinha nem alcance nem poder de fogo para desmontar as peças brasileiras. Exemplo claro é que a 4ª Brigada de Infantaria, com mais de 1.000 soldados, teve apenas 07 feridos e 09 contusos, durante sua vigília à artilharia. A artilharia brasileira, apesar de sua superioridade material, canhões de alma-raiada, com maior alcance, potência e cadência de tiro, não logrou desmontar as peças paraguaias, uma vez que os relatos obtidos apontam que as peças paraguaias foram conquistadas por Batalhões de Infantaria, Regimentos de Cavalaria ou foram abandonadas por guarnições guaranis.

A 9ª Brigada recebeu ordens de atacar o centro e a direita da posição paraguaia. O ataque objetivava apoiar a cavalaria que por ali atuava, flanquear a linha e limpar de inimigos a área, que, lembramos, já havia sido atacada e debelada por tropas brasileiras, porém, elementos do Exército Paraguaio ainda atuavam em capões de mato e algumas trincheiras de proteção que protegiam a extrema direita paraguaia. Para executar tal intento, a 9ª Brigada tomou posição na esquerda do 3º Corpo de Exército, deixando espaço para a artilharia entre as unidades. Enquanto a Brigada se posicionava, o Marquês de Caxias ordenou que o 54º Corpo

³⁷⁵ A 4ª Divisão de Infantaria teve 333 baixas e o Exército Imperial 1.729 baixas. PEDRA, Herculano Sancho da Silva apud DUARTE, 1988, v.3 t. II, p.192; RIO BRANCO, 1946, p.590.

³⁷⁶ ROCHA apud DUARTE, 1987, p.78 v.3 t. I.

de Voluntários da Pátria, formado na Bahia, avançasse para a extrema esquerda do Exército Brasileiro e efetuasse ataque de flanco contra as posições do inimigo. “[...] encontrei S. Exa. O Sr. Marquês General-Chefe do Exército Brasileiro, [...] determinou ao 54º de Voluntários para penetrar em linha no potreiro que existia à sua esquerda; [...]”³⁷⁷ Contudo, o local escolhido pelo Comandante era um tremedal com mata fechada e pequena picada defendida por tropas paraguaias entrincheiradas. Após atravessar o terreno alagado o 54º encontrou o 14º Batalhão de Infantaria de Linha que não conseguia tomar a posição. O 14º saíra da direita para a extrema esquerda da posição das Armas Imperiais. O 54º ficou em péssima posição, batido sem proteção, pelo inimigo nas trincheiras. O Comandante do 54º, Tenente-Coronel Manoel Gonçalves da Cunha em sua Parte, relata o infortúnio. “Crítica, bem crítica, era a nossa posição: a artilharia e fuzilaria inimigas varrendo à queima-bucha a picada com seus mortíferos projetis, não permitiam ali chegar-se.”³⁷⁸ Percebendo a crítica situação em que se encontravam o 54º e o 14º Batalhões, o Comandante-em-Chefe dos Exércitos Brasileiros, determinou que o 46º Corpo de Voluntários da Pátria, vindo da Bahia, fizesse movimento mais amplo à esquerda do Exército Imperial, ultrapassando a posição do 54º, que fora flanquear, mas atacara frontalmente a posição inimiga. Realizado o movimento, o ataque de flanco logo desalojou os paraguaios do local. Os outros dois Corpos da Brigada – 41º da Bahia e 42º de Pernambuco – seguiram o 46º.³⁷⁹ Desenvolvendo a manobra, a Brigada avançou para o cimo da colina e afastou as tropas paraguaias, que pouco antes desalojara do potreiro. A manobra foi coadjuvada por elementos da 5ª Divisão de Cavalaria.³⁸⁰ Alcançando o topo da colina, a 9ª Brigada recebeu ordem de ali ficar até receber novas ordens. Duas unidades da Brigada foram deslocadas para a direita para auxiliar as tropas do 3º Corpo de Exército que fazia ataque ao centro e a esquerda paraguaia com sucesso e rechaçavam em definitivo o Exército Paraguaio do alto da colina. Os paraguaios desciam a escarpa lentamente, arrastando os canhões que lhes sobraram e, sempre contra-atacando quando a

³⁷⁷ ARAÚJO, Francisco Lourenço de, apud DUARTE, 1989, v. 3, t. III, p. 99.

³⁷⁸ CUNHA apud DUARTE, 1989, v. 3, t. IV, p. 143.

³⁷⁹ “[...] fiz desfilar o 46º pela frente do mesmo potreiro e, em poucos momentos, satisfiz o desejo de S.Exa. opondo forças que repeliram o inimigo que se conservava por esse lado, protegido por uma estreita e profunda vala, que foi transposta por nossos soldados com presteza digna de todo o louvor; o 41º e o 42º de Voluntários seguiram o movimento do 46º [...]” (ARAÚJO, Francisco Lourenço de, apud DUARTE, 1989, v. 3, t. III, p. 99)

³⁸⁰ “Pouco depois, unidos aos 41º e 46º, que, mais pela esquerda, haviam flanqueado o inimigo, conseguimos fazê-lo declarar-se em derrota, que se tornou completa e total com a certada manobra de nossa cavalaria, que o cortou pelos flancos e o envolveu pela retaguarda.” (CUNHA, Manoel Gonçalves apud DUARTE, 1988, v.3, t. IV, p. 144)

ocasião se lhes oferecia. “[...] recebi ordem do mesmo Coronel para mandar reforçar a nossa direita, que estava sendo muito disputada pelo inimigo; fiz seguir para aquela direção o 42º e 54º de Voluntários [...]”³⁸¹ Após limpar o terreno das unidades inimigas e se ver em terreno livre de laranjais e capões de mato, observando que os paraguaios que desciam a encosta seriam flanqueados e atacados por forças da 5ª Divisão de Cavalaria, o comando da 9ª Brigada, esperou que a cavalaria estivesse em tal posição que, cercando os paraguaios na extrema esquerda, poderia destruir os remanescentes das tropas paraguaias naquele local. Quando a cavalaria estava na retaguarda, tocou carga. A violência do ataque foi tal, que os paraguaios se obrigaram a acelerar o passo e abandonaram sua artilharia no afã de alcançar um capão de mato para se proteger da infantaria e da cavalaria. Entretanto, sua retirada foi cortada pela cavalaria e os que não se renderam, ou morreram ou debandaram em pequenos grupos. Os diferentes comandantes dos Batalhões, quando fizeram a Parte de combate, relatam o ataque e envolvimento dos paraguaios com informes que permitem compreender a violência da luta e a resistência obstinada dos inimigos, frente um adversário com superioridade de meios. A colina foi como relatamos, conquistada duas vezes. A primeira, remeteu os paraguaios para a encosta e matagais da região e, após as operações de limpeza, novamente lá se agruparam, sendo, novamente derrotados.³⁸² O Comandante do 42º Corpo de Voluntários da Pátria afirma que “[...] a luta que se travou renhida [...]; nessa ocasião tomei de um alferes paraguaio uma bandeira, [...]. Três bocas de fogo que nos faziam vivo fogo de metralha foram tomadas por este Corpo [...]”³⁸³ O 46º Corpo de Voluntários da Pátria, foi, provavelmente, a única unidade que, nesta carga, fez disparo de seus fuzis. Tanto a cavalaria,

³⁸¹ ARAÚJO, Francisco Lourenço de, apud DUARTE, 1989, v.3, t. III p.99.

³⁸² “Aproximando-me a um laranjal aonde o inimigo fazia um fogo mortífero fiz estender uma linha de atiradores do 41º e outra do 46º que eram protegidas por seus respectivos Corpos, em coluna de ataque e apoiadas pela cavalaria nos flancos, fui batendo o inimigo, tendo sempre em vista o movimento da minha direita, aonde se batiam os Corpos 42º e 54º, com Corpos de outras divisões. Logo que descobri o campo limpo de arvoredos e matagais, concentrei minhas forças para se protegerem mutuamente, e ia o inimigo retirando-se vagorosamente, quando vi que despontava em bastante distância uma grande força de cavalaria que reconheci ser brasileira; fiz demorar as minhas linhas avançadas até dar tempo a que a cavalaria ocupasse uma posição mais próxima à retaguarda do inimigo e, logo que conheci ser oportuno, mandei tocar a carga, que foi tão vigorosa que o inimigo, acelerando a retirada, abandonou toda a sua artilharia, assestada por esse lado, algumas bandeiras e, procurando ganhar um capão de mato, que lhe ficava à esquerda, mas esse movimento foi interrompido por nossa cavalaria, que investiu sobre suas colunas, pondo-as em debandada em completa derrota.” (ARAÚJO, Francisco Lourenço de, apud DUARTE, 1989, v.3, t. III p. 100.)

³⁸³ CARDOSO, Américo Antônio, apud DUARTE, 1989, v. 3, t. III, p.135.

quanto a infantaria optou por lutar com arma-branca.³⁸⁴ Entrementes, o 41º Corpo de Voluntários da Pátria, realizou a carga e, narra o Major Felizardo Antônio Cabral, em sua Parte de Combate, com objetividade, sem utilizar subterfúgios linguísticos ou eufemismos para amenizar a barbárie da guerra, enfim uma narrativa crua dos acontecimentos. O trecho da Parte do comandante do 41º demonstra cabalmente a insanidade dos conflitos armados.

Depois desenvolvi em linha e mandei carregar a baioneta, o que foi executado com muita calma e bravura, fazendo com que o inimigo retirasse em completa debandada, **dando lugar a que a nossa cavalaria também carregasse e degolasse, destroçando grande número de prisioneiros**, e o campo juncado de mortos e feridos, [...].³⁸⁵

Os soldados que se renderam, não tiveram melhor sorte, em relação aos seus colegas que foram mortos em combate. Degolar e destroçar não deveriam ser terminologias, muito menos ações, aplicadas aos prisioneiros.

A 10ª Brigada de Infantaria ficou em segunda linha, à espera que a 9ª Brigada ocupasse o alto da colina, primeira posição paraguaia, e iniciasse o ataque declive abaixo. Ficou algum tempo, pronta para o combate, esperando que as tropas à sua frente abrissem espaço para efetuar o avanço. Ficaram nesta posição em espera, cerca de, trinta minutos³⁸⁶ sob fogo dos adversários. Assim foi até que recebeu ordem de avançar e ocupar o espaço deixado pela 9ª Brigada. A tropa prestava-se a executar movimento de cerco à direita da posição paraguaia. O terreno exíguo em que os paraguaios ficaram cercados foi um dos componentes responsáveis por terrível carnificina neste fatídico dia. Desocupada a elevação, avançou a 10ª Brigada, superando as dificuldades do terreno alagado. O Segundo Corpo de Exército, principalmente com as 9ª e 10ª Brigada, tinha por meta cercar as tropas paraguaias, na esquerda do Exército Brasileiro, com isto as tropas paraguaias eram obrigadas a se posicionar no centro e a direita da linha de ataque brasileira, onde eram

³⁸⁴ “[...] se apresentou V.Sa. com o 41º, e tomando V.Sa. a frente do 46º, avançamos para a nova linha inimiga, estendidas em atiradores as 4ª e 5ª Companhias, que engajando desde logo fogo, ordenou V.Sa. que, retirando os atiradores, formasse linha e carrega-se; o que por encanto se efetuou, e então foi carregando a cavalaria com bizzarria pelo flanco, cortou-lhe a retaguarda, ficando todas as suas forças em nosso poder.” (BUYS, Frederico Cristiano apud DUARTE, 1989, v. 3, t. III, p.208)

³⁸⁵ CABRAL apud DUARTE, 1989, v. 3, t. III, p.102. Grifo nosso.

³⁸⁶ Os comandantes dos Batalhões de Voluntários da Pátria, da 10ª Brigada, assim se referem sobre o tempo de espera: 23º “meia hora”; 47º “algum tempo”; 50º “um quarto de hora”.

fortemente apossadas por tropas do Terceiro e elementos do Segundo Corpo de Exército.³⁸⁷ Os três Corpos de Voluntários da Pátria, que formavam a 10ª Brigada, o 23º (da Corte), o 47º (da Paraíba) e, o 50º (Ceará, Sergipe e Piauí), trataram de avançar, em linha de batalha³⁸⁸ para ocupar o topo da colina. “Vencidas todas as dificuldades que oferecia o terreno, continuaram a marcha o 23º e o 47º de Voluntários até à eminência, que o inimigo já tinha abandonado com graves prejuízos e já batia em completa retirada, perseguido pelas nossas tropas.”³⁸⁹

Conquistada estava a posição em que Caballero pretendia barrar a passagem do Exército Imperial, em seu caminho para Villeta. Os paraguaios cederam a posição, mas não deixavam de contra-atacar e resistir com obstinação em sua malfadada colina. Quando os paraguaios, batidos no declive, tentavam atravessar o segundo braço do arroio Avaí, com os cinco canhões que lhes restavam, um dos comandantes do Exército Brasileiro foi atingido por uma bala paraguaia. Este acontecimento foi a inspiração para a realização da obra “Batalha do Avahy” de Pedro Américo, em que se vê ao centro o general Osorio, apontando com sua espada o atirador paraguaio para que um oficial brasileiro o alvejasse. A bala atravessou o maxilar do General. “Quando a vitória já estava definida, Osorio foi ferido por uma bala de fuzil, dado por um paraguaio trepado em uma árvore; a bala atravessou-lhe o rosto, de cima para baixo, partindo-lhe o maxilar inferior esquerdo, derrubando-o.”³⁹⁰ O general Osorio era idolatrado no Exército Brasileiro, conseqüentemente a sua queda abalou os que o acompanhavam, quem pode observar o ferimento e quantos vieram, a saber, da fatídica notícia. Ciente da importância do acontecido, o general Osorio encobriu o ferimento e

³⁸⁷ “Achando-se formado o Corpo em coluna de ataque, o fiz logo desenvolver em linha, cumprindo as ordens que de V.Sa. recebi. Assim permanecemos sob fogo incessante das baterias inimigas por meia hora, até que, sendo ordenado por V.Sa., fiz marchar o Corpo em coluna com a direção um pouco oblíqua à esquerda, e sempre debaixo de um chuveiro de balas, a fim de, tomando a posição inimiga pelo seu flanco direito, evitar que, por este flanco, se evadisse.” (HOMEM, João Pinto apud DUARTE, 1989, v.3, t. I, p.25)

³⁸⁸ “Em cumprimento à ordem do Comandante-Chefe, o Brigadeiro José Luís Mena Barreto encaminhou as Brigadas de sua Grande Unidade para a extrema esquerda da linha de batalha e ao atingir aproximadamente o alinhamento dos elementos do 3º Corpo, que combatiam à sua direita, fez com que as Unidades da extrema esquerda progredissem fazendo o inimigo recuar precipitadamente, deixando abandonadas no campo 13 bocas de fogo.” (DUARTE, 1989, v.3, t. III, p.240)

³⁸⁹ MARANHÃO, Albuquerque apud DUARTE, 1989, v.3, t. I, p. 26.

³⁹⁰ DORATIOTO, 2008, p.186-187.

continuou a instar os soldados em seu ataque às tropas paraguaias. Não podendo estancar a hemorragia, o general se retirou e fez sua carruagem desfilar diante das tropas brasileiras.³⁹¹ A regra geral é que os comandantes fiquem longe da linha de frente, o general Osorio fugia a essa regra e era comum os soldados encontrarem ou divisarem seu Comandante na frente de combate. Esta atitude originou lendas sobre o General, entre elas a de que ele não podia ser atingido por balas. “Cavalos e mais cavalos por ele montados têm sido atingidos, mas os soldados dizem que ele tem o corpo fechado e que depois das batalhas sacode o poncho para elas caírem.”³⁹² Ou então que ele encarava a explosão de bombas com estoicismo. “Era general eminentemente tático, de posse de admirável sangue-frio no meio dos maiores perigos. ‘Se uma bomba arrebentar na ponta do nariz do Osório, dizia-me o Reinaldo, seu entusiasta fanático, ele nem sequer espirra’.”³⁹³ Pouco antes de ser ferido, o cavalo que Osorio montava, havia sido atingido por metralha. Quando Osorio caiu, dois batalhões paralisam o movimento que executavam e convergiram para o local em que caíra o general. Mas ele logo se levantou e montou outro cavalo³⁹⁴. Justifica-se, portanto, a tentativa de esconder o ferimento e sua gravidade.

Dentre as características do general Osorio, destaca-se o magnetismo pessoal. Quantos relataram encontros com o general realçam a qualidade. Taunay quando foi apresentado ao general relata que foi tratado com bondosa pilhéria. Sempre foi tratado com amizade e respeito. “Gostei muito, mas muito, do Osório, apenas lhe fui apresentado [...]”.³⁹⁵ Burton que o encontrou em agosto de 1868, não economiza elogios ao General, lembrando que é respeitado por todos os membros da aliança, afirmando ser ele “[...] valente até a temeridade.” Após apresentar seu cartão à ordenança do general Osorio, foi logo introduzido na choupana que servia de quartel general. Apesar da hora, de manhã, foi-lhe oferecido gim, que, segundo ele não pode recusar, por urbanidade. Encontrou Osorio de chinelos sofrendo com doença na perna que tanto lhe perturbava. “Depois de ver tantos oficiais meio apaisanados, foi um prazer ouvir seu cumprimento militar, ‘Entre, cavalheiro!’ , e a cordialidade de suas maneiras fez-me gostar dele imediatamente.”³⁹⁶ Artur Jaceguai, narra seu encontro com Osorio logo após a invasão do Paraguai, em que o general teve destacada atuação, e fala sobre rascunho feito pelo general sobre o terreno que ocupara. “Guardo esse rascunho com outras relíquias do grande

³⁹¹ Segundo Magalhães, o ferimento ocorreu na terceira hora da batalha. MAGALHÃES, João Batista. *OSÓRIO: Síntese de seu perfil histórico*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978. p. 224.

³⁹² BURTON, 2001, p.328.

³⁹³ TAUNAY, 2008, p. 63.

³⁹⁴ MAGALHÃES, 1978. p. 221.

³⁹⁵ TAUNAY, 2008, p.44.

³⁹⁶ BURTON, 2001, p.328.

soldado que me honrou com amizade paternal de que me deu carinhosas provas até em seu leito de morte.”³⁹⁷

Em combate, sua atitude eletrizava os comandados. Jaceguai, escrevendo sobre a impressão que causava Osório em seus soldados, descreve os primeiros passos dos soldados brasileiros no território paraguaio.

Osório continuou a avançar pela faixa de terreno à margem do Paraná, sempre à frente de suas tropas, expondo-se ao tiroteio dos piquetes inimigos em retirada [...].

A impavidez de Osório eletrizou o exército aliado e inspirou desde logo a todos a mais absoluta confiança no general brasileiro. Teve, em verdade, um belo efeito o magnífico exemplo de abnegação com que Osório guiou os primeiros passos de seus soldados na conquista do solo inimigo.³⁹⁸

No ataque a Peribebeuí, em 1869, Taunay após descrever o local ao iniciar-se o ataque, observou na posição em frente a que se encontrava surgir, na vanguarda da tropa atacante, um cavaleiro solitário que avançava impávido, apesar dos inúmeros tiros de fuzil e de canhão que almejavam atingir-lhe.³⁹⁹ O soldado da vanguarda era Osório. Sob forte emoção, Taunay teve ímpetos de estar juntamente com o general aos olhos de todo exército. “São atos destes que arrebatam os homens até os mais frios e cépticos e os levam a morte, afrontando extraordinários, quase inacreditáveis perigos. [...]. Acredito bem que todos, sem exceção, experimentaram aquele imenso choque elétrico [...]”⁴⁰⁰ Além dessas qualidades, era homem sensível aos azares das guerras. As mortes lhe atormentavam a alma!

Logo após a batalha de Tuiuti, ao saber o número de mortos sentiu-se mortificado, dizendo-se “envergonhado”. Em outra ocasião declarou que sentia pena dos soldados inimigos.⁴⁰¹

Ao saber da quantidade de mortos inimigos, declarou-se envergonhado, dizendo preferir contar muitos prisioneiros e poucos mortos. Em certa ocasião perguntaram a Osório o que ele sentia ao entrar em batalha e sua

³⁹⁷ JACEGUAI, 2011, p. 115.

³⁹⁸ JACEGUAI, 2011, p.116.

³⁹⁹ “Aí destacou-se, à frente de todos, da outra banda daquela em que eu me achava, um homem só, montado num grande cavalo branco, cujo pêlo brilhava à luz do dia como se fora um animal todo de prata. Começou ele a descrever o declive com a maior calma e majestade, embora logo se tornasse alvo de nutrida fuzilaria e até tiros de peça. Perguntei a um soldado de cavalaria que por junto de mim passou: ‘Quem é aquele cavaleiro?’ ‘É o General Osório’, respondeu-me ele.” TAUNAY, 2008, p.55.

⁴⁰⁰ TAUNAY, 2008, p.55-56.

⁴⁰¹ DORATIOTO, Francisco. *General Osório: a espada liberal do Império*. São Paulo: Companhia de Letras, 2008

resposta foi “ao avistar o inimigo entusiasmo; ao primeiro choque medo e ao derrotá-lo pena”.⁴⁰²

Caxias, logo após o Combate do Estabelecimento, em fevereiro de 1868, recebeu em audiência o oficial responsável por enterrar os mortos no combate. O oficial, talvez temeroso de enterrar algum ferido, ou ainda, assaltado por temores sobrenaturais, reclamou ao comandante que das pilhas de mortos saiam sons que lhe pareceram gemidos de dor. E este respondeu, com certo fatalismo talvez obtido em muitas campanhas e, com alguma ironia, que: “- *Se o senhor der ouvidos às lamúrias desses defuntos não enterra nenhum.*”⁴⁰³

Os episódios demonstram, de certa forma, como encaravam os infortúnios os dois comandantes do Exército Brasileiro.

Grande deve ter sido o impacto emocional nas tropas brasileiras.

Talvez, por isso, a batalha tenha arrefecido! Os paraguaios atravessaram o arroio e formavam segunda posição no topo de outra colina. Tiroteavam com a última boca de fogo que lhes restava.⁴⁰⁴

⁴⁰² DORATIOTO, 2008, p.159.

⁴⁰³ CERQUEIRA, 1980, p.223. Grifo do autor.

⁴⁰⁴ ”Sobrevém uma pausa na batalha, quiçá provocada pela fadiga do último esforço.

Ouve-se apenas a artilharia. O inimigo responde com a última boca de fogo, que logrou arrastar consigo. Estava, porém, escrito que Caballero não poderia mais manobrar em retirada impunemente, com o resto de suas forças, ocupando uma segunda posição.” (CÂMARA, 1970, p.237-238).

CAPITULO 3 – A GUERRA, A ECONOMIA E O CÍRCULO SE FECHA

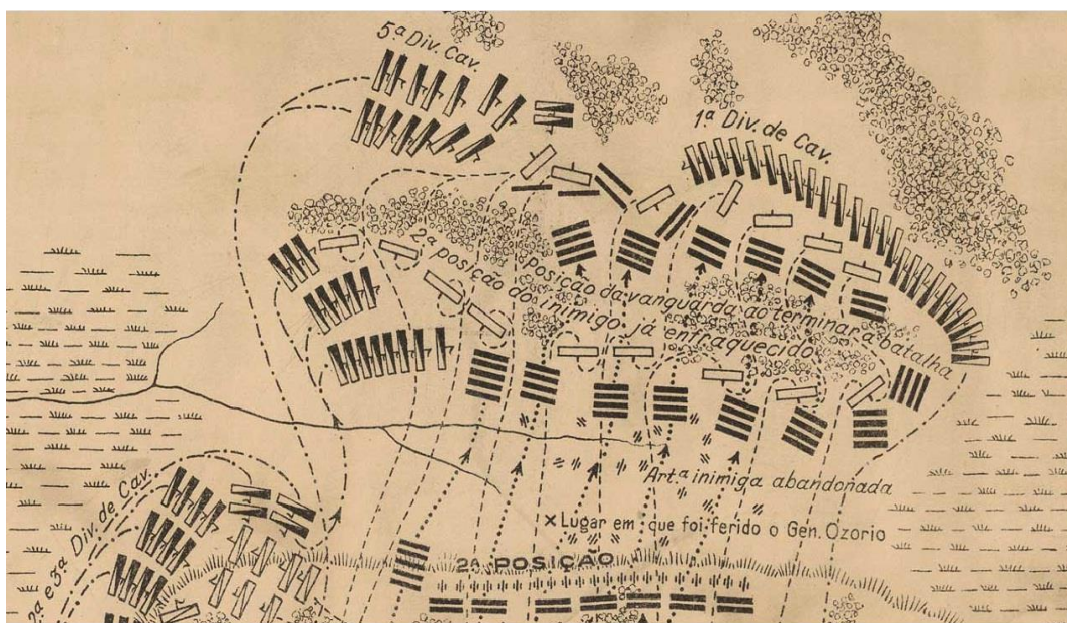
3.1 A BATALHA DO AVAÍ – O CÍRCULO DE FERRO E FOGO

“[...] ao alcance da metralha inimiga, desenvolvi-os em linha e, nessa ordem, avancei sempre pelo flanco direito, procurando envolvê-lo pela esquerda, e o introduzi em um círculo de ferro e fogo.” Brigadeiro Jacinto Machado Bittencourt

Logo após ter desalojado o Exército Paraguaio da primeira posição que este ocupava, o Exército Imperial quedou sua ofensiva. A tropa paraguaia aproveitou a pausa para se reorganizar e tomar fôlego. Apenas o tirotear das peças de artilharia brasileira e da única peça, que lograram salvar os guaranis, podiam ser ouvidas. Os paraguaios, da ala direita, tentavam atravessar o braço do Avaí e juntar-se aos seus camaradas, que procuravam formar segunda posição, sobre colina além Avaí. Os brasileiros, senhores da primeira posição, que demandara, cerca de, três horas para ser conquistada, aguardavam em busca de mais ímpeto e novos comandos. O movimento de cavalaria, que procurava envolver e atacar pela retaguarda os paraguaios estava prestes a efetivar-se à direita da posição paraguaia. O movimento era semelhante ao já tentado em Itororó. Assim, podemos concluir que os dois comandos repetiram, com algumas alterações, as disposições tomadas na Batalha de Itororó. Entretanto, o comando brasileiro alterara alguns aspectos relevantes: a) a tropa que deveria contornar a posição paraguaia, por amplo movimento à direita da posição dos paraguaios, era composta apenas por elementos montados; b) as tropas que deveriam fixar os paraguaios em sua posição os expulsou da colina e ampliou-se o objetivo para cerco e aniquilação, com perímetro muito restrito, com proximidade e contato com as tropas inimigas; c) os brasileiros acrescentaram, já no final da batalha, o cerco, com infantaria e cavalaria, na esquerda paraguaia.

As unidades do Exército Paraguaio, que formavam a ala direita de seu dispositivo de batalha, estavam, então, apartadas do centro e da esquerda, que como vimos, suportaram razoavelmente bem os ataques brasileiros e recuaram, com grandes perdas, formando nova posição na segunda colina. Enquanto tentavam alcançar seus companheiros, ao chegar ao sopé das colinas, as unidades em retirada sofreram o primeiro ataque das unidades de cavalaria comandadas pelo Barão do Triunfo. “O Brigadeiro Andrade Neves ocupava as alturas da esquerda, exatamente no momento em que o flanco direito paraguaio vinha também ocupar o

sopé da colina”.⁴⁰⁵ Não poderia ser mais vantajosa a posição da cavalaria – composta, em sua maioria, por gaúchos -; estava no cume e as tropas que pretendia atacar estavam no sopé das colinas. Obviamente ganharia em velocidade e em força de impacto.



Mapa 8 – O círculo de ferro e fogo.

FONTE: RIO BRANCO apud FRAGOSO, 1934, p.87. [Detalhe]

Dionísio Cerqueira (1980) presenciou a batalha como espectador, uma vez que sua unidade foi utilizada como reforço no cerco contornando a esquerda da posição paraguaia e não combateu. Conta que chegou ao campo de batalha logo após ter visto o General Osorio ferido. Sua unidade ocupou uma colina, de onde pode ver o ataque da cavalaria de Andrade Neves. A colina que ocupou estava repleta de corpos de soldados mortos. Brasileiros e paraguaios descansavam pacificamente, já sem os ódios que há pouco lhes inflamavam as almas. Ocupava, portanto, o cume da colina onde os paraguaios haviam estabelecido sua primeira posição. Como se encontrava no cimo da colina, tinha visão privilegiada do encontro de tropas que, como veremos, tornou-se entrevero.⁴⁰⁶ Um dos soldados de seu Batalhão, olhava atentamente para o corpo imóvel de um paraguaio, desconfiado encostou o sabre-baioneta no corpo. Cerqueira descreve que a surpresa do paraguaio foi tão grande, que jamais

⁴⁰⁵ ANTUNES, Deoclécio de Paranhos. *Andrade Neves: o vanguardeiro!* 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008. p.115.

⁴⁰⁶ “O *Dezesseis* fez alto numa eminência à margem direita do arroio e, pela primeira vez, foi-me dado presenciar, como espectador, em toda a sua esplendida grandeza, o espetáculo de uma batalha campal.” (CERQUEIRA, 1980, p. 276. Grifo do autor)

pode esquecer a expressão dos olhos do soldado. Relata que o desconfiado soldado brasileiro deu uma risada e foi acompanhado por seus camaradas. Dionísio afirma que o paraguaio tinha um ferimento na perna e que o mesmo foi bem tratado. Assistiram o final da batalha.⁴⁰⁷ Enquanto as tropas trocavam tiros à distância, os batalhões paraguaios, no sopé da colina, formaram quadrado. Entretanto não viam tropas de cavalaria. “Os paraguaios ignoravam completamente o movimento pelo seu flanco direito e jamais podiam esperar que pudessem ser acometidos por ali.”⁴⁰⁸ Logo, porém, Dionísio e o batalhão constataram a chegada da cavalaria brasileira. Os oficiais brasileiros, vendo a posição favorável, apressam-se em tirar proveito. “E, estendendo em linha de batalha as duas divisões sob seu comando, desceu a galope, em ritmo de carga, coxilha abaixo, para atacar de revés a infantaria guarani.”⁴⁰⁹ A carga prometia ser rápida e terrível. As colunas da cavalaria com cerca de 2.500 soldados, avançaram em acelerado contra os poucos batalhões paraguaios da ala direita, já tão dizimados nos embates anteriores. Serrano, que comandava o centro da posição paraguaia percebe a terrível situação dos batalhões da ala direita e utiliza suas últimas tropas de cavalaria no intuito de evitar o desastre. Suas tropas, cerca de 500 ou 600 soldados, foram repelidas e destroçadas, por um ataque da 3ª Divisão de Cavalaria, que compunham os elementos desta arma sob o comando do Barão do Triunfo. Ao mesmo tempo, a 2ª Divisão de Cavalaria destroçou dois Batalhões de Infantaria que foram lançados no combate por Serrano, em apoio a cavalaria. Em seguida, as duas Divisões de Cavalaria, tornaram a ocupar as alturas da colina e retomaram a posição de ataque contra os remanescentes da ala direita dos paraguaios para encetar a carga, que temporariamente fora suspensa para debelar a ação evasiva de Serrano.⁴¹⁰ O choque entre a cavalaria, descendo a colina e os quadrados paraguaios foi violentíssimo. “Encontraram-se, enovelaram-se, confundiram-se e quando cessou a épica refrega e os esquadrões se reformaram, não havia um quadrado em pé. Todos tinham sido esmagados pela avalanche fatídica”.⁴¹¹ Quando se rompe o quadrado, a luta torna-se individual ou em pequenos grupos. As desvantagens dos soldados de infantaria, em relação aos de cavalaria realçam-se. Os esquadrões brasileiros estavam armados com clavinas Spencer de carregar pela culatra com sete tiros, sem necessidade de recarga. Em razão destas situações – velocidade da carga; melhor armamento; impacto - o número de mortos foi

⁴⁰⁷ CERQUEIRA, 1980, p. 277.

⁴⁰⁸ ANTUNES, 2008. p.115.

⁴⁰⁹ Ibid., p.115.

⁴¹⁰ Ibid., p.115-117.

⁴¹¹ CERQUEIRA, 1980, p. 277.

enorme. A ala direita dos paraguaios, que lutara tão bravamente, estava destroçada. Poucos sobreviveram.

3.1.1 Envolvimento das tropas paraguaias em seu flanco esquerdo.

Por volta das onze horas e trinta minutos, cerca de duas horas e meia após iniciado o ataque, a batalha estava decidida. As tropas paraguaias – ala esquerda e centro -, assistiram praticamente inermes, impossibilitadas de fornecer auxílio, a destruição de sua ala direita. Lograram, entretanto, estabelecer uma segunda posição no topo da colina imediatamente limítrofe a primeira. Algum tempo depois, por volta das doze horas e trinta minutos, o Alto-Comando brasileiro, aventando a possibilidade de destruir completamente a unidade de Caballero, resolve apertar o cerco por sua direita (do Exército Brasileiro), para tanto coloca em combate a 1ª Divisão de Cavalaria, com seiscentos homens, apoiados por dois Corpos de Voluntários da Pátria (28º do Rio de Janeiro – Niterói -; e o 51º de Pernambuco).⁴¹² As unidades citadas deveriam atravessar o arroio Avaí, logo abaixo do local em que as tropas do 3º Corpo de Exército o haviam ultrapassado. No local escolhido, havia uma ponte e a linha do telegrafo que ligava Villeta à Assunção. Protegendo a passagem existiam duas unidades paraguaias, uma de cavalaria e outra de infantaria. Os soldados de infantaria estavam posicionados logo após a ponte e foram atacados prontamente por duas linhas de atiradores do 51º Corpo de Voluntários da Pátria. Este Corpo era, anteriormente, Batalhão de Polícia, que engajado no Exército fora ao iniciar-se a Guerra do Paraguai. Os paraguaios recuaram deixando no terreno onze mortos.⁴¹³ Já na margem esquerda do Avaí, os dois Corpos foram atacados por força de cavalaria. Formaram quadrado e repeliram os atacantes. Em seguida, as tropas de cavalaria brasileira contornaram os dois Batalhões em quadrado atacaram e destruíram os destacamentos paraguaios.⁴¹⁴ Abrindo-se a possibilidade de ataque aos elementos da ala esquerda do Exército Paraguaio, pela retaguarda e flanco.⁴¹⁵

⁴¹² FARIAS, Luiz Eduardo Lopes de. *5º Regimento de Cavalaria Mecanizado*: “Cavalaria da Legião de Tropas Ligeiras” 1775-2006. Quaraí: 5º Regimento de Cavalaria Mecanizado, 2006. Disponível em:< <http://www.decavalaria.com/index.php/coisas-de-cavalaria/livros/finish/18-livros/93-historico-do-5-r-c-mec>> Acesso em 14 jul. 2015. p.145.

⁴¹³ VILLAR. Alexandre Augusto de Frias apud DUARTE, 1990, v.3, t. IV, p. 94.

⁴¹⁴ DUARTE, 1987, v. 3. t. I, p.152-153.

⁴¹⁵ “A esse tempo [...], a 1ª divisão de cavallaria, passava da margem direita para a esquerda do Ipané, um pouco abaixo do ponto onde as tropas do 2º e 3º, corpos tinham transposto aquelle arroio, e, protegido pelos batalhões 28 e 51 de voluntarios, destroçava uma forza de 200 paraguayos que se tinha postado na linha telegraphica de Villeta. e flanqueava a esquerda do inimigo por aquelle lado.” (LIMA, 1872, P.118).

Com o caminho aberto o 1º Corpo de Exército, a 2ª Divisão de Infantaria lançou-se em apoio ao ataque da 1ª Divisão de Cavalaria. “Nos derradeiros momentos da luta, o General-chefe encaminhou o 1º Corpo, até então mantido em reserva, para o flanco direito em apoio à cavalaria de João Manoel.”⁴¹⁶ Movimentaram-se as tropas em busca de envolver e cercar o inimigo⁴¹⁷. Pode-se depreender que as tropas do 3º Corpo do Exército, não apenas atacavam violentamente a frente da linha de batalha paraguaia, como também várias unidades do Corpo realizavam manobras de cerco e, em alguns momentos, as tropas do 1º Corpo de Exército ficavam em proteção aos batalhões mais engajados no combate. Na Parte de combate assinada pelo Comandante do 26º Corpo de Voluntários da Pátria, organizado no Ceará, indica que o batalhão realizou o cerco pela retaguarda, posicionando-se entre as tropas paraguaias e a cidade de Villeta, impedindo a retirada das forças paraguaias para a cidade. Como ficou “em proteção”, não teve qualquer baixa. “[...] formei de alas e segui em proteção a um outro batalhão que perseguia o inimigo; vendo este desbaratado completamente, meti em linha. Continuei a marcha em acelerado; formando ultimamente coluna de ataque até Villeta.”⁴¹⁸

Em sua Parte, o comando do 1º Corpo de Exército descreve as ordens que recebeu e os objetivos que deveria atingir.

Achando-me então com a 2ª Divisão de Infantaria, sob o comando do Brigadeiro Salustiano Jerônimo dos Reis, fazendo a reserva dos 2º e 3º Corpos de Exército, que se achavam em porfiado combate, recebi da V. Exa. ordem para que, com a mesma Divisão, avançasse pelo nosso flanco direito, não só para proteger o movimento da 1ª Divisão de Cavalaria, que já se aproximava para carregar sobre o flanco esquerdo e a retaguarda do inimigo, como também envolvê-lo por esse lado, cortando desse modo a sua retirada por esse ponto, como V.Exa. também presenciou, pelo que não pode o inimigo ganhar as matas da margem esquerda do Rio Paraguai, por onde procurava evadir-se.”⁴¹⁹

Não se tratava de vencer uma batalha, mas de destruir as tropas inimigas, assim o cerco se fazia necessário para completar a obra de destruição planejada pelos comandantes brasileiros e, também, esperada com ardor por soldados e oficiais que combatiam desde o começo da guerra. O relato de um dos oficiais brasileiros que lutaram nesta batalha demonstra cabalmente o desejo de lutar em um campo aberto sem fortificações de monta. Em que as tropas pudessem “[...] demonstrar no campo de batalha o valor das armas brasileiras, que há

⁴¹⁶ DUARTE, 1987, v. 3 t. I, p.106.

⁴¹⁷ A 2ª Divisão de Infantaria foi reforçada, ainda, por dois batalhões o 12º e o 24º. (REIS, Salustiano Jerônimo dos apud DUARTE, 1989, v.3 t.III, p.62.)

⁴¹⁸ LISBOA, Pedro Jaime apud DUARTE, 1987, v.3, t. I, p.107.

⁴¹⁹ BITTENCOURT apud DUARTE, 1989, v.3 t. III, p.61.

mais de quatro anos procuravam um terreno em que, com facilidade, pudessem manobrar, como o que ontem encontraram.”⁴²⁰

Pode-se, assim, perceber que as unidades do 1º Corpo de Exército foram utilizadas para efetuar o cerco, não apenas na direita do Exército Brasileiro, mas barrando a retirada dos paraguaios em direção à Villeta, onde procuravam entrincheirar-se. Entre Villeta e os soldados paraguaios temos as tropas da 1ª Divisão de Cavalaria e, as tropas descansadas do 1º Corpo de Exército. Principalmente a 2ª Divisão de Infantaria, com duas Brigadas compostas por sete Batalhões, ou seja, cerca de 2.800 soldados. O sucesso do cerco pode ser mensurado pelo pequeno número de baixas da Divisão. Segundo a Parte do Comando do 1º Corpo de Exército, tiveram fora de combate 43 soldados, dos quais 5 mortos.⁴²¹

Sobre a atuação do 1º Corpo de Exército, assim se reportou seu comandante, na Parte por ele assinada, em Villeta, relatando que na manobra de cerco, suas tropas, estando “[...] ao alcance da metralha inimiga, desenvolvi-os em linha e, nessa ordem, avancei sempre pelo flanco direito, procurando envolvê-lo pela esquerda, e o introduzi em um círculo de ferro e fogo.”⁴²²

O flanco esquerdo dos paraguaios e sua retaguarda estavam hermeticamente vedados, impossibilitando qualquer retirada ou fuga.

3.1.2 Envolvimento das tropas paraguaias em seu flanco direito.

Enquanto as Divisões de Cavalaria, sob o comando do Barão do Triunfo realizavam a manobra de envolvimento pela direita paraguaia, o Comando do Exército Imperial resolveu ampliar a manobra de cerco lançando suas reservas de infantaria e parte da infantaria do 3º Corpo de Exército, em torno das dilaceradas colunas paraguaias. O 36º Corpo de Voluntários da Pátria, que fazia parte do 3º Corpo do Exército, logo após sofrer a carga de cavalaria paraguaia, à qual resistiu tenazmente, presenciou a chegada da cavalaria brasileira ao flanco direito paraguaio. A manobra que a cavalaria brasileira procurava realizar consistia em cercar as unidade já debilitadas dos paraguaios. A aparição de unidades de cavalaria, logo seguida por outra, obrigou à cavalaria paraguaia a empreender fuga tentando alcançar o centro da linha paraguaia, porém a manobra não pode ser realizada a contento, foram cercados e

⁴²⁰ BARRETO, José de Almeida apud DUARTE, 1988, v.3, t. II, p.141.

⁴²¹ REIS, Salustiano Jerônimo dos apud DUARTE, 1989, v.3, t. III, p.62.

⁴²² BITTENCOURT, Jacinto Machado apud DUARTE, 1989, v.3, t. III, p.61.

destruídos.⁴²³ O cerco se deu com os batalhões brasileiros à pequena distância em relação aos paraguaios, comprimindo-os em um espaço exíguo. O objetivo era o cerco e a destruição dos elementos do Exército Paraguai. As tropas do 2º Corpo de Exército, com a 5ª Divisão de infantaria, são unidades lançadas para obter este resultado. Esta divisão era composta por três Brigadas e onze Batalhões, com cerca de quatro mil homens. Quando a 10ª Brigada avança contornando a primeira colina e os capões de mato em busca do inimigo, já estavam quase cercados os combatentes do Exército Paraguai, sofrendo cargas da cavalaria brasileira que não lhes davam trégua. Os Batalhões da 10ª Brigada coadjuvaram com a cavalaria. No intuito de fechar os caminhos de fuga, “[...] marcharam o 47º pela esquerda e o 50º pela direita, como já disse, os quais apoiaram eficazmente as cargas, que nossas cavalarias fizeram ao inimigo, conseguindo profícuos resultados, [...] até o o lugar do completo cerco do inimigo.”⁴²⁴ A Parte do comandante do 23º Corpo de Voluntários da Pátria permite compreender que as unidades receberam ordens específicas para cercar o inimigo, evitar a fuga e reduzir o espaço em que poderia manobrar. Após iniciar o avanço pelo flanco direito “[...] marchamos nessa direção, logrando conseguir nosso intento, quando apertados por todos os lados, depois de cerca de três horas de combate, tiveram que ceder o campo [...] completamente derrotados!”⁴²⁵

A manobra de cerco pela esquerda do Exército Imperial, que se iniciara às dez horas e meia, segundo a Parte de Andrade Neves, finalmente dera os resultados esperados. Destruíra como vimos, a ala direita paraguaia, em tremenda carga e agora iniciava os ataques pela retaguarda e flanco dos paraguaios. Após reunir as forças, prepara novo ataque às colunas do inimigo, informa a Parte “[...] carreguei sobre o flanco e retaguarda da grossa coluna inimiga que se retirava na direção de Villeta, fazendo-lhe grande número de prisioneiros, ficando a linha de retirada dessas forças juncada de um sem número de cadáveres.”⁴²⁶

As ações conjuntas das três armas do Exército Imperial foram responsáveis por tal sucesso. O Comando do 2º Corpo de Exército, ao ver que às forças paraguaias só restava a retirada, envolve com seus batalhões o inimigo. Durante a retirada de sua segunda posição, os

⁴²³ “[...] mandei preparar contra a cavalaria, por se achar o Corpo formado em linha e em três fileiras, em cuja ordem recebo o choque da cavalaria inimiga, que logo se retirou em consequência do nutrido fogo feito por este Corpo e também pelo aparecimento de uma grande coluna de cavalaria nossa, pelo flanco esquerdo, que lhe ameaçava a retaguarda, e, aparecendo uma outra coluna de cavalaria nossa pelo flanco direito, ambas manobrando de modo a cercá-la, mandei avançar o Corpo em cadência acelerada a fim de, com a cavalaria, formar o cerco, o que permitiu Deus que se realizasse de modo o mais glorioso para as nossas armas, sendo totalmente cercada a coluna que pelo centro pretendia retirar-se.” (CUNHA JUNIOR, Francisco Manoel apud DUARTE, 1988, v. 3 t. II, p.195)

⁴²⁴ ALBUQUERQUE, Maranhão apud DUARTE, 1987, v.3, t. I, p. 26.

⁴²⁵ HOMEM, João Pinto apud DUARTE, 1987, p.25 v.3 t.I

⁴²⁶ NEVES, Andrade. Parte apud OSORIO, Joaquim Luís. História do General Osorio. v.2. 3ª ed. rev. Rio de Janeiro: Talagarça; Fundação Trampowsky, 2008. p. 674.

paraguaios entram em uma campina nas imediações de Villeta. As unidades paraguaias que restavam não suportaram mais do que uma hora, nesta fuga. Barreto, em sua Parte, assim se reporta sobre os derradeiros momentos da batalha, o inimigo, “[...] acabou por ser exterminado pela nossa cavalaria que, avançando sobre ele pela extrema esquerda do 2º Corpo, carregou, deixando o campo juncado de cadáveres, [...]”⁴²⁷ A 5ª Divisão de Cavalaria, coadjuvou nesse envolvimento. A Divisão conseguiu, “[...] envolver as forças inimigas, que foram completamente desbaratadas, ficando ali o campo juncado de cadáveres e prisioneiros em nosso poder.”⁴²⁸

Pode-se perceber que as Partes de Combate utilizam vocabulário padronizado, entretanto, o escritor ou escritores dos documentos oficiais ficaram impressionados com a quantidade de mortos em um espaço exíguo. Podemos concluir que em um pequeno espaço de terreno, o número de mortos e petrechos destruídos avultava. O caminho percorrido pelos paraguaios, em sua retirada, tornou-se uma via de horrores, com corpos desfigurados nos embates a arma branca, com mutilações causadas por espadas e lanças. Além de canhões, carretas e carros com o equipamento de guerra do inimigo.

Em Canas (216 a.C.), logo após a destruição da cavalaria romana e a fuga da cavalaria dos aliados dos romanos, Asdrúbal, lançou os numídios em perseguição a esses aliados. Em seguida, atacou a retaguarda da infantaria dos romanos, que já se achavam engajados e cercados, em seus flancos e no centro (frente). Asdrúbal fez manobra para completar o cerco. “Atacando as legiões romanas pela retaguarda e efetuando cargas sucessivas simultaneamente em vários pontos, Asdrúbal reergueu o ânimo dos líbios e levou o pânico e o desalento aos romanos.”⁴²⁹ As semelhanças com os acontecimentos da Batalha do Avaí nos permitem deduzir que, na Batalha de Canas, inspirou-se o Comando Brasileiro para realizar o ataque, cerco e destruição do exército contrário.

3.1.3 A resistência obstinada das tropas paraguaias.

Após se concretizar o cerco e realizar os ataques à retaguarda, com a cavalaria de Asdrúbal, os romanos estavam fadados à aniquilação. Suas tropas foram dizimadas e, os poucos prisioneiros eram, em sua maioria, os que estavam em acampamentos fortificados. Os

⁴²⁷ BARRETO, José Luís Menna. Parte apud OSORIO, Joaquim Luís. História do General Osorio. v.2. 3ª ed. rev. Rio de Janeiro: Talagarça; Fundação Trampowsky, 2008. p. 675.

⁴²⁸ CÂMARA, José Antônio Correa. Parte apud OSORIO, Joaquim Luís. História do General Osorio. v.2. 3ª ed. rev. Rio de Janeiro: Talagarça; Fundação Trampowsky, 2008. p. 677.

⁴²⁹ POLÍBIOS. História. Brasília: Universidade de Brasília, 1985. p. 331.

demais foram trucidados. Em Canas, os soldados estavam preparados individualmente com escudos e couraças para proteção contra golpes de espadas, adagas e lanças. Já na Batalha do Avaí, os soldados estavam utilizando uniformes sem proteção. Os combates do período se davam geralmente à distância, uma vez que a ciência de guerra havia introduzido formas mais modernas de destruir o inimigo. Canhões, balas de fuzis e clavinas faziam oferta para a morte. Porém, as circunstâncias, chuva e, provavelmente, ausência de serviço de intendência para entregar munições aos infantess, levaram ao confronto corpo-a-corpo. Deve-se ressaltar que devido ao grande número de efetivos da arma de cavalaria, estes foram utilizados para aniquilar os paraguaios cercados. E a cavalaria, como já vimos, estava magnificamente armada com clavinas de repetição, espadas, lanças e revólveres. O combate se deu, após o cerco, principalmente entre infante e cavaleiro.

Bormann (1897), descrevendo o momento em que se fechou o cerco, relata a tentativa desesperada de romper o cerco efetuado pelos remanescentes dos regimentos paraguaios. Escolhem pontos que julgam mais fragilizados, mas não logram obter sucesso. O cerco é estreito e em duas ou três linhas de brigadas. “A coragem do inimigo toca as raias do heroísmo com o desespero de se ver perdido. [...] O inimigo bate-se; bate-se sempre”⁴³⁰ Apesar de intimados a se render, os paraguaios mais bravos recusam a rendição. Diante da situação estabelece-se uma carnificina medonha! Cancogni e Boris (1974) descrevem a fase final da Batalha do Avaí com o termo “massacre”.⁴³¹ Os do exército vencedor intimam os inimigos à rendição e recebem em troca uma constante resistência! Segundo estes autores os paraguaios se dividiam entre os que continuavam combatendo, os que se resignavam com a sorte livrando-se de seus parques armamentos e colocando-se em posição de submissão e desalento, e os que pediam para ser poupados. Segundo eles ninguém foi poupado, eram pisoteados ou mortos por arma branca.⁴³² A descrição dada acima pelos autores citados é muito semelhante à feita por um oficial argentino que fez a guerra, mas não esteve presente na batalha. Quando ela ocorreu ele estava com as tropas que faziam frente à linha do Piquissirí. Garmendia (1884), de qualquer forma, esteve na guerra e poderia, em janeiro de 1869, percorrer o campo de batalha e obviamente entrar em contato com oficiais brasileiros e

⁴³⁰ BORMANN, 1897, p. 223.

⁴³¹ CANCOGNI, Manlio; BORIS, Ivan. *Solano López: o Napoleão do Prata*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. p. 219

⁴³² “Muitos paraguaios continuavam a disparar, a lançar golpes de sabres e baionetas; outros ajoelhavam-se, cobrindo o rosto com as mãos; os garotos agarravam às selas dos cavalos, pedindo clemência. Ao serem repelidos, rolavam uns sobre outros na lama e eram todos mortos a golpes de sabres ou esmagados sob os cascos dos cavalos. O massacre durou uma hora. Ninguém deu ordem de parar.” (CANCOGNI; BORIS, 1974. p. 219)

prisioneiros de guerra, em busca de informações. Afirma o oficial aliado que os pedidos de piedade eram negados e os soldados mortos, apesar de não opor resistência, mas o número de prisioneiros atesta que muitos se renderam e não sofreram violência. As vítimas aparentavam ao oficial Garmendia, que haviam sofrido ataques de felinos (tigres), tal o estado dilacerado dos corpos. As imagens do campo de batalha o atormentavam. “*Entonces se vio un espectáculo que horroriza mi recuerdo, y que cierro los ojos en vano para no ver ese campo de batalla.*”⁴³³

A batalha causa espanto em razão de suas peculiaridades, exércitos modernos que se defrontaram utilizando armas modernas e armas de contato direto. Os armamentos do Exército Imperial eram para combate à distância (canhões raiados, foguetes, fuzis com eficiência a grande distância – 500 a 800 metros -, clavinhas e revólveres); ao mesmo tempo os combatentes estavam armados com armamentos para combate corpo a corpo (espadas, baionetas, lanças e punhais). Conviviam antigos e novos meios de matar. Pernidji & Pernidji (2003) narram que o coronel Chodasiewicz, veterano das guerras de Secessão e da Criméia, e que fez a primeira parte da guerra no Exército Argentino e que se encontrava servindo no Exército Imperial, se espantara com o número desproporcional de mortos e com as circunstâncias em que se feriu a batalha. A batalha parecia-lhe anacrônica, medieval. “Centenas e centenas de infantas, lanceiros de arma branca em punho, a se enfrentar em batalha sangrenta, e cheia de horrores que como tais não se tinha notícia desde a Idade Média. Homens sem couraças cortam-se, amputam-se, sob um sol escaldante de 50 graus.”⁴³⁴

Segundo Bormann (1897) a situação foi terrível. “A carnificina, então, toma proporções extraordinárias.”⁴³⁵ Dentre os comandantes brasileiros, que lutaram na Batalha do Avaí e relataram as ações em Parte de Combate, o Coronel Araújo, que comandou a 9ª Brigada de Infantaria, em concordância com o exposto por Bormann, afirma que a resistência desesperada e heroica dos paraguaios, com muitos deles se recusando a se render, apesar do cerco imposto, levou a atos de selvageria desmedida. “A proporção que na extrema esquerda se operava essa carnificina, forçada pela resistência do inimigo, a nossa direita carregava igualmente e, em menos de 15 minutos, desapareciam as colunas inimigas [...]”⁴³⁶

⁴³³ GARMENDIA, 1884, p.84 v.2.

⁴³⁴ PERNIDJI, Joseph Eskenazi; PERNIDJI, Mauricio Eskenazi. *Homens e Mulheres na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Imago, 2003. p.154.

⁴³⁵ BORNMANN, 1897, p. 224.

⁴³⁶ ARAÚJO, Coronel Francisco Lourenço. Parte apud DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai: o Comando de Caxias*. v.3 t. III – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989. p.100.

Um exército em tal situação deveria se render, depor as armas, mas, como em Canas, as tropas cercadas não se renderam de imediato, lutaram até não possuírem forças e meios para qualquer resistência. Com este encarniçamento dos combatentes, o resultado foi um número de vítimas espantoso; o que nos leva a inquirir as razões deste engajamento tão furioso.

O contato entre os colonos portugueses e espanhóis, desde o início da colonização, pautou-se pela luta por dominar territórios em busca de riqueza rápida com ouro, prata ou pedras preciosas. Riqueza fácil e imediata. Posteriormente a este desejo, as necessidades mais imediatas dos colonizadores e dos homens de Estado levaram a formação de uma estrutura de produção voltada para exportação e subsistência das colônias. As frequentes tensões em torno das fronteiras e do uso comum dos rios da Bacia do Rio da Prata levaram as populações a desenvolver ressalvas em relação aos vizinhos. As Bandeiras levaram o terror às populações estabelecidas nas reduções jesuítas. As guerras, batalhas ou escaramuças tinham, na maior parte das vezes, caráter intransigente e os vencidos eram, geralmente, trucidados. Os conflitos constantes desorganizavam a estrutura de produção, deixando parte da população sem meios para subsistência. As populações eram obrigadas a deixar as áreas que habitavam em busca de paz e tranquilidade. Esses elementos, forças profundas, forjaram as mentalidades da população e dos homens de Estado, a Guerra do Paraguai parece ter conjurado todos os rancores e ódios armazenados durante três séculos. A explosão de ódios e desconfianças pode ser aferida na Batalha do Avaí. O encarniçamento dos contendores, em uns o receio de se render aos temíveis descendentes dos portugueses e as tropas de cavalaria gaúcha herdeiras dos lusos; e em outros a incompreensão do não acatamento da derrota por muitos paraguaios, mesmo quando a derrota é inevitável.

3.1.4 O 40º Batalhão paraguaio.

O desastre já ocorrera, o Exército Paraguaio sob o comando de Caballero estava irremediavelmente perdido. Diante da situação, o General Caballero ficou no centro do quadrado formado pelo 40º Batalhão de Infantaria Paraguaio, o único que ainda resistia aos ataques constantes da cavalaria brasileira e conseguia manter quadrado. Esta unidade evidentemente formou núcleo final de resistência, agregando em suas linhas efetivos

dispersos de outras unidades desbaratadas.⁴³⁷ A unidade, assim reforçada, tentava se retirar na direção de Villeta.

O batalhão acochado por todos os lados eventualmente paralisava sua morosa retirada toda vez que um regimento de cavalaria brasileira por ali operava para fazer frente às tropas atacantes. A temível cavalaria brasileira que enfrentava os paraguaios merece um registro sobre suas peculiaridades. Basicamente formada por Corpos Provisórios oriundos das milícias gaúchas, fez toda a guerra e nunca esteve tão poderosa como em dezembro de 1868. Afetos à guerra, raros eram os membros que não haviam participado de mais de uma batalha nas inúmeras revoluções que no Rio da Prata ocorriam amiúde. Em maio de 1869, Cerqueira (1980) esteve sob o comando do General Câmara e, na cidade de São Pedro se alojou em uma bela casa com seus dois *camaradas*. Não saqueou a casa e não deixou que o fizessem. Quando recebeu ordem para continuar a perseguição ao exército inimigo, a casa que desocupou foi invadida por soldados de um Corpo Provisório gaúcho. Descreveu-os sucintamente.

Havia oficiais, inferiores e soldados.

Alguns tinham barbas longas que lhes desciam até o peito, e cabelos trançados que chegavam quase à cintura. Seu guisamento era digno de nota: longas adagas de fortes punhos com virotes em cruz e bainhas de prata lavrada; chilenas de prata [...]; chapéu de feltro de abas estreitas [...]; *bombachas* vermelhas ou negras e ponches de bicunha de cores vivas [...]; espadas de *ferradura*, com três dedos de largura; lanças imensas de conto de prata ou de aço polido [...]; um par de pistolas à cinta [...]. Todos tinham *boleadeiras* [...].⁴³⁸

Impressionou vivamente o então jovem oficial do Exército Imperial o aspecto físico dos soldados da Guarda Nacional gaúcha e assim também mereceu destaque de Cerqueira. “Havia altos e robustos, claros de olhos azuis e cabelos alourados; outros morenos, musculosos, de cabeleireiras negras e lisas e barba rarefeita [...]. Um ou outro negro. Parecia uma cabila da Mauritània.”⁴³⁹ A casa foi saqueada e o que não interessava foi destruído. “Aqueles bárbaros, todos bravos e alguns de bom coração, julgavam o saque natural e muito lícito. Era a herança que lhes tinha ficado das raças de seus antepassados. Felizmente tais fatos eram raros.”⁴⁴⁰

Burton (2001) encontrou-se com um dos comandantes da cavalaria gaúcha. Talvez o mais célebre, o Barão do Triunfo. Andrade Neves impressionou Burton durante o encontro, em 1868. Descreveu o Barão como um homem com cerca de dois metros de altura com fama

⁴³⁷ CENTURIÓN, 1944, 230-231.

⁴³⁸ CERQUEIRA, 1980, p.302. Grifo do autor.

⁴³⁹ Ibid., p. 304.

⁴⁴⁰ Ibid., p. 304.

de ser o grande cavaleiro do país. “Homem algum foi mais pranteado e o Marechal Caxias chamou-o, muito justamente, de o ‘bravo dos bravos do Exército’ [...]”.⁴⁴¹

Quando chegou ao local em que manobrava o 40º Batalhão, o Barão do Triunfo determinou que elementos da 2ª Divisão de Cavalaria atacassem, simultaneamente, cada lado do quadrado formado pelo 40º e, os elementos que lhe engrossaram as fileiras. Os primeiros ataques foram repelidos, mas renovavam-se com maior vigor. Arthur Montenegro⁴⁴² assim descreve o embate final entre as duas formidáveis tropas:

O General, impaciente, colocou-se á frente de 3 esquadrões, carregou com vigor sobre uma face do quadrado, abrindo violentamente uma brecha naquele muro de baionetas, que ondulava na planície, resistindo valentemente. O batalhão perdeu então a formatura, dispersaram-se os esquadrões e um duelo de morte travou-se entre os lanceiros da 3ª Brigada e os infantes do 40. Naquele medonho fragor, em que só se ouvia o retintim das armas dominando a grita daquela massa confusa de homens e cavalos, que se enovelavam, atropelando-se, acutilando-se vertiginosamente em furibunda luta, caiu até o ultimo soldado da guarda do marechal [...]”.⁴⁴³

A batalha então se transformou em luta individual ou entre pequenos grupos. “E os cavalarianos vão acutilando o inimigo, aqui e ali, em lutas individuais, até cair ou se render o derradeiro homem.”⁴⁴⁴

Estava assim, encerrada a terrível batalha. “Senhores já do campo de batalha, por ele passamos, chegando às 3 e meia da tarde à povoação denominada Vileta, onde acampamos.”⁴⁴⁵ As tropas brasileiras obtiveram estrondosa vitória. Os paraguaios entregaram a posse do campo de batalha, todos os seus canhões, algumas bandeiras e permitiram que os brasileiros ocupassem Vileta, ou seja, conclui-se com sucesso o objetivo que se tinha imposto. “Era noite. Numa área de um hectare achavam-se amontoados mais de três mil e quinhentos cadáveres paraguaios. Naquela massa sanguinolenta, misturada com lama e castigada pela chuva, era difícil distinguir o velho do garoto, o oficial do soldado.”⁴⁴⁶

3.1.5 A Batalha do Avaí e a teoria militar.

⁴⁴¹ BURTON, 2001, p. 328.

⁴⁴² MONTENEGRO, J. Arthur. Nota apud OSÓRIO, Joaquim Luis; OSORIO Fº, Fernando Luís. *História do General Osório*, Vol. 02. Rio de Janeiro: Talagarça Fundação Trompowsky, 2008. p. 681.

⁴⁴³ MONTENEGRO apud OSORIO; OSORIO, 2008, p. 681.

⁴⁴⁴ ANTUNES, 2008, p.117

⁴⁴⁵ HOMEM, Comandante João Pinto. Parte apud DUARTE, 1987, p.25 v.3 t.I

⁴⁴⁶ CANCOGNI; BORIS, 1974. p. 219

É necessário que se faça breve análise sobre a manobra que o Exército Brasileiro realizou na Batalha do Avaí. Além das semelhanças com as manobras realizadas na Batalha de Canas (216 a.C.), também devemos realçar que as medidas tomadas pelo Alto-Comando do Exército Imperial estavam de acordo com os princípios que orientavam as medidas que os comandantes deveriam tomar durante as batalhas. Os grandes exemplos eram Napoleão que cerca de meio século antes havia implantado modificações em seu exército e as guerras da Criméia e de Secessão, que ocorreram em época muito próxima do período da Guerra do Paraguai. Em relação aos estudos sobre as Guerras Napoleônicas, entre outras, era relativamente recente a publicação da obra *Da Guerra*, de Carl Von Clausewitz, que tivera sua primeira edição, em alemão, em 1832. Jaceguai (2011), que fez a guerra como oficial da Armada Imperial, informa que o General Mitre enviou para o Almirante Tamandaré dois volumes com os relatórios sobre as operações militares fluviais da Guerra de Secessão. Jaceguai leu-os com avidez, o mesmo não ocorrendo com o Almirante, que denotava certo desprezo aos estudos sobre a guerra, se apoiando exclusivamente na inspiração momentânea.⁴⁴⁷ Mas o aspecto que nos interessa no relato, é que os oficiais brasileiros estavam em contato com documentos que descreviam operações similares às que iriam realizar. A Academia Real Militar, contava com a disciplina de História Militar, em conjunto com Estratégia e Tática, desde 1839, apesar de estar incluída no currículo desde o ano de 1810. “A preocupação de estudar a História Militar surge, como disciplina voltada para a formação de oficiais da Força Terrestre, no momento da criação da Academia Real Militar, impressa no Decreto de 1810.”⁴⁴⁸ Os regulamentos do exército com regras de conduta, número de soldados por unidade, exercícios, castigos e outras disposições, eram os feitos pelo Conde de Lippe⁴⁴⁹, com algumas alterações propostas pelo, então, Marquês de Caxias em 1862.

Logo após a Batalha de Itororó, o Alto-Comando Brasileiro agregou às suas tropas a cavalaria que ainda estava no Chaco. Marchou para Villeta com todos os elementos que podia arregimentar. E lançou na batalha todos os seus efetivos. Assim, o comando do Exército Imperial utilizou tudo o que podia dispor na Batalha do Avaí, estando de acordo com o

⁴⁴⁷ JACEGUAI, 2011, p. 158.

⁴⁴⁸ MACHADO, Cap. Elton Licério Rodrigues. A evolução do ensino de História Militar no curso de formação de oficiais combatentes do exército brasileiro. IN: *ANAIS DO ENCONTRO DE HISTORIADORES MILITARES*, 1, Resende. *Anais...* Rio de Janeiro: CEPHiMEx, 2012. p. 70-93.

⁴⁴⁹ Dionísio Cerqueira relata que ao se alistar no exército, antes do Decreto que criou Voluntários da Pátria, jurou bandeira e leram os 29 artigos do Conde de Lippe. Segundo ele “[...] o oficial que lia os célebres artigos, mirava-me de soslaio, com ar de mofa, como que dizendo: -‘Vê, desgraçado, o que te espera’. [...] não conhecia o perigo daquelas 29 espadas de Dâmocles, suspensas sobre a minha cabeça”. (CERQUEIRA, 1980, p. 50).

princípio de *Economia de Forças* conceituado por Clausewitz (1979). Nos momentos iniciais da batalha, estavam engajadas no combate, as tropas dos 2º e 3º Corpos de Exércitos. Mesmo com a batalha já decidida, o comando lançou na luta suas tropas que até então estavam em reserva. Ao utilizar o 1º Corpo de Exército, unidade em reserva, faz utilização do conceito de *Economia de Forças*, em que o pressuposto é que tropas ociosas são tropas em dissonância com sua utilidade, assim, não utiliza-las é situação mais indesejada do que utiliza-las de maneira inapropriada.

Uma destas características simplificadas, ou auxílios à análise, é assegurar-se sempre de que todas as forças estejam envolvidas - sempre para garantir que nenhuma parte de toda a força fique ociosa. Se uma parte da nossa força estiver posicionada onde não esteja suficientemente ocupada com o inimigo, ou se as tropas estiverem em marcha - isto é, ociosas - enquanto o inimigo está combatendo, então essas forças estão sendo administradas de uma maneira não econômica. Neste sentido estão sendo desperdiçadas, o que é ainda pior do que empregá-las inadequadamente. Quando chega o momento do combate, a primeira exigência deveria ser de que todas as partes devam agir. Até mesmo a tarefa menos apropriada ocupará alguma parcela das forças do inimigo e reduzirá a sua força total, enquanto que tropas completamente inativas estarão temporariamente neutralizadas.⁴⁵⁰

Em contrapartida, o Comando Paraguai, lançou uma diminuta coluna contra as tropas imperiais enquanto mantinha tropas na linha fortificada do Piquissirí. No último instante, enviou alguns batalhões⁴⁵¹ de sua reserva em reforço, mas chegaram após a batalha estar decidida e com o agravante de não ter efetivos para a necessidade. Centurión (1944) descreve o envio destas tropas à Villeta, onde se feria o embate, “[...] *pero este terminó antes de su llegada, lo que demuestra que la determinación del Mariscal fue tardía.*”⁴⁵² Durante a guerra, o Comando Paraguai, em diversos momentos, deixou tropas em reserva durante batalhas ou arriscava suas tropas em partidas arriscadas que tinham pouca chance de obter decisivo sucesso. Algumas ações denotam a mais desesperada coragem! Por exemplo, o ataque de canoas contra couraçados.⁴⁵³ Obviamente os soldados que o ousaram morreram em sua maioria.⁴⁵⁴ “*Alineó i tripuló sus canoas, unió sus proas por medio de cabos resistentes, de dos a dos, guardando la distancia convenida; ocupó el centro del rio, i se dejó llevar suavemente*

⁴⁵⁰ CLAUSEWITZ, 1979, p.242.

⁴⁵¹ Quatro batalhões, segundo O’Leary. O’LEARY, 1970, p.287.

⁴⁵² CENTURIÓN, 1944, p. 232.

⁴⁵³ THOMPSON, 1978, p.206-207.

⁴⁵⁴ Thompson estima em 200 mortos, dentre 288 atacantes. Ibid., p.206-207.

por la corriente [...].⁴⁵⁵ Centurión (1944), cita que quando estavam se concluindo obras de fortificação nas Lomas Valentinas, López viu tropas brasileiras no Chaco e, perguntou se algum oficial queria atacar as posições brasileiras que, como vimos anteriormente, eram bem estabelecidas. “¿Quién de Vos. Se anima a ir castigar a aquellos esclavos?”⁴⁵⁶ Os atacantes se resumiam a dois batalhões e milícias. Um oficial se dispôs a realizar o ataque, mas observando o vulto das tropas não o efetuou. Os dois exemplos que apresentamos, permitem perceber que a prática de usar pequenas unidades em confrontos desproporcionais, era constante. Como López frequentou Cortes europeias, é bem provável que tenha entrado em contato com teorias militares que estavam então em voga de que estas partidas ou pequenos golpes, podiam desestimular o inimigo a continuar a guerra ou, levar a vitória final. Críticas a este sistema podem ser encontradas em Clausewitz (1979), pois ele questiona a

[...] teoria altamente sofisticada que supõe ser possível que um método especialmente criativo de infligir pequenos danos diretos às forças do inimigo leve a uma grande destruição indireta, ou que pretende provocar, por meio de golpes limitados mas habilmente aplicados, uma tal paralisia das forças do inimigo e um tal controle da sua força de vontade que venha a se constituir num significativo atalho para a vitória?⁴⁵⁷

A maneira como o Alto-Comando organizou o ataque, forçando o centro e lançando uma coluna de cavalaria pela direita e outra pela esquerda, com esforço principal por este último flanco e, em seguida apertando o cerco ao lançar tropas de infantaria e artilharia nos dois flancos para evitar a fuga de unidades dos paraguaios, demonstra que os comandantes, em certo momento da batalha, perceberam a possibilidade não apenas em derrotar o inimigo, mas em destruir os adversários. Caxias, ao propor destruir as tropas paraguaias seguiu o princípio básico que fundamenta os objetivos da batalha. Para Clausewitz (1979), o ato de entrar em combate, o engajamento, visa destruir o inimigo. Assim descrevia o objeto, “[...] o propósito do engajamento como sendo a destruição do inimigo. Tentamos provar que isto é verdadeiro na maioria dos casos e em grandes combates, uma vez que a destruição das forças do inimigo deve ser sempre a consideração predominante na guerra.”⁴⁵⁸ Quando as primeiras unidades, destinadas a forçar as tropas foram seriamente debilitadas (unidades da 3ª Brigada), lançou imediatamente tropas frescas em socorro e/ou substituição de suas unidades.

⁴⁵⁵ GODOI, Juan Silvano. *El asalto a los acorazados: el comandante José Dolores Molas*. 2.ed. Asunción: Ricardo Rolón, 1992. p. 6.

⁴⁵⁶ CENTURIÓN, 1944, p. 207.

⁴⁵⁷ CLAUSEWITZ, 1979, p.260.

⁴⁵⁸ Ibid., p.262

“Gradualmente as unidades envolvidas são destruídas e, quando não sobra mais nada além de cinzas, são retiradas e outras tomam o seu lugar.”⁴⁵⁹

Mesmo que os membros do Estado-Maior não tenham entrado em contato com as considerações de Clausewitz, provavelmente sobre a Batalha de Canas, devem ter tomado conhecimento ou a mesma tenha sido objeto de estudo. Na suposição de que isto não tenha ocorrido, Clausewitz alerta que existe um instinto que leva a proteger a retaguarda e a atacar a do inimigo. Originando uma “[...] determinação instintiva na condução da guerra, e principalmente nos engajamentos, grandes e pequenos, para proteger a nossa retaguarda e obter o controle da do inimigo. O instinto provém do próprio conceito de vitória [...]”⁴⁶⁰

Quando se efetuou o cerco das tropas paraguaias, o cerco deu-se com área restrita. O terreno exíguo em que os paraguaios ficaram cercados é um dos elementos responsáveis por terrível carnificina. “O risco de ter que lutar em duas frentes, e o risco ainda maior de ver a sua retirada interceptada, tendem a paralisar o movimento e a capacidade de resistir e afeta assim o equilíbrio entre a vitória e a derrota.”⁴⁶¹ A maneira completa em que se deu o cerco levou os paraguaios a serem acossados não por dois lados, mas por quatro lados, não lhes restando qualquer espaço para que pudessem efetuar fuga, o que elevou extraordinariamente o número de mortos, feridos e prisioneiros. Apenas duzentos puderam se safar. O cerco e os ataques pela retaguarda fizeram terrível estrago. Nesta situação “[...] em caso da derrota eles aumentam as perdas e podem elevá-las ao seu limite extremo - à aniquilação. Uma ameaça à retaguarda pode, portanto, tornar uma derrota *mais provável*, bem como *mais decisiva*.”⁴⁶²

Nos casos em que os flancos são contornados, os efeitos da batalha são mais devastadores. As baixas podem se tornar intoleráveis e quebrantar a fibra da tropa.

Finalmente, deve ser evidente que o efeito de uma vitória será maior nos casos em que o vitorioso for numericamente superior e tiver utilizado a sua superioridade para contornar o flanco do inimigo ou para obrigá-lo a mudar a sua frente, do que naqueles em que o vitorioso era o lado mais fraco.⁴⁶³

Não acreditamos ser possível que unidades sem capacidade, coragem e vigor possam ganhar batalhas. Sobre os posicionamentos, que criticam uma pretensa falta de

⁴⁵⁹ CLAUSEWITZ, 1979, p.257

⁴⁶⁰ Ibid., p.267

⁴⁶¹ Ibid., p.267

⁴⁶² Ibid., p.267. Grifo do autor.

⁴⁶³ Ibid., p.301.

combatividade, da maior parte das tropas imperiais durante o maior período da guerra, o General Prussiano tem uma curiosa afirmação sobre quem pode ganhar uma batalha. “Todo engajamento é um teste sangrento e destruidor da força física e moral. Quem possuir a maior soma das duas no fim será o vencedor.”⁴⁶⁴ Sobre este aspecto, o que leva determinada tropa a ganhar uma batalha, Tolstói⁴⁶⁵ tem uma contribuição, que em certa medida, se coaduna com as considerações de Clausewitz:

Kutuzov sabia que o que decide o destino das batalhas não são nem as medidas tomadas pelo general-em-chefe, nem as posições ocupadas pelos soldados, nem o número dos canhões e dos mortos, mas essa força inapreensível que se chama “o moral das tropas” e que ele procurava descobrir e dirigir na medida do possível.⁴⁶⁶

Outro aspecto é sobre a proporção entre os efetivos das diferentes armas do exército, no caso, as três armas. O Exército Brasileiro, que combateu em Avaí, tinha os seguintes efetivos: Infantaria – 13.393; cavalaria – 4.100 e; artilharia – 26 peças e 428 artilheiros. Teremos 1,37 peças a cada mil soldados e a cavalaria corresponde a um terço do total de infantaria. Os exércitos europeus que Clausewitz estudou apresentavam, em média, a seguinte relação: Artilharia – “[...] dois ou três canhões para cada mil homens [...]”⁴⁶⁷; e cavalaria – de um quarto a um sexto da infantaria.⁴⁶⁸

Por fim, em quantas partes se divide um exército? Para ele, apesar de considerar o assunto pedante, considera oito um bom número. Grosso modo é a organização de batalha do Exército Brasileiro em Avaí.

Podemos ir até oito, que em nossa opinião é o número ideal para qualquer exército, admitindo que sempre será necessária uma parte para a vanguarda, três para o corpo principal - uma ala direita, o centro e uma ala esquerda - duas para reserva e uma para ser enviada para a direita e outra para a esquerda. Seria pedante insistir nestes números. Ainda assim, em nossa opinião eles refletem o padrão normal, o mais comum, de disposição e, conseqüentemente, um sistema de articulação conveniente.⁴⁶⁹

⁴⁶⁴ CLAUSEWITZ, 1979, p.265

⁴⁶⁵ TOLSTÓI, Leon. *Guerra e Paz*.v.3. Porto Alegre: L&PM, 2011.

⁴⁶⁶ *Ibid.*, p.989.

⁴⁶⁷ CLAUSEWITZ, 1979, p.335

⁴⁶⁸ *Ibid.*, p.333

⁴⁶⁹ CLAUSEWITZ, 1979, p.338.

A manobra realizada, cerco e ataque à retaguarda, é a que melhores resultados dão ao exército atacante no objetivo geral de destruição das tropas inimigas. No caso, resultou no desaparecimento das tropas que se confrontaram com o Exército Imperial. As proporções das tropas e das peças de artilharia encontram-se dentro dos parâmetros de um exército que ultrapassou a linha inimiga, deixando parte de sua artilharia defronte a posição inimiga, levando para a retaguarda da posição peças de campanha. A cavalaria sobrepujava as médias detectadas por Clausewitz, em relação à infantaria, mas o autor especula que seja impossível determinar uma proporção exata. Pode-se inferir que o Exército e a Estratégia e a Tática utilizada eram eficientes para os padrões militares da época.

3.1.6 A Batalha do Avaí: baixas dos exércitos.

O número de baixas na batalha são aterradores. O Exército Paraguaio fragmentou-se defronte ao Exército Imperial e a violência atingiu patamares extraordinários. Segundo o Barão do Rio Branco, entraram em combate 18.893 homens e 26 peças e os paraguaios contavam com, cerca de, 5.000 homens e 18 peças. As baixas, segundo o mesmo autor foram de 297 mortos em um total de 1.729. As baixas paraguaias chegam a 3.600 mortos, com um total de 5.000.⁴⁷⁰ Cerca de 200 conseguiram fugir e se apresentar nas Lomas Valentinas.⁴⁷¹

Na Batalha de Königgrätz, em 03 de julho de 1866, entre prussianos e austríacos (com aliados saxões), o número de combatentes ultrapassava os quatrocentos mil. Duzentos e vinte e um mil prussianos, com 702 peças e duzentos e quinze mil austríacos, vinte e três mil saxões aliados com 650 peças. Os prussianos estavam armados com fuzis de retrocarga e os austríacos com fuzis de antecarga. Apesar do poder de fogo o número de mortos é relativamente pequeno quando comparado com os efetivos e armamentos utilizados na Batalha do Avaí. Estima-se que morreram 1.935 prussianos e 5.793 austríacos.⁴⁷²

Outra batalha decisiva, a Batalha de Sedan, em 01 de setembro de 1870, entre franceses e prussianos e aliados, contou com os seguintes efetivos: os primeiros alinharam

⁴⁷⁰ RIO BRANCO, 1946, p.590. Para calcular as baixas utilizamos efetivo de 5.500 paraguaios.

⁴⁷¹ VERSEN, 1976, p. 140.

⁴⁷² WIKIPEDIA. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Battle_of_K%C3%B6niggr%C3%A4tz Acesso em: 23 jul. 2015; GRUBER, Stephan. *The final decisive battle against Prussia*. Disponível em: <<http://www.habsburger.net/en/chapter/final-decisive-battle-against-prussia?language=en>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

120.000 soldados e 564 peças e, os segundos 200.000 soldados e 774 peças. As baixas foram 2.320 prussianos e 3.000 franceses mortos.⁴⁷³

O percentual de mortos em cada batalha demonstra a ferocidade em Avaí. Em Sedan o total dos mortos corresponde a 1,66% dos efetivos em combate; em Sadowa a 1,68% e; em Avaí a 15,98% dos efetivos engajados. Verificando o número de mortos, em relação ao efetivo em combate, por exército, teremos a seguinte relação: em Sedan – franceses 3% e prussianos 1%; em Sadowa – austríacos 2% e prussianos 1%; em Avaí – brasileiros 2% e paraguaios 65%.

Os números de mortos, em relação ao total, de austríacos, brasileiros, franceses e prussianos são similares; já os números relativos paraguaios são dissonantes e extraordinários demonstrando não apenas o acerto da estratégia e tática brasileira, mas também a determinação dos dois combatentes em prevalecer suas determinações. As duas batalhas europeias, revelam-se decisivas. Batalhas que decidiram uma guerra, devido a superioridade demonstrada pelo adversário. Após a Batalha do Avaí, porém, novas batalhas, igualmente mortíferas se realizarão, sem, contudo, quebrar a resistência dos homens de Estado nem da população paraguaia.

3.2 A ECONOMIA BRASILEIRA QUE SE MANIFESTA A PARTIR DA ANÁLISE DA BATALHA DO AVAÍ

É possível analisar e compreender a economia de um determinado país a partir do estudo de uma Batalha? É possível entender a complexidade e variedade de atividades sociais e econômicas de uma sociedade a partir dos elementos engajados em uma batalha? As tropas engajadas representam todos os segmentos de uma sociedade? Nos momentos que antecederam a batalha, o Exército Imperial fez longa perseguição ao Exército Paraguaio, entre Humaitá e Palmas. Pode-se observar os meios de locomoção adotados e a logística para abastecimento da tropa, além dos meios utilizados para os sucessivos acampamentos efetuados. Para efetuar o ataque, necessário se fez transportar as tropas (20 mil homens) de um lado para outro do rio Paraguai, utilizando-se a Armada Imperial, permitindo verificar o estágio de desenvolvimento do elemento naval. Construiu-se uma estrada em um tremedal, com atuação destacada da engenharia do Exército Imperial. Durante a batalha, as armas, os

⁴⁷³ WIKIPEDIA. Disponível em: <[https://en.wikipedia.org/wiki/Battle_of_Sedan_\(1870\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Battle_of_Sedan_(1870))> Acesso em: 23 jul. 2015.

uniformes, a artilharia, a cavalaria, enfim os petrechos utilizados pelos soldados podem indicar o grau de desenvolvimento do exército e, conseqüentemente, do país?

Ao narrar os acontecimentos da Batalha do Avaí, nos deparamos com os meios de transportes utilizados pelas tropas em sua perseguição aos paraguaios logo após a queda de Humaitá. Foi possível constatar que os meios utilizados, foram, basicamente, os calcantes dos infantes, cavalos, carretas com tração animal e navios da Esquadra Imperial. A esquadra foi utilizada, principalmente, para transpor os inúmeros rios da região. Apenas o 2º Corpo de Exército foi transportado em navios da esquadra entre Humaitá e Palmas.

Descrevemos também os alimentos utilizados pelas tropas, com base em descrições de viajantes, diplomatas, oficiais que durante o conflito visitaram ou lutaram nos exércitos envolvidos.

Fizemos esforços para descrever a situação geral do fardamento e tendas/barracas que foram utilizadas; os petrechos, as armas portáteis, canhões e foguetes em sua utilidade e eficiência.

Como vimos, Keegan (1995) considera que entre as principais dificuldades que os comandantes devem resolver, estão os aspectos relacionados a “[...] como alimentar, abrigar e movimentar um exército.”⁴⁷⁴ O Exército Imperial resolveu a contento essas dificuldades, pois seus esforços possibilitaram a vitória na Batalha do Avaí. Acatando-se esses elementos como cruciais, podemos inferir que, em 1868, o Exército que resolveu essa demanda com maior eficiência, levou ampla vantagem sobre o Exército inferiorizado. Assim, pode-se depreender que a capacidade de produzir ou adquirir alimento, mobilidade e fornecer abrigo possibilita melhor condição para se chegar à vitória.⁴⁷⁵

O Império no afã de atender as necessidades de abastecimento de suas Forças Armadas, em ação no Paraguai, fez esforços para ofertar aos combatentes o que de melhor existia em termos bélicos na época. Parte do abastecimento foi produzido internamente e parte foi importada. Neste ato de prover os meios para abastecimento (comprando ou produzindo), podemos encontrar elementos que nos permitem inferir os estágio do desenvolvimento econômico do Império.

O Império, em 1868, assentava sua economia no velho tripé de produção embasada no escravismo, no latifúndio e na monocultura, para produção de bens primários destinados ao abastecimento do mercado externo. Tendo essas características predominantes, como resolveu

⁴⁷⁴ KEEGAN, 1995, p. 79.

⁴⁷⁵ “A supremacia logística por si mesmo raramente vence uma campanha contra um inimigo decidido [...]. Todavia a máxima Napoleônica acaba prevalecendo: a vitória fica finalmente com os grandes batalhões [...].” (KEEGAN, 1995, p.319).

o problema de abastecimento de suas tropas? Qual a origem dessas tropas? Como se obteve o meio financeiro necessário para abastecer essas tropas?

3.2.1 Meios para o transporte

Dos meios de transportes citados, o meio naval/fluviál pode, a nosso ver, demonstrar uma faceta interessante da produção de bens no Brasil em 1868 e nos anos imediatamente anteriores. Um país com população agrária, com 87,73% de analfabetos, em 1872⁴⁷⁶, foi capaz de produzir navios de combate com a tecnologia mais avançada do período, mesmo sem ter tradição industrial. Os navios possuíam couraça de ferro; possuíam tração mista (vapor/velas) ou apenas vapor, com máquinas fabricadas no Brasil; movidos com hélice (e não roda de pás no costado) e artilharia colocadas em torres giratórias ou em casamatas a meia nau, geralmente com metade dos canhões raiados.

Os rios, rotas de conflitos, tantas vezes utilizados como vias para transporte de tropas, novamente foram utilizados como rotas principais para ataque e defesa. Em 1868, as Forças Armadas Brasileiras eram abastecidas, essencialmente, por navios mercantes contratados pelo Império e por navios de guerra da Armada Imperial. Excetuando os transtornos causados por fortalezas no rio Paraguai – Curupaiti, Humaitá, Timbó (bateria) e Angostura -, a Armada Imperial singrava impunemente esses rios e o Atlântico. Mas o abastecimento não foi afetado. O transporte de tropas, seu abastecimento e comunicações jamais foi contestado.

O Império, em 1864, quando da invasão paraguaia, dispunha de “45 navios de guerra; ao terminar, esse número havia subido para 94, sem contar os que se perderam.”⁴⁷⁷ Moitrel (2010) informa que a maior parte deles tinham propulsão a vapor e contavam com mastros para aproveitamento do vento. Doze deles não contavam com propulsão a vapor. Os navios, não apresentavam condições ideais para combate em rios. “Para a navegação nos rios era essencial a propulsão a vapor, e muitos não tinham o calado apropriado para a navegação dos rios Paraguai e Paraná.”⁴⁷⁸

⁴⁷⁶ PEREIRA, Lupércio Antonio. Entre o livre-comércio e o protecionismo: uma reflexão sobre os dilemas do desenvolvimento brasileiro no século XIX. In: PRIORI, Ângelo; PEREIRA, Lupércio Antônio (Orgs.). *Dilemas do Desenvolvimento Brasileiro*. Ideias, política e economia no Brasil do século XIX. Curitiba: Instituto Memória, 2009. p.39.

⁴⁷⁷ FIGUEIRA, Divalte Garcia. *Soldados e negociantes na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas FFLCH-USP : FAPESP, 2001. p. 99.

⁴⁷⁸ MOITREL, Mônica Hartz Oliveira. *A logística naval na Marinha imperial durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:< <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp155235.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2015. p. 75.

Contava o Império, portanto, com grande número de navios em sua Armada, em que pese sua pouca eficiência para atuar em águas rasas, devido ao seu calado mais apropriado aos mares, logo bloquearam e dominaram os rios da Bacia do Prata, uma vez que os navios paraguaios foram destruídos ou colocados em defensiva.⁴⁷⁹ Porém, para ultrapassar as fortalezas ribeirinhas, navios de madeira seriam ineficientes, sendo necessário a construção e compra de unidades em ferro ou encouraçadas.

O Império, desde a década anterior (1850), entre outras razões, em virtude dos atritos com o Paraguai por delimitação de fronteiras e livre-navegação no rio Paraguai, buscava reestruturar suas Forças Armadas. Podemos destacar a aquisição de novas armas portáteis para a infantaria; novos canhões raiados para a artilharia embarcada ou não; a missão de Joaquim Marques Lisboa para aquisição de navios na Europa e; a viagem de Napoleão João Baptista Level da Armada Imperial para Europa em busca de conhecimentos técnicos.⁴⁸⁰ Além disso, o Arsenal de Marinha da Corte estava em ampliação com novas carreiras para construção e reparos de navios na Ilha das Cobras.

Os navios que participaram das operações de transporte das tropas imperiais do Chaco para San Antonio⁴⁸¹ no início de dezembro de 1868 e que participaram dos esforços para o abastecimento e comunicações entre as tropas acima e abaixo das linhas do Piquissirí foram, basicamente, os seguintes: Encouraçados – *Bahia, Silvado, Lima Barros, Brasil e Cabral*, comprados na Europa e; Encouraçados – *Tamandaré e Barroso*; Monitores – *Ceará, Piauí, Rio Grande, Pará e Alagoas*, fabricados no Brasil. Doze navios, sete construídos em arsenais do Império.

O encouraçado *Brasil* havia sido encomendado, na França alguns meses antes do início do conflito com o Paraguai.⁴⁸² A França, se declarando neutra, impediu a saída do encouraçado de Toulon, bem como a contratação de marinheiros.⁴⁸³ Os diplomatas brasileiros na Europa foram instruídos a liberar o navio, a contratação de marinheiros, a compra na

⁴⁷⁹ Batalha de Riachuelo, 11 de junho de 1865. Ver DORATIOTO, 2002, p.146-152.

⁴⁸⁰ MARTINI (2014) citando o Ministro da Marinha Manoel Vieira Costa. MARTINI, Fernando Ribas de. *Construir navios é preciso, persistir não é preciso: a construção naval militar no Brasil entre 1850 e 1910, na esteira da Revolução Industrial*. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-23012015-103524/>>. Acesso em: 12 jan. 2016. p. 77.

⁴⁸¹ BITTENCOURT, Luiz Edmundo Brígido. O “segundo dia D” da Guerra do Paraguai: o desembarque nas barrancas de Santo Antônio. In: *Revista Marítima Brasileira*. V.129. n. 01/03 Jan/Mar. 2009. p. 107-122. p.118.

⁴⁸² MARTINI, 2014, p. 105.

⁴⁸³ Ficou pronto de dezembro de 1864 e entregue em março de 1865. MARTINI, 2014, p.109;117.

França de material bélico e o trânsito de petrechos adquiridos em outros países.⁴⁸⁴ Um dos argumentos do barão de Penedo, diplomata brasileiro encarregado de resolver o caso, é de que a neutralidade francesa poderia seguir o mesmo conceito que a Bélgica adotara durante a Guerra da Criméia. “Sua neutralidade consistia em fornecer artigos bélicos a todos os beligerantes. E uma informação oficial dava a cada um dos beligerantes conhecimento regular do fornecimento feito aos outros.”⁴⁸⁵ O argumento foi acatado, não sem algumas frivolidades para tal, e o navio e a contratação de marinheiros para atravessar o Atlântico até o Rio de Janeiro foi liberada.

Os encouraçados *Cabral* e *Colombo*⁴⁸⁶ foram adquiridos na Inglaterra, com recursos de um empréstimo.

O Império, também, conseguiu adquirir cinco encouraçados – *Lima Barros*, *Bahia*, *Silvado*, *Herval* e *Mariz e Barros*⁴⁸⁷ - que os paraguaios haviam encomendado, antes do apresamento do *Marques de Olinda*, quatro na Inglaterra e um na França.

Para a aquisição de belonaves em estaleiros europeus, como podemos observar, necessitava-se de dinheiro. O conceito de neutralidade ao cintilar do metal alargava-se de acordo com o poderio financeiro e a disposição de gastá-lo. Mendonça (2013) citando um general famoso - talvez o mais famoso -, lembra o apreço humano por ouro. “Para vencer a guerra – afirmava Napoleão – são necessárias três coisas: dinheiro, ainda dinheiro e mais dinheiro.”⁴⁸⁸ O Brasil não detinha os valores para aquisição dos navios, mas possuía crédito. Os capitalistas da Inglaterra possuíam dinheiro. O barão de Penedo conseguiu um empréstimo em 1865. “Em 12 de setembro, Penedo assinou o contrato com os Rothschilds, a cuja frente se achava ainda o velho barão Lionel. Por um empréstimo de 5 milhões de libras, o Brasil deveria pagar um valor nominal de 6 milhões e 963 mil libras...”⁴⁸⁹. Bethell (1995) aventa a possibilidade de que esse empréstimo foi utilizado para pagamento de material bélico, “[...] usado, como foi sugerido, para comprar navios de guerra [...]”.⁴⁹⁰ Figueira (2001) citando o senador Souza Franco, que em discurso em maio de 1866 criticou duramente o empréstimo de 1865, afirmava que a maior parte das libras foram consumidas na Europa. Segundo o senador

⁴⁸⁴ MENDONÇA, Renato Fermino Maia de. *Um diplomata na corte de Inglaterra: o Barão de Penedo e sua época*. Brasília. 2ª reimp. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2013. p. 180-184.

⁴⁸⁵ *Ibid.*, p.181.

⁴⁸⁶ O *Colombo* não participou diretamente da ação do dia 05 de dezembro de 1868 (desembarque em San Antonio).

⁴⁸⁷ O *Herval* e o *Mariz e Barros* não participaram diretamente do desembarque em San Antonio.

⁴⁸⁸ Napoleão *apud* MENDONÇA, 2013, p. 187.

⁴⁸⁹ MENDONÇA, 2013, p. 191.

⁴⁹⁰ BETHELL, Leslie. O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 269-285, ago. 1995. ISSN 1806-9592. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8879>>. Acesso em: 28 jan. 2016. p. 282.

“[...] pequena soma veio para o Brasil.”⁴⁹¹ Os paraguaios haviam convencido os estaleiros que tinham capital e estavam dispostos a convertê-lo em navios. Porém, não conseguiram se apossar dos preciosos navios. Duas situações permitiram a venda de navios encomendados por um e entregues a outro beligerante: o bloqueio imposto ao Paraguai e a atuação da diplomacia brasileira junto às Cortes e capitalistas europeus. Os longos anos de isolamento paraguaio e a ganância dos donos de estaleiros e banqueiros foram fundamentais e contribuíram para a definição da venda para o Império. Como os navios eram encomendados sob medida para os rios da Bacia do Prata, provavelmente os construtores de navios ficaram preocupados em ficar com os produtos encalhados.

3.2.2 O Império e a produção de navios encouraçados

Os contatos entre hispano-paraguaios e luso-brasileiros foram repletos de desconfianças e guerras, como procuramos demonstrar no primeiro capítulo. Dentre outras divergências, a partir da década de 1860, o governo paraguaio – López – exigia uma maior participação nos assuntos relacionados ao Prata. Os diplomatas brasileiros, aparentemente, não davam muito crédito às ações dos paraguaios, pelo menos os destacados para atuar em Assunção. Menezes (2012) descreve a atuação – ou a ausência - de um cônsul brasileiro que chegou em Assunção em 1853, saindo de lá, a pedido dele, pois sentia-se ameaçado (“vigiado”) e, apesar de sair de lá apenas no início da década de 1860, não relatou nada que alarmasse o governo imperial. “Ou, é também provável, como ocorrera em outros momentos, não se dava importância ao Paraguai.”⁴⁹²

As relações diplomáticas entre o Império e o Paraguai se dão logo no início da história independente dos paraguaios e, desde 1824 mantém um cônsul em sua capital. Doratioto (2002) relembra que o Brasil manteve representação diplomática no Paraguai mesmo antes deste país proclamar ou se declarar independente formalmente. Entre 1824 e 1829, um cônsul brasileiro por lá atuou. Para solucionar a questão dos limites o presidente paraguaio havia proposto os parâmetros indicados no Tratado de Santo Ildefonso. O cônsul propôs outro critério baseado no conceito de *uti possidetis* para definir os limites entre a República e o Império, o que desagradou o mandatário paraguaio. Foi expulso por Francia. O conceito defendido pelo diplomata brasileiro previa que

⁴⁹¹ FIGUEIRA, 2001, p. 62.

⁴⁹² MENEZES, Alfredo da Mota. *A guerra é nossa: a Inglaterra não provocou a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Contexto, 2012. p.64.

[...] caberia a cada país o território que efetivamente estivesse ocupando por ocasião da independência, e assim seriam brasileiras as terras decorrentes do expansionismo colonial português. As relações brasileiro-paraguaias deterioraram-se rapidamente, a ponto de Francia expulsar o cônsul brasileiro em 1829.⁴⁹³

Após treze anos sem comunicação entre o Império e o Paraguai, Carlos López solicitou que o Império reconhecesse a independência do Paraguai em 1842. Dois anos após, chega o Encarregado de Negócios brasileiro a Assunção. O diplomata José Antônio Pimenta Bueno conseguiu assinar acordos com o Paraguai, talvez o mais importante tratasse sobre o uso dos rios compartilhados pelos dois países e sobre os limites. Pimenta Bueno acatou o princípio anteriormente solicitado por Francia, que previa o uso dos limites propostos pelo Tratado de Santo Ildefonso. “Assinou-se, ainda, um Tratado [...], pelo qual a República restauraria o domínio paraguaio sobre aproximadamente 200 mil quilômetros quadrados, que se encontravam nas mãos de brasileiros.”⁴⁹⁴ Apesar do representante do Império ter assinado proposta recusada anteriormente por um cônsul, o Império recusa-se a assinar tal proposta.

As relações entre Paraguai e o Império continuam tensas na década de 1850. O governo paraguaio relacionava a livre navegação no rio Paraguai a aceitação, pelo Império, dos limites no rio Branco. Doratioto (2002), tratando destas tensas relações que quase levaram à guerra, relata a assinatura de um acordo suspendendo os entraves a navegação e as negociações sobre limites por seis anos.⁴⁹⁵ Apesar da assinatura do tratado que permitia a livre navegação no rio Paraguai, o governo guarani continuava a criar obstáculos a navegação de barcos de bandeira brasileira. Assim, o governo imperial, envia José Maria da Silva Paranhos, para estabelecer contatos e assinar protocolos e tratados com Buenos Aires e a Confederação para garantir alianças militares ou a neutralidade deles em um possível conflito com os paraguaios. O enviado brasileiro, um influente diplomata, chegou em janeiro de 1858 em Assunção “Ali já circulavam, de modo conveniente, os rumores do protocolo assinado entre o enviado imperial e o governo da Confederação, o que levou Carlos López a adotar uma posição de prudência e a aceitar as pretensões brasileiras quanto à navegação.”⁴⁹⁶

Três anos após, em 1861 Carlos López declara ser impossível manter a paz com o Império. A conversa se deu com o Encarregado de Negócios Brasileiro Antonio Pedro de Carvalho Borges. López afirma “[...] que não tinha esperança de viver em paz com o Brasil e

⁴⁹³ DORATIOTO, 2002, p.24.

⁴⁹⁴ Ibid., p. 27.

⁴⁹⁵ Ibid., p. 32-33.

⁴⁹⁶ DORATIOTO, 2002, p. 35.

que essa idéia o atormentava. A tensa situação levou esse diplomata [a se declarar], [...] ‘incapaz’ para a função [...] e solicitou sua remoção tão logo fosse possível.”⁴⁹⁷ Antes de ser transferido o diplomata apresentou um protesto ao governo paraguaio por movimentação de tropas paraguaias em território em disputa.⁴⁹⁸

Enquanto se desenvolvem as tensas relações entre os dois países, o Império havia iniciado um programa para aparelhar a Armada Imperial de meios navais mais modernos e, também navios próprios para a navegação nos rios da Bacia do Prata. Uma das ações foi a compra de navios na Europa movidos por propulsão mista (a propulsão com vapor e vela). “Como consequência do decreto 667 de 26 de janeiro de 1850, que estabeleceu um programa de aquisição de meios para a Armada, uma série de navios de guerra dotados de máquinas a vapor foi encomendada à Inglaterra”.⁴⁹⁹ Outra ação adotada foi o início de construção de navio de guerra com moderna configuração (vapor/sem roda de pás) no Arsenal de Marinha da Corte. “A ruptura das relações diplomáticas com o Paraguai (1853) reforçou o fomento para a renovação do Poder Naval, em 1857 iniciou a construção da Corveta *Niterói*.”⁵⁰⁰ Especificamente sobre a tensa relação com o Paraguai, considerando a possibilidade de deflagração de uma guerra, o Ministro de Assuntos da Marinha enviou carta ao Almirante Tamandaré, lhe delegando a missão de aquisição de navios com configuração apropriada para enfrentar fortalezas no rio Paraguai. Dentre as características destacam-se “[...] pequeno calado e, como os conflitos anteriores demonstraram necessário, estrutura reforçada com couraça em face da existência de muitos fortes nas margens do rio [...]”⁵⁰¹ Os navios deveriam ter couraça e propulsão mista com hélice. O Ministro é específico sobre suas intenções ao solicitar esforços para adquirir baterias flutuantes, uma vez que elas “[...] auxiliarão fortemente um ataque ao Humaitá pelo lado do rio [...]”⁵⁰² A carta é de outubro de 1857, demonstrando que se os diplomatas que estavam em Assunção não se preocupavam com os paraguaios, o Ministro da Marinha se preocupava a ponto de determinar a aquisição de navios e/ou baterias flutuantes para um ataque ao forte de Humaitá.

Os navios adquiridos na década de 1850, na Inglaterra, permitem que o comando da Marinha Imperial verifique o bom funcionamento dos navios e a necessidade de adquirir conhecimento técnico para o Brasil sobre as novidades na construção naval que ocorriam na Europa, em especial na França e na Inglaterra. Para desenvolver a produção naval, o Império

⁴⁹⁷ Ibid., p. 37.

⁴⁹⁸ Ibid., p. 38.

⁴⁹⁹ MARTINI, 2014, p. 74.

⁵⁰⁰ MOITREL, 2010, p.64.

⁵⁰¹ Ibid., p.64-65.

⁵⁰² SARAIVA apud MOITREL, 2010, p.131-133.

enviou para a Europa oficiais com o intuito de desenvolver a instrução sobre elaboração de projetos de navios encouraçados e para a fabricação de motores a vapor.⁵⁰³ Com o retorno dos engenheiros enviados para a Europa, estes logo demonstraram sua habilidade adquirida em estaleiros europeus.⁵⁰⁴ A corveta *Niterói* é fruto desta iniciativa. A corveta já dispõe de partes feitas com ferro e, talvez o principal, o motor a vapor fora fabricado no Arsenal de Marinha da Corte. “A historiografia indica que a *Niterói* já incorporava peças de ferro em sua estrutura, provavelmente inaugurando o sistema compósito no Brasil, mas enfatiza, principalmente, a sua máquina a vapor construída no próprio Arsenal.”⁵⁰⁵

No começo da década de 1860 retornam a Europa os engenheiros responsáveis pelos projetos dos navios e da construção de motores a vapor. Neste período, o Ministro da Marinha envia um oficial para analisar os diversos sistemas de artilharia naval e escolher os que iriam artilhar os navios da Armada Imperial. “O canhão que a Marinha optou, como resultado desses estudos foi o de sistema *Whitworth*, e Baptista foi considerado o introdutor e defensor desse tipo de canhão na Marinha [...]”.⁵⁰⁶

As alterações não se deram apenas no campo intelectual, com a formação de quadros da Marinha Imperial aptos a elaborar os projetos de navios encouraçados, construí-los e dotá-los de tração (a vapor/mista) e armamentos modernos. Buscou a Armada Imperial ampliar os meios de produção e reparo de navios. Martini (2014) destaca as melhorias no Arsenal de Marinha da Corte, com ampliação, na Ilha das Cobras de sua estrutura. O Dique Imperial, foi primordial, pois permitia o reparo de navios com dique seco. O primeiro da América do Sul. Foi também construído uma nova seção para abrigar uma serraria a vapor. Esta serraria fora adquirida na França. Obras situadas “[...]em frente ao Arsenal que se espremia entre o morro do Mosteiro de São Bento e a Baía de Guanabara, [...]. O dique foi inaugurado em setembro de 1861 e a serraria entrou em funcionamento no início de 1863.”⁵⁰⁷ Além da estrutura física, comprou-se na Europa os equipamentos necessários para a produção de navios encouraçados e sua manutenção. “Máquinas e equipamentos vieram do estrangeiro para aparelhar o Arsenal, [...]”.⁵⁰⁸

⁵⁰³ MARTINI, 2014, p. 77.

⁵⁰⁴ “Assim como o já mencionado engenheiro Napoleão Level, mandado à Europa no início dos anos 1850 para estudar a construção de navios, Gomes de Matos e Braconnot foram mandados ao velho continente na mesma época, para estudar a construção de máquinas a vapor.” (MARTINI, 2014, p.83)

⁵⁰⁵ Ibid., p.78.

⁵⁰⁶ Ibid., p. 85.

⁵⁰⁷ MARTINI, 2014, p.87.

⁵⁰⁸ FIGUEIRA, 2001, p.100.

Com o início das hostilidades, em novembro de 1864, a Marinha Imperial não possuía os meios adequados para o combate contra as fortalezas às margens do rio Paraguai. Apesar dos navios de madeira, de pequeno calado, terem sido suficientes para desbaratar a Marinha do Paraguai, para ataque às fortalezas não seriam adequados. Assim, no começo de 1865, o Arsenal de Marinha da Corte inicia a construção de dois encouraçados e de suas máquinas a vapor. As canhoneiras *Tamandaré* (754 toneladas) e *Barroso* (1.354 toneladas) foram construídas em tempo exíguo. Em junho, o primeiro foi lançado ao mar e o segundo em novembro do mesmo ano. Foi possível a construção graças a aquisições na Inglaterra de equipamentos e matérias-primas sem as quais seriam impossíveis a construção dos dois encouraçados. Assim, “[...]conseguiu-se encomendar na Europa as primeiras máquinas e ferramentas para fabricar chapas de couraça de ferro e adaptá-las aos costados dos navios, além de um martinete a vapor de 5 toneladas.”⁵⁰⁹ A ausência de força de trabalho especializada para o Arsenal continuava crônica. Já na década de 1840, se vira o Arsenal na obrigação de contratar operários de outras nacionalidades. “Foi necessário, principalmente a partir de 1845, contratar mais operários e mestres estrangeiros para compensar a falta de mão de obra especializada no país, como fundidores, modeladores, ferreiros, torneiros e caldeiros belgas.”⁵¹⁰ Segundo Martini (2014) duzentos operários do Arsenal de Marinha da Bahia foram transferidos para o Arsenal de Marinha da Corte. As canhoneiras foram construídas em carreiras que foram instaladas na Ilha das Cobras. As instalações da Ilha das Cobras estavam em funcionamento a pouco tempo.⁵¹¹

De acordo com Martini (2014), os arquivos sobre a construção dos encouraçados foram perdidos, provavelmente queimados, em revoltas, ou para abrir espaço nos arquivos.

Infelizmente, os poucos detalhes que se sabe hoje dos métodos e materiais de construção desses navios, assim como das decisões e especificações de seus projetos, são interpretações a partir de encomendas de artigos e assuntos tratados em relatórios, avisos, cartas e ofícios esparsos dos Inspetores do Arsenal e do engenheiro Level, [...].⁵¹²

A construção das canhoneiras encouraçadas *Tamandaré* e *Barroso* foram fruto da pressa. A necessidade imperiosa de meios mais modernos de combate naval levaram a produção das belonaves com a maior rapidez possível. Já para a construção dos demais

⁵⁰⁹ Ibid., p.120.

⁵¹⁰ Ibid., p.80.

⁵¹¹ Ibid., p.121.

⁵¹² MARTINI, 2014, p.124.

navios que participaram diretamente da transposição do Exército Imperial da margem direita para a margem esquerda, teve maior acuidade na elaboração dos projetos. No final de 1866, os comandantes e oficiais da Armada Imperial responderam questões para apontar suas críticas aos modelos de navios até então utilizados e, a partir destas respostas, os projetistas do Arsenal de Marinha da Corte elaboraram os projetos. “Um questionário chegou a ser submetido a comandantes e oficiais dos navios então em operação, no final de 1866, para embasar decisões de projeto para futuras construções [...]”⁵¹³ Os oficiais envolvidos apontaram a necessidade de diminuir a abertura utilizada para disparar o canhão. Provavelmente, os ataques das baterias paraguaias que atingiram o *Tamandaré*, penetrando pela abertura do canhão influenciou esta diretiva. Optou-se também pela utilização de torre giratória para acomodar o canhão. Os demais navios tinham bateria central em casamata com canhões sem possibilidade de alteração de ângulo de tiro, “[...]e a maioria das respostas apontava as vantagens demonstradas pelas belonaves dotadas de torres conteiráveis (giratórias) para a artilharia [...]”⁵¹⁴ O calado e tamanho dos navios foram projetados para atender as necessidades específicas da zona de combate. Para Martini (2014), os monitores tinham praticamente todos os itens de construção originários do Brasil. Devido a pequena industrialização do país, as chapas de metal utilizadas para encourçar os monitores eram originárias da Europa. Destaque para os equipamentos que faziam girar a torre e o avanço na concepção de uso de motores e hélices.

O dispositivo para giro da torre, as caldeiras, máquinas e acessórios foram obras do Arsenal e, diferentemente dos três encouraçados construídos antes, que eram equipados com uma única máquina a vapor, conectada a um único eixo e hélice, os novos monitores receberam duas máquinas acionando os eixos de dois hélices.⁵¹⁵

A construção se deu na Ilha das Cobras em carreiras que lá foram instaladas devido o uso das carreiras do continente. Os projetos traziam o cabedal de experiências adquiridas. “Projetados para um calado de apenas um metro e meio e deslocamento inferior a 350 toneladas, características sob medida para navegarem em áreas difíceis do rio Paraguai, tiveram suas quilhas batidas no mesmo dia: 8 de dezembro de 1866.”⁵¹⁶ Em maio de 1867 já estava pronto o primeiro monitor nos meses seguintes foram colocados à disposição da Armada Imperial outros dois. Os outros três foram lançados no primeiro semestre do ano

⁵¹³ Ibid., p.132.

⁵¹⁴ Ibid., p.132.

⁵¹⁵ Ibid., p.132.

⁵¹⁶ MARTINI, 2014, p.130.

seguinte. “Em maio, agosto e outubro de 1867, foram lançados os monitores *Pará*, *Rio Grande* e *Alagoas*, respectivamente. Em janeiro, março e maio de 1868, o *Piauí*, o *Santa Catarina* e o *Ceará*.”⁵¹⁷ Das belonaves apenas, o *Santa Catarina* não participou diretamente do transporte de tropas no início de dezembro de 1868.

Como não poderia deixar de ser, uma vez que o trabalho escravo ocorria nas mais variadas atividades econômicas, no Arsenal também contava-se com trabalhadores submetidos à escravidão.⁵¹⁸

Sobre os navios de combate utilizados no transporte de tropas para San Antonio, podemos verificar algumas situações que denotam algumas características da economia imperial naquele momento. Primeiro, devemos ressaltar que, apesar das advertências em 1857 e solicitação do Ministro da Marinha para aquisição de belonaves capazes de enfrentar as condições dos rios da Bacia do Prata, isto não se verificou. Ao iniciar a guerra, o Império não contava com navios apropriados para enfrentar fortalezas fluviais. Parte dos navios não se prestavam, devido o calado para operações nos rios – principalmente o Paraguai. Não existiam na Armada navios encouraçados, apenas se tinha encomenda de um navio que estava em construção na França. Ações de modernização, apesar do tamanho restrito das operações, verificaram-se como alicerces para a construção em estaleiros da Marinha de unidades capazes de fazer frente às necessidades. O envio de alguns engenheiros e oficiais de artilharia para estudos na década de 1850 e no início da década de 1860 para a Europa, revelou-se certo. Esses oficiais, com os conhecimentos adquiridos, tiveram a possibilidade de elaborar projetos e construir não apenas navios, mas máquinas a vapor essenciais para a atuação em rios. Apesar da incipiente indústria, foi possível construir monitores com grande parte de materiais oriundos do Império. Apenas as couraças foram importadas. A força de trabalho necessária para a construção dos navios foi sempre escassa. Viu-se obrigado o Arsenal de Marinha da Corte a importar da Bahia muitos trabalhadores, além disso lançou mão do uso de força de trabalho escravo. Deve-se destacar a salutar atitude de solicitar informações dos combatentes (oficiais que atuavam no *front*) da Marinha Imperial, o que permitiu melhorar os projetos e atender especificamente as necessidades do momento. As fortalezas paraguaias ribeirinhas, em especial Humaitá e Angostura, não lograram efetuar grandes estragos nas belonaves encouraçadas, denotando o acerto na elaboração dos projetos.

3.2.3 O Império, a indústria e o uso de outros meios de transporte naval e fluvial

⁵¹⁷ Ibid., p.130

⁵¹⁸ Ibid., p.80-81.

Para a manutenção das tropas nas margens do rio Paraguai não contou o Exército Imperial, apenas com as belonaves citadas até o momento. O restante da Armada Imperial, inclusive os navios de guerra de grande calado, além de numerosos navios fretados pelo governo faziam a rota de abastecimento. A rota ligava os centros de abastecimentos – Europa, EUA, Rio de Janeiro, Buenos Aires, Montevidéu e províncias argentinas – a linha de frente.

Figueira (2001), descrevendo o instante inicial do conflito, em que o governo Imperial não mediu esforços para estabelecer rota contínua de abastecimento e comunicação fretando inúmeros navios para fazer o trajeto, assim relata este alvorecer. Da Corte para o Prata e de lá para a guerra. “E logo numerosos navios, a vapor e a vela, uns fretados outros pertencentes ao Estado, estavam ligando o Rio de Janeiro às cidades de Montevidéu e Buenos Aires. [...] navios de menor calado subiam os rios [...] direção ao teatro das operações militares.”⁵¹⁹ Citando o visconde de Ouro Preto, que exerceu o cargo de Ministro da Marinha, Figueira (2001) informa que Ouro Preto, lembrando aqueles momentos percebeu que não havia periodicidade para o envio de navios para o Prata. Informa Ouro Preto que regularizou tal situação determinando dias para partidas de navios da Corte para o Prata e em sentido contrário. Segundo Ouro Preto, os navios zarparam dias 15 e 30 de cada mês, possibilitando boa comunicação e abastecimento. De acordo com o Ministro da Marinha, “[...]foi possível reduzir uma grande parte das despesas com os fretes, a Esquadra passou a ser perfeitamente abastecida e, ainda, era possível receber notícias com frequência e segurança.”⁵²⁰

Moitrel (2010) traz informação semelhante, citando o Ministro visconde de Ouro Preto. Moitrel, porém relativiza a informação do Ministro Ouro Preto ao citar o Diário de Inhaúma, que aponta quebra na rotina das embarcações destinadas a executar a viagem. “Apesar dessa afirmativa de Ouro Preto verifica-se no Diário de Inhaúma que em certos momentos ocorreram quebra de continuidade no recebimento das correspondências tanto oficiais quanto particulares, algumas tendo chegado com atraso de mais um mês, [...]”⁵²¹

Moitrel (2010) identifica inclusive quais navios deveriam executar o trajeto.

Assim, estabeleceu-se uma linha de transporte quinzenal, zarpando simultaneamente os vapores da esquadra para a capital e desta para o lugar onde se achasse o navio almirante, nos dias 15 e 30 de cada mês. Os vapores que fizeram esse serviço foram: *Isabel*, *Vassimon*, *Apa* e *Marcílio Dias*. Tinham escala em Corrientes para entrega e recebimento de correspondência, e em Montevidéu para receberem carvão. Ficavam de

⁵¹⁹ FIGUEIRA, 2001, p.117.

⁵²⁰ Ibid., p.119.

⁵²¹ MOITREL, 2010, p.78.

reserva o *Leopoldina*, para substituir qualquer falta e empregar-se no reboque dos navios a vela, que transportavam gêneros, e o *Werneck* para trazer a Corte despachos urgentes, quando fosse preciso.⁵²²

O Relatório da Repartição dos Negócio da Guerra de 1869, relativo às atividades do ano de 1868 e do início de 1869, apontava dentre os navios encarregados de levar materiais bélicos (uniformes) para abastecer as forças do Império, dezesseis navios (vapores) utilizados para suprir esta demanda. Segundo o Relatório, pelo menos uma vez por mês um dos navios se deslocava da Corte para o teatro de operações. O mês com maior número de viagens foi fevereiro de 1869, com cinco viagens. Ao todo, foram registradas 33 viagens de abastecimento. Os navios mais utilizados foram o *Galgo* e o *São José*, com quatro viagens cada. Não há partidas com a mesma data, o que demonstra não ocorrer viagens com rotina certa, denota-se que as viagens davam-se para atendimento de requisições de equipamentos bélicos sem periodicidade.⁵²³ Dentre os navios citados como membros periódicos das viagens de abastecimento e comunicação, encontramos no Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra de 1869, relativo ao ano de 1868, quatro: *Isabel* (07/09/68; 21/10/68 e; 27/02/69); *Vassimon* (12/12/68); *Marcílio Dias* (07/01/69) e; *Werneck* (13/02/69).⁵²⁴ Podemos concluir que além do trabalho rotineiro para a Marinha, exerciam também atividades para o Arsenal de Guerra.

O número de navios fretados é tão expressivo, que geram críticas contundentes à prática. Em 1866, o então Ministro da Marinha Silveira Lobo foi ao Senado solicitar uma ampliação dos créditos para seu ministério. A organização não era primorosa, pois o Ministro não soube responder questionamentos básicos como: quantos navios estavam fretados e o custo deles. “Interpelado pelos senadores, admitiu que não sabia - não sabia! - o número de navios fretados pelo governo, nem os preços, nem o uso que se lhes dava.”⁵²⁵

Senadores fizeram uma série de críticas aos gastos com fretamento de navios. O barão de Cotegipe afirmava que os navios partiam com porões às moscas. Teófilo Otoni dizia que o governo pagava 10 contos de réis de aluguel mensal por navios que valiam 35 contos de réis.⁵²⁶

⁵²² Ibid., p.77-78.

⁵²³ BRASIL, 1969, p.110.

⁵²⁴ Nome do vapor e a data em que teriam singrado os mares.

⁵²⁵ FIGUEIRA, 2001, p.118.

⁵²⁶ COTEGIPE; OTONI apud FIGUEIRA, 2001, p.118.

Apesar da grande necessidade de produção de bens exigidos pela Marinha Imperial, a indústria nacional privada não logrou acompanhar o crescimento. Parte significativa das encomendas foram feitas na Europa ou fabricadas no próprio Arsenal de Marinha da Corte.⁵²⁷

3.2.4 Meios para vestir, alimentar e abrigar.

A produção ou aquisição de uniformes para um exército em operações, em local muito distante de suas bases e tradicionais formas de abastecimento, sempre foi uma dificuldade para a intendência de qualquer comando de exército, em qualquer período da história. O transporte dos arsenais do Império até o *front* de uniformes, barracas, armamentos e munições foi resolvido com a produção, aquisição e fretamento de navios. Em mapa contendo cálculo sobre efetivos do Exército Imperial, datado de 25 de abril de 1868, consta um efetivo total de 25.844 homens.⁵²⁸ Número próximo ao que atravessou o rio Paraguai em direção a San Antonio, iniciando a ofensiva que resultou, entre outras, na Batalha do Avaí. Considerando as variações dos efetivos normais em um conflito, podemos depreender que durante o ano de 1868 o desafio foi manter abastecido de armas e munições, alimentação (etapa), vestuário (uniformes) e abrigo (principalmente barracas) cerca de vinte e cinco mil homens.

O Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra de 1868, com dados de toda a guerra, desde 1865 até abril de 1868, apresenta um relatório assinado pelo chefe do almoxarifado do Arsenal de Guerra da Corte, sobre os uniformes enviados para o Exército Imperial no Paraguai entre janeiro e dezembro de 1867. As tropas estavam munidas de ampla variedade de itens de vestuário. Além do que recebeu em 1867, o Exército também recebeu itens do uniforme durante o ano de 1868. Em Relatório da mesma Repartição relativa ao ano de 1868, temos uma descrição dos fardamentos enviados do Arsenal de Guerra da Corte para as tropas que combateram no Paraguai em 1868.

Blusas, de três tipos distintos – brim, pano e baeta -, totalizaram 126.150 (57.854) unidades⁵²⁹; foram enviados 57.500 (48.697) “bonets”; as calças – de brim ou pano – alcançaram a cifra de 127.040 (133.717) unidades; camisas, de algodão e flanela (brim), totalizaram 153.650 (91.800); capotes alvadios 9.200 (31.200) unidades; 5.676 (2.668) sobrecasacas de brim, de caçadores e de infantaria; e 19.875 (29.400) gravatas de couro. Além dessas peças de vestuário foram enviadas 4.750 (23.100) mantas de lã e 6.000 (11.205)

⁵²⁷ MARTINI, 2014, p.140.

⁵²⁸ BRASIL. *Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra 1868*. Rio de Janeiro: Diário do Rio de Janeiro, 1868. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-ministerio-guerra/720950>>. Acesso em: 12 mar. 2015. p.437.

⁵²⁹ O primeiro número relativo a 1868 e o segundo – entre parênteses – relativo a 1867.

ponches. Para proteção dos pés 28.520 pares de “cothurnos” e 66.400 (11.000) pares de sapatos.⁵³⁰ Além desses itens, em 1867, foram também enviados 2.080 ceroulas, 1.937 capas para “bonets” 1.493 divisas, 2.291 fardetas e 14.422 pares de meias.

Pelo vulto das entregas podemos entender que as tropas encontravam-se bem aparelhadas no que concerne aos uniformes. Caso tenham sido distribuídas, não vemos razões para que isto não tenha acontecido, as tropas estavam bem vestidas. Os mapas de envio de uniformes atestam a boa impressão causada em viajantes estrangeiros, como vimos anteriormente.

Para a obtenção destas peças de uniforme, o Império lançou mão, em um primeiro momento, de aquisições de grande porte no exterior, principalmente na Europa. O diplomata brasileiro na França, barão de Penedo, se locomoveu para Londres onde fez vultosa compra de materiais bélicos e, em maio de 1865, enviou correspondência para o Ministro de Estrangeiros dando conta das aquisições. Dentre as aquisições, pode-se verificar na carta de Penedo “[...] 20.000 capotes [...]”⁵³¹ As aquisições não se limitaram a um país e, obviamente, as quantidades eram enormes. “As quantidades solicitadas, evidentemente, eram sempre muito grandes: cinqüenta mil pares de sapatos, cinqüenta mil camisas, [...], cinco mil barracas etc.”⁵³²

No ano de 1868, já sem a urgência, o Arsenal de Guerra da Corte continuava sem poder prover o Exército Imperial em todas as suas necessidades. Continuava a utilizar fornecedores do Brasil e do exterior. Segundo o Relatório da Repartição dos Negócio da Guerra de 1869, a maior parte dos fardamentos eram oriundos de encomendas efetuadas pelo dito Arsenal. Apesar de produzir parte de suas necessidades [de uniformes], grande parte da encomenda “[...] foi manufacturada fora das officinas do arsenal, por contractos celebrados, á vista de amostras e modelos [...], com indivíduos que se propozerao, uns a mandar fazer taes artigos mesmo no paiz, e outros a encommenal-os para Europa.”⁵³³

Os fardamentos foram comprados, em sua maioria, na Europa. Os primeiros uniformes adquiridos no Brasil tinham péssima qualidade e preços muito elevados. Os empresários brasileiros aproveitaram o ensejo para ampliar os lucros.⁵³⁴ Para Figueira (2001) o governo imperial, devido a impossibilidade de manufaturar os uniformes, cedia a confecção para terceiros. A prioridade era dada às viúvas e familiares (filhos) de combatentes que pereceram

⁵³⁰ Para dados de 1867 ver BRASIL, 1868, p. 355 e, para 1868 ver BRASIL, 1869, p. 110.

⁵³¹ PENEDO apud MENDONÇA, 2013, p.188.

⁵³² FIGUEIRA, 2001, p. 62.

⁵³³ BRASIL, 1869,p.28-29.

⁵³⁴ Ver FIGUEIRA, 2001, p.62-64.

na guerra ou a familiares de militares. Assim, solicitava que para manufaturar “[...]fosse dada preferência às viúvas e aos órfãos dos que tivessem falecido em consequência da guerra, e também às famílias dos que se achavam a serviço da guerra. Muitas pessoas tiravam disso seu sustento.”⁵³⁵

A ganância, a ausência de escrúpulos com a aplicação de recursos públicos dos agentes do governo e dos empresários levou o governo a comprar a maior parte dos uniformes na Europa. Até mesmo a matéria-prima para a confecção no Arsenal de Guerra da Corte veio, em parte da Europa. O uso de costureiras não contribuiu para alavancar a indústria têxtil no Império. “Em vista do que foi exposto, é forçoso admitir que a contribuição da Guerra do Paraguai para o desenvolvimento da manufatura no Brasil foi muito modesto.”⁵³⁶

A alimentação fornecida para as Forças Armadas do Império era farta e variada, como podemos observar nas inúmeras descrições de estrangeiros e combatentes nacionais que deixaram relatos sobre os víveres utilizados.

A Armada Imperial tinha seu próprio regime de alimentação: com fartura e pouca variação. Constantemente, se fornecia café, açúcar, pão e bolacha no almoço; jantar e ceia com quatro tipos de cardápios: feijão, arroz e carne fresca; feijão, carne salgada e azeite doce; feijão ou arroz, carne seca, e toucinho; feijão, bacalhau ou peixe e azeite.⁵³⁷

A Legislação sobre as rações do Exército Imperial determinava uma Etapa (ração diária para um militar com produtos e quantidades). Os víveres fornecidos três vezes ao dia consistiam basicamente de farinha, carne fresca, arroz ou feijão, toucinho, sal e fumo. Charque e aguardente eram também distribuídos. Obviamente que as etapas variavam no tempo e de acordo com os fornecedores. No início da guerra a etapa para praças era composta por carne verde, farinha, café (erva-mate), açúcar, sal e fumo. Para oficiais carne verde, farinha, sal, açúcar, café, arroz, feijão, pão ou bolacha, erva-mate e fumo. O charque era consumido constantemente.⁵³⁸ A forma mais comum de se obter as etapas era adquirindo, via contrato, com fornecedores particulares no próprio teatro de operações. A compra de particulares era antiga tradição do Exército. “Por isso, quando a guerra começou, em 1864, foi ele que prevaleceu, embora em certos momentos tenha sido preciso recorrer a mais de um sistema simultaneamente.”⁵³⁹

⁵³⁵ Ibid., p.69.

⁵³⁶ Ibid., p.57.

⁵³⁷ MOITREL, 2010, p.110.

⁵³⁸ FIGUEIRA, 2001, p.124;137;150.

⁵³⁹ Ibid., p.124.

Em 1868, empresários argentinos forneciam todas as tropas brasileiras no Paraguai. “[...], Lezica e Lanús, permaneceriam como fornecedores do Exército brasileiro até o final da guerra. Com a troca de fornecedores, obteve-se uma melhoria de qualidade e menores preços: a etapa dos soldados, em território paraguaio, baixou de mil réis para oitocentos réis.”⁵⁴⁰ Como os preços dos argentinos eram inferiores aos preços dos fornecedores anteriores, logo tornaram-se fornecedores de todos os corpos de exército em operações no Paraguai. Provavelmente, tornaram-se fornecedores de todo o Exército em princípios de 1868.

O preço da ração para os praças seria de 750 réis e para os oficiais seria de 1.400 réis, estando os efetivos numa área não distante cinco léguas dos rios Paraná e Paraguai; fora dessa área, acréscimo de 10%. Se a tropa estacionasse próxima de Buenos Aires ou Montevideú, far-se-ia um ajuste nos preços. Se as tropas entrassem no Mato Grosso, o contrato continuaria valendo, sujeito a alterações em função da distância ou da escassez de recursos. Ficava prevista a junção dos dois corpos do Exército, permanecendo as mesmas condições.⁵⁴¹

Além disso, havia uma grande quantidade de comerciantes que acompanhavam o Exército por todo seu trajeto. Junto deles, vinham algumas famílias de soldados, prostitutas, jogadores e aventureiros de toda a espécie em busca do farto dinheiro que corria nos acampamentos do Exército.⁵⁴²

Para abrigar as tropas utilizavam-se barracas para 2, 4, 8 e 16 praças. Entre 1865 e 1868, o Império adquiriu 43.381 barracas.⁵⁴³

Podemos concluir que a aquisição de grande quantidade de fardamentos, víveres e barracas não contribuiu para alavancar a indústria brasileira, seja têxtil ou de alimentos, salvo no Rio Grande do Sul, com a produção de alimentos. Como a maior parte dos itens foram adquiridos no exterior, pode-se verificar a profunda e duradoura atenção para a produção de bens para o mercado externo, a que estava submetida a economia brasileira no período. “O que se percebe, facilmente, nos anos de guerra, é justamente a continuidade e o desenvolvimento da atividade nuclear de exportação e a persistência dos óbices à produção doméstica voltada para o mercado interno.”⁵⁴⁴

3.2.5 Meios para o combate (armas, canhões, foguetes, munições)

⁵⁴⁰ Ibid., p.140.

⁵⁴¹ Ibid., p.142.

⁵⁴² Ibid., p.149.

⁵⁴³ BRASIL, 1868, p.373.

⁵⁴⁴ GRANZIERA, Rui Guilherme. *A Guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, Universidade Estadual de Campinas, 1979. p. 99.

Para produção de armamentos e munições o Império dispunha de arsenais, o mais importante deles era o Arsenal de Guerra da Corte. Ao iniciar a guerra, devido o vulto dos equipamentos necessários, ficou evidente que o Arsenal não teria condições de atender com a devida celeridade as enormes encomendas do Exército, restava, pois, o caminho da aquisição no exterior. Apesar de, no momento, o Império estar com as relações diplomáticas rompidas com o Reino Unido, as relações comerciais não sofreram sérios abalos, principalmente no que concerne à indústria bélica, como foi possível verificar no caso da aquisição de navios encouraçados.

O diplomata brasileiro na França, o barão de Penedo, foi enviado a Inglaterra para efetuar enorme aquisição de petrechos bélicos. Em maio de 1865 (as relações diplomáticas voltaram a normalidade em setembro de 1865), enviou para o Brasil grande remessa de armamentos.

Aí vão, neste pacote 8.000 espingardas, 5.000 correames, 2.000 capotes, 1.000.000 de espoletas, 2.000.000 de balas, etc. E dentro de dois meses desta data terei mandado daqui nada menos que 20.000 armas, i.e. 10.000 espingardas e 10.000 carabinas; e dentro de três meses desta data até 4 de agosto mais 6.000 clavinas, 6.000 pistolas, 6.000 espadas, 20.000 correames, 20.000 capotes, etc.⁵⁴⁵

Segundo Figueira (2001) as encomendas foram realizadas em mais de um país (Inglaterra, França e Bélgica principalmente), com a urgência que julgavam necessária os governantes do Império. As requisições eram expressivas, “cinquenta mil pares de sapatos, cinquenta mil camisas, dez mil espingardas, dez mil carabinas, cinco mil barracas etc. Sem contar as enormes quantidades de carvão para os navios.”⁵⁴⁶

Somente em 1869 começam a escassear as armas, devido a grande quantidade adquirida no começo da guerra. “Não tem sido preciso, felizmente, comprar mais armamento de fogo portátil, e como está prestes a esgotar-se o resto que ficou das encommendas feitas no principio da guerra, [...]”⁵⁴⁷

Esses pedidos iniciais demonstram grande disponibilidade de recursos do Império, o empréstimo de 1865 foi assinado apenas em 12 de setembro de 1865. E as aquisições, como vimos, se deram desde maio de 1865.

Em relação as armas portáteis, é conveniente lembrar que durante a guerra o governo imperial formou comissão para averiguar quais armas de repetição com municamento pela

⁵⁴⁵ PENEDO apud MENDONÇA, 2013, p.188.

⁵⁴⁶ FIGUEIRA, 2001, p. 62.

⁵⁴⁷ BRASIL, 1869, p. 29.

culatra seria melhor para as necessidades. Optou-se pela compra de clavinhas Spencer para a cavalaria, arma de repetição (sete tiros), com municamento pela culatra (balas com invólucro de metal). Alguns relatos apontam 2.000 clavinhas⁵⁴⁸, mas o “Mapa de armamento fornecido pelo Arsenal de Guerra da Corte ao exército em operações”⁵⁴⁹, datado de 27 de abril de 1868, aponta a entrega de 2.702 clavinhas Spencer, além de 2.932.823 cartuchos embalados. Na encomenda efetuada, também foi adquirida uma “machina para consecção de cartuchos”.⁵⁵⁰ No Relatório de 1868, que estamos utilizando como fonte, podem-se identificar dois contratos para compra de clavinhas Spencer, um contrato de 26 de março de 1867, com J. Henry Mackay, para aquisição de 2.000 clavinhas Spencer, 2.000.000 cartuchos e uma “machina para consecção de cartuchos”, e outro com B. Caimary, de 03 de junho de 1867, para aquisição de 1.100 clavinhas Spencer, 250.800 cartuchos e uma “machina para consecção de cartuchos”. Apesar da proximidade entre a assinatura dos dois contratos e não apresentarem diferenças na descrição, os preços por unidade são distintos: 58\$000 nos contratos de Mackay e 52\$200 para o de Caimary.⁵⁵¹

No final de 1867, o Exército Imperial estava armado como os exércitos da Europa. Dispunha de grande variedade de armas portáteis e grande e variado número de peças e munições de artilharia. Em mapa sobre os estoques dos arsenais do Exército em 31 de dezembro de 1867, pode-se verificar a quantidade e variedade de petrechos de guerra à disposição do comando do Exército. A título de exemplo, contavam os estoques com 163 peças de artilharia (bocas de fogo), dos mais variados tipos e 248.986 munições para os mesmos (62.754 bombas, granadas, lanternetas, schrapnels, etc).⁵⁵²

Foram feitas ampliações no Arsenal de Guerra da Corte com a construção de novo edifício e uma estufa. Foram encomendadas e recebidas diversas máquinas para fabricação de munições e peças de artilharia. Estavam em funcionamento dois guindastes, torno, máquina de furar e cortar chapas. As máquinas (eram oito) encomendadas da Europa, possibilitaram a melhoria na produção de armas, conserto e de munição.⁵⁵³ “Com isso, tornara-se desnecessário contratar a fundição de projéteis de artilharia com oficinas particulares, a que sempre se recorria anteriormente.”⁵⁵⁴

⁵⁴⁸ Ver BRASIL, 1868, p.16-17; e FIGUEIRA, 2001, p.66-67 citando o Ministro da Guerra.

⁵⁴⁹ BRASIL, 1868, p. 354;374.

⁵⁵⁰ Ibid., p. 349.

⁵⁵¹ Ibid., p. 349-350.

⁵⁵² Ibid., p. 376.

⁵⁵³ BRASIL, 1868, p. 11.

⁵⁵⁴ FIGUEIRA, 2001, p.91.

Em 1868, praticamente toda munição utilizada pelo Exército saía do Arsenal de Guerra da Corte. Com a compra das máquinas para produção de munição para as Clavinas Spencer, até mesmo este tipo de artefato lá era produzido. Além disso, foi construído “[...] um ramal ferroviário e uma estação telegráfica. Nele trabalhavam diariamente de quatrocentos a quinhentos empregados, fazendo munição para o armamento portátil e outros artifícios de guerra.”⁵⁵⁵

Todos esses melhoramentos permitiram, no ano de 1868, a produção de 60.000 granadas. Além dos artefatos para canhões raiados *La Hitte* e *Whitworth*, fabricou-se munição para canhões de alma lisa. A produção se dava em virtude de máquinas recebidas da Europa (Inglaterra). Como o espaço em que estava instalado o Arsenal não permitia maiores melhoramentos na produção, um dos tornos encomendados foi cedido a Marinha.⁵⁵⁶ Neste mesmo ano foram enviados do Arsenal para o Exército 78.346 granadas e lanternetas para a artilharia em operações no Paraguai; armamento portátil para infantaria 9.796 (carabinas e espingardas); munições para as armas portáteis 40.778.500; dentre os equipamentos para a infantaria foram enviadas, por exemplo, 18.000 barracas para 02 praças, 8.870 barracas para 04 praças e 25.787 marmitas para 01 praça. Para a cavalaria foram enviadas em 1868, entre outros equipamentos, 1.000 espadas com bainha; 1.547 lanças com bandeirolas; 800 pistolas belgas e 818.356 cartuchos metálicos para clavinas Spencer. Em 1868 foram produzidas 13.104 arrobas de pólvora.⁵⁵⁷

O Império pôde suprir seu Exército e sua Armada com grande variedade de materiais bélicos, em primeiro momento adquiridos em grandes quantidades no exterior e, posteriormente, ampliando a capacidade de produção de seus Arsenais, com ampliação das instalações e adquirindo máquinas (bens de produção) no exterior. Assim, os Arsenais tornaram possível, a partir de 1868, a produção de praticamente todo material bélico (armamentos e munições) em suas instalações. “No setor de armamentos registra-se produção interna, mas fundamentalmente do próprio Estado.”⁵⁵⁸

Quando o Estado, através de seus Arsenais, não pode abastecer suas Forças Armadas, principalmente nos anos iniciais do conflito, recorreu largamente aos mercados externos, Europa e Estados Unidos da América. “As encomendas do Arsenal de Guerra do Rio de

⁵⁵⁵ Ibid., p.93.

⁵⁵⁶ BRASIL, 1869, p. 27.

⁵⁵⁷ Ibid., p. 11; 32;111 a 114.

⁵⁵⁸ GRANZIERA, 1979, p.100.

Janeiro e do Rio Grande do Sul são muito importantes durante todo o período, mas são geral e forçosamente encomendas ao comércio, grande parte, assim, recaindo sobre a importação.”⁵⁵⁹

Figueira (2001) refletindo sobre os reflexos da Guerra do Paraguai sobre a indústria privada no Império reconhece que foi pífia para alavancar o desenvolvimento industrial. “Falando em indústria particular, é comum pensar que, durante uma guerra, esta se desenvolva para atender às diversas demandas geradas. Porém, não foi isso que aconteceu com a incipiente indústria do Império, [...]”⁵⁶⁰ Fica evidente que ao adquirir no exterior os materiais bélicos, beneficiou a indústrias externa e não a indústria privada nacional. “Em vista do que foi exposto, é forçoso admitir que a contribuição da Guerra do Paraguai para o desenvolvimento da manufatura no Brasil foi muito modesto.”⁵⁶¹

O Império conseguiu a sua maneira suprir as necessidades de suas Forças Armadas, porém preso em sua estrutura agroexportadora, principalmente café, não pode e nem poderia desenvolver a indústria privada nacional por absoluta falta de estrutura econômica para obter tal êxito.

Como pudemos verificar a guerra gerou uma expansão do consumo do Estado para o Exército e a Armada de navios, equipamentos bélicos, uniformes, alimentação e de produção e importação de armas e munições. Averiguamos que grande parte do que foi consumido foi encomendado para casas comerciais, ou seja, intermediários que adquiriam ou no mercado interno ou, em grande parte, no mercado internacional.

A indústria privada nacional não pode suprir o Império, visto que não estava preparada minimamente para isto. No início da guerra foram feitas encomendas para a indústria nacional, mas os empresários mais dados à especulação que a produção, procuraram criar maneiras artificiais para ampliar os lucros. Comprando toda matéria-prima para impor seus preços, produzindo bens de péssima qualidade a preços exorbitantes, logo foram substituídos por encomendas no exterior, pois estes dispunham de melhor preço e melhor qualidade. A indústria nacional estava destinada a atender poucas pessoas. O mercado consumidor era ínfimo. A força de trabalho era aproveitada essencialmente na agricultura. Em um universo de, cerca de, 10 milhões de habitantes, em 1872, um milhão e meio eram escravos; 3,2 milhões se declaravam agricultores ou criadores; 1 milhão se dizia de trabalho doméstico; 500

⁵⁵⁹ Ibid., p.100,

⁵⁶⁰ MARTINI, 2014, p.140.

⁵⁶¹ FIGUEIRA, 2001, p.57.

mil se diziam costureiras.⁵⁶² Frank (2006) presume que no Rio de Janeiro 50% dos domicílios não possuíam bens de valor. “Já no caso do Rio de Janeiro – uma localidade mais urbanizada e com um custo de vida mais alto - a presunção de que 50% dos domicílios não teriam bens a declarar é mais condizente com a realidade.”⁵⁶³ A indústria produzia para essa população.

“Em escala bastante reduzida, uma parte do excedente econômico gerado na agricultura exportadora é retida e aplicada no país. Pouco a pouco multiplicam-se as unidades fabris, geralmente de pequeno porte.”⁵⁶⁴ Essa face do país não mudaria naquele século, a produção em latifúndios, de um único produto, com força de trabalho escrava, com intuito de exportar, estava na década de 1860 em plena expansão. “A guerra transcorrerá, pois, no momento em que o caráter exportador do complexo cafeeiro mais se consolidara, agora sob a égide do sistema bancário estrangeiro.”⁵⁶⁵

O Império não mediu esforços para vencer a guerra. Nos biênios de 1867-1868 e 1868-1869, do montante do orçamento do Império, 60% e 54%, respectivamente, foram aplicados nos Ministérios militares. Os recursos, para financiamento da guerra são oriundos de impostos (43,2%); emissão de títulos (27,8%); emissão de dinheiro (16,6%); empréstimos estrangeiros (8%) e; empréstimos internos (4,4%).⁵⁶⁶

3.3 COMBATIVIDADE DAS TROPAS LUSO-BRASILEIRAS E IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA

O Exército Brasileiro estava, em dezembro de 1868, no ápice de seu poderio. A reorganização imposta pelo Marquês de Caxias nos anos anteriores apresentava resultados. O armamento, os uniformes, a alimentação eram considerados bons e similares aos exércitos europeus. A logística e a intendência funcionavam a contento. A operação que redundou na construção de uma estrada em pleno pântano foi um feito extraordinário dos engenheiros militares e da capacidade de sacrifício da tropa em encetar tal construção, mesmo com o constante subir das águas, que ameaçava alagar a estrada e os redutos militares que a protegiam. As operações de transporte, primeiro da margem esquerda do rio Paraguai para a

⁵⁶² BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Recenseamento do Brasil em 1872*. 12 v. Rio de Janeiro: G.Leuziger, [1874?]. Disponível em:< <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225477>>. Acesso em 15 abr 2015.

⁵⁶³ FRANK, Zephyr L. Padrões de riqueza no Sudeste do Brasil: 1815-1860. In: *História Econômica & História de Empresas*, vol. IX, n. 2, São Paulo, jul./dez 2006. 5-48. p.36.

⁵⁶⁴ IANNI, Octavio. O progresso econômico e o trabalhador livre. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *O Brasil monárquico: reações e transações*. t.2; v.3. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. (História da civilização brasileira; t.2; v.3). p.297-319. p. 300.

⁵⁶⁵ GRANZIERA, 1979, p. 99.

⁵⁶⁶ PELÁEZ; SUZIGAN *apud* FIGUEIRA, 2001, p.50.

margem direita em navios da Esquadra Imperial, realizou-se sem atropelos. Em seguida, quando fez o transporte em sentido inverso, operação de guerra, em apenas um único dia, sem qualquer prejuízo, perda material ou humana, sem atrasos, em território controlado pelos paraguaios, foi um feito extraordinário, magnífico. A concepção do ataque, lançando, cerca de, vinte mil homens na retaguarda dos paraguaios, fortificados na linha do Piquissirí, colocando-se entre o Exército Paraguai e sua capital, foi indubitavelmente um lance ousado e fruto da audácia, coragem e capacidade de elaborar um plano complexo e executá-lo.

O ataque à primeira posição paraguaia durante a Batalha do Avaí com efetivos reduzidos da vanguarda do Exército e, posteriormente, cercando e aniquilando o Exército Paraguai, denotou a capacidade militar do comando do exército e a capacidade dos subalternos em completar o plano estabelecido. Os nefasto resultado em perda de material bélico e as bagagens exemplificam e confirmam o acerto das medidas adotadas. As baixas paraguaias foram extraordinárias, 65% dos soldados engajados na batalha morreram. Estes percentuais ocorrem quando a superioridade de meios é avassaladora.

As tropas atacantes eram exclusivamente brasileiras. Não havia unidades compostas apenas por mercenários, quando muito existiam alguns estrangeiros comissionados como oficiais no Exército. Em um período em que os sulistas (da Guerra de Secessão) poderiam ser contratados para o combate, isto não ocorreu.⁵⁶⁷ O soldo do Exército Brasileiro era similar aos dos Exércitos Estadunidenses!⁵⁶⁸ Os aliados ficaram em Palmas, juntamente com parcela do Exército Imperial.

É comum encontrar em historiadores brasileiros e da região da Bacia do Prata, argumentação sobre a pretensa falta de combatividade das tropas brasileiras durante as batalhas de dezembro de 1868. Doratioto (2002) narra queixas de Caxias sobre esta situação com uma tentativa de explicar tal fenômeno. Para o Comandante brasileiro isto ocorria devido a três fatores: 1. a existência, entre os efetivos engajados, de escravos; 2. a longa duração da guerra e; 3. a maioria dos oficiais não exerce influência benéfica sobre seus subalternos.

Todos esses elementos estavam, na realidade, combinados, pois os escravos libertos não tinham motivo para se identificar com o Império que os privava da condição de homens livres, ao mesmo tempo que a longa duração do

⁵⁶⁷ “Normalmente os brasileiros recusavam estrangeiros e estavam certos em preferir, eles próprios, travar suas batalhas. No início da guerra o Império poderia facilmente ter recrutado oficiais experientes recém-saídos dos Estados Sulistas, que o teriam logo provido de combatentes. Legiões estrangeiras também tem-lhe sido repetidamente propostas e rejeitadas.” (BURTON, 2001, p.331).

⁵⁶⁸ “E note-se que o pagamento do homem da tropa esta fixado em \$6 (mais ou menos doze xelins) por mês, ao passo que o voluntário recebe \$30. Na guerra dos Estados Unidos os praças recebiam quase a mesma coisa \$16; mas aqui, só a metade é dada em dinheiro vivo [...]. Os oficiais davam a impressão de estar com os bolsos cheios [...]. (BURTON, 1997, 331).

conflito, num ambiente físico hostil, causava o desânimo entre a tropa, em todos os níveis de hierarquia.⁵⁶⁹

Apesar do número de escravos que foram encaminhados para a luta em substituição de seus senhores, libertos pelo governo ou libertos por particulares não ser significativa, ou pelo menos não tão expressiva como afirmam amiúde, o número de negros, mulatos e excluídos da sociedade era significativo. Toral (1995) ressaltando que os números não são exatos, apresenta uma estatística sobre o percentual de escravos (libertos para alistamento) em relação ao total das tropas. “[...] os ex-escravos, *libertos*, seriam apenas 8.489 pessoas em meio ao contingente mobilizado para a guerra, que perfaziam um total de 123.150 soldados. Ou seja, 6,9% do total de soldados do exército.” [Grifo do autor].⁵⁷⁰ Relatório apresentado pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Barão de Muritiba, sobre as atividades do Exército e da Marinha, no ano de 1868, aponta que, entre 8.241 alistados no Exército, 1.873 são libertos. Ou seja, 22,72% do total.⁵⁷¹

Obviamente que, apesar dos riscos inerentes ao ofício do soldado, eles não querem ser feridos ou perder a vida em combate. “No fim de uma guerra atravessada felizmente, ninguém tem desejos de morrer pela pátria.”⁵⁷²

E os oficiais, alguns de grande valor, eram coadjuvados por alguns despreparados militar e moralmente para dirigir os soldados. Situações idênticas a qualquer exército, forjado em situação semelhante.

A pretensa falta de combatividade de parte das tropas do Exército Imperial pode ser verificada na seguinte frase: “Osório se deslocava de um ponto a outro para evitar a debandada de suas forças, momento em que uma bala arrancou-lhe o maxilar inferior [...]”.⁵⁷³ Segundo os documentos que elencamos neste trabalho, o General Osório foi ferido cerca de três horas após ter se iniciado a batalha. De acordo com o mapa da batalha feito pelo Barão do Rio Branco, atestado por Partes de Combate e relatos de combatentes, este foi ferido no declive da primeira colina. Apenas nos primeiros embates da vanguarda brasileira ocorreram recuos de tropas brasileiras. Quando o General foi ferido, estava para ocorrer o ataque das colunas comandadas pelo Barão do Triunfo, que desbaratou completamente a ala direita dos

⁵⁶⁹ DORATIOTO, 2002, p.367.

⁵⁷⁰ TORAL, André Amaral de. *A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai*. Estud. av. [online]. 1995, vol.9, n.24, pp. 287-296. ISSN 1806-9592. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000200015> Acesso em: 15 abr. 2015.

⁵⁷¹ BRASIL. *Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra 1869*. Rio de Janeiro: Diário do Rio de Janeiro, 1869. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-ministerio-guerra/720950>>. Acesso em: 12 mar. 2015. p.87.

⁵⁷² GOLTZ, Von Der. apud CERQUEIRA, Dionísio. 1980, p.326.

⁵⁷³ DORATIOTO, 2002, p.364-365.

paraguaios e os elementos que foram lançados em reforço, como vimos anteriormente. A primeira brigada a entrar em combate foi a 3ª. Segundo Jourdan, teve 126 mortos e 265 soldados feridos, extraviados e contusos. Totalizando 391 soldados fora de combate. Considerando que a 3ª Brigada tinha, cerca de, 1.200 soldados e oficiais em seus quadros, teremos perdas que totalizam 32,58% de baixas. Os mortos da brigada representam 42,42% do total de mortos brasileiros (297). Os instantes iniciais da batalha foram repletos de ataques e contra-ataques, apenas neste momento inicial temos relatos de recuos das tropas brasileiras. Dois batalhões não conseguiram formar quadrados e foram desorganizados pelo ataque da cavalaria paraguaia, mas as unidades mantiveram-se em combate, mesmo desfalcadas. De qualquer forma, não debandaram! Lutaram bravamente e muitos perderam, como soldados, suas vidas. Há relatos de unidades que fraquejaram ante o inimigo. Soldados e oficiais se acovardaram! Estas situações ocorreram em muitos exércitos e em muitas batalhas. Mas o Exército Imperial ganhou a batalha. Protagonizou um banho de sangue repugnante, porém atingiu seus objetivos. No Relatório sobre os acontecimentos militares do ano de 1868, temos um quadro com as principais doenças e ferimentos que acometeram as tropas imperiais no quarto trimestre de 1868. Segundo o Relatório os hospitais atenderam 741 soldados e oficiais com *Ferimentos por arma branca* e 5.695 *Ferimentos por arma de fogo*.⁵⁷⁴ Em razão da qualidade e alcance das armas de fogo dos paraguaios, pode-se depreender que a luta se deu, praticamente corpo a corpo.

A ocupação de áreas no oeste, além linha de Tordesilhas, diminuiu sensivelmente as áreas de influência espanhola na região central da América. Os luso-brasileiros ampliaram seu domínio para áreas não ocupadas e/ou empurraram populações espanholas e reduções jesuítas para o ocidente dos rios Paraná e Paraguai. Pode-se dizer que foi uma conquista de milícias. “Sucede, [...], que os ganhos de Portugal no ocidente do Brasil pareciam assumir proporções prodigiosas, e custava crer que esse resultado fosse apenas o feliz coroamento de uma sucessão mais ou menos desconexa de esforços anônimos que a diplomacia convalidou.”⁵⁷⁵ As explicações para tal fenômeno darão origem a algumas interpretações mitológicas sobre pontos cruciais: a expansão para oeste é fruto das políticas adotadas pelo Conselho Ultramarino; a diplomacia portuguesa, mais astuta e tortuosa que sua rival diplomacia espanhola, ludibria os ingênuos ou venais diplomatas hispânicos, possibilitando tratados que

⁵⁷⁴ BRASIL, 1868, p.101.

⁵⁷⁵ HOLANDA, 1986, p. 90.

ampliam os territórios portugueses na América as custas dos territórios espanhóis⁵⁷⁶; e, que, por outro lado, os portugueses se viam constrangidos a adotar táticas diplomáticas para tomar posse dos terrenos, uma vez que não tinham o ardor militar necessário para toma-los.⁵⁷⁷ Os cronistas hispânicos, mas não apenas eles, conjecturaram que o ardor militar pertencia aos hispânicos e a astúcia diplomática aos luso-brasileiros.⁵⁷⁸ O texto de Holanda (1986) que utilizamos é recheado de ironias. A estrutura da narrativa leva um leitor mais desavisado e outros nem tão desavisados, a crer que o que ele critica de forma veemente seja realidade. Queiroz (2014) relata que jovens estudantes e uma pesquisadora italiana se confundiram na interpretação do texto. “Mas essas interpretações arrevesadas se explicam também, ao meu ver, com igual ou maior peso, pela dificuldade de compreender a espessa ironia de que Holanda, nesse trecho, lança mão sem qualquer economia.”⁵⁷⁹

Schneider (1875), ao narrar o ataque a Paissandu, onde 400 marinheiros brasileiros atacaram a face sul das fortificações, comenta as informações remetidas por um jornalista de Buenos Aires sobre o comportamento dos marinheiros. “Terem todos admirado a bravura d’aqueles 400 brasileiros, cuja nação nos ensinaram desde a infância a desprezar como despida de valor” - “Como se bateram tão heroicamente em condições tão desfavoráveis!”⁵⁸⁰ O que nos interessa no relato do jornalista são duas considerações: reconhece o ardor bélico das tropas e a construção de um estereótipo – a falta de combatividade das tropas luso-brasileiras – uma criação de formadores de opinião. Sobre essa passagem, o Barão do Rio Branco faz longa nota criticando tal construção pejorativa. Para rebater a ideia, apresenta opiniões de militares europeus sobre os soldados luso-brasileiros onde se destaca o ardor e combatividade deles. Ou seja, evita utilizar autores nacionais que poderiam se autovalorizar e cita militares que combateram os luso-brasileiros durante muitos anos. Além disso, cita as

⁵⁷⁶ “Transformada em verdade inconcussa, a teoria de que o engrandecimento territorial do Brasil pôde impor-se pela sinuosidade excepcional dos políticos de Lisboa tem servido, principalmente entre autores hispano-americanos, para mostrar como ela não dependeu, senão excepcionalmente, de virtudes guerreiras superiores.” (HOLANDA, 1986, p. 93).

⁵⁷⁷ “Essa crença, que chegou a cristalizar-se num verdadeiro estereótipo, tem, contudo, seu complemento necessário ou a contraparte, que a faz aceitável até e principalmente para os que não dissimulam o seu desamor ao vizinho maior. E vem a consistir, essa contraparte, na idéia da incapacidade e do valor escasso dos homens de armas brasileiros.” (HOLANDA, 1986, p. 94).

⁵⁷⁸ *Ibid.*, p.89-95.

⁵⁷⁹ QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. “EXPLICAÇÕES ENGENHOSAS”, “RACIOCINIOS PREGUIÇOSOS”: Sérgio Buarque de Holanda e a formação das fronteiras ibero-americanas. [Versão preliminar]. Dourados: [s.n.], 2014.

⁵⁸⁰ SCHNEIDER, L. *A Guerra da Triplíce Aliança (Imperio do Brazil, Republica Argentina e Republica Oriental do Uruguay) contra o governo da Republica do Paraguay (1864-1870) com cartas e planos*. 1.v. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1875. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242552>>. Acesso em: 05 nov. 2015. p.47

Memórias de Garibaldi onde ele conclama os italianos a se portarem segundo o exemplo dos soldados brasileiros “[...] No dia em que fordes unidos e sóbrios, pacientes nas fadigas e privações, como esses homens do continente americano, o estrangeiro, ficai certos, não pisará mais a vossa terra, nem manchará vossos lares.”⁵⁸¹ O Barão do Rio Branco rememora vitórias das tropas luso-brasileiras no Prata, que segundo ele suplantam as derrotas, mas é discutir logicamente contra uma construção ideológica. Por mais correto que esteja a sua argumentação, será considerada infundada.

No avanço luso-brasileiro para Oeste, os espanhóis e seus descendentes, não ofertaram muita resistência, como se poderia esperar, ainda mais quando os invasores não apenas não tinham qualidades militares, mas também poderiam ser tratados como poltrões. Entretanto, a resistência maior não foi das tropas hispânicas, mas sim de índios.

No entanto, para que fosse válida a explicação seria preciso que os invasores tivessem encontrado bem defendidas ali, pelos castelhanos ou paraguaios, as partes que passaram depois delas a ocupar. Se em outros lugares deveram os luso-brasileiros enfrentar nos campos de batalha o estrangeiro cobiçoso de suas terras, naqueles sertões a única oposição que encontraram verdadeiramente digna desse nome viera-lhes de hordas indígenas tais como os paiaguá.⁵⁸²

Citando o diário do capitão de fragata Juan Francisco Aguirre, que demarcava os limites entre as posses portuguesas e espanholas na América, no final do século XVIII, Holanda (1986) destaca que houve, nas áreas ocupadas pelos atuais Mato Grosso do Sul e Paraná, um abandono das terras por parte dos espanhóis. “A seu ver, o abandono pelos espanhóis das posições que já ocupavam, tanto no Guairá como em Xerez, resultou, não de seu pouco valor, mas de sua pouca vontade de lutar.”⁵⁸³

O alargamento dos territórios luso-brasileiros no Sul, em direção ao Rio da Prata e ao rio Uruguai, gerou inúmeras guerras e combates intermináveis, até que se conseguiu acordar uma fronteira. Fronteira bem distante dos limites de Tordesilhas. Os luso-brasileiros procuravam estabelecer sua fronteira sul no rio da Prata e uma das iniciativas para concretizar este afã foi fundar uma colônia em frente a Buenos Aires. A Colônia do Sacramento foi contínua fonte de guerras.

No século XVIII, nova guerra entre Portugal e Espanha, em 1734, acirrava os ânimos no rio da Prata. O governador espanhol, na área, executou ataque à colônia portuguesa e já era

⁵⁸¹ GARIBALDI; RIO BRANCO apud SCHNEIDER, 1875, p.47. Nota 3.

⁵⁸² HOLANDA, 1986, p. 95.

⁵⁸³ Ibid., p. 96.

o terceiro ataque desde a fundação do Sacramento. “Dessa vez, a Colônia estava preparada, moral e materialmente, para enfrentar o assédio espanhol, [...]” O governador português era organizado e enérgico. “Dom Antônio aguentou firme os assaltos platinos, que logo perderam o ímpeto. Além disso, não se limitou às clássicas medidas de defesa passiva, típicas dos sitiados, partiu em busca de iniciativa, onde isso fosse possível.”⁵⁸⁴

Alguns anos após, em 1763, nova guerra na região platina. Tropas regulares hispânicas atacaram, reforçadas por dois mil índios, as áreas em que estavam os portugueses. Os portugueses, com tropas regulares apoiados por paulistas, infligiram clamorosa derrota aos hispânicos. “A derrota castelhana-missioneira foi fragorosa. [...]. As baixas inimigas foram enormes. [...]. Só restou ao pobre Don Catani retrair rápida e desmoralizadamente para a segurança de seus domínios missioneiros; cabeça baixa e o ‘rabo entre as pernas’.”⁵⁸⁵

Vitórias luso brasileiras ocorreram também em 1774, no Combate do Passo de Santa Bárbara⁵⁸⁶ e no Combate do Pântano Grande.⁵⁸⁷ Além, é claro, a Batalha do Avaí e da própria Guerra do Paraguai vencida pelas armas brasileiras e aliadas.

Longe de ter uma história pacífica, o Brasil se caracteriza pela formação de uma sociedade violenta.

Uma parcela significativa da população brasileira formou-se na periferia das grandes fazendas, trabalhadores livres em um país escravagista. Verdadeiros satélites em torno dos latifúndios. Gravitavam em torno de um astro – o Coronel – que o utilizava para seus intentos, fossem eles pacíficos ou não. “Vegetava à margem da economia de exportação, ignorante, mal nutrido, alimentando-se de farinha e feijão. Desenvolvia hábitos de violência e agressividade.”⁵⁸⁸

Ribeiro (1995), discorrendo sobre as guerras do Brasil, analisa que os conflitos ocorrem amiúde e por variedade de gênese que se entrelaçam em um mesmo conflito. “A feia verdade é que conflitos de toda a ordem dilaceraram a história brasileira, étnicos, sociais, econômicos, religiosos, raciais, etc.”⁵⁸⁹ Inexiste uma sociedade pacífica onde as três raças convivem harmoniosamente em uma “democracia racial”. A formação do povo brasileiro é permeada por conflitos que explodem com constância em rebeliões, declaradas ou não, em

⁵⁸⁴ LEMOS, Juvencio Saldanha. *A saga no Prata*. t.1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2014. p. 139.

⁵⁸⁵ Ibid., p. 200.

⁵⁸⁶ Ibid., p. 216.

⁵⁸⁷ Ibid., p. 217.

⁵⁸⁸ COSTA, 2004, p.142.

⁵⁸⁹ RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.p.167.

grupos ou individualmente, com extrema violência. Sociedade forjada na violência e na naturalização e acato de assassinatos, genocídios, com morticínio generalizada e constante.

O processo de formação do povo brasileiro, que se fez pelo entrechoque de seus contingentes índios, negros e brancos, foi, por conseguinte, altamente conflitivo. Pode-se afirmar, mesmo, que vivemos praticamente em estado de guerra latente, que, por vezes, e com frequência, se torna cruento, sangrento.⁵⁹⁰

Talvez, o mais contundente dos testemunhos relativos à combatividade das tropas luso-brasileiras venha de um detrator. Em meio a acusações infundadas e incabíveis, Thompson (1978) – lembrando que ele se rendeu para as tropas brasileiras em 1868 -, chega a acusar as tropas e comandantes de covardes, e, em dado momento acusa os brasileiros de soltar os paraguaios que haviam sido aprisionados⁵⁹¹ e libera-los em seguida, dando tempo para que se apresentassem ao Presidente López, esperando eles se reorganizarem e, somente após isto, lhes dar novamente combate. Curiosa e inusitada atitude praticada por covardes.

Os brasileiros têm propositadamente permitido que muitos paraguaios prisioneiros fujam para juntar-se a López, pois estão resolvidos a não deixar vivo nenhum paraguaio, de qualquer idade ou sexo; e quando López houver reunido tantos homens quantos lhe for possível, os brasileiros tornarão a dar-lhe combate, e depois lhe concederão novamente tempo para formar outra pobre força.⁵⁹²

Sobre o valor das tropas brasileiras que combateram no Paraguai fizemos a descrição dos Corpos Provisórios de Cavalaria Gaúcha. Descreveremos também um grupo de indivíduos que foram engajados nas tropas de linha e nos Corpos de Voluntários da Pátria que foram organizados no atual Nordeste brasileiro: o sertanejo/jagunço. Ainda que esses indivíduos não tenham se alistados em corpos exclusivos, como os Zuavos ou a Cavalaria do Rio Grande do Sul, pois estavam dispersos em muitas unidades, merecem destaque.

Euclides da Cunha, em sua grande criação, *Os sertões* (2010), compara o agir, o costume, a estrutura física e psicológica do sertanejo às condições naturais em que ele foi criado, onde nasceu e se modelou. A Caatinga, o meio-natural do Sertão nordestino, oferta impressões e também recebe em troca ações dos homens e mulheres que lá habitam.

⁵⁹⁰ RIBEIRO, 1995, p.168.

⁵⁹¹ Relatório de 15 de abril de 1869 aponta a existência de 2.466 prisioneiros de guerra paraguaios no Brasil. BRASIL, 1869, p.127.

⁵⁹² THOMPSON, 1978, p.252.

Perfeita tradução moral dos agentes físicos da sua terra, o sertanejo do Norte teve uma árdua aprendizagem de reveses. Afez-se, cedo, a encontra-los, de chofre, e a reagir, de pronto.

Atravessa a vida entre ciladas, surpresas repentinas de uma natureza incompreensível, e não perde um minuto de tréguas. É o batalhador perenemente combalido e exausto, perenemente audacioso e forte; preparando-se sempre para um recontro que não vence e em que se não deixa vencer; passando da máxima quietude à máxima agitação; da rede preguiçosa e cômoda para o lombilho duro, que o arrebata, como um raio, pelos *arrastadores* estreitos, em busca das malhadas. Reflete, nestas aparências que se contrabatem, a própria natureza que o rodeia – passiva ante o jogo dos elementos e passando, sem transição sensível, de uma estação à outra, da maior exuberância à penúria dos desertos incendidos, sob o reverberar dos estios abrasantes.⁵⁹³

Segundo Cunha (2010), na simbiose homem e natureza temos a gênese de um indivíduo único. “É inconstante como ela. É natural que o seja. Viver é adaptar-se. Ela o talhou à sua imagem: bárbaro, impetuoso, abrupto...”⁵⁹⁴

Cunha (2010), no capítulo denominado de *O homem*, de *Os sertões*, faz comparação entre o gaúcho e o sertanejo nordestino. Para ele o primeiro pode ser “[...] teatralmente heroico; [...]”⁵⁹⁵ Mas, o sertanejo “[...] é mais tenaz; é mais resistente; é mais perigoso; é mais forte; é mais duro.”⁵⁹⁶ Podemos inferir que as disparidades podem ser efetivamente úteis em um exército em campanha.

Se, ineficaz o arremesso fulminante, o contrário enterreirado não baqueia, o gaúcho, vencido ou pulseado, é fragílimo nas aperturas de uma situação inferior ou indecisa.

O jagunço. Não. Recua. Mas no recuar é mais temeroso ainda. É um negacear demoníaco. O adversário tem, daquela hora em diante, visando-o pelo cano da espingarda, um ódio inextinguível, oculto no sombreado das tocaias...”⁵⁹⁷

Esses indivíduos – o gaúcho e o sertanejo/jagunço – tão dispares, de acordo com a descrição de Euclides da Cunha, se completam. Um no arrojo, algo espalhafatoso, outro heroico em sua meticulosidade. Em nossa visão esses grupos sociais, lembram, de uma certa maneira, as tropas auxiliares citadas por Keegan (1995).

Todos os exércitos regulares, até mesmo os da revolução Francesa, recrutavam soldados irregulares para patrulhar, reconhecer e travar

⁵⁹³ CUNHA, 2010, p.144. Grifo do autor.

⁵⁹⁴ Ibid., p. 144.

⁵⁹⁵ Ibid., p. 144.

⁵⁹⁶ Ibid., p. 144.

⁵⁹⁷ Ibid., p.145.

escaramuças para eles; durante o século XVIII, a expansão desse tipo de força – cossacos, ‘caçadores’, híglanders, ‘fronteiriços’, hussardos – constituíra um dos acontecimentos militares mais notados.⁵⁹⁸

Os Corpos de Voluntários da Pátria eram originários de todas as províncias do Império.⁵⁹⁹ Durante o decorrer da guerra, foram mesclados ampliando a convivência entre indivíduos das mais diferentes origens, classes sociais e formação. Pode-se depreender que no conflito, indivíduos de distintas formações se relacionaram.

Cativos, negros libertos, brancos empobrecidos, homens de posse, proprietários de engenhos, comerciantes, estudantes, aventureiros de toda espécie se encontraram nas fileiras, para dividirem semelhante destino, embora, aos primeiros, a luta contra os paraguaios representasse também a luta pelo fim da condição de servos.⁶⁰⁰

A convivência entre esses elementos serviu para apagar desconfianças e preconceitos entre os soldados. Cerqueira (1980) recolheu uma trova, cantada por gaúchos, feita para gracejar com seus camaradas de armas de outras Províncias. “Mandai, Mãe de Deus, mais alguns dias de *Minuano* para acabar com tudo que é *baiano*.”⁶⁰¹ Apesar das diatribes entre os soldados, é fato que a união dos indivíduos que formavam as fileiras das companhias é que permite a coesão do Exército Imperial responsável por suas contínuas vitórias.

A Guerra do Paraguai obrigou o Exército Imperial a adotar medidas que não eram comuns anteriormente. Geralmente se mobilizava a tropa “a gaúcha”, ou seja, com milícias da Guarda Nacional, e a intendência era realizada de forma precária, geralmente com saques e/ou requisições, as quais não se podia negar a entrega do produto. As guerras se resolviam em uma ou poucas batalhas decisivas e, em seguida, a tropa era desmobilizada e voltava a seus afazeres na estância. Assim, necessário se fez a organização do exército em moldes considerados modernos. O que ocorreu, como podemos verificar em inúmeros relatos.

Contra o profundo e sólido sistema fortificado que López levanta nas barrancas do Paraguai, já não era suficiente, na sua bravura insofrida, a tropilha gaúcha. Ela poderia, como aconteceu, continuar a ser instrumento importante, mas instrumento auxiliar, colocado ao lado de outro, enquadrado

⁵⁹⁸ KEEGAN, 1995, p. 22.

⁵⁹⁹ DUARTE, 1981, v. 1, p. 217.

⁶⁰⁰ RODRIGUES, Marcelo Santos. *Guerra do Paraguai: os caminhos da memória entre a comemoração e o esquecimento*. 2009. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-07122009-102220/>>. Acesso em: 2015-12-01. p. 213.

⁶⁰¹ CERQUEIRA, 1980, p.72.

por outro, o do Exército regular, a cuja disciplina devia submeter-se, cujos processos e técnicas deveria aceitar.⁶⁰²

Como não existia recrutamento e o Exército não tinha a importância significativa que viria a ter na sociedade brasileira, os elementos que faziam parte dos batalhões geralmente eram das mais baixas classes sociais e marginalizados. “A sociedade do período áureo do Império, entretanto, não concede ao militar nenhum lugar de destaque. Sua importância individual ou de classe, é reduzida. [...] A caserna continuava a ser refúgio de desocupados, de desqualificados, de malfeitores – uma espécie de castigo.”⁶⁰³

Com a criação do Corpo de Voluntários da Pátria, a questão do número de soldados nas fileiras do exército foi equacionada. Milhares de voluntários afluíram às armas. Este processo não foi isento de falhas e abusos no processo de inclusão de pessoas no exército. De qualquer forma, mais de cem mil homens foram para a guerra.⁶⁰⁴

Um lustro de campanha, durante a qual a mobilização cobrira, em certos períodos, mais de cem mil homens, - homens de todas as províncias, e em particular daqueles onde a massa escrava era mais numerosa, e de todas as origens, particularmente as camadas inferiores, - teria de forjar uma nova mentalidade no Exército. Os acontecimentos, sob todos os aspectos, fôra demasiado traumatizante e demasiado longo para que deixasse de produzir efeitos consideráveis, tanto mais que tinha antecedentes e significativos.⁶⁰⁵

Esta “nova mentalidade”, apontada acima, não apenas atinge a oficialidade, mas, também, os soldados. Que passam a ter repentina importância, em um Império que sistematicamente exclui a maior parte de sua população. A nosso ver, o momento em que ocorreu a gênese, essa súbita tomada de consciência de importância, de fazer parte de algo maior, pode ser a Batalha do Avaí. Na batalha, apenas tropas brasileiras lutaram, milhares de indivíduos de todas as classes, credos e convicções se irmanaram no combate, a estratégia, a tática, o poder do Exército demonstrado na conjunção desses elementos deu nova conotação ao sentido de nacionalidade. Não era mais apenas o país excludente que despreza parte da população, mas um grupo de indivíduos de um país coeso que demonstra sua força com todos os elementos da população.

⁶⁰² SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira, 1965. p.140.

⁶⁰³ *Ibid.*, p.137

⁶⁰⁴ CUNHA, Marco Antonio. *A chama da nacionalidade: ecos da guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000. p.141.

⁶⁰⁵ SODRÉ, 1965, p.141.

A mobilização do conjunto da sociedade, que envolveu brasileiros de todas as origens, para a organização de uma estrutura bélica destinada a reagir a uma afronta à honra nacional, enfatizou, sobretudo, a coesão do Império pelo espírito patriótico do seu povo. Criou-se aí um ritual em torno de duas palavras interligadas pelo tempo, classificadas por Lucien Fèbrev como as duas fontes de sentimento nacional: Honra e Pátria.⁶⁰⁶

Alguns símbolos, como o hino nacional e a bandeira, deixam de ser algo distante e inquietante. Passam de símbolo de um sistema absolutamente excludente, para ser símbolo de todos. Os soldados combatiam com sons das bandas e seguiam bandeiras nacionais e símbolos dos batalhões, denominadas de relíquias. Temos a construção de símbolos que galvanizam o sentimento de milhares de soldados, oriundos de todas as províncias. Criam-se, assim, as bases do sentimento de identidade nacional. O país continua excludente e aparentemente avesso ao seu povo, todavia passa a ter identidade comum. Aqueles símbolos já não são apenas de uma elite, mas da maior parte da população.

A conjunção de esforços com vistas a um objetivo comum, na Guerra do Paraguai, fez com que a Bandeira e o Hino Nacional se tornassem a representação concreta de uma Pátria e de um povo, cujas diferenças deixavam de ter significado.

A participação, ombro a ombro, com os demais integrantes do exército, unidos sob os mesmos símbolos por um único ideal, no cotidiano do campo de batalha, fez com que os combatentes oriundos de segmentos marginais experimentassem um sentimento de inclusão, que os tornou capazes de protagonizar atos de bravura e heroísmo, sacrificando a própria vida, se preciso fosse, em defesa da honra da pátria. Inspirados no pensamento de John Keegan, permitindo-nos afirmar que a guerra consentira àqueles homens vivenciar o encantamento de um mundo completamente diferente daquele a que estavam acostumados.⁶⁰⁷

Em relação a adoção de símbolos nacionais por soldados brasileiros que lutaram na Guerra do Paraguai, Dionísio Cerqueira nos brinda com um relato revelador. Um de seus *camaradas*, Antônio Faustino, foi surpreendido por Cerqueira – anos após o fim da Guerra - enquanto trabalhava reparando um sapato, assoviando o hino nacional.⁶⁰⁸ Mesmo indivíduos submetidos a mais absoluta pobreza, elementos fadados ao sistema excludente brasileiro, tomavam como seu o hino. Qual o efeito em seus familiares e amigos dessa devoção? A relação da Batalha do Avaí e o despertar dessa adoção de símbolos nacionais necessita de maiores investigações.

⁶⁰⁶ CUNHA, 2000, p.103-104.

⁶⁰⁷ *Ibid.*, p.104-105.

⁶⁰⁸ CERQUEIRA, 1980, 341.

CONCLUSÕES

Ao tentar estabelecer a fronteira das possessões da Espanha e de Portugal na América através de um meridiano, as duas Coroas criaram na Bacia do Rio da Prata uma zona litigiosa. A dificuldade em estabelecer com certeza o local por onde passaria o meridiano gerou interpretações diversas. Essas interpretações por onde correria o meridiano estabelecido em Tordesilhas estava mais afeto às ambições dos governantes e seus subalternos do que a complexos cálculos científicos. Assim, a linha divisória foi colocada em locais tão distantes quanto o litoral sul de São Paulo e o Chaco Ocidental no atual Paraguai. Na parte Norte da América do Sul não ocorreram conflitos de grande monta. Na parte central, nos atuais Mato Grosso do Sul e Paraná, bem como no Sul, nos atuais Uruguai, Rio Grande do Sul e Santa Catarina ocorreram no século XVI contatos entre portugueses e espanhóis. A Oeste, sem grandes interferências da Coroa lusa, ao menos enquanto seus interesses em ouro e pedras preciosas não foi despertado. Mas, ao Sul, além de iniciativas de paulistas, a Coroa portuguesa tentou estabelecer sua fronteira na margem esquerda do Rio da Prata. A instalação da Colônia do Sacramento – e o uso dos rios - foi continua fonte de atritos entre as Coroas e, posteriormente, entre os novos países da região. Os contatos entre os dois povos e seus descendentes deu-se, desde o início, conflituosamente. As fronteiras indecisas das duas possessões foram gênese de inúmeros conflitos e para sua solução procurou-se assinar tratados na tentativa de se apurar as arestas. Os rios, os caminhos e as trilhas da região da Bacia do Prata desde o início configuraram-se como rotas de conflitos. Serviram de elo de ligação entre os dois antigos contendores.

Com o fim dos impérios coloniais na região, no início do século XIX transferiu-se as divergências entre os povos que habitavam as duas regiões para os novos países. Os conflitos vetustos por divergências sobre as fronteiras, livre-navegação nos rios comuns e comércio veem-se ampliados devido o processo de formação de novos Estados. As novas nacionalidades traziam as antigas divergências e agregaram outras - por exemplo, Buenos Aires tentava ampliar seu domínio para todo o território do antigo vice-reinado da Bacia do Prata ou o caudilhismo - na tentativa de estabelecer novas nações. O uso comum dos rios e as disputas de como usa-los permaneceram até o século XX, já em outro patamar. Não se tratava apenas de livre navegação, mas também de uso do potencial hidrelétrico. Podemos identificar uma novidade nas disputas sobre o uso dos rios platinos, os tratados do século XX ocorreram sem a antecedência de batalhas ou guerras, ocorrência comum nos séculos anteriores. Isso não significou a ausência de tensões e discussões acaloradas, tanto na mídia, quanto nas rodas

mais sisudas da diplomacia, como ocorreu, por exemplo, nas negociações que redundaram na assinatura do Tratado Itaipu-Corpus. Neste sentido, as disputas em torno dos rios se inserem no que Braudel, Taine e Euclides da Cunha denominariam de *longa duração*.

Foi necessário apresentar parte da história econômica do Império e da República Guarani para que pudéssemos compreender o estágio de desenvolvimento que se encontrava, em 1868, a economia dos dois contendores. A organização econômica das duas áreas foram construções dos colonizadores. O modelo de produção econômica do Brasil Colônia, embasado no latifúndio, na monocultura, na força de trabalho escrava, com intuito de atender a demanda do mercado externo estava em expansão e consolidava-se a produção do grande produto de exportação do Brasil no século XIX: o café. Excetuando o comércio, legal ou contrabando, os contatos entre portugueses e espanhóis na Bacia do Prata se deram, inicialmente, por indivíduos que se encontravam a margem deste modelo produtor. Os luso-brasileiros que primeiramente entraram em contato conflituoso com os hispânicos eram oriundos de São Paulo que embrenhavam-se continente afora em busca de meios de sobrevivência e parte de sua atividade – o prear índios -, propiciava o abastecimento de *negros da terra* para os latifúndios e/ou propriedades de seu local de origem. A análise das reduções Jesuítas fez-se necessária, devido a sua grande importância para a economia da região no período colonial. O aldeamento dos índios e a tentativa de instruir os mesmos nos hábitos, costumes, religião, nas disputas militares e economia dos espanhóis foi responsável por inserir nos aldeados e seus descendentes forte sentimento de rejeição aos luso-brasileiros. A posse de uma instituição (igreja/governo) da terra, não era novidade, não sendo motivo de contenda quando da adoção das fazendas da pátria. Os luso-brasileiros foram atraídos para os aldeamentos para satisfazer seu desejo de prear índios o que, obviamente, contribuiu para ampliar na coletividade hispânica a rejeição aos brasileiros. Em nossa concepção esses elementos (disputas intermináveis por limites e uso dos rios e o prear índios) contribuíram para alimentar as *forças profundas* que determinaram forte rejeição de um lado e um sentimento de superioridade de outro.

A Guerra do Paraguai foi mais um capítulo dos conflitos da região. Ao se fortificar na linha do Piquissirí, os paraguaios demonstram o acerto na escolha do local, pois aprenderam com o tempo que a intensa amálgama de obras de engenharia com o uso das condições naturais permitiam, mesmo sob bloqueio e com menores meios de guerra, em diversos momentos ficar em situação vantajosa contra forças superiores. Para ultrapassar Humaitá – fortaleza em curva do rio Paraguai -, mesmo com grande superioridade de meios navais, foram necessários utilizar o máximo da capacidade diplomática, financeira e técnica para

construir ou comprar encouraçados. A linha fortificada do Piquissirí lembrava aos combatentes aliados ou paraguaios as mesmas condições de Curupaiti. Para se atacar a posição, necessário seria ultrapassar duas léguas de péssimo terreno. Naquele momento era uma posição inexpugnável. A solução encontrada pelo Estado-Maior foi contornar a linha por uma estrada aberta no Chaco. Obra considerada impossível de se realizar. O resultado foi levar para a retaguarda da linha do Piquissirí a maior parte do Exército Brasileiro e parte da Armada Imperial, cortando os paraguaios na linha fortificada de sua capital e de seu abastecimento. Manobra genial.

A Batalha do Avaí, ferida em local considerado inadequado pelo general Caballero e seus oficiais e considerado ideal pelo comando brasileiro, foi um estrondoso sucesso das armas brasileiras. O Exército Paraguaio foi derrotado e praticamente todos os paraguaios foram mortos, feridos ou aprisionados. Sobre a manobra comparada a Canas por autores brasileiros, acertadamente em razão do duplo envolvimento, pode-se depreender que não fora inicialmente adotada a manobra de duplo envolvimento, como descrito na Ordem do Dia nº 272. O barão do Triunfo só entrou em combate após algumas horas do início do embate e, só mais tarde se decidiu enviar pela direita o restante da cavalaria e parte da reserva que dispunha Caxias. Podemos verificar que o Exército entrou em combate na sequência em que marchava, e não se colocou, inicialmente, em linha de batalha, em disposições semelhantes à adotada pelo Exército adversário. Devido a superioridade do armamento do Exército Brasileiro em alcance, potência e qualidade, as tropas deveriam manter distância para causar o máximo de estrago com o mínimo de prejuízo. Apesar do Exército Imperial ter optado por combate corpo a corpo, com arma branca e cargas de cavalaria as baixas brasileiras foram, relativamente aceitáveis, como vimos, comparando-se às baixas de outros exércitos que combateram no período.

A construção hispânica sobre a falta de combatividade das tropas luso-brasileiras nos parecem mitológicas. São fruto de longa doutrinação, como podemos verificar no escrito do correspondente argentino desde Paissandu: “Terem todos admirado a bravura d’aqueles 400 brasileiros, **cuja nação nos ensinaram desde a infância a desprezar como despida de valor.**” [Grifo nosso]

O estudo da economia de um país, através do método por nós utilizado, remeteu para uma análise mais acurada da situação da indústria e da atividade comercial brasileira. Foi possível compreender como se deu o processo de produção de meios militares para o abastecimento das tropas brasileiras em ofensiva no Paraguai. A organização diplomática do Império permitiu a abertura dos mercados europeus, em condições favoráveis para a aquisição

de material bélico. Seria de se esperar que a indústria privada brasileira se beneficiasse da enorme necessidade de materiais, os mais variados possíveis, para as tropas, porém apenas os Arsenais do Exército e da Armada, portanto públicos, ampliaram e modernizaram sua produção. O que não foi possível fabricar nos Arsenais e na indústria privada nacional, foi adquirido na Europa, EUA, Argentina e Uruguai. O Império aplicou enorme quantidade de dinheiro (recursos) para manutenção da atividade guerreira. Do total das despesas de guerra apenas 8% são oriundos de empréstimos estrangeiros. A forma de abastecer o Exército, com enormes compras de bens manufaturadas no exterior, desnuda a dependência da economia Imperial, devido a sua orientação para abastecer o mercado externo. Não se desenvolveu aqui a atividade industrial, assim, o Império em hipótese alguma poderia ter desenvolvido a atividade naquele momento, uma vez que não dispunha de condições mínimas para desenvolvê-la. Como vimos, apesar do reduzido número de trabalhadores dos Arsenais, viu-se o Arsenal da Corte na contingência de trazer da Bahia trabalhadores para ampliar sua produção. Portanto, os administradores do Império aplicaram as medidas necessárias e possíveis para o momento, mesmo recebendo críticas no senado por conta da ausência de encomendas à indústria brasileira.

Foi uma vitória do Exército, da Marinha e da Nacionalidade brasileira (indivíduos de todas as Províncias, dos costumes, das culturas, do modo brasileiro de fazer guerra).

Em 1928, quando o então Presidente do Paraguai visitava o Brasil, um grupo de brasileiros – “positivistas” – tentou devolver as bandeiras utilizadas pelas tropas paraguaias na Batalha do Avaí e tomadas pelas tropas brasileiras em 11 de dezembro de 1868.⁶⁰⁹ As bandeiras tão disputadas não foram entregues na ocasião. Hoje, 148 anos após a Batalha do Avaí, isso é, talvez, irrelevante. As bandeiras são testemunhas quase esquecidas de uma hecatombe sinistra que ensanguentou aquele local, nas proximidades de Villeta e com certeza sua lembrança ficou guardada na memória dos que lutaram, dos que pereceram ou se feriram durante o enorme embate e que se bateram por elas e, mais acertadamente, pelo o que elas representavam. O sacrifício dos milhares que lutaram - ou para mantê-las, ou para toma-las -, de seus familiares e amigos é que devem ser as bandeiras que merecem ser lembradas.

⁶⁰⁹ MOREIRA, Luiz Felipe Viel. Os intelectuais brasileiros e o revisionismo histórico platino. In: MOREIRA, Luiz Felipe Viel (Coord.). *Instituições, fronteiras e política na história sul-americana*. Curitiba: Juruá, 2007. p.189.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000. – (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

AMANTINO, Marcia. *Fazendas, engenhos e haciendas: os bens materiais e os escravos dos Jesuítas na Capitania do Rio de Janeiro e na Província Jesuítica do Paraguai, século XVIII*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em:<
http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308063418_ARQUIVO_textocompletoANPUH.pdf>. Acesso em 06 ago. 2015.

ANTUNES, Deoclécio de Paranhos. *Andrade Neves: o vanguardeiro!* 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.

ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

BANDEIRA, Moniz. *A expansão do Brasil e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai (da colonização à Guerra da Tríplice Aliança)*. 4.ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BETHELL, Leslie. O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 269-285, ago. 1995. ISSN 1806-9592. Disponível em:<
<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8879>>. Acesso em: 28 jan. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141995000200014>.

BITTENCOURT, Luiz Edmundo Brígido. O “segundo dia D” da Guerra do Paraguai: o desembarque nas barrancas de Santo Antônio. In: *Revista Marítima Brasileira*. V.129. n. 01/03 Jan/Mar. 2009. p. 107-122.

BORMANN, Jose Bernardino. *História da Guerra do Paraguay*. Vol.II. Curityba: Imprensa paranaense, 1897. Disponível em:<
<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00145220#page/182/mode/1up>> Acesso em: 13 mar. 2014.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Recenseamento do Brasil em 1872*. 12 v. Rio de Janeiro: G.Leuziger, [1874?]. Disponível em:<
<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225477>>. Acesso em 15 abr 2015.

BRASIL. *Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra 1868*. Rio de Janeiro: Diário do Rio de Janeiro, 1868. Disponível em:<
<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-ministerio-guerra/720950>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

BRASIL. *Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra 1869*. Rio de Janeiro: Diário do Rio de Janeiro, 1869. Disponível em:< <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-ministerio-guerra/720950>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

BRASIL. Secretaria de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiros. *O Conselho de Estado e a política externa do Império: Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros:1863-1867.*/ Centro de História e Documentação Diplomática. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2007. Disponível em:< [http://www.funag.gov.br/chdd/images/stories/PDF/O Conselho de Estado e a Política Externa do Imperio 1863-1867.pdf](http://www.funag.gov.br/chdd/images/stories/PDF/O_Conselho_de_Estado_e_a_Politica_Ext_erna_do_Imperio_1863-1867.pdf)>. Acesso em: 30 maio 2015.

BRASIL, Ptolomeu de Assis. *Batalha de Caiboaté*: episódio culminante da Guerra das Missões. 2ª reimpressão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

BRAUDEL, Fernand. *El Meditirraeo y el mundo Mediterraneo en la época de Felipe II*. t.1 México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

_____. *El Meditirraeo y el mundo Mediterraneo en la época de Felipe II*. t.2 México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

_____. O Mediterrâneo e o mundo Mediterrâneo à época de Filipe II. IN: _____. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1992. Cap. 1, p. 13-16.

BURTON, Richard Francis, Sir. *Cartas dos campos de batalha do Paraguai*. 1ª reimp. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

CÂMARA, Rinaldo Pereira. *O marechal Câmara: Sua vida militar*. Vol.II. Porto Alegre: Oficinas gráficas da Livraria do Globo, 1970.

CANCOGNI, Manlio; BORIS, Ivan. *Solano López: o Napoleão do Prata*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

CANABRAVA, Alice Piffer. *O comércio português no Rio da Prata: 1580-1640*. Belo Horizonte: Ed.Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1984.

CARDIM, Pedro; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. A centralidade da periferia: Prata, Contrabando, Diplomacia e Guerra na Região Platina (1680-1806). *História, Histórias*. Brasília, v.1, n.1, p.3-22, 2013. Disponível em <http://periodicos.unb.br/index.php/hh/issue/view/837/showToc>. Acesso em: 14 abr. 2015.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CEBALLOS, Rodrigo. *Os portugueses do Prata: tratos, contratos e privilégios locais (1580-1670)*. História, Histórias. Brasília, v.1, n.1, p.88-112, 2013. Disponível em <http://periodicos.unb.br/index.php/hh/issue/view/837/showToc>. Acesso em: 14 abr. 2015.

CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. *Memórias: o reminiscências históricas de La Guerra del Paraguay*. Asunción: Editorial Guaranía, 1944. Disponível em: <http://www.portalguarani.com/373_juan_crisostomo_centurion/13105_memorias_o_reminiscenciashistoricas_sobre_la_guerra_del_paraguay_tomo_iii_por_juan_crisostomo_centurion.html> Biblioteca virtual Del Paraguay> Acesso em: 18 mar. 2014.

CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscência da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. São Paulo: livraria Martins Fontes; Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1979. Disponível em:<<https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/DAGUERRA.pdf>> Acesso em: 13 mar. 2015.

COSTA, Emília Viotti da. O escravo na grande lavoura. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *O Brasil monárquico: reações e transações*. t.2; v.3. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. (História da civilização brasileira; t.2; v.3)

COSTA, Francisco Felix Pereira da. *Historia da Guerra do Brasil contra as Republicas do Uruguay e Paraguay*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1871. Disponível em:<<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00429040>> Acesso em: 14 mar.2014.

CUNHA, Euclides. *Os sertões*. v. I e II. São Paulo: Abril, 2010.

CUNHA, Marco Antonio. *A chama da nacionalidade: ecos da guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.

CUNHA, Pedro Otávio Carneiro da. Política e administração: de 1640 a 1763. IN: *História Geral da Civilização Brasileira: A época colonial – Administração, economia, sociedade*. HOLANDA, Sergio Buarque (Org.). 10ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. t.1 v.2. p.15-54

DECCA, Edgar Salvadori de. Euclides e Os sertões: entre a literatura e a história. IN: FERNANDES, Rinaldo de (Org.). *O Clarim e a oração: cem anos de Os sertões*. São Paulo: Geração Editorial. 2002,

DORATIOTO, Francisco F.M. *Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.

_____. *General Osorio: a espada liberal do Império*. São Paulo: Companhia de Letras, 2008

_____. *O Brasil no Rio Prata (1822-1994)*. – 2. ed. – Brasília:FUNAG, 2014. Disponível em:< [http://funag.gov.br/loja/download/1089-O Brasil no Rio da Prata.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/1089-O_Brasil_no_Rio_da_Prata.pdf)> Acesso em 17 mar.2015.

DOSSE, François. *A História em migalhas: dos Annales à Nova História*. Bauru: EDUSC, 2003.

DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai: o imperador, os chefes militares, a mobilização e o quadro militar da época*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1981. Vol. 1.

_____. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai: o Comando de Caxias*. v.3 t. I – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989.

_____. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai: o Comando de Caxias*. v.3 t. II – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989.

_____. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai: o Comando de Caxias*. v.3 t. III – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989.

_____. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai: o Comando de Caxias*. v.3 t. IV – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989.

ELLIS, Myriam. As bandeiras na expansão geográfica do Brasil. In: *História Geral da Civilização Brasileira: A época colonial – do descobrimento à expansão territorial*. HOLANDA, Sergio Buarque (Org.). 15ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. t.1 v.1. p.300-323.

FAJARDO, José Marcos Castellani. *Acordo tripartite Itaipu-Corpus: ponto de inflexão entre a disputa geopolítica e a política de cooperação*. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em:< <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6148/000437450.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 maio 2015.

FARIA, Sheila de Castro. A colônia é mais embaixo. In: *Revista de História: Biblioteca Nacional*. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/a-colonia-e-mais-embaixo>. Acesso em: 03 ago. 2015.

FARIAS, Luiz Eduardo Lopes de. *5º Regimento de Cavalaria Mecanizado: “Cavalaria da Legião de Tropas Ligeiras” 1775-2006*. Quaraí: 5º Regimento de Cavalaria Mecanizado, 2006. Disponível em:< <http://www.decavalaria.com/index.php/coisas-de-cavalaria/livros/finish/18-livros/93-historico-do-5-r-c-mec>> Acesso em 14 jul. 2015.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. *Soldados e negociantes na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas FFLCH-USP: FAPESP, 2001.

FERRES, Virginia Perez. A solução do conflito de Itaipu como início da cooperação política argentino-brasileira na década de 80. *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo: EDUC, V. 29, nº 2, p.661-672, jul./dez. 2004. Disponível em:< <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/issue/view/703/showToc>>. Acesso em: 15 maio 2015. p. 670

FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Vol. IV. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior do Exército, 1934.

FRANK, Zephyr L. Padrões de riqueza no Sudeste do Brasil: 1815-1860. In: *História Econômica & História de Empresas*, vol. IX, n. 2, São Paulo, jul./dez 2006. 5-48.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. *Jesuítas portugueses e espanhóis no sul do Brasil e Paraguai coloniais*. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

GARMENDIA, José I. *Recuerdos de La Guerra Del Paraguay: Campana Del Pikiciry*. Tomo II. Buenos Aires: Casa Editora de Jacobo Peuser, 1884. Disponível em:< <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00900620>> Acesso em: 18 mar. 2014.

GASPAR DA MADRE DE DEUS, Frei. *Memórias para a historia da capitania de S. Vicente: hoje chamada de S.Paulo, do estado do Brazil*. Lisboa: Typografia da Academia, 1797. Disponível em: <https://archive.org/details/memoriasparahist00gasp>. Acesso em 13 fev. 2015.

GODOI, Juan Silvano. *El asalto a los acorazados: el comandante José Dolores Molas*. 2.ed. Asunción: Ricardo Rolón, 1992.

GONÇALVES, José Botafogo; LYRIO Mauricio Carvalho. Aliança estratégica entre Brasil e Argentina: antecedentes, estado atual E perspectivas. *Dossiê: Centro Brasileiro de Relações Internacionais*: Rio de Janeiro, ano 2, v.2, 2003. Disponível em: < <http://cebri.org/midia/documentos/aliancaestrategica.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2015.

GRANZIERA, Rui Guilherme. *A Guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, Universidade Estadual de Campinas, 1979. p. 99.

GRUBER, Stephan. *The final decisive battle against Prussia*. Disponível em:< <http://www.habsburger.net/en/chapter/final-decisive-battle-against-prussia?language=en>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e fronteiras*. 3. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *O Brasil monárquico*, v. 5: do Império à República – 7ª Ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IANNI, Octavio. O progresso econômico e o trabalhador livre. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *O Brasil monárquico: reações e transações*. t.2; v.3. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. (História da civilização brasileira; t.2; v.3). p.297-319.

JACEGUAÍ, Artur. *Reminiscências da Guerra do Paraguai*. Brasília: Senado Federal Conselho Editorial, 2011.

JOURDAN, Emilio Castro. *Guerra do Paraguay*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1874. Disponível em:<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221714>> Acesso em: 18 out.2014.

_____. *Atlas histórico da Guerra do Paraguay*. Rio de Janeiro: Lithographia Imperial de Eduardo Rensburg, 1871. 41 p., II. Disponível em:<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221684>> Acesso em 18 out. 2014.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEMOS, Juvencio Saldanha. *A saga no Prata*. t.1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2014.

LIMA, Patrício Augusto Câmara. *Manuscrito de mil oitocentos e sessenta e nove*, ou, resumo histórico das operações militares dirigidas pelo Marechal d'Exercito Marquez de Caxias na Campanha do Paraguay. Rio de Janeiro: Azeredo Leite, 1872. Disponível em <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/182924> Acesso em 26 de ago 2013.

MACHADO, Cap. Elton Licério Rodrigues. A evolução do ensino de História Militar no curso de formação de oficiais combatentes do exército brasileiro. In: ANAIS DO ENCONTRO DE HISTORIADORES MILITARES, 1, Resende. *Anais...* Rio de Janeiro: CEPHiMEx, 2012. p. 70-93.

MAGALHÃES, João Batista. *OSORIO: Síntese de seu perfil histórico*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978.

MARTINI, Fernando Ribas de. *Construir navios é preciso, persistir não é preciso: a construção naval militar no Brasil entre 1850 e 1910, na esteira da Revolução Industrial*. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-23012015-103524/>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

MARX, Karl. *O capital: Crítica da Economia Política*. 3ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MATLOFF, Maurice. A natureza e o escopo da História Militar. In: WEIGLEY, Russel F (Org.). *Novas dimensões da História Militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1982.p. 421-445.

MATTOS, Marília (Org.). *Coronel Chicuta: um passo-fundense na Guerra do Paraguai*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

MENDONÇA, Renato Fermino Maia de. *Um diplomata na corte de Inglaterra: o Barão de Penedo e sua época*. Brasília. 2ª reimp. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2013.

MENEZES, Alfredo da Mota. *A guerra é nossa: a Inglaterra não provocou a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Contexto, 2012.

MOITREL, Mônica Hartz Oliveira. *A logística naval na Marinha imperial durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:< <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp155235.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2015

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. Os múltiplos olhares sobre a história militar. *História Unisinos*, São Leopoldo v.16, n. 03, set/dez 2012, p. 271-282.

MOREIRA, Luiz Felipe Viel. Os intelectuais brasileiros e o revisionismo histórico platino. In: MOREIRA, Luiz Felipe Viel (Coord.). *Instituições, fronteiras e política na história sul-americana*. Curitiba: Juruá, 2007.

MORGADO, Gen. Bda. Sergio Roberto Dentino. Abordagem tradicional da história militar. In: ENCONTRO DE HISTORIADORES MILITARES, 1., 2012, Resende, Anais... Rio de Janeiro: CEPHiMEx, 2012. p.09-19. Disponível em:< <http://www.dphcex.ensino.eb.br/cephimex/docs/Anais-IEncontro-Hist-Militares-28-10-2012.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2014.

MORGADO, Sergio R.D. A manobra do Piquiciri. *Revista DaCultura*, Rio de Janeiro, Ano X, n.17, p.17-30, maio/ago. 2004.

MURARI, Luciana. Brasil- *Ficção geográfica: ciência e nacionalidade no país d'Os sertões*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007.

NOGUEIRA, Nathália Sanglard de Almeida. *Margear o outro: viagem, experiência e notas de Euclides da Cunha nos sertões baianos*. 2013. Dissertação (Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. P.33;98. Disponível em:< <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1705.pdf>> Acesso em: 27 maio 2015.

NUÑEZ CABEZA DE VACA, Alvar. *Comentários*. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995.

OBERMEIER, Franz. As relações entre o Brasil e a região do Rio de La Plata no século XVI nos primeiros documentos sobre Assunção (Asunción) e Santa Catarina. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*= *Anuario de Historia de América Latina (JbLA)*, n. 43, 2006. p. 317-341

O'LEARY, Juan E. *El centauro de Ybycui: vida heroica Del General Bernardino Caballero em la Guerra Del Paraguay*. Paris: Livre Libre, 1929.

OSORIO, Joaquim Luís; OSORIO, Fernando. *História do General Osorio*. Volume 2. 3.ed. Rio de Janeiro: Talagarça – Fundação Trompowsky, 2008.

OURO PRETO, Visconde de. *A Marinha D'Outrora: subsídios para a história*. IN: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, v.166, p.5-381, jul./dez. 1932. Disponível em:< Fonte: IHGB (<http://www.ihgb.org.br>)> Acesso em 14 mar.2104.

PEREIRA, Lupércio Antonio. Entre o livre-comércio e o protecionismo: uma reflexão sobre os dilemas do desenvolvimento brasileiro no século XIX. In: PRIORI, Ângelo; PEREIRA, Lupércio Antônio (Orgs.). *Dilemas do Desenvolvimento Brasileiro*. Ideias, política e economia no Brasil do século XIX. Curitiba: Instituto Memória, 2009.

PERNIDJI, Joseph Eskenazi; PERNIDJI, Mauricio Eskenazi. *Homens e Mulheres na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

POLÍBIOS. *História*. Brasília: Universidade de Brasília, 1985.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 23ª ed. – São Paulo: Brasiliense, 1997.

PUNTONI, Pedro. A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégias militares na expansão da fronteira da América Portuguesa (1550-1700). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

QUARLERI, Lía. *Rebelión y guerra em las fronteras del Plata: guaraníes, jesuitas e imperios coloniales*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. “EXPLICAÇÕES ENGENHOSAS”, “RACIOCINIOS PREGUIÇOSOS”: Sérgio Buarque de Holanda e a formação das fronteiras ibero-americanas. [Versão preliminar]. Dourados: [s.n.], 2014.

RAMALHETE, Clóvis. Novos problemas jurídicos do Prata. *Revista Brasileira De Política Internacional*, Rio de Janeiro, Ano 12, n. 45-46, p.7-25 mar./jun. 1969. Disponível em:< https://ibri.files.wordpress.com/2013/10/rbpi_1969_45_46.pdf>. Acesso em: 11 maio 2015.

REIS, Maria de Lourdes Dias. *Imprensa em tempo de guerra: O jornal Jequitinhonha e a Guerra do Paraguai*. Belo Horizonte: Cuatiara, 2003. 4. Ed. 2008. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/63996468/Diario-brasileno-de-la-guerra-del-Paraguay-MARIA-DE-LOURDES-DIAS-REIS-PortalGuarani> acesso em 18/05/2012.

RENOUVIN, P; DUROSELLE, J.B. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: difusão Européia do Livro, 1967.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.

RIO BRANCO. *Efemérides Brasileiras* (Obras do Barão do Rio Branco Volume VI). Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1946.

RODRIGUES, Marcelo Santos. *Guerra do Paraguai: os caminhos da memória entre a comemoração e o esquecimento*. 2009. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-07122009-102220/>>. Acesso em: 2015-12-01.

SCHNEIDER, L. *A Guerra da Triplice Aliança (Imperio do Brazil, Republica Argentina e Republica Oriental do Uruguay) contra o governo da Republica do Paraguay (1864-1870) com cartas e planos*. 1.v. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1875. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242552>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz ET al. *A Batalha do Avaí: A beleza da barbárie – a Guerra do Paraguai pintada por Pedro Américo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2013.

SEGUNDO TRATADO DE UTRECHT, de 06 de fevereiro de 1715. Disponível em:<<http://www.info.Incc.br/utrech2.html>> Acesso em: 14 abr. 2015. Acesso em: 14 abr. 2015.

SEVERAL, Rejane da Silveira. Jesuítas e guaranis face aos impérios coloniais ibéricos no Rio da Prata. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, v.3, n.1, Jan/jun. 1998. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/issue/view/197/showToc>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

SILVA, Marcos Francisco da. Os Sertões: Uma obra de características braudelianas?. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 3, n. 2. 2002. Disponível em:<<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1197/1012>> Acesso em: 03 abr.2015.

SOARES, Luiz Carlos; VAINFAS, Ronaldo. Nova História Militar. In: *Novos domínios da História*. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 113-132.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962.

_____. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira, 1965.

SOUSA, Octávio Tarquínio. *Colecção documentos brasileiros*. vol. 19. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1939. Disponível em: <http://social.stoa.usp.br/articles/0015/6395/05_Tratado_de_Madrid_1750.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2015.

SOUZA, Pero Lopes. Diário de navegação: 1530-1532. IN: *Revista do IHGB*, tomo XXIV, 1861. pp. 9-74. Disponível em: < Fonte: IHGB (<http://www.ihgb.org.br>)> . Acesso em: 16 jan.2015.

TAINED, Hipólito. *Historia de la literatura inglesa*. Buenos Aires: Editorial Americalee, 1945.

TAUNAY, Alfredo de Escragnole, Visconde de. *Recordações de guerra e de viagem*. Brasília: Senado Federal, 2008.

THOMPSON, George. *A Guerra do Paraguai*: com um esboço histórico do país e do povo paraguaio, e notas sobre a engenharia militar durante a guerra. Goiânia: Conquista, 1978.

TOLSTÓI, Leon. *Guerra e Paz*. v.3. Porto Alegre: L&PM, 2011.

TORAL, André Amaral de. *A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai*. Estud. av. [online]. 1995, vol.9, n.24, pp. 287-296. ISSN 1806-9592. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000200015> Acesso em: 15 abr. 2015.

TRATADO PROVISIONAL DE LISBOA Del 07 de mayo de 1681. Disponível em: <http://es.wikisource.org/wiki/Tratado_Provisional_de_Lisboa_del_7_de_mayo_de_1681> Acesso em: 14 abr. 2015.

VALLE, Ruth do. *O sistema econômico nas Missões Jesuíticas*: reflexos na economia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Imprensa UFRGS, Faculdade de Ciências Econômicas, 1961.

VERSEN, Max Von. *História da Guerra do Paraguai*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

VILLELA, Anna Marla. *O Tratado da Bacia do Prata (1969)*. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v.21, n.81, p.147-176, jan/mar. 1984. Suplemento. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/186298>>. Acesso em 13 mar.2015.

WEHLING, Arno. A pesquisa da História Militar Brasileira: apreciação metodológica. *Revista DACultura*, Rio de Janeiro, Ano I, Nº 1, jan/jun. 2001. Disponível em: <http://www.funceb.org.br/images/revista/6_6q4u.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2014.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de M. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

WEIGLEY, Russel F (Org.). *Novas dimensões da História Militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1982.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *Cannae e nossas batalhas: ensaios à luz das idéias schlieffenianas*. 2.ed.- Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.

WIKIPEDIA. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Battle_of_K%C3%B6niggr%C3%A4tz Acesso em: 23 jul. 2015.

WIKIPEDIA. Disponível em: <[https://en.wikipedia.org/wiki/Battle_of_Sedan_\(1870\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Battle_of_Sedan_(1870))> Acesso em: 23 jul. 2015.

YAHN FILHO, Armando Gallo. Aproveitamento Hídrico na Bacia do Prata: entre o conflito e a cooperação (de 1966 a 1992). *Anais do III Encontro da ANPPAS*. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA171-03032006-232337.PDF>. Acesso em: 13 maio 2015.

ZANINI, Gustavo. O tratado de Itaipu. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, v. 69, n. 1, p. 165-179, 1974. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&q=ZANINI%2C+Gustavo.+O+tratado+de+Itaipu.+&btnG=&lr=>>> Acesso em: 12 maio 2015.